AMM
Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº1016 - Sexta-Feira 17 de Dezembro de 2010

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Água Boa

RESULTADO DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 065/2010

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2.140/2009; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 17/12/2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço teve como vencedor a empresa: Item 1 SULMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA e Item 2 SULMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.

Água Boa, 17 de Dezembro de 2010.

Fábio Tadeu Weiler
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

LEI N.º 273/2010

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2.011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Em conformidade com o Art. 165, parágrafo 2º da Constituição Federal e Art. 114 da Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2.011.

Parágrafo Primeiro- Integram a esta Lei os seguintes Anexos:

Parágrafo Segundo - O Anexo II – Metas Fiscais da LDO 2011 compõe-se dos seguintes demonstrativos

I- Anexo de Prioridades e Alocação de Recursos
II- Anexos de Metas Fiscais
III- Demonstrativo do cumprimento das metas fiscais, relativo ao ano anterior
V- Demonstrativo das Metas Anuais
VI- Evolução do Patrimônio

Art. 2º - A elaboração da proposta Orçamentária para o exercício de 2.011, abrangerá o poder Legislativo, Executivo, seus Órgãos, fundos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, assim como a execução Orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 3º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2011 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2011 e na sua execução.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentário anual será elaborado em observância as diretrizes fixadas nesta Lei e as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal, art.22 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 5º - A proposta orçamentária para o exercício de 2.011 conterá as metas e prioridades da Administração municipal estabelecida no anexo II – Anexos de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Art. 6º - Os valores das receitas e das despesas serão orçados com base na arrecadação de 2.010, considerando as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionaria.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária Anual fixará os critérios de atualização das Dotações Orçamentárias a serem aplicados durante o exercício de 2.011.

Art.7º A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, será observado o Art. 14 da Lei Complementar 101, bem como acompanhado de autorização Legislativa.

Art. 8º - A expansão de despesa obrigatória de caráter continuado, caso ocorra serão observados as determinações contidas no art. 17, § 1.º da Lei complementar 101.

Art. 9º - A proposta Orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

I- As obras em execução terão prioridades sobre novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa.

II- As despesas com o pagamento da dívida pública, salários e encargos sociais terão prioridades sobre as ações de expansão de serviços públicos.

JORNAL OFICIAL DOS MUNICIPIOS

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17h30 horas

Distribuição: Via Online

Equipe Jornal Oficial
Noides Cenio Da Silva - Editoração Eletrônica/Controle de Planilhas/ Atendimento
Silvio Luiz Gomes da Silva - Editoração Eletrônica
Gerência de Comunicação da AMM: Malu Sousa
Telefones: (65) 2123-1270/1228

III- Constará da proposta Orçamentária, medidas de compensação ao aumento de despesas de caráter continuado, conforme determina a Lei complementar 101.

IV- A previsão para operação de créditos constará da proposta orçamentária desde que vinculado a um programa específico.

Art. 10 - A concessão de auxílios e subvenções para atender entidades sem fins lucrativos, a pessoas carentes e indigentes, desde que comprovados.

Art. 11 - As propostas para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, só poderão ser feitos no corrente exercício se comprovado a existência de recursos orçamentários suficientes para atender as projeções de despesa com pessoal ou dela decorrentes, obedecendo aos critérios de anterioridades previstos em lei pertinentes, sem prejuízo às despesas de caráter continuado e requer:

I- Correção salarial, com o índice inflacionário acumulado a partir do último reajuste, medido pelo Governo Federal.

II- Horas Extras aos funcionários de cargos efetivos quando no desempenho de suas funções em casos excepcionais, observando os dispostos no art. 22, inciso V da LRF.

Art. 12 - As admissões de pessoal a qualquer título no exercício de 2.011 ficam limitados as funções e cargos vagos.

Parágrafo Único – As funções e os cargos vagos deverão ser preenchidas através de concurso público, conforme mandamento do inciso II, art. 37 da CF.

Art. 13 – As despesas com pessoal ativos e inativos da Administração Direta e Indireta não poderão exceder os limites previstos no artigo 169, da Constituição Federal e o Artigo 19 da Lei Complementar 101, que é de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes assim discriminados:

- 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, e
- 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

Art. 14 – Executam-se dos limites constantes do artigo 13 desta lei, a criação de cargos e as admissões para atender as metas de expansão e melhoria dos serviços públicos priorizados no anexo I

Art. 15 – Deverá ser proposta à Câmara Municipal no corrente Exercício, projetos de lei sobre alteração da Legislação Tributária, especialmente sobre instituição, aumento e redução de tributos, concessão de isenções em caráter não geral, anistia e remissão de créditos tributários, alteração de alíquota, redução de base de cálculo e outros materiais pertinentes em função da política fiscal do Município, bem como da devida aplicação dos princípios constitucionais tributários.

Art. 16 – As prioridades estabelecidas no anexo I da presente Lei, poderão ser ajustados na proposta orçamentária, desde que

plenamente justificados na mensagem de encaminhamento do projeto de Lei do Orçamento anual.

Parágrafo único - Os programas estabelecidos no anexo I terão prioridades sobre os ajustes verificados na Lei orçamentária.

Art. 17 – **Poderão ser realizados outros programas não contemplados no anexo I desta Lei, desde que sejam custeados com recursos advindos de convênios com outras esferas de Governo e que seja efetuada as adequações do PPA.**

Art. 18 - **Serão políticas globais do Governo Municipal, para definição de metas e prioridades da Administração.**

I – O resgate da dívida social, visando:

a) Priorizar os investimentos nas áreas sociais, bem como saúde, saneamento básico; limpeza urbana, educação, habitação, trabalho e meio ambiente;

b)Reestruturar e reorganizar os sistemas de saúde e educação pública;

c)Facilitar o acesso da população de baixa renda aos produtos alimentícios;

d) Organizar e desenvolver atividades culturais e desportivas e de lazer

e) Previsão de recursos para a área de:

Educação: Salário Educação, PDDE – Programa de Dinheiro Direto na Escola – Programa Nacional de Alimentação – PNAE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar- PNAT

Saúde: PAB Fixo, Farmácia Básica, Saúde da Família, Programas de Agentes de Saúde PACS, Agente de Saúde Ambiental-ASA, Programa Controle de Endemias (PCE), Programa de Agentes Comunitários da Zona Rural- PASCAR, Higiene Bucal, Prog. Nacional de Imunização (PNI), Programa Cont. de Câncer do Colo Uterino (PCCU), bem como outros procedimentos do Sistema único de Saúde.

II – O desenvolvimento da economia do Município visando:

a) Estimular a expansão dos setores industrial, comercial e de serviços;

b) Priorizar a participação das Pequena e Média Empresa nos gastos governamentais de bens e serviços;

c) Promover e incentivar a produção e comercialização de alimentos básicos;

d) Desenvolver programas de incentivos fiscais, com o objetivo de atrair novos investimentos nos setores produtivos.

III – Modernização dos sistemas institucionais visando:

a) Implantar um programa de qualidade e produtividade no município, a fim de ofertar melhores serviços à população;

b) Indenizar os processos de gestão governamental e promover a informatização no setor público;

c) Adequar o modelo administrativo às prioridades do município.

Art. 19 – O Orçamento Anual do Município, constará obrigatoriamente:

I- Recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;

II- Recursos destinados a pagamento das dívidas do município e seus serviços.

III- Recursos destinados ao poder judiciário conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;

IV- Recursos destinados a Manutenção da Saúde conforme determina o art.7º, letra b, inciso III da Emenda Constitucional N.º 29 de 13/09/2000,

V- Recursos destinados a Manutenção com a Educação nunca inferior ao percentual estipulado no art. 212 da CF.

VI- Recursos destinados a manutenção com o PASEP, cujo Percentual será correspondente a 1% das receitas, conforme estabelece o inciso III do art. 2.º da Lei N.º 9.715/98.

VII- Reserva de contingência para pagamento de despesas eventuais não previstas que corresponderá não mais que 2% da Receita Corrente Líquida, prevista no Proposta Orçamentária para o exercício de 2011.

Art. 20 – Serão previsto na Lei Orçamentária Anual, gasto com treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento e reciclagem técnica dos servidores públicos, visando a qualidade e produtividade dos serviços, bem como garantir melhores condições de acesso à ascensão funcional.

Art. 21 – Na Lei Orçamentária Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas em expressão monetária da época da elaboração da proposta.

Art. 22 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar

superávit primário necessário para garantir solidez financeira da administração pública municipal.

Art. 23- A execução Orçamentária obedecerá as determinações contidas no inciso I, alínea "a" do art. 4º da LRF, que é manter o equilíbrio entre a Receita e a Despesa.

Parágrafo Único- em caso de despesas irrelevantes que não estejam contemplados nesta Lei, o Poder Executivo obedecerá os seguintes critérios:

- Só serão executados mediante autorização legislativa, dês de que não afete o equilíbrio orçamentário.

Art. 24- Da Limitação de Empenho- Os critérios e forma de limitação de Empenho caso seja necessário no decorrer da execução orçamentária, só será realizada mediante Decreto do Executivo.

Art. 25- Em caso de transferências de recursos a Entidades pública ou privada, serão obedecida as determinações do art. 26 da LRF.

Art. 26 – Fica vedado a vinculação de receitas de impostos à órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Art. 27 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo, será encaminhada à secretaria Municipal de Administração e Finanças na forma, prazo e conteúdo estabelecido para os órgãos e entidades do Poder Executivo, ficando estipulado que o montante fixado no orçamento será de conformidade com o que determina a Constituição Federal e a Lei Complementar 101, cuja efetivação do repasse será até o dia 20 de cada mês.

Art. 28- A Abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 29- É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 30- Para efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 31- Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei Orçamentária o Poder Executivo por decreto e através da Secretaria

Municipal de Finanças, estabelecerá cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos disposto no art. 8º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 32 O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 33 São vedados quaisquer procedimentos pelo ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 34– O Prefeito enviará projeto de Lei Orçamentária anual à Câmara Municipal, que apreciará até o final da sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para a sanção.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Paraguai – MT, 26 de novembro de 2010.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

LEI N.º 274/2010

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2010-2013, PARA O PERÍODO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2010-2013, para os exercício de 2011, nos termos do art. 4º e 6.º da Lei n.º 232/2009, de 30 de Dezembro de 2009, para criação de novas ações e metas financeiras da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Art. 2º Fica o Plano Plurianual 2010-2013 modificado, para vigorar no período de 2011, com as seguintes alterações:

I- Cria-se novas ações nas seguintes Secretarias;

1- 03-**Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, cujo objetivo é a Modernização da Administração Tributária.

2- 07-**secretaria de Assistência Social** –Incentivo a Instalação de um Centro de Recuperação para Jovens e Adultos, e Construções de dois Centros de Múltiplo Uso.

3- **08- Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente,** cujo objetivo é incentivar a Instalação de um Frigorífico de Peixe no Município, para proporcionar aos criadores de pescado local a venda dos seus produtos, bem como e Instalação de um Laticínio também para incentivar os produtores de leite do Município a investir em seus produtos, e incentivar a melhoria de crescimento e aumento da renda local.

II – Fica alterado também as metas financeiras das ações de diversas secretarias, cujo objetivo é a adequação do plano de ação do Governo Municipal para o exercício de 2011, conservando o valor original do PPA para o exercício de 2011.

Parágrafo Primeiro- Os recursos utilizados para cobertura das novas ações, foram através de anulação parcial das metas financeiras de diversas ações do PPA 2010/2013 .

Parágrafo Segundo- Os valores financeiros alocados aos programas são estimativos e não se constituem em limites à programação de despesas expressas nas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais.

Art. 3º - As metas e prioridades para o exercício de 2011 estão contidas no Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2011.

Art. 4º - O Poder Executivo divulgará e acompanhará o Plano Plurianual 2010-2013 em dois segmentos distintos sendo o primeiro referente ao exercício de 2010 e o segundo referente aos exercícios 2011 a 2013.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado para o exercício de 2011, os anexos constantes do art.1.º da Lei 239 de 29 de Dezembro de 2009, mantidas as demais disposições da referida Lei.

Alto Paraguai-MT, 26 de Novembro de 2010.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

LEI N.º 276/2010

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT. PARA O EXERCÍCIO DE 2.011

O PREFEITO MUNICÍPAL DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - O orçamento anual do Município de Alto Paraguai - MT para o Exercício Financeiro de 2.011 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 11.439.295,60 (Onze Milhões, Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta Centavos) , a receita líquida em R$ 10.369.195,60 (Dez Milhões, Trezentos e Sessenta e Nove Mil, Cento e Noventa e Cinco Reais e Sessenta Centavos) e Fixa a Despesa em R$ 10.369.195,60 (Dez Milhões, Trezentos e Sessenta e Nove Mil, Cento e Noventa e Cinco Reais e Sessenta Centavos)

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de recursos, de Receita de Capital na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, de acordo com os seguintes desdobramentos.

1 – RECEITAS CORRENTES	**R$**	**8.722.795,60**
1.1 – Receita Tributaria	R$	397.095,60
1.3 – Receita Patrimonial	R$	18.500,00
1.6 – Receita de Serviços	R$	279.000,00
1.7 – Transferência Corrente	R$	7.956.200,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	R$	72.000,00
9.7 – Receitas Retificadoras	R$	(-) 1.070.100,00
Total da Receita Corrente	**R$**	**7.652.695,60**

2 – RECEITA DE CAPITAL	**R$**	**2.716.500,00**
2.1- Operações de Crédito	R$	141.500,00
2.2- Alienação de Bens	R$	20.000,00
2.4 – Transferências de Capital	R$	2.555.000,00
Total Geral da Receita	**R$**	**10.369.195,60**

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros de programas de trabalho e natureza de despesa que apresenta os seguintes desdobramentos.

1 – Por Função de Governo		
01 Legislativo	R$	401.540,69
04 Administração	R$	1.688.257,39
08 Assistência Social	R$	506.652,52
10 Saúde	R$	1.909.200,00
11 Trabalho	R$	103.700,00
12 Educação	R$	2.849.245,00
13 Cultura	R$	179.850,00
15 Urbanismo	R$	433.000,00
16 Habitação	R$	32.500,00
17 Saneamento	R$	652.400,00
18 Gestão Ambiental	R$	28.000,00
20 Agricultura	R$	817.310,00
21 Organização Agrária	R$	45.750,00
23 Comercio e Serviços	R$	15.000,00
25 Energia	R$	40.000,00
26 Transporte	R$	430.000,00
27 Desporto e Lazer	R$	122.000,00
99 Reserva de contingência	R$	114.790,00
TOTAL	**R$**	**10.369.195,60**

2 – Por Órgão da Administração		
PODER LEGISLATIVO		
01 – Câmara Municipal	R$	401.540,69
TOTAL	**R$**	**401.540,69**
PODER EXECUTIVO		
02 – Gabinete do Prefeito	R$	567.669,93
03 – Secretaria de Administração e Finanças	R$	1.084.100,00
04 – Secretaria Municipal de Obras	R$	953.500,00
05 – Sec. Mun. de Educação e Cultura	R$	3.203.595,00
06 – Secretaria de Saúde	R$	2.561.600,00
07 – Sec. Mun. de Assistência Social .	R$	539.152,52
08- Secretaria Mun. Desenv. Econômico M. Ambiente	R$	860.310,00
09- Secretaria Municipal de Projetos Estratégicos	R$	82.937,46
99 – Reserva de Contingência	R$	114.790,00
TOTAL GERAL	**R$**	**10.369.195,60**

3 – Por Programa

0001	Processo Legislativo	R$	49.750,00
0002	Processo Legislativo	R$	351.790,69
0003	Reestruturação do Gabinete	R$	25.480,00
0004	Manutenção	R$	631.500,00
0005	Assist. Financeira, Orçam. Cont. Administrat	R$	60.309,93
0006	Reestruturação da Secret de Administ. Finanças	R$	277.000,00
0007	PASEP	R$	103.700,00
0008	Administração Financeira	R$	703.400,00
0009	Administração Urbana	R$	50.500,00
0010	Infra Estrutura	R$	433.000,00
0011	Iluminação	R$	40.000,00
0012	Reestruturação da Malha Viária	R$	395.000,00
0013	Coordenação de Transito	R$	35.000,00
0014	Administração Escolar	R$	52.500,00
0015	Manutenção do Ensino Fundamental	R$	1.549.455,00
0016	Melhoria na Qualidade de Ensino Fundamental	R$	351.250,00
0017	Manutenção com Ensino de Jovens e Adultos	R$	43.810,00
0018	Alimentação Escolar	R$	33.900,00
0019	Transporte Escolar	R$	311.895,00
0020	Ensino Superior	R$	46.250,00
0021	Melhoria no Ensino Infantil	R$	512.685,00
0022	Programa de Incentivo a Cultura	R$	133.850,00
0023	Conservação do Patrimônio	R$	10.500,00
0024	Promover o Desenvolvimento da Leitura	R$	35.500,00
0025	Educação Física e Desporto	R$	122.000,00
0026	Atenção Básica Saúde da Família	R$	506.260,00
0027	Atenção Básica Fixo	R$	170.295,00
0028	Atenção Básica Farmacêutica	R$	34.150,00
0029	Atenção Básica Odontológica	R$	89.195,00
0030	Incentivo as Ações Básica de Vigilância Sanitária	R$	106.000,00
0031	Agente Comunitário de Saúde - PACS	R$	125.000,00
0032	Vigilância Epidemiológico Ambiental	R$	31.100,00
0033	Manutenção com Centro de Saúde	R$	205,000,00
0034	Reestruturação do Sistema de Saúde do Município	R$	566.500,00
0035	Reestruturação do Sistema de Abastecimento	R$	377.400,00
0036	Reestruturação do Sistema de Saneamento	R$	275.000,00
0037	Apoio a Pessoa Idosa	R$	36.150,00
0038	Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência	R$	15.900,00
0039	Assist. a População Carente	R$	365.842,52
0040	Abastecimento Alimentar	R$	20.000,00
0041	Assistência aos Pequenos Produtores	R$	357.600,00
0042	Apoio Depart. De Agricultura	R$	49.750,00
0043	Apoio a Instalação de Industria de Pequeno porte	R$	321.500,00
0044	Combate a Poluição	R$	22.000,00
0045	Recuperação de Áreas Degradadas	R$	6.000,00
0046	Assistência as Atividades Rurais do Município	R$	31.500,00
0047	Incentivar o Sist. Estratégico e Econ. Do Município	R$	37.187,46
0048	Reestruturação Econômico e Social	R$	45.750,00
0049	Reserva de Contingência	R$	114.790,00
0050	Assist. Integrada a Criança e Adolescente	R$	84.300,00
0051	Incentivo ao Turismo no Município	R$	15.000,00
TOTAL.....		**R$**	**10.369.195,60**

4 – Segundo a Natureza de Despesa		
31.000	R$	3.137.482,00
32.000	R$	2.000,00
33.000	R$	3.416.539,60
44.000	R$	3.535.984,00
46.000	R$	162.400,00
99.000	R$	114.790,00
TOTAL	**R$**	**10.369.195,60**

Art. 4º - Nos termos do art. 7.° da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964, e em conformidade com o parágrafo 8.º , art.165 da Constituição Federal, bem como disposição do inciso VI do art. 167 da CF, fica o Poder Executivo Municipal autorizado:

a)– Realizar operações de credito por antecipação de Receita até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada.

b)– Abrir Credito suplementar até o limite de 30% (Trinta por Cento) do total da despesa fixada nesta Lei, nos termos dos incisos I, II e III, do art. 43 da Lei Federal citada no capto deste artigo.

c)- Fazer Transposição, Remanejamento ou transferência de um órgão para outro, de uma categoria de programa para outro, de um elemento de despesa para outro, até o limite de 30% do total da despesa fixada.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai- MT, 13 de Dezembro de 2010.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Apiacás

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 012/2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal realizado no dia 23 de Maio de 2010, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Apiacás, no horário de 7h às 13h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação: **1**- Diploma do Curso relativo ao cargo (original e 02 cópias); **2** – Certidão negativa da justiça (cível e criminal); **3** – 02 fotos 3x4 recentes; **4** – Título eleitoral (original e

02 cópias); **5** – Certidão de nascimento ou casamento (original e 02 cópias); **6** – Certidão de nascimento dos filhos (original e 02 cópias); **7** – Certificado de reservista (original e 02 cópias) – se masculino; **8** – CPF e RG (original e 02 cópias; **9** – PIS ou PASEP (original e 02 cópias); **10** – Declaração de que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; **11** – Comprovação de que está quite com as obrigações eleitorais.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: VIGIA / SEC. DE ADMINISTRAÇÃO — Classificação:
Inscrição: 07. Nome: JOEL MILTON DE SOUZA — 4º- Classificado

CARGO: VIGIA / SEC. DE ADMINISTRAÇÃO — Classificação:
Inscrição: 334. Nome: LUIZ CARLOS VIEIRA — 5º- Classificado

GABINETE DO PREFEITO
Em 17 de Dezembro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Araguainha

PORTARIA 101 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora **HILDA DAVID RIBEIRO**, **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, **RG: 634417 SSP/MT** e **CPF: 006.695.901-26**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao período **01/03/2001 à 01/03/2006**, sendo **3 (três) meses** afastada **a partir de 02/12/2010**, **devendo seu retorno acontecer em 01/03/2011**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 02 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 102 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias a servidora **VANDERLITA FERREIRA DE SOUZA**, **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, **RG: 324121 SSP/MT** e **CPF: 362.124.901-04**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período **01/07/2008 à 01/07/2009**, sendo **1 (um) mês** afastada **a partir de 06/12/2010**, **devendo seu retorno acontecer em 05/01/2011**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 04 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 103 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:

Art. 1º - Convoco a servidora **JUDITH DAVID RIBEIRO, Contínuo, CPF: 481.788.371-53** e **RG: 0634419-4 SSP/MT**, para desempenhar suas funções junto ao Centro de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 04 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 104 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora **DIVINA ALVES SANZIONE**, **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, **RG: 163351 SSP/MT** e **CPF: 201.704.081-91**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao período **01/11/2005 à 01/11/2010**, sendo **3 (três)** meses afastada **a partir de 06/12/2010**, **devendo seu retorno acontecer em 05/03/2011**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 06 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 105 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias ao servidor **DOMINGOS PEREIRA DE SOUZA**, **OPERADOR DE MÁQUINA LEVE**, **RG: 0034158-4 SJ/MT** e **CPF: 172.426.651-91**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período **01/04/2009 à 01/04/2010**, sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 06/12/2010**, **devendo seu retorno acontecer em 05/01/2011**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 06 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 106 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:

Art.1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor **GERALDO DAVID RIBEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, inscrito sob o **RG: 634474 SSP/MT e CPF: 079.479.331-20**, de acordo com que preceitua o Art. 97 Inciso XVII da Lei Orgânica do Município, referente ao período **18/08/1998 à 18/08/2003**, sendo **3 (três) meses** consecutivos, **a partir de 06/12/2010, devendo seu retorno acontecer em 05/03/2011.**

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art.3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 06 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 107 / 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. **JOSÉ OCIFARNE FERREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias ao servidor **JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA**, **ELETRICISTA**, **RG: 782090 SSP/MT** e **CPF: 513.769.031-72**, de acordo com que preceitua o Art. 97 Inciso IX da Lei Orgânica do Município, referente ao período **09/06/2009 à 09/06/2010**, sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 03/01/2011**, **devendo seu retorno acontecer em 02/02/2010**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 16 de Dezembro de 2010.

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2010

LRF Cidadão 9.10 - 15/12/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.829.053,01
Pessoal Ativo	2.719.859,36
Pessoal Inativo e Pensionista	54.783,78
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	54.409,87
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	54.783,78
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	54.783,78
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	2.774.269,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.925.782,30
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	56,32
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.659.922,44
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	2.526.926,32

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

MUNICIPIO DE ARAGUAINHA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a ABRIL/2010

LRF Cidadão 9.10 - 15/12/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	1.358.588,41	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	1.358.588,41	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	1.358.588,41	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	1.358.588,41	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	50.072,16	311.436,04	-	-
Ativo Disponível	50.072,16	324.732,89	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	13.296,85	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	1.047.152,37	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.836.569,44	4.925.782,30	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	27,58	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	21,26	0,00	0,00
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00

MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 15/12/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.836.569,44	4.925.782,30	5.128.744,82	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 15/12/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.128.744,82
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

Nota:

Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço

APROVADO
Em 25 / 11 / 10
Presidente da Câmara

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

LEI N.º 371 DE 25 DE OUTUBRO DE 2010

"Altera o Anexo I da Lei Municipal n. 364, de 06 de agosto de 2010, que homologou a reavaliação atuarial realizada em MARÇO/2010."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O anexo I da Lei Municipal n. 364, de 06 de agosto de 2010 passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO I
ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2010	9,91%
2011	10,20%
2012	10,49%
2013	10,78%
2014	11,07%
2015	11,36%
2016	11,65%
2017	11,94%
2018	12,23%
2019	12,52%
2020	12,81%
2021	13,11%
2022	13,40%
2023	13,69%
2024	13,98%
2025	14,27%
2026	14,56%
2027	14,85%
2028	15,14%
2029	15,43%
2030	15,72%
2031	16,01%
2032	16,30%
2033	16,59%
2034	16,88%
2035	17,17%
2036	17,46%
2037	17,75%
2040	18,04%
2041	18,33%
2042	18,62%
2043	18,91%
2044	19,20%
2045	19,50%
2046	19,79%

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Barão de Melgaço/MT, 25 de novembro de 2010.

MARCELO RIBEIRO ALVES
Prefeito Municipal

Declaramos para que surta os devidos efeitos legais que o documento Lei 371/2010 Nº. 371/2010 foi publicado por afixação no mural de costume.
Secretaria Municipal de Administração

2

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

APROVADO
Em 06/08/2010
Presidente da Câmara

Lei n.º 364/2010, 06 de agosto de 2010.

"Altera o inciso IV do art. 48 a Lei n. 340, de 03 de julho de 2009 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barão de Melgaço/MT e, dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Barão de Melgaço aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O inciso IV do art. 48 da Lei n. 340, de 03 de julho de 2009 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48. .....
IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 18,10% (dezoito inteiros e dez centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 8,19% (oito inteiros e dezenove centésimos por cento) relativo ao custo normal e 9,91% (nove inteiros e noventa e um centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em **MARÇO/2010**.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei somente será exigida após decorrido o prazo de noventa dias, a contar da sua publicação, nos termos do § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Durante a vigência da noventena prevista no caput, o Município de Barão de Melgaço contribuirá ao **BARÃO-PREV** com base na alíquota de contribuição até então estabelecida na redação anterior da Lei Municipal n. 340, de 03 de julho de 2009.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barão de Melgaço, 06 de agosto de 2010.

Marcelo Ribeiro Alves
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2010	9,91%
2011	10,09%
2012	10,28%
2013	10,46%
2014	10,65%
2015	10,83%
2016	11,01%
2017	11,20%
2018	11,38%
2019	11,57%
2020	11,75%
2021	11,94%
2022	12,12%
2023	12,30%
2024	12,49%
2025	12,67%
2026	12,86%
2027	13,04%
2028	13,22%
2029	13,41%
2030	13,59%
2031	13,78%
2032	13,96%
2033	14,14%
2034	14,33%
2035	14,51%
2036	14,70%
2037	14,88%
2038	15,07%
2039	15,25%
2040	15,43%
2041	15,62%
2042	15,80%
2043	15,99%

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

LEI MUNICIPAL Nº 1.958/2010

Dispõe sobre as **Diretrizes Orçamentárias** para Elaboração e Execução da **Lei Orçamentária** para o Exercício Financeiro de **2011**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Barra do Bugres - MT, relativas ao exercício financeiro de 2011, compreendendo:

I – As Diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município, sua estrutura e organização, e de suas eventuais alterações;

II – As prioridades e metas da administração pública Municipal extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

III – As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

IV - As disposições relativas às despesas com o pessoal e encargos sociais;

V – As disposições sobre divida pública municipal; e

VI – As disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 2º - As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2011 são as constantes do Anexo I desta Lei, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas fixadas deverão ser incluídas no projeto e na Lei Orçamentária.

Parágrafo Único – No projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais conferirá às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Art.3º - O projeto e a Lei Orçamentária conterão dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de obras iniciadas.

Art. 4º - Na elaboração da proposta Orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário a manutenção da atuação governamental;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V – unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnostico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, desdobrados em subtítulos, com identificação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 3º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações de credito.

Art. 6º - O orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - O projeto de Lei Orçamentário será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o Artigo 165, § 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º - Os orçamentos fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a categoria econômica, os grupos de despesa, a modalidade de aplicação, nos termos da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria nº 42, de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 8º - A reserva de contingência corresponderá exclusivamente de recursos do orçamento fiscal, equivalente, no projeto de Lei Orçamentária, a, no maximo 2% (dois por cento) da receita corrente liquida.

Parágrafo Único – Os recursos da reserva de Contingência serão destinados para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 042/99, art. 5º STN nº163/2001, art. 8º e art. 5º, III, "b" da LRF.

Art. 9º - Para atendimento do disposto nos artigos anteriores, as unidades Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como das entidades da Administração indireta, encaminharão a Secretaria de Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle da Prefeitura Municipal suas propostas parciais até o dia 30 de Julho de 2010, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

DAS VEDAÇÕES E DAS TRANSFERENCIAS PARA O SETOR PRIVADO

Art. 10º - A concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições a instituições privadas, que prestem serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação, dependerá de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo.

§ 1º - As subvenções sociais serão concedidas a instituições privadas sem fins lucrativos que tenham atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 2º - A concessão de auxílios estará subordinada às razões de interesse público e obedecerão às seguintes condições:

I – Destinar-se-ão, exclusivamente, às entidades sem fins lucrativos;
II – Destinar-se-ão à ampliação, aquisição de equipamentos e de material permanente, instalações, materiais de consumo e outros serviços de terceiros pessoa física e jurídica.

§ 3º - A destinação de recursos para entidades privadas, a titulo de contribuição, terá por base, exclusivamente, em unidades de serviços prestados.

Art. 11 – O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderão ser realizados:
I – Caso se refira as ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;
II – Se houver, expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;
III – Seja objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO E LIMITAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Art. 12 - Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 13 – Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio tributário que importem em renuncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu artigo 14.

Parágrafo Único – Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de débitos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da receita.

Art. 14 – Até trinta dias após a aprovação do orçamento, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que trata este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 15 - Caso ocorra frustrações das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira na forma do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - A limitação de que trata este artigo será fixado de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações Orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2010 e de seus créditos adicionais.

§ 2º - A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades Orçamentárias.
§ 3º - A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por Decreto.

§ 4º - Excluem-se da limitação de que trata este artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução, conforme artigo 9º, § 2º, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 16 – O Poder Legislativo deverá elaborar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, o cronograma anual de desembolso mensal para pagamento de suas despesas.

Parágrafo Único – O cronograma de que trata este artigo contemplará as despesas correntes e de capital, levando-se em conta os dispêndios mensais para o alcance dos objetivos de seus programas.
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 17 – O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
I – Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
II – Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
III – Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do Poder de Policia do Município;
IV – Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-se aos movimentos de valorização do mercado imobiliário.
V – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL
Art. 18 – O Poder Executivo poderá encaminhar Projeto de Lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salário, incluindo:
I – A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
II – A criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;
III – O provimento de empregos e contratações de emergenciais estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

Parágrafo Único – Os recursos para despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 19 – Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite Maximo de 02 (duas) horas por jornada.

Parágrafo único - Fica vedada a contratação de hora extra, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, ressalvados os casos de serviços essenciais tais como Saúde, Educação, Abastecimento de água e limpeza pública.

Art. 20 – O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada semestre, não poderá exceder o percentual da Receita Corrente Líquida, conforme determina artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, em termos percentuais:

§ 1º - O limite de que trata este artigo não poderá ultrapassar o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
II – 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:
I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;
II – Relativas a incentivos à demissão voluntária;
III – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;
IV - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeada com recursos provenientes:
a) Da arrecadação de contribuições dos segurados;
b) Da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal.
V – Das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

Art. 21 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargo da Administração Municipal de Barra do Bugres, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contração de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

DAS DISPOSIÇÕES DA DIVIDA PÚBLICA

Art. 22 - Os orçamentos da Administração Direta e Indireta, e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da divida municipal e ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 – Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o art. 16 desta Lei, respeitado o limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de Setembro de 2009.

§ 1º - Caso a Lei Orçamentária de 2011 tenha contemplado ao Poder Legislativo dotações superiores ao limite máximo previsto no caput deste artigo, aplicar-se-á a limitação de empenho e da movimentação financeira, para o ajuste ao limite.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do previsto no § 1º, deverá o Poder Executivo comunicar o fato ao Poder Legislativo, no prazo de até noventa dias após o início da execução Orçamentária respectiva.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo autorizado a:
I - Fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, a fim de adequar os recursos nas unidades Orçamentárias, conforme determina a Constituição Federal, desde que seja com autorização legislativa.
II – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 7% (Sete por cento) da despesa fixada para o exercício, nos termos do artigo 7º (sétimo) da Lei Federal 4.320/64, obedecido aos dispositivos do artigo 43 (quarenta e três) da mesma Lei.
III – Abrir créditos adicionais suplementares e especiais, na forma do artigos 43 § 1º I e II da Lei Federal nº 4320/64.
IV – Realizar Operações de credito até o limite fixado pelo Senado Federal.

Art. 25 – O Controle Interno dos Poderes Legislativo e Executivo serão responsáveis pelo controle de custos e avaliação dos resultados dos programas inseridos na Lei Orçamentária, desde que os balancetes sejam encaminhados nos prazos previstos em Lei.

Art. 26 - O Executivo enviará a proposta Orçamentária a Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sansão até o dia 15/12/2010.
§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.
Art. 27 – Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, §2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de um doze avos do total da despesa orçada.

Art. 28 - Os Créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatros meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29 - O Executivo está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.
Art. 30 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, aos 13 dias do mês de Dezembro de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1.959/2010

(Que dispõe sobre o Orçamento Anual para o Exercício de 2011).

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o orçamento do Município para o exercício financeiro de 2011, pelo qual fica estimada a receita e fixada a despesa, compreendendo o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A receita orçamentária é estimada, na forma dos anexos desta Lei, em R$ 43.810.000,00 (Quarenta e três milhões, oitocentos e dez mil reais).

Art. 3º - A receita será arrecada na forma da legislação em vigor, conforme estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÕES	TOTAL (R$)
Receita Tributaria	R$ 3.577.226,61
Receita Patrimonial	R$ 1.397.248,74
Receita de Serviços	R$ 1.833.567,82
Transferências Correntes	R$ 36.684.438,05
Outras Receitas Correntes	R$ 781.177,79
Receita de Capital	R$ 2.544.784,99
Receita Corrente Intra-orçamentária	R$ 1.551.200,00
(-) Contribuições para Formação do FUNDEB	R$ -4.559.644,00
TOTAL	**R$ 43.810.000,00**

Art. 4º - A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em R$ 43.810.000,00 (Quarenta e três milhões, oitocentos e dez mil reais).

Art. 5º - A despesa fixada fica assim desmembrada:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 – **Por Órgão da Administração**

Câmara Municipal	R$ 2.003.000,00
Gabinete do Prefeito	R$ 986.100,00
Controladoria Geral de Controle Interno	R$ 235.600,00
Procuradoria Geral do Município	R$ 214.743,00
Secretaria Municipal de Governo	R$ 146.395,00

Secretaria Municipal. De Administração e Finanças	R$	4.329.190,00
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle	R$	556.400,00
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	R$	11.133.450,00
Secretaria Municipal de Saúde	R$	12.360.422,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho	R$	2.888.850,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e turismo	R$	1.188.550,00
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos	R$	6.060.600,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável	R$	881.700,00
SUB-TOTAL	**R$**	**42.985.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
2 – Por Órgão da Administração

Barra-previ	R$	825.000,00
SUB-TOTAL	R$	825.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**43.810.000,00**

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
1 – Por Categoria Econômica

Despesas Correntes	R$	36.870.275,00
Despesas de Capital	R$	5.529.525,00
Reserva de Contigencia	R$	585.200,00
SUB-TOTAL	**R$**	**42.985.000,00**

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
2 – Por Categoria Econômica

Despesas Correntes	R$	815.000,00
Despesas de Capital	R$	10.000,00
SUB-TOAL	**R$**	**825.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**43.810.000,00**

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
1 – Por Funções

01 – Legislativas	R$	1.993.000,00
04 – Administração	R$	9.821.478,00
08 – Assistências Social	R$	1.934.370,00
10 – Saúde	R$	12.360.422,00
12 – Educação	R$	9.106.350,00
13 – Cultura	R$	226.800,00
15 – Urbanismo	R$	2.229.950,00
16 – Habitação	R$	954.480,00
17 – Saneamento	R$	280.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	164.000,00
20 – Agricultura	R$	419.500,00
23 – Comércio e Serviços	R$	707.400,00
26 – Transporte	R$	1.043.150,00
27 – Desporto e Lazer	R$	652.900,00
28 – Encargos Especiais	R$	516.000,00
99 – Reserva de contingência	R$	575.200,00
SUB-TOTAL	R$	**42.985.000,00**

III – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
2 – Por Funções

09 – Previdência Municipal	R$	825.000,00
SUB-TOTAL	R$	825.000,00
TOTAL GERAL	R$	**43.810.000,00**

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
1 – Por Programas

1010	Processo Legislativo	R$	1.993.000,00
2010	Administração Superior	R$	936.100,00
3000	Gestão do Planejamento de Governo	R$	556.400,00
3010	Gestão Administrativa	R$	2.670.528,00
3020	Controle Financeiro	R$	1.339.200,00
3030	Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	R$	881.700,00
3040	Abastecimento de Água	R$	1.622.800,00
5010	Manutenção do Ensino Fundamental	R$	7.493.850,00
5020	Manutenção do Ensino Infantil	R$	936.000,00
5040	Gestão do Sistema de Educação	R$	1.808.900,00
5050	Desenvolvimento do Esporte	R$	652.900,00
5080	Gestão do Sistema de Cultura do Município	R$	226.800,00
6010	Atenção Básica de Saúde	R$	2.507.722,00
6030	Atenção de Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	R$	7.502.800,00
6040	Vigilância em Saúde	R$	495.300,00
6060	Assistência Farmacêutica	R$	315.000,00
6080	Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS	R$	1.539.600,00
6090	Atenção a Criança e ao Adolescente	R$	93.500,00
6110	Desenvolvimento Social	R$	1.141.820,00
6120	Habitação Para Todos	R$	954.480,00
6130	Gestão do Sistema de Indústria, Comercio e Turismo	R$	342.650,00
7010	Desenvolvimento do Turismo	R$	399.800,00
7020	Preservação do Meio Ambiente	R$	14.000,00
7030	Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	R$	182.100,00
7040	Proteção Social Básica e Especial	R$	534.050,00
8010	Cidade Limpa	R$	551.250,00
8020	Cidade Bonita	R$	1.363.200,00
8030	Malha Viária Urbana	R$	435.500,00
8050	Serviços Funerais	R$	292.000,00
8060	Gestão do Sistema de Infraestrutura Rural e Urbana	R$	1.017.700,00
8070	Malha Viária Rural	R$	993.150,00
9010	Operações Especiais	R$	616.000,00
9999	Reserva de Contingência	R$	575.200,00
SUB-TOTAL		R$	**42.985.000,00**

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
2 - Por Programas

9020	Previdência Municipal	R$	825.000,00
SUB-TOTAL		R$	825.000,00
TOTAL GERAL		R$	**43.810.000,00**

Art. 6º - O Poder Executivo fica autorizado a:

I - Fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de ursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, a fim de quar os recursos nas unidades Orçamentárias, conforme determina a Constituição Federal, de que seja com autorização legislativa.

II – Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43 Lei Federal nº 4320/64, ate ao limite 7 % (Sete por cento) do total das despesas fixadas no artigo 4º ta lei;

III – Realizar Operações de credito até o limite fixado pelo Senado leral.

IV – Abrir créditos adicionais suplementares e especiais, na forma do go 43 § 1º I e II da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, ogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres – MT, 13 de zembro de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.960/2010

Que autoriza o Poder Executivo Municipal conceder, mediante contrato administrativo para a **COOPERBUGRES -** Cooperativa de Profissionais da Educação de Barra do Bugres, antigo prédio da Prefeitura, e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA,** nos termos do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso, por um período de 04 (quatro) anos à **COOPERBUGRES - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE BARRA DO BUGRES**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.772.133/0001-74, de imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal localizado na Rua Frederico Josetti, nº 279, antiga sede da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, para o funcionamento de Unidade Escolar, contemplando Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art.2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato Administrativo – Concessão de Uso nos termos da legislação vigente.

Art.3º - Fica estabelecido que a futura concessionária não poderá de forma alguma utilizar-se do referido imóvel para outra destinação que não seja prevista na presente Lei, sob pena de rescisão contratual independente de interpelação judicial.

Art.4º - Fica a Concessionária obrigada a zelar pelo Patrimônio, objeto do presente instrumento, conservando inteiramente as suas características históricas.

Art.5º - Fica estabelecido que as despesas decorrentes de taxas, multas, impostos sobre o imóvel a ser cedido ficarão a cargo da Concessionária.

Art.6º - Fica estabelecido que no término do contrato, o imóvel será devolvido ao Município de Barra do Bugres com todas as benfeitorias.

Parágrafo Único – Considerando o interesse maior da Administração Pública, poderá o Poder Executivo solicitar a devolução do prédio, antes do vencimento do Contrato, observado o período de 01 (um) ano compreendido entre a solicitação e a efetiva devolução.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cáceres

EDITAL

Encontra-se à disposição dos interessados, no mural do Poder Executivo, o Balancete financeiro da Prefeitura Municipal de Cáceres, referente ao mês de **NOVEMBRO/2010.**

Este documento permanecerá ali exposto pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data desta publicação.

MARLENE DAS GRAÇAS FORNANCIARI TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças

LEI N° 2.257 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza o Prefeito de Cáceres a assinar Convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres-MT, para o fim que especifica.

O PREFEITO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Prefeito de Cáceres autorizado a repassar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres-MT, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante Convênio, para fins de contribuição para a realização da 2ª Festa da Agricultura Familiar no Município de Cáceres.

Artigo 2° - As despesas decorrentes do repasse acima mencionado correrão à seguinte conta:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
UNIDADE: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
FUNCIONAL: 20.606.0026.1.091 – Contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ELEMENTO: 3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições.....R$ 5.000,00
FICHA: 139

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de dezembro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito DE CÁCERES

LEI N° 2.258 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera os artigos 1°, 4°, 5° e 7º da Lei Municipal n° 2.218 de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a desconcentração administrativa do Poder Executivo do Município de Cáceres-MT e dá outras providências.

O PREFEITO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº. 2.218 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - (...)
(...)
§ 2º - As competências de cada Secretaria serão reguladas através de Decreto Executivo."

Artigo 2º - O parágrafo 4º do artigo 4º da Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 209, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 4º - (...)
§4º - A desconcentração administrativa será regulada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, que estabelecerá regime de desconcentração para os órgãos indicados, nos termos desta Lei."

***A*rtigo 3º** - O artigo 5º da Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 5º - (...)
I) a realização de atos de gestão responsáveis ao cumprimento de missões;
II) a aprovação e alterações de programas de trabalho dentro dos limites orçamentários do Órgão;
III) a obtenção de recursos externos ao Poder Executivo Municipal, desde que não envolvam contrapartida do Município;
IV) a emissão de atos normativos e operação interna, com a devida aprovação do Chefe do Executivo Municipal e da Controladoria Geral do Município;
V) a adoção de medidas organizacionais indispensáveis ao cumprimento dos objetivos do Órgão."

Artigo 4º - O inciso II do artigo 7º da Lei nº. 2.218 de 22 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 7º - Aos ordenadores de despesas compete:
(...)
II - homologar, revogar ou anular as licitações, bem como ratificar as dispensas ou inexigibilidades, solidariamente com o Secretario Municipal de Administração;"

Artigo 5º - Permanecem vigentes as demais disposições da Lei nº. 2.2.18, de 22 de dezembro de 2009.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de dezembro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

LEI N° 2.259 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a Instituição da Política Municipal de Fomento à Socieoeconomia Solidária no Município de Cáceres, e dá outras providências.

O PREFEITO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Política Municipal de fomento à socioeconomia solidária integrará a política de desenvolvimento municipal de Cáceres, e visará o fomento aos empreendimentos econômicos solidários incentivando a sua criação, difusão, sustentabilidade e desenvolvimento.

Art. 2º - A socioeconomia solidária é formada pelos empreendimentos econômicos solidários representados por empresas de autogestão, cooperativas populares, clubes de troca, banco popular, redes de empreendimentos de autogestão que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:
I – sejam organizados sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade econômica e ambiental, da valorização do ser humano e do trabalho;
II – cujo objetivo, patrimônio e os resultados obtidos sejam revertidos para melhoria, sustentabilidade e distribuição de renda entre seus associados;
III – que tenham por instância máxima de deliberação, para todos os fins, a assembléia periódica de seus associados, onde todos tenham direito a voz e a voto, e por instâncias intermediárias aquelas que garantam a participação direta dos/as associados/as de acordo com as características de cada empreendimento;
IV – que adotem sistemas de prestação de contas detalhadas de acordo com as necessidades e interesse dos associados;
V – cujos sócios sejam seus trabalhadores, produtores, usuários ou gestores;
VI - cuja maior remuneração, com base no trabalho, não seja superior a seis vezes a menor remuneração;

§ 1º – Serão consideradas ainda, integrantes da socioeconomia solidária, como entidades de apoio, aquelas organizações e instituições, sem fins lucrativos, que formulam, fomentam e apóiam a socioeconomia solidária.

Art. 3º - São objetivos da Política Municipal de Fomento à socioeconomia solidária:
I – promover e difundir a educação solidária para consolidar os conceitos e as práticas sociais de associativismo, de cooperação, da solidariedade, da autogestão, da democracia e de valorização das pessoas e do trabalho;
II – proporcionar a criação e manutenção de oportunidades de trabalho, a geração e a distribuição de renda;

III – estimular a produção cooperativada, o comércio justo e o consumo ético de bens e serviços oferecidos pela socioeconomia solidária.
IV – incentivar o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.
V – promover o desenvolvimento solidário e sustentável reconhecendo a diversidade cultural e a biológica.
VI – promover a formação política, ética e a capacitação técnica dos/as trabalhadores/as dos empreendimentos da socioeconomia solidária.
VII – estimular a constituição de redes de colaboração solidária para o intercâmbio de experiências, conhecimentos e produtos.

Art. 4º São instrumentos da Política Municipal de Fomento à socioeconomia solidária:
I - educação, formação e capacitação técnica para cooperação e autogestão estimulando a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da socioeconomia solidária;
II - assessoria técnica para planejamento, elaboração e desenvolvimento de projetos econômicos;
III - apoio à promoção comercial e constituição de demanda através de assessoria técnica, abertura de mercados, compras governamentais e estímulo ao consumo dos produtos da socioeconomia solidária;
IV - apoio à pesquisa, à inovação e o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas aos empreendimentos econômicos solidários;
V - incubação e apoio técnico para criação de novos empreendimentos econômicos solidários;
VI – políticas de finanças solidárias para a criação, a recuperação e a reativação de empresas autogestionárias por trabalhadores/as;
VII - apoio jurídico e institucional à constituição de cooperativas e empresas de autogestão;
VIII - financiamento, incentivos e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio dos empreendimentos econômicos solidários;
IX - disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificidades das cooperativas e das empresas de autogestão, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, a disponibilização de garantias e a itens financiáveis;
X - cedência, sob a forma de comodato, de máquinas, equipamentos e acessórios, integrantes do patrimônio do Município.
XI – a constituição e manutenção atualizada de um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de socioeconomia solidária que cumpram os requisitos esta Lei.

Art. 5º A Política Municipal de Fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários será implementada através de um Sistema Municipal, com a finalidade de planejar e realizar a Política prevista nesta Lei, diretamente ou através de convênios ou instrumentos similares, através das seguintes instituições:

I – Município de Cáceres, através de seus órgãos da administração direta e indireta;
II – Universidades, Instituições Tecnológicas e de Pesquisa;
III - Instituições Financeiras que disponibilizem linhas de crédito;
IV - Entidades de Apoio e outras entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos, que atuem com os propósitos previstos nessa Lei.

Art. 6º. Os empreendimentos da socioeconomia solidária terão prioridade e critérios diferenciados para a obtenção de incentivos ao investimento e à fixação de atividades econômicas, conforme regulamentação, através de decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.
§ 1º – A preferência a que se refere o caput deverá ser especificada nas leis que tratam dos incentivos e suas regulamentações posteriores.

Art. 7º - O Município apoiará e promoverá pesquisas, desenvolvimento e transferência de tecnologias adequadas às necessidades dos empreendimentos da socioeconomia solidária.

Art. 8º - A aplicação da Política Municipal de Fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários que integram a socioeconomia solidária será organizada e acompanhada por um Conselho Municipal, de composição tripartite e paritária, formada por representantes do Município, das Entidades de Apoio e dos trabalhadores da socioeconomia solidária, conforme disposto em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 9º – O Conselho Municipal da socioeconomia solidária terá as seguintes atribuições:
I - estabelecer diretrizes e detalhar a Política Municipal de Fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários;
II - definir os critérios para seleção de programas e projetos a serem financiados com recursos públicos ou benefícios resultantes da implementação desta Política;
III - acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados por recursos públicos;
IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 10º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de dezembro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

LEI Nº 2.260 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

"Retifica a Lei Municipal n.º 2.222, de 01 de março de 2010, que alterou a Lei 2.220 de 22/03/2010, para adequação do orçamento da Câmara Municipal do exercício financeiro de 2010, alterando os artigos conforme discriminação abaixo e dá outras providências."

O PREFEITO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica alterado o artigo 2º da Lei n.º 2.222, de 01 de março de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º. A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

01 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO

FUNÇÃO DE GOVERNO	
Legislativa	2.955.601,20
Judiciária	537.200,00
Administração	6.634.700,00
Segurança Pública	9.200,00
Assistência Social	3.230.300,00
Saúde	17.995.426,80
Trabalho	25.900,00
Educação	27.168.428,00
Cultura	915.500,00
Urbanismo	14.236.119,00
Habitação	14.059.000,00
Saneamento	7.561.700,00
Gestão Ambiental	2.525.700,00
Agricultura	6.988.200,00
Indústria	5.000,00
Comércio e Serviços	1.751.400,00
Transporte	520.575,00
Desporto e Lazer	512.000,00

Encargos Especiais	6.419.100,00
Reserva de Contingência	1.640.100,00
TOTAL GERAL	**115.691.150,00**

02 – POR SUBFUNÇÕES

	SUB FUNÇÕES	
31	Ação Legislativa	2.955.601,20
62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	537.200,00
122	Administração Geral	9.028.118,00
123	Administração Financeira	2.625.700,00
127	Ordenamento Territorial	8.000,00
131	Comunicação Social	254.100,00
182	Defesa Civil	9.200,00
241	Assistência ao Idoso	175.400,00
242	Assistência ao Portador de Deficiência	40.400,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	947.400,00
244	Assistência Especial	2.888.200,00
301	Atenção Básica	12.398.626,80
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.494.200,00
303	Suporte Profilático e Terapêutico	544.300,00
304	Vigilância Sanitária	253.400,00
305	Vigilância Epidemiológica	478.000,00
334	Fomento ao Trabalho	25.900,00
361	Ensino Fundamental	23.776.928,00
362	Ensino Médio	301.700,00
364	Ensino Superior	38.800,00
365	Educação Infantil	2.442.600,00
366	Educação de Jovens e Adultos	15.500,00
392	Difusão Cultural	43.300,00
422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	52.600,00
451	Infra-estrutura Urbana	9.173.701,00
452	Serviços Urbanos	6.517.900,00
482	Habitação Urbana	14.059.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	6.752.300,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	7.600,00
606	Extensão Rural	6.071.700,00
661	Promoção Industrial	5.000,00
691	Promoção Comercial	5.000,00
695	Turismo	823.600,00
781	Transporte Aéreo	6.400,00
782	Transporte Rodoviário	362.575,00
812	Desporto Comunitário	512.000,00
843	Serviço da Dívida Interna	4.164.100,00
845	Transferências	9.100,00
846	Outros Encargos Especiais	2.245.900,00
999	Reserva de Contingência	1.640.100,00
	TOTAL GERAL	**115.691.150,00**

03 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	77.848.025,00
Despesas de Capital	36.203.025,00
Reserva de Contingência	1.640.100,00
TOTAL DE DESPESA	**115.691.150,00**

04 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 -	**Poder Legislativo**	**2.955.601,20**
1.1	Câmara Municipal	2.955.601,20
2 -	**Poder Executivo**	**112.735.548,80**
2.1	Gabinete do Prefeito	601.500,00
2.2	Secretaria Municipal de Governo	1.924.100,00
2.3	Secretaria Municipal de Administração	1.302.500,00
2.4	Secretaria Municipal de Finanças	10.675.800,00
2.5	Secretaria Municipal de Saúde	17.955.426,80
2.6	Secretaria Municipal de Educação	27.168.428,00
2.7	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	38.884.694,00
2.8	Secretaria Municipal de Meio Ambiente E Turismo	1.585.300,00
2.9	Secretaria Municipal de Planejamento	744.400,00
2.10	Secretaria Municipal de Agricultura	6.466.100,00
2.11	Secretaria Municipal de Ação Social	3.781.100,00
2.12	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	1.427.500,00
2.13	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	178.700,00
	Total	**115.691.150,00"**

Art. 2.° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. A alteração da redação do artigo 1° da Lei 2.222 de 01 de março de 2010, Discriminação dos Quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa e respectivos anexos da despesa tem efeito retroativo à vigência da mesma Lei 2.220, de 22 de dezembro de 2009.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de dezembro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
PREFEITO DE CÁCERES

Prefeitura Municipal de Campinápolis

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010

O Município de Campinápolis-MT através do Pregoeiro Oficial, torna Público aos interessados, o resultado do Julgamento do Pregão Presencial nº 020/2010, tendo como vencedor o licitante M. A Campos Comercio – ME **Lote 02** – material de limpeza R$ 1.200,40 (Um Mil e Duzentos Reais e Quarenta Centavos); **Lote 03** – Gêneros Alimentícios R$ Gêneros Alimentos R$ 6.979,50 (Seis Mil Novecentos e Setenta e Nove Reais) ; e **Lote 04** – tecidos e aviamentos R$ 5.629,00 (Cinco Mil Seis e Vinte e Nove Reais) Por ter sido considerada vantajosa para a administração municipal, haja vista ter apresentado preços compatíveis com aqueles praticados no mercado e na região. Por ser verdade, datamos e firmamos o presente para que surta seus efeitos. Campinapolis-MT, 16 de dezembro de 2010.

WANDERLAN GONDIM SILVEIRA
Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Campo Verde

RESULTADO DO PREGÃO Nº 072/2010

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento, classificação das propostas da presente licitação para as empresas **CUIABÁ COM. DE PAP. E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TELEFONIA LTDA – ME,** CNPJ Nº 10.339.441/0001-76, os **Lotes 01, 03 e 05** para **CAPITAL COM. REPRESENTAÇÃO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – EPP**, CNPJ Nº 08.839.181/0001-56, o **Lote 04 09 e 11** e para **RAIMEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ Nº 02.714.100/0004-58, os **Lotes 07 e 10.**

Campo Verde – MT, 16 de dezembro de 2010.

Ildo Ademar Scherer
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0001/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	2.000,00	01.01	01.031.0101	2.002.3.3.90.30.00.00.00.00	DESPESA COM PUBLICIDADE
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	114.000,00	01.01	01.271.0101	2.001.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	6.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.41.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	5.500,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	55.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	90.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	135.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.93.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	68.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	16.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	16.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	450.000,00	01.01	01.031.0101	2.001.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMA
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	9.000,00	01.01	01.031.0101	2.002.3.3.90.39.00.00.00.00	DESPESA COM PUBLICIDADE
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	8.500,00	01.01	01.031.0101	2.002.3.3.90.36.00.00.00.00	DESPESA COM PUBLICIDADE
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a legislação vigente.	Recursos Ordinários	10.000,00	01.01	01.031.0101	1.002.4.4.90.52.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENT
	Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do municipio inerentes ao poder legislativo segundo a	Recursos Ordinários	15.000,00	01.01	01.031.0101	1.003.4.4.90.51.00.00.00.00	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA CÂM

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0002/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	27.000,00	02.01	04.122.0401	2.003.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	1.100,00	02.01	04.122.0401	2.003.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	11.000,00	02.01	04.122.0401	2.003.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	262.000,00	02.01	04.122.0401	2.003.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	11.000,00	02.01	04.122.0401	2.003.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	55.100,00	02.01	04.271.0401	2.003.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	37.000,00	02.01	04.131.0401	1.005.3.3.90.39.00.00.00.00	DIVULGAÇÃO OFICIAL
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	16.000,00	02.01	04.122.0401	2.003.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Recursos Ordinários	4.800,00	02.01	04.122.0401	2.003.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREF
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	53.500,00	03.01	04.122.0402	2.056.3.3.90.39.00.00.00.00	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICC
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	2.100,00	03.02	04.122.0402	2.006.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	14.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	2.100,00	03.02	04.122.0402	2.006.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	11.000,00	03.01	04.122.0402	1.006.3.3.30.41.00.00.00.00	APOIO A ASSOC. COMERCIAL E INDUST
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	10.000,00	03.01	04.122.0402	2.068.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DE OUTROS ENTES DA I
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	273.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	20.000,00	03.01	04.122.0402	2.068.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DE OUTROS ENTES DA I
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	43.000,00	03.01	04.122.0402	2.004.3.3.90.39.00.00.00.00	APOIO A ENTIDADES MUNICIP. AMM e C
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	385.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	11.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST

SSO

Betha Sistemas

L DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

) / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Página: 0003/30

Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	324.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	16.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	4.100,00	03.02	04.271.0402	2.006.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	290.000,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	23.500,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	5.500,00	03.01	04.122.0402	2.005.3.3.90.91.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	81.000,00	03.01	04.271.0402	2.005.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINIST
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	19.500,00	03.02	04.122.0402	2.006.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	2.100,00	03.02	04.122.0402	2.006.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	2.100,00	03.02	04.122.0402	2.006.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	20.000,00	03.01	04.122.0402	2.068.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DE OUTROS ENTES DA
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	100.000,00	04.02	04.123.0403	1.007.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO DE POSTOS FISCAIS
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	35.500,00	04.01	04.122.0403	2.007.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Contribuição PASEP	Recursos Ordinários	209.000,00	04.01	28.845.0000	0.001.3.3.90.47.00.00.00.00	PROG. FORMAÇÃO DO PRATIMÔNIO DO
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	5.500,00	04.01	04.122.0403	2.007.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	40.500,00	04.02	04.271.0403	2.009.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	65.000,00	04.03	04.123.0403	2.010.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0004/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	1.100,00	04.03	04.123.0403	2.010.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	14.000,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	192.000,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	5.500,00	04.02	04.123.0403	2.009.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	5.500,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	11.000,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.3.90.31.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	3.200,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	42.000,00	04.01	28.843.0403	2.008.4.6.90.71.00.00.00.00	RESGATE E PARCELAMENTO DA DÍVID/
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	22.000,00	04.01	28.843.0403	2.008.3.2.90.21.00.00.00.00	RESGATE E PARCELAMENTO DA DÍVID/
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	7.500,00	04.01	04.271.0403	2.007.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	7.500,00	04.01	04.122.0403	2.007.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de	Recursos Ordinários	5.500,00	04.01	04.122.0403	2.007.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

)SSO

Betha Sistemas

\L DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

:o / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	2.100,00	04.01	04.122.0403	2.007.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	7.500,00	04.01	04.122.0403	2.007.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	11.000,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	17.000,00	04.03	04.123.0403	2.010.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	2.000,00	04.03	04.123.0403	2.010.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	1.100,00	04.03	04.123.0403	2.010.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	3.200,00	04.02	04.123.0403	2.009.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	14.000,00	04.03	04.271.0403	2.010.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Efetivar a gestão dos recursos do município, compeendendo o controle e a aplicação de tais recursos e zelar pela correta destinação dos recursos bem como pelo cumprimento das normas da Lei de Responsa	Recursos Ordinários	2.000,00	04.03	04.123.0403	2.010.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	22.000,00	05.02	25.752.1501	2.016.3.3.90.30.00.00.00.00	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	214.000,00	05.01	04.122.1501	2.011.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0006/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	107.000,00	05.01	04.122.1501	2.011.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	70.000,00	05.01	26.452.1501	1.008.4.4.90.52.00.00.00.00	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Convênios - Outros	1.000.000,00	05.02	16.482.0801	1.009.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	20.000,00	05.02	15.451.1501	1.010.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO DE PARQUES E JARDIN
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	10.000,00	05.02	15.452.1501	1.012.3.3.90.36.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE PASSEIOS E PAISAGISM
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	25.000,00	05.02	15.452.1501	1.012.3.3.90.30.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE PASSEIOS E PAISAGISM
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Transf. de Convênios - Outros	310.000,00	05.02	15.452.1501	1.012.4.4.90.51.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE PASSEIOS E PAISAGISM
	Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	401.000,00	05.04	17.512.1701	1.014.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO NO SISTE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	11.000,00	05.01	04.122.1501	2.011.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e	Recursos Ordinários	5.500,00	05.01	04.122.1501	2.011.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

)SSO

Betha Sistemas

\L DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

o / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	2.000,00	05.01	04.122.1501	2.011.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	16.000,00	05.01	04.122.1501	2.011.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	45.000,00	05.01	04.271.1501	2.011.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	435.160,00	05.01	26.782.1501	2.013.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	70.000,00	05.02	25.752.1501	2.016.3.3.90.39.00.00.00.00	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	2.285.000,00	05.02	15.451.1501	2.014.4.4.90.51.00.00.00.00	PAVIMENTAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CON
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	481.000,00	05.02	15.452.1501	2.015.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	277.700,00	05.02	15.452.1501	2.015.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	75.000,00	05.02	15.452.1501	2.015.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	2.500,00	05.02	15.452.1501	2.015.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0008/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	53.000,00	05.02	15.452.1501	2.015.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	30.000,00	05.02	15.452.1501	2.015.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	101.500,00	05.02	15.271.1501	2.015.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	1.100,00	05.01	04.122.1501	2.011.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	21.000,00	05.01	26.782.1501	2.055.3.3.70.41.00.00.00.00	MANUT. DO CONSÓRCIO INTERMUNICII
	Desenvolver ações que garantam a manuntenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.	Recursos Ordinários	75.000,00	05.03	26.782.2601	2.018.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULO
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Contrib. Custeio Iluminação Pública	100.000,00	05.02	25.752.1501	2.016.4.4.90.51.00.00.00.00	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE
	Desenvolver ações que garantam a manuntenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.	Recursos Ordinários	34.000,00	05.03	26.782.2601	2.018.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULO
	Desenvolver ações que garantam a manuntenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.	Recursos Ordinários	11.000,00	05.03	26.782.2601	2.018.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULO
	Desenvolver ações que garantam a manuntenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.	Recursos Ordinários	107.000,00	05.03	26.782.2601	2.018.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULO
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	40.000,00	05.01	26.782.1501	2.012.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO E OU REFORMA DE PON
	Desenvolver ações que garantam a manuntenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o	Recursos Ordinários	7.500,00	05.03	26.271.2601	2.018.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULO

)SSO

Betha Sistemas

AL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

:o / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Página: 0009/30

Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	37.500,00	05.04	17.512.1701	2.019.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	21.500,00	05.04	17.512.1701	2.019.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	11.000,00	05.04	17.512.1701	2.019.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	2.000,00	05.04	17.512.1701	2.019.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	1.200,00	05.04	17.512.1701	2.019.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	161.000,00	05.04	17.512.1701	2.019.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	8.000,00	05.04	17.271.1701	2.019.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC
Desenvolver ações que garantam a manuntenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.	Recursos Ordinários	16.000,00	05.03	26.782.2601	2.018.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULO
Elevar a qualidade de vida da população através da implantação de projetos de infraestrutura realacionados ao saneamento básico.	Recursos Ordinários	50.000,00	05.02	17.512.1701	2.017.4.4.90.51.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS
Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	3.300,00	06.01	04.128.0401	2.020.3.3.90.39.00.00.00.00	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RE
Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	65.000,00	06.01	10.302.1001	2.025.3.3.70.41.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERM
Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.14.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	101.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.36.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	15.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.39.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0010/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	11.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.4.4.90.52.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	167.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.1.90.34.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	210.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.1.90.34.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	11.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.33.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	10.000,00	06.01	10.303.1001	2.027.3.3.90.32.00.00.00.00	PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	107.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.39.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	25.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.4.4.90.52.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	44.000,00	06.01	10.271.1001	2.022.3.1.90.13.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	97.000,00	06.01	10.301.1001	2.024.3.1.90.11.00.00.00.00	MANTUNÇÃO DO PACS
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	7.300,00	06.01	10.301.1001	2.024.3.3.90.30.00.00.00.00	MANTUNÇÃO DO PACS
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.301.1001	2.024.3.1.90.11.00.00.00.00	MANTUNÇÃO DO PACS
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.600,00	06.01	10.301.1001	2.024.3.3.90.14.00.00.00.00	MANTUNÇÃO DO PACS
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.600,00	06.01	10.301.1001	2.024.3.3.90.39.00.00.00.00	MANTUNÇÃO DO PACS
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	24.500,00	06.01	10.271.1001	2.024.3.1.90.13.00.00.00.00	MANTUNÇÃO DO PACS
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	27.000,00	06.01	10.271.0401	2.021.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0011/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	11.000,00	06.01	10.122.0401	2.021.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	11.000,00	06.01	10.122.0401	2.021.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	66.000,00	06.01	10.122.0401	2.021.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	208.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.1.90.11.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	155.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	127.500,00	06.01	10.122.0401	2.021.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	11.000,00	06.01	10.122.0401	2.021.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.122.0401	2.021.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	160.000,00	06.01	10.301.1001	1.015.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POST
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	60.000,00	06.01	10.302.1001	1.016.4.4.90.52.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	11.000,00	06.01	10.122.0401	2.021.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚ
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	3.200,00	06.01	04.128.0401	2.020.3.3.90.36.00.00.00.00	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RE
	Dar o suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do governo municipal	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	4.200,00	06.01	04.128.0401	2.020.3.3.90.14.00.00.00.00	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	55.000,00	06.01	10.301.1001	2.022.3.1.90.34.00.00.00.00	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	41.000,00	06.01	10.303.1001	2.027.3.3.90.32.00.00.00.00	PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	3.500,00	06.01	10.305.1001	2.067.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA R
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	12.000,00	06.01	10.301.1001	2.028.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0012/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	16.000,00	06.01	10.301.1001	2.028.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	600,00	06.01	10.301.1001	2.061.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA SAUDE AMBULATORIAL
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	45.000,00	06.01	10.301.1001	2.028.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	11.000,00	06.01	10.301.1001	2.028.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.500,00	06.01	10.301.1001	2.028.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	5.000,00	06.01	10.271.1001	2.028.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	640.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.1.90.34.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.3.90.14.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	44.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.3.90.33.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	11.000,00	06.01	10.301.1001	2.028.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	107.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.3.90.39.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	235.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.1.90.34.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	178.740,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.3.90.36.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	16.000,00	06.01	10.302.1001	2.029.4.4.90.52.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0013/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	31.000,00	06.01	10.271.1001	2.029.3.1.90.13.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	21.000,00	06.02	10.304.1001	2.030.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIG
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	1.100,00	06.01	10.305.1001	2.066.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE VACINAÇÃO DO IDOSO
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	1.100,00	06.01	10.305.1001	2.065.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA P
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	1.100,00	06.01	10.303.1001	2.064.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE PREVENÇÃO A HIPERTI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	550,00	06.02	10.305.1001	2.063.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE VACINAÇÃO ANTIRÁBIC
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	145.500,00	06.01	10.302.1001	2.029.3.1.90.11.00.00.00.00	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITAI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	21.000,00	06.01	10.301.1001	2.028.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saúde-Est	2.200,00	06.01	10.303.1001	2.062.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DIABETE MELLITUS
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	3.500,00	06.02	10.304.1001	2.030.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIG
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	22.000,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.1.90.11.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	5.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.3.90.39.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.500,00	06.01	10.271.1001	2.031.3.1.90.13.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	1.400,00	06.02	10.304.1001	2.030.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIG
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.4.4.90.52.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0014/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.3.90.39.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	10.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.3.90.30.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	21.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.3.90.14.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	26.000,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.1.90.11.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.3.90.30.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	26.000,00	06.01	10.303.1001	2.027.3.3.90.32.00.00.00.00	PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	5.000,00	06.01	10.271.1001	2.031.3.1.90.13.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.000,00	06.02	10.271.1001	2.030.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIG
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Transf. Sist. Unico Saúde - União	7.800,00	06.02	10.304.1001	2.030.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIG
	Ofertar e proporcionar a população camposjuliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.	Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	5.500,00	06.01	10.305.1001	2.031.3.3.90.36.00.00.00.00	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIEI
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.500,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	1.100,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	85.000,00	07.03	08.243.0801	2.033.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e	Recursos Ordinários	22.000,00	07.01	08.244.0801	2.034.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS

ESTADO DE MATO GROSSO Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO Página: 0015/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.03	08.243.0801	2.033.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	7.500,00	07.03	08.243.0801	2.033.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.000,00	07.01	08.244.0801	2.057.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	11.000,00	07.01	08.244.0801	2.034.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	11.000,00	07.01	08.244.0801	2.034.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	7.500,00	07.03	08.243.0801	2.033.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	59.000,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.01	08.244.0801	1.018.3.3.90.36.00.00.00.00	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Rec. Fundo Nacional Assist. Social - FNAS	5.200,00	07.01	08.244.0801	1.018.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.200,00	07.01	08.244.0801	1.018.3.3.90.39.00.00.00.00	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.01	08.244.0801	1.018.3.3.90.30.00.00.00.00	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	11.000,00	07.03	08.243.0801	2.033.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0016/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.03	08.243.0801	2.033.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	18.000,00	07.03	08.271.0801	2.033.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	20.000,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	75.000,00	07.01	08.244.0801	2.034.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	16.000,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Rec. Fundo Nacional Assist. Social - FNAS	3.100,00	07.01	08.244.0801	1.018.3.3.90.39.00.00.00.00	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	38.000,00	07.01	08.244.0801	1.019.3.3.90.32.00.00.00.00	PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	60.000,00	07.01	08.244.0801	1.020.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE OBRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Rec. Fundo Nacional Assist. Social - FNAS	5.200,00	07.01	08.244.0801	1.018.3.3.90.36.00.00.00.00	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	21.500,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	16.000,00	07.03	08.243.0801	2.033.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELA
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.01	08.244.0801	2.036.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - AP

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0017/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.000,00	07.01	08.244.0801	2.036.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - AP
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Convênios - Outros	600,00	07.01	08.244.0801	2.036.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - AP
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.01	08.244.0801	2.034.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.000,00	07.01	08.244.0801	2.059.3.3.90.39.00.00.00.00	APOIO A PESSOAS DEFICIENTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.01	08.244.0801	2.057.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	22.000,00	07.01	08.244.0801	2.034.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.000,00	07.01	08.244.0801	2.036.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - AP
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	16.000,00	07.01	08.271.0801	2.034.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	11.000,00	07.01	08.244.0801	2.035.3.3.90.36.00.00.00.00	CURSOS PROFISSIONALIZANTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.500,00	07.01	08.244.0801	2.035.3.3.90.30.00.00.00.00	CURSOS PROFISSIONALIZANTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	27.000,00	07.01	08.244.0801	2.034.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASS
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados	Transf. Convênios - Outros	4.000,00	07.01	08.244.0801	2.036.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - AP

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0018/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Convênios - Outros	1.100,00	07.01	08.244.0801	2.036.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - AP
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	12.500,00	07.01	08.271.0801	2.057.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. S
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Rec. Fundo Nacional Assist. Social - FNAS	2.300,00	07.01	08.244.0801	2.058.4.4.90.52.00.00.00.00	INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZAD
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Rec. Fundo Nacional Assist. Social - FNAS	1.700,00	07.01	08.244.0801	2.058.3.3.90.30.00.00.00.00	INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZAD
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Convênios - Outros	4.000,00	07.01	08.244.0801	2.059.3.3.90.30.00.00.00.00	APOIO A PESSOAS DEFICIENTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Convênios - Outros	1.100,00	07.01	08.244.0801	2.059.3.3.90.36.00.00.00.00	APOIO A PESSOAS DEFICIENTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Transf. Convênios - Outros	2.000,00	07.01	08.244.0801	2.059.3.3.90.39.00.00.00.00	APOIO A PESSOAS DEFICIENTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	5.500,00	07.01	08.244.0801	2.059.3.3.90.30.00.00.00.00	APOIO A PESSOAS DEFICIENTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	3.000,00	07.01	08.244.0801	2.059.3.3.90.36.00.00.00.00	APOIO A PESSOAS DEFICIENTES
	Diminuir a desigualdade social suprindo as carências da população, objetivando a integração social dos idosos, crianças e adolescentes, deficientes, desempregados e outros desvalidos, proporcionando a	Recursos Ordinários	7.500,00	07.01	08.244.0801	2.035.3.3.90.39.00.00.00.00	CURSOS PROFISSIONALIZANTES
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	18.000,00	08.02	12.365.1202	1.028.3.3.90.30.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGIC
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	3.500,00	08.02	12.365.1202	1.028.4.4.90.52.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGIC

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0019/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	22.000,00	08.01	12.364.1201	1.027.3.3.90.30.00.00.00.00	INCENTIVO A ESTUDANTES DE NÍVEL S
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	5.500,00	08.01	12.364.1201	1.027.3.3.90.39.00.00.00.00	INCENTIVO A ESTUDANTES DE NÍVEL S
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	3.000,00	08.01	12.364.1201	1.026.3.3.90.36.00.00.00.00	EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR - CO
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	11.000,00	08.01	12.364.1201	1.026.3.3.30.41.00.00.00.00	EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR - CO
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	3.000,00	08.01	12.364.1201	1.026.3.3.90.39.00.00.00.00	EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR - CO
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	5.500,00	08.01	12.364.1201	1.026.3.3.90.30.00.00.00.00	EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR - CO
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	11.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	65.000,00	08.02	12.365.1202	2.045.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIF
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	642.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	16.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0020/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	107.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	32.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	197.900,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	43.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	38.500,00	08.02	12.271.1202	2.045.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIF
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	7.500,00	08.02	12.365.1202	2.046.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PNAP - I
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	9.000,00	08.02	12.365.1202	2.046.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PNAP - I
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. do FUNDEB - 60%	32.000,00	08.03	12.361.1201	2.047.3.1.90.04.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60%
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. do FUNDEB - 60%	1.306.000,00	08.03	12.361.1201	2.047.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60%
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. do FUNDEB - 60%	281.000,00	08.03	12.271.1201	2.047.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60%
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. do FUNDEB - 60%	55.000,00	08.03	12.361.1201	2.048.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO FUNDEB 40%

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0021/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. do FUNDEB - 60%	6.000,00	08.03	12.361.1201	2.048.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO FUNDEB 40%
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	60.000,00	08.01	12.361.1201	1.022.4.4.90.52.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O TRAN
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	4.000,00	08.01	12.361.1201	2.060.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUT.PROG. NAC. DE ALIMENT. ESC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	16.000,00	08.01	12.361.1201	2.037.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	100.000,00	08.01	12.361.1201	1.021.4.4.90.51.00.00.00.00	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REF. DE I
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	215.000,00	08.01	12.361.1201	2.042.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	8.500,00	08.01	12.361.1201	2.038.3.3.90.36.00.00.00.00	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	5.500,00	08.01	12.361.1201	2.039.4.4.90.52.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGIC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	90.000,00	08.01	12.361.1201	2.039.3.3.90.30.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGIC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	215.000,00	08.01	12.361.1201	2.040.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. NAC. ALIMEN

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0022/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	41.000,00	08.01	12.361.1201	2.040.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. NAC. ALIMEN
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	500,00	08.01	12.361.1201	2.041.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - PDDE
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	16.000,00	08.01	12.361.1201	2.042.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESC
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	16.000,00	08.02	12.365.1202	2.045.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIF
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. de Convênios - Educação	80.000,00	08.01	12.361.1201	2.042.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	5.500,00	08.01	12.361.1201	2.042.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	3.500,00	08.01	12.361.1201	2.042.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	22.000,00	08.01	12.361.1201	2.042.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESC
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Salário Educação	75.000,00	08.01	12.361.1201	2.043.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRI
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Salário Educação	11.000,00	08.01	12.361.1201	2.043.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRI

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0023/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. Rec. FNDE - Salário Educação	11.000,00	08.01	12.361.1201	2.043.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRI
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	61.000,00	08.02	12.365.1202	2.044.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. NAC. ALIM. C
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Transf. Rec. FNDE - Outras Transferência do FNDE	7.500,00	08.02	12.365.1202	2.044.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO PROG. NAC. ALIM. C
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	3.500,00	08.02	12.365.1202	2.045.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIP
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	3.500,00	08.02	12.365.1202	2.045.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIP
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	40.250,00	08.02	12.365.1202	2.045.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIP
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	111.000,00	08.02	12.365.1202	2.045.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIP
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	16.000,00	08.01	12.361.1201	2.038.3.3.90.39.00.00.00.00	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	7.500,00	08.01	12.361.1201	2.038.3.3.90.14.00.00.00.00	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	135.000,00	08.01	12.271.1201	2.037.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICI
	Realização de ações objetivando o desenvolvimento das crianças da faixa etária de no máximo seis anos.	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 25%	182.000,00	08.02	12.365.1202	2.045.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIP
	Desenvolver ações de educação especial, transporte, merenda escolar e erradicação do analfabetismo atuando complementarmente no apoio ao ensino médio e profissional, ensino superior, cursos de capacit	Transf. do FUNDEB - 60%	24.000,00	08.03	12.361.1201	2.048.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO FUNDEB 40%
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	16.000,00	09.01	20.606.2001	1.034.3.3.90.36.00.00.00.00	INCENTIVO A ASSENTAMENTOS RURAIS

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0024/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Promover ações de preservação e recupração dos recursos naturais do município afim de assegurar a continuidade de espécies vegetais e animais para posteridade quanto para melhoria das condiçoes de vid	Recursos Ordinários	5.500,00	09.01	18.541.1801	1.030.3.3.90.30.00.00.00.00	CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃ(
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	30.500,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	5.500,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	1.100,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	5.500,00	09.01	20.122.2001	2.049.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	16.000,00	09.01	20.271.2001	2.049.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	5.500,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Promover ações de preservação e recupração dos recursos naturais do município afim de assegurar a continuidade de espécies vegetais e animais para posteridade quanto para melhoria das condiçoes de vid	Recursos Ordinários	11.000,00	09.01	18.541.1801	1.030.3.3.90.36.00.00.00.00	CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃ(
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	5.500,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	5.500,00	09.01	20.606.2001	1.035.3.3.90.36.00.00.00.00	MICRO BACIAS
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	1.100,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0025/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Promover ações de preservação e recupração dos recursos naturais do município afim de assegurar a continuidade de espécies vegetais e animais para posteridade quanto para melhoria das condiçoes de vid	Recursos Ordinários	11.000,00	09.01	18.541.1801	1.030.3.3.90.39.00.00.00.00	CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃ(
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	11.000,00	09.01	20.602.2001	1.031.3.3.90.30.00.00.00.00	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE APO
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	16.000,00	09.01	20.602.2001	1.031.3.3.90.39.00.00.00.00	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE APO
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	11.000,00	09.01	20.602.2001	1.031.3.3.90.36.00.00.00.00	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE APO
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	75.000,00	09.01	20.122.2001	2.049.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. A
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	22.000,00	09.01	20.606.2001	1.035.3.3.90.30.00.00.00.00	MICRO BACIAS
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	16.000,00	09.01	20.606.2001	1.034.3.3.90.30.00.00.00.00	INCENTIVO A ASSENTAMENTOS RURAI
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	16.000,00	09.01	20.606.2001	1.034.3.3.90.39.00.00.00.00	INCENTIVO A ASSENTAMENTOS RURAI
	Oferecer condições para o produtor rural objetivando a diversificação da produção e o aumento da sua produtividade e da renda, melhorando sua condição de vida buscando a diminuição do exodo rural.	Recursos Ordinários	11.000,00	09.01	20.606.2001	1.035.3.3.90.39.00.00.00.00	MICRO BACIAS
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	5.500,00	10.01	22.122.1501	2.050.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	18.500,00	10.01	22.122.1501	2.050.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0026/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	5.500,00	10.01	22.122.1501	2.050.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	1.100,00	10.01	22.122.1501	2.050.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	1.700,00	10.01	22.122.1501	2.050.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	256.200,00	10.01	23.661.1501	1.044.4.4.90.51.00.00.00.00	CONTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇ
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	5.500,00	10.01	22.122.1501	2.050.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	5.500,00	10.01	22.122.1501	2.050.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Dotar os aglomerados urbanos do município com uma rede viária em condições de trafegabilidade, manutenção e melhoramento em praças, parques e paisagismo urbano e manter os serviços urbanos de coleta d	Recursos Ordinários	4.000,00	10.01	22.271.1501	2.050.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC.
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	37.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	140.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	43.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	13.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.3.90.31.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0027/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	11.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	59.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.1.90.34.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	1.700,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	6.000,00	11.02	27.271.2701	2.052.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	30.000,00	11.01	13.271.1301	2.051.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	28.000,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	11.000,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	5.500,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	11.000,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	11.000,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos	Recursos Ordinários	9.000,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.3.90.31.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0028/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	11.000,00	11.02	27.812.2701	2.052.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	4.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	43.000,00	11.01	13.122.1301	2.051.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	28.000,00	11.03	23.122.2301	2.053.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	6.500,00	11.03	23.695.2301	1.042.3.3.90.39.00.00.00.00	IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS TURÍST
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	2.200,00	11.01	13.392.1301	1.038.3.3.90.36.00.00.00.00	INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	6.000,00	11.03	23.271.2301	2.053.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	1.100,00	11.03	23.122.2301	2.053.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	5.500,00	11.02	27.812.2701	2.052.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	1.100,00	11.03	23.122.2301	2.053.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	1.100,00	11.03	23.122.2301	2.053.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	1.100,00	11.03	23.122.2301	2.053.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0029/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	1.100,00	11.03	23.122.2301	2.053.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	3.500,00	11.01	13.392.1301	1.038.3.3.90.30.00.00.00.00	INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	1.100,00	11.03	23.122.2301	2.053.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	3.500,00	11.02	27.812.2701	1.041.3.3.90.30.00.00.00.00	APOIO AO DESENV. DE ATIVIDADES ESI
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	11.000,00	11.02	27.812.2701	1.041.3.3.90.36.00.00.00.00	APOIO AO DESENV. DE ATIVIDADES ESI
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	11.000,00	11.02	27.812.2701	1.041.3.3.90.31.00.00.00.00	APOIO AO DESENV. DE ATIVIDADES ESI
	Incentivar o desenvolvoimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil através de apoio a eventos desportivos, à participação em jogos regionais e oferecer a população a infraestrutu	Recursos Ordinários	13.000,00	11.02	27.812.2701	1.041.3.3.90.39.00.00.00.00	APOIO AO DESENV. DE ATIVIDADES ESI
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	6.500,00	11.03	23.695.2301	1.042.3.3.90.36.00.00.00.00	IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS TURÍST
	Assegurar as ações que objetivam a promoção e o desenvolvimento do turismo e a divulgação do potencila turístico do Município e apoio aos empreendimentos executados com tal objetivo	Recursos Ordinários	3.500,00	11.03	23.695.2301	1.042.3.3.90.30.00.00.00.00	IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS TURÍST
	Incentivar as atividades relacionadas a cultura, folclore e outras manifestações artísticas da população, ampliar o acervo da biblioteca pública municipal, coordenando eventos comemorativos e festivai	Recursos Ordinários	11.000,00	11.01	13.392.1301	1.038.3.3.90.39.00.00.00.00	INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	52.000,00	12.01	04.122.0402	2.054.3.1.90.11.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. CO
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	5.500,00	12.01	04.122.0402	2.054.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. CO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Compatibilização do Orçamento / Metas Fiscais (Inciso I do Artigo 5º da L.C. nº 101/00) - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página: 0030/30

Metas	Objetivos	Recursos	Previsão 2011	Órg/Unid	Funcional	Dotação	Descrição
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	3.500,00	12.01	04.122.0402	2.054.3.3.90.36.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COI
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	5.500,00	12.01	04.122.0402	2.054.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COI
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	5.500,00	12.01	04.122.0402	2.054.3.3.90.14.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COI
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	7.500,00	12.01	04.122.0402	2.054.3.3.90.33.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COI
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	5.500,00	12.01	04.122.0402	2.054.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COI
	Dar suporte administrativo necessário a execução dos programas finalísticos do gverno municipal.	Recursos Ordinários	11.000,00	12.01	04.271.0402	2.054.3.1.90.13.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COI
	Atendimento de Passivos Contigentes e outros riscos eventuais fiscais imprevistos consoante o disposto no inciso III do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal	Recursos Ordinários	45.000,00	90.99	99.999.9999	9.999.9.9.99.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
		Total Entidade:	20.829.100,00				
		Total Geral:	20.829.100,00				

CAMPOS DE JÚLIO, 23/11/2010

DORVIL MACHADO
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO NIZER
Contador CRC/MT037792/T-7

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Página: 1/5
Data: 23/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	13.002.797,53	16.246.269,11	15.528.030,57	15.296.750,00	17.444.100,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	1.599.475,95	2.982.787,89	2.448.708,19	1.985.500,00	3.202.600,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.424.056,24	2.870.706,94	2.336.914,55	1.797.500,00	3.000.600,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	485.484,46	967.797,45	797.252,41	972.500,00	1.000.600,00
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	85.280,96	75.665,51	73.407,54	171.000,00	145.600,00
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	109.200,00
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	27.300,00
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	45.500,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução IPTU - Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.400,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	223.015,88	318.999,38	381.938,38	331.000,00	354.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	223.015,88	318.999,38	381.938,38	331.000,00	354.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	212.400,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	53.100,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	88.500,00
1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	177.187,62	573.132,56	341.906,49	470.500,00	501.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	0,00	0,00	0,00	0,00	300.600,00
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	0,00	0,00	0,00	0,00	75.150,00
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	0,00	0,00	0,00	0,00	125.250,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	938.571,78	1.902.909,49	1.539.662,14	825.000,00	2.000.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	938.571,78	1.906.798,15	1.539.662,14	825.000,00	2.000.000,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Redutor ISSQN	0,00	-3.888,66	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	103.724,65	112.080,95	111.793,64	188.000,00	202.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	71.462,34	73.866,51	70.929,22	133.000,00	143.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	71.462,34	73.866,51	70.929,22	133.000,00	143.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	32.262,31	38.214,44	40.864,42	55.000,00	59.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	32.262,31	38.214,44	40.864,42	55.000,00	59.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	71.695,06	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	117.420,30	129.100,72	153.718,94	139.000,00	148.000,00
1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	117.420,30	129.100,72	153.718,94	139.000,00	148.000,00
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	117.420,30	129.100,72	153.718,94	139.000,00	148.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	53.792,13	77.679,38	54.935,91	17.850,00	20.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	53.792,13	77.679,38	54.935,91	17.850,00	20.000,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	53.792,13	77.679,38	54.935,91	17.850,00	20.000,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	40.267,92	55.901,29	18.698,84	12.850,00	14.000,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	24.876,07	39.673,47	4.124,87	6.000,00	6.500,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	2.743,51	8.563,08	2.350,00	2.500,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0,00	5.655,91	2.328,11	2.300,00	2.500,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	15.391,85	8.940,97	3.682,78	2.200,00	2.500,00
9.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Redutor Rem. Depósitos Bancários	0,00	-1.112,57	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	13.524,21	21.778,09	36.237,07	5.000,00	6.000,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	13.524,21	21.778,09	36.237,07	5.000,00	6.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	101.814,55	110.552,55	88.307,20	85.000,00	91.000,00

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO						
1.6.0.0.01.99.00.00.00	Outros Serv. Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serv. de Inscrição em Concurso Públicos	0,00	21.480,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serv. de Fornecimento de Água	101.814,55	89.072,55	88.307,20	85.000,00	91.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.909.532,45	12.702.797,65	12.597.128,45	12.948.400,00	13.837.900,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.722.017,77	12.587.941,65	12.411.770,31	12.853.400,00	13.726.900,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	3.503.322,43	4.328.779,35	4.335.473,51	4.232.900,00	4.530.350,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	2.664.505,60	3.208.052,82	3.260.624,64	3.078.400,00	3.292.800,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	3.081.762,24	3.727.072,13	3.705.820,61	3.809.000,00	3.260.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução da Receita p/formação do FUNDEB - FPM	-507.918,19	-654.306,74	-687.222,38	-761.000,00	-815.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	2.445.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	611.250,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	1.018.750,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	109.892,73	156.066,95	302.532,86	38.000,00	32.800,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-19.231,18	-20.779,52	-60.506,45	-7.600,00	-8.200,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	24.600,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	10.250,00
1.7.2.1.09.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	72.632,03	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.02.00.00.00	FEX. Auxlio Financeiro Fomento Exportações	261.567,57	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	31.101,93	49.702,66	36.520,30	51.000,00	55.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	31.101,93	49.702,66	36.520,30	51.000,00	55.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	301.088,85	322.442,41	385.585,10	517.500,00	556.300,00
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. Saude - PAB	52.891,79	22.575,33	87.257,50	92.000,00	98.000,00
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. Saúde - Controle de Epidemias	35.364,78	54.623,76	20.756,78	30.000,00	32.000,00
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. Saúde - Farmácia Básica	953,16	18.403,83	20.749,50	25.000,00	26.000,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recurs SUS - PCN Nutrição	0,00	0,00	778,13	0,00	0,00
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. Saúde - Vig. Sanitária	1.799,62	7.200,00	8.141,49	8.500,00	9.000,00
1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. Saúde - PSF	100.200,00	99.000,00	115.200,00	214.000,00	228.000,00
1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. Saúde - Ag. Com. de Saúde	38.411,50	85.122,66	95.676,00	91.000,00	97.500,00
1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transf. Saúde - Saúde Bucal	25.500,00	31.500,00	36.000,00	36.000,00	39.000,00
1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. Saúde - Hipertensão	12.840,36	672,88	0,00	1.000,00	1.100,00
1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. SUS - Poliomelite	0,00	616,83	0,00	1.000,00	1.100,00
1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transf. SUS - Vac. Idoso	0,00	223,12	0,00	1.000,00	1.100,00
1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. SUS - Vac. Rubeola	0,00	2.504,00	0,00	3.000,00	3.500,00
1.7.2.1.33.99.00.00.00	Transf. Saúde - Outras Transferências	33.127,64	0,00	1.025,70	15.000,00	20.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	37.746,26	32.187,57	10.015,95	42.000,00	45.000,00
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Outras Transf. de Recursos FNAS	37.746,26	32.187,57	10.015,95	25.500,00	27.500,00
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. FNAS - IGD	0,00	0,00	0,00	3.500,00	4.000,00
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - PETI	0,00	0,00	0,00	13.000,00	13.500,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	134.680,19	141.758,56	145.133,22	168.500,00	182.000,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	62.207,46	76.947,86	81.487,58	90.000,00	97.000,00
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	8.595,18	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf do FNDE - PNAE	50.204,00	36.229,60	28.591,20	38.000,00	41.000,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf do FNDE - PNATE	13.673,55	21.162,70	23.376,84	23.000,00	25.000,00

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO						
1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transf do FNDE - PNAC	0,00	3.828,00	4.549,60	7.000,00	7.500,00
1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf do FNDE - PNAP	0,00	3.590,40	4.672,80	7.000,00	7.500,00
1.7.2.1.35.07.00.00.00	Transf do FNDE - PNAE EJA	0,00	0,00	2.455,20	3.500,00	4.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	0,00	64.847,05	63.672,12	74.000,00	64.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução FUNDEB - ICMS Deson LC 87/96	0,00	-11.886,38	-12.734,40	-15.000,00	-16.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. da União	0,00	521.674,66	446.656,58	316.500,00	335.250,00
1.7.2.1.99.01.00.00.00	Fex - Aux. Financ. para Fomento a Exportação	0,00	521.674,66	446.656,58	311.500,00	329.750,00
1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transf. da União	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.938.459,55	6.701.262,18	6.483.256,00	7.030.500,00	7.492.550,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	5.839.793,77	6.390.205,59	6.189.975,25	6.703.000,00	7.143.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.795.771,50	7.455.203,25	7.420.623,91	7.971.000,00	6.794.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução FUNDEB - ICMS	-1.125.507,88	-1.368.706,48	-1.484.124,57	-1.595.000,00	-1.700.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.096.400,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274.100,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.123.500,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	134.154,11	168.803,98	207.736,01	300.000,00	256.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução FUNDEB - IPVA	0,00	-21.906,00	-41.605,65	-60.000,00	-64.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	192.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	93.717,78	49.774,94	45.000,00	48.000,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	28.800,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Transf. CIDE - Cont. Interv. Domínio Econ.	35.376,04	30.782,15	19.625,50	32.000,00	34.000,00
1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	32.310,91	17.945,11	10.000,00	11.000,00
1.7.2.2.01.99.02.00.00	Outras Transf. Estado - FUPIS	0,00	32.310,91	17.945,11	10.000,00	11.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	98.665,78	311.056,59	293.280,75	327.500,00	349.550,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Saude - Ambulatorial	98.665,78	14.735,83	470,00	500,00	600,00
1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Saude - Diabetes Mellitus	0,00	9.031,00	1.311,75	2.000,00	2.200,00
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Saúde - PAICI	0,00	7.299,50	6.843,75	12.000,00	12.700,00
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Saude - PSF	0,00	62.400,00	62.400,00	60.000,00	64.000,00
1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Saude - MAC	0,00	216.000,00	198.000,00	220.000,00	235.000,00
1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. Saude - Anti Rábica	0,00	397,76	1.789,00	500,00	550,00
1.7.2.2.33.07.00.00.00	Transf. Saúde - Fármacia Básica	0,00	1.192,50	5.366,25	7.500,00	8.000,00
1.7.2.2.33.08.00.00.00	Transf. Saúde - Saúde Bucal	0,00	0,00	17.100,00	25.000,00	26.500,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.280.235,79	1.557.900,12	1.593.040,80	1.590.000,00	1.704.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.280.235,79	1.557.900,12	1.593.040,80	1.590.000,00	1.704.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	187.514,68	114.856,00	185.358,14	95.000,00	111.000,00
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	97.514,68	0,00	13.500,00	15.000,00	20.000,00
1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	97.514,68	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.06.00.00.00.00	Transf. Conv. - FMASPVMC	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO						
1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	0,00	0,00	0,00	15.000,00	20.000,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	90.000,00	86.142,00	171.858,14	80.000,00	91.000,00
1.7.6.2.02.00.00.00.00	Conv. Estados Prog. de Educação - PNATE	0,00	86.142,00	122.752,88	70.000,00	80.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	90.000,00	0,00	40.000,00	10.000,00	11.000,00
1.7.6.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - API/APD	0,00	0,00	9.105,26	10.000,00	11.000,00
1.7.6.3.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Município Dest Programas de Educação	0,00	28.714,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.762,15	243.350,92	185.231,88	121.000,00	144.600,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	57.824,29	40.803,52	42.636,77	33.500,00	36.100,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	29.605,36	18.079,35	33.099,38	22.000,00	24.000,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	860,57	1.720,10	1.464,71	2.000,00	2.500,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	375,00
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	625,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	7.468,82	6.047,30	27.505,62	15.000,00	16.000,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.600,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	21.275,97	10.311,95	4.129,05	5.000,00	5.500,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
1.9.1.1.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	825,00
1.9.1.1.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.375,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	28.218,93	18.573,07	4.025,52	6.500,00	7.100,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	9.082,69	14.609,84	3.427,47	5.000,00	5.500,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	825,00
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	1.375,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	221,76	0,00	498,05	500,00	600,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	18.914,48	3.963,23	100,00	1.000,00	1.000,00
1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
1.9.1.3.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
1.9.1.3.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	0,00	4.151,10	5.511,87	5.000,00	5.000,00
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	0,00	4.151,10	5.511,87	5.000,00	5.000,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.851,03	8.498,83	335,52	500,00	500,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	9.851,03	8.498,83	335,52	500,00	500,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	9.851,03	8.498,83	335,52	500,00	500,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	119.608,87	88.597,94	88.260,86	52.000,00	68.000,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	61.481,07	35.482,09	34.797,86	27.000,00	38.000,00
1.9.3.1.06.01.00.00.00	Rec. do Princ Div. Ativa do Imposto s/ Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	24.845,65	29.619,53	34.797,86	20.000,00	25.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00

Estado do Mato Grosso

Data: 23/11/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO						
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	804,60	0,00	0,00	5.000,00	10.000,00
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	35.830,82	5.862,56	0,00	2.000,00	3.000,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
1.9.3.1.99.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00
1.9.3.1.99.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	58.127,80	53.115,85	53.463,00	25.000,00	30.000,00
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	58.127,80	53.115,85	53.463,00	25.000,00	30.000,00
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div Ativ Não Trib de Outras Rec. - Principal	58.127,80	0,00	53.463,00	25.000,00	30.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	33.477,96	105.450,63	53.998,73	35.000,00	40.000,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	33.477,96	105.450,63	53.998,73	35.000,00	40.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	489.173,48	58.500,00	1.228.849,50	0,00	3.385.000,00
2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	0,00	0,00	222.999,50	0,00	0,00
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	399.173,48	58.500,00	1.005.850,00	0,00	3.385.000,00
2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. da União	0,00	58.500,00	146.250,00	0,00	0,00
2.4.2.2.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos Destinados Programas de Educaç	171.063,24	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
9.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Redutor Outras Transf. do Estado	0,00	-25.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	228.110,24	0,00	859.600,00	0,00	3.385.000,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	859.600,00	0,00	2.385.000,00
2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	509.600,00	0,00	2.385.000,00
2.4.7.1.99.01.00.00.00	Transf. Conv. 717527/2009 Minist. Integração	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
2.4.7.1.99.02.00.00.00	Transf. Contrato Repasse 0311001-89/09 -Minis.Cidades e CE	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.4.7.1.99.03.00.00.00	Transf. Contrato Repasse 0306845-82/09 - Minist.Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	292.500,00
2.4.7.1.99.04.00.00.00	Transf. Contrato Repasse 26280231391-00/07- Minist.Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	292.500,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	228.110,24	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	228.110,24	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.4.7.2.99.01.00.00.00	Transf. Convenio Casas Populares	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
	Total por entidade:	**13.491.971,01**	**16.304.769,11**	**16.756.880,07**	**15.296.750,00**	**20.829.100,00**
	Total geral:	**13.491.971,01**	**16.304.769,11**	**16.756.880,07**	**15.296.750,00**	**20.829.100,00**

DORVIL MACHADO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Programa Anual de Trabalho do Governo em Termos de Realizações de Obras e Prestação de Serviços - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Especificação	Serviços	Obras	Total
LEGISLATIVO MUNICIPAL	242.000,00	15.000,00	257.000,00
CAMARA MUNICIPAL	242.000,00	15.000,00	257.000,00
AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL	0,00	15.000,00	15.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL	224.500,00	0,00	224.500,00
DESPESA COM PUBLICIDADE	17.500,00	0,00	17.500,00
EXECUTIVO MUNICIPAL	65.100,00	0,00	65.100,00
GABINETE DO PREFEITO	65.100,00	0,00	65.100,00
DIVULGAÇÃO OFICIAL	37.000,00	0,00	37.000,00
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	28.100,00	0,00	28.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	492.200,00	0,00	492.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	488.000,00	0,00	488.000,00
APOIO A ENTIDADES MUNICIP. AMM e CNM	43.000,00	0,00	43.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO	361.500,00	0,00	361.500,00
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	53.500,00	0,00	53.500,00
MANUTENÇÃO DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO	30.000,00	0,00	30.000,00
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	4.200,00	0,00	4.200,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	4.200,00	0,00	4.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	270.800,00	100.000,00	370.800,00
DEPTO DE CONTABILIDADE ORC/CON. INTERNO	222.000,00	0,00	222.000,00
PROG. FORMAÇÃO DO PRATIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PAS	209.000,00	0,00	209.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	13.000,00	0,00	13.000,00
DEPTO DE CADASTRO, TRIB. E FISCALIZACAO	30.700,00	100.000,00	130.700,00
CONSTRUÇÃO DE POSTOS FISCAIS	0,00	100.000,00	100.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E	30.700,00	0,00	30.700,00
DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	18.100,00	0,00	18.100,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	18.100,00	0,00	18.100,00
SECRETARIA MUN. OBRAS PUB. SERV. URBANOS	500.300,00	4.206.000,00	4.706.300,00
DEPTO ESTRADAS E SERV. RODOVIARIOS	28.100,00	40.000,00	68.100,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E SERVIÇOS RO	28.100,00	0,00	28.100,00
CONSTRUÇÃO E OU REFORMA DE PONTES, BUEIROS E PONTILHÕ	0,00	40.000,00	40.000,00
DEPTO DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS	208.000,00	3.765.000,00	3.973.000,00
CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
CONSTRUÇÃO DE PARQUES E JARDINS	0,00	20.000,00	20.000,00
EXECUÇÃO DE PASSEIOS E PAISAGISMO DE RUAS E AVENIDAS	10.000,00	310.000,00	320.000,00
PAVIMENTAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLI	0,00	2.285.000,00	2.285.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV URBANOS	128.000,00	0,00	128.000,00
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINÇÃO PÚBLICA	70.000,00	100.000,00	170.000,00
EXECUÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0,00	50.000,00	50.000,00
DEPTO DE MANUTENCAO DE VEICULOS E MAQUINAS	91.000,00	0,00	91.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPTO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	91.000,00	0,00	91.000,00
DEPTO DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTO	173.200,00	401.000,00	574.200,00
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO	0,00	401.000,00	401.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ABASTEC ÁGUA	173.200,00	0,00	173.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	462.100,00	160.000,00	622.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	462.100,00	160.000,00	622.100,00
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAUDES NO MUNICIF	0,00	160.000,00	160.000,00
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.500,00	0,00	6.500,00
MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE	38.000,00	0,00	38.000,00
PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA	149.000,00	0,00	149.000,00
MANTUNÇÃO DO PACS	2.600,00	0,00	2.600,00
PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA	77.000,00	0,00	77.000,00
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	5.500,00	0,00	5.500,00
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	167.000,00	0,00	167.000,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÙDE	16.500,00	0,00	16.500,00
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. E PROM. SOCIAL	209.900,00	60.000,00	269.900,00
DEPARTAMENTO DE ASSIST. E BEM ESTAR SOCIAL	183.900,00	60.000,00	243.900,00
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRAB. INFANTIL - PETI	17.000,00	0,00	17.000,00
PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS	38.000,00	0,00	38.000,00
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE OBRAS DO SOCIAL	0,00	60.000,00	60.000,00
MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. ASSIST. E PROM. SOCIAL	71.000,00	0,00	71.000,00
CURSOS PROFISSIONALIZANTES	18.500,00	0,00	18.500,00

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Programa Anual de Trabalho do Governo em Termos de Realizações de Obras e Prestação de Serviços - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Especificação	Serviços	Obras	Total
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. E PROM. SOCIAL	209.900,00	60.000,00	269.900,00
DEPARTAMENTO DE ASSIST. E BEM ESTAR SOCIAL	183.900,00	60.000,00	243.900,00
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA API - APOIO A PESSOA IDOSA	7.700,00	0,00	7.700,00
MANUT. CENTRO DE REF. DA ASSIST. SOCIAL - CRAS	22.600,00	0,00	22.600,00
APOIO A PESSOAS DEFICIENTES	9.100,00	0,00	9.100,00
CONSELHO TUTELAR	26.000,00	0,00	26.000,00
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - FMDCA	26.000,00	0,00	26.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	333.750,00	100.000,00	433.750,00
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	250.000,00	100.000,00	350.000,00
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REF. DE ESCOLAS MUNICIPAIS	0,00	100.000,00	100.000,00
EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR - CONVÊNIOS UNEMAT	6.000,00	0,00	6.000,00
INCENTIVO A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR	5.500,00	0,00	5.500,00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	161.000,00	0,00	161.000,00
CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES	24.500,00	0,00	24.500,00
MANUTENÇÃO DO PROG. TRANSP. ESCOLAR - P.N.A.T.E	31.000,00	0,00	31.000,00
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO	22.000,00	0,00	22.000,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	59.750,00	0,00	59.750,00
MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIPAIS	59.750,00	0,00	59.750,00
DEPARTAMENTO DO FUNDEB	24.000,00	0,00	24.000,00
MANUTENÇÃO FUNDEB 40%	24.000,00	0,00	24.000,00
SECRETARIA MUN. DE AGRIC., PECUARIA E MEIO AMBIENT	105.200,00	0,00	105.200,00
DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	105.200,00	0,00	105.200,00
CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO	22.000,00	0,00	22.000,00
IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE APOIO A HORTIFRUTIGRANJEIR(	27.000,00	0,00	27.000,00
INCENTIVO A ASSENTAMENTOS RURAIS	32.000,00	0,00	32.000,00
MICRO BACIAS	16.500,00	0,00	16.500,00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. AGRIC. M. AMBIENTE	7.700,00	0,00	7.700,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMERCIO	12.100,00	256.200,00	268.300,00
DEPTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	12.100,00	256.200,00	268.300,00
CONTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	0,00	256.200,00	256.200,00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC. DE IND. E COMÉRCIO	12.100,00	0,00	12.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	201.700,00	0,00	201.700,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA	113.900,00	0,00	113.900,00
INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS	13.200,00	0,00	13.200,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	100.700,00	0,00	100.700,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	71.500,00	0,00	71.500,00
APOIO AO DESENV. DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	35.000,00	0,00	35.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	36.500,00	0,00	36.500,00
DEPARTAMENTO DE TURISMO	16.300,00	0,00	16.300,00
IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO	13.000,00	0,00	13.000,00
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	3.300,00	0,00	3.300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	16.500,00	0,00	16.500,00
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	16.500,00	0,00	16.500,00
MANUTENÇÃO DA SECRET. MUNIC. COMUNICAÇÃO	16.500,00	0,00	16.500,00
Total Entidade:	2.911.650,00	4.897.200,00	7.808.850,00
Total Geral:	2.911.650,00	4.897.200,00	7.808.850,00

CAMPOS DE JÚLIO, 23/11/2010

JOÃO PAULO NIZER
Contador CRC/MT037792/T-7

DORVIL MACHADO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Quadro das Dotações por Orgão do Governo e da Administração - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Especificação	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
LEGISLATIVO MUNICIPAL	975.000,00	25.000,00	1.000.000,00
CAMARA MUNICIPAL	975.000,00	25.000,00	1.000.000,00
EXECUTIVO MUNICIPAL	420.200,00	4.800,00	425.000,00
GABINETE DO PREFEITO	420.200,00	4.800,00	425.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	1.596.500,00	16.000,00	1.612.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.564.500,00	16.000,00	1.580.500,00
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	32.000,00		32.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	675.200,00	157.000,00	832.200,00
DEPTO DE CONTABILIDADE ORC/CON. INTERNO	294.600,00	49.500,00	344.100,00
DEPTO DE CADASTRO, TRIB. E FISCALIZACAO	280.400,00	105.500,00	385.900,00
DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	100.200,00	2.000,00	102.200,00
SECRETARIA MUN. OBRAS PUB. SERV. URBANOS	2.451.660,00	4.322.500,00	6.774.160,00
DEPTO ESTRADAS E SERV. RODOVIARIOS	852.260,00	115.500,00	967.760,00
DEPTO DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS	1.117.700,00	3.795.000,00	4.912.700,00
DEPTO DE MANUTENCAO DE VEICULOS E MAQUINAS	239.500,00	11.000,00	250.500,00
DEPTO DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTO	242.200,00	401.000,00	643.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	3.354.490,00	312.300,00	3.666.790,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.323.040,00	304.500,00	3.627.540,00
DEPTO DE VIGILANCIA SANITARIA	31.450,00	7.800,00	39.250,00
SECRETARIA MUN. DE ASSIST. E PROM. SOCIAL	593.300,00	83.800,00	677.100,00
DEPARTAMENTO DE ASSIST. E BEM ESTAR SOCIAL	442.800,00	78.300,00	521.100,00
CONSELHO TUTELAR	150.500,00	5.500,00	156.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	4.205.150,00	302.000,00	4.507.150,00
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	2.055.400,00	181.500,00	2.236.900,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	451.750,00	114.500,00	566.250,00
DEPARTAMENTO DO FUNDEB	1.698.000,00	6.000,00	1.704.000,00
SECRETARIA MUN. DE AGRIC., PECUARIA E MEIO AMBIENT	292.200,00	5.500,00	297.700,00
DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	292.200,00	5.500,00	297.700,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMERCIO	41.800,00	261.700,00	303.500,00
DEPTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	41.800,00	261.700,00	303.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	574.400,00	17.600,00	592.000,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA	387.400,00	11.000,00	398.400,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	131.000,00	5.500,00	136.500,00
DEPARTAMENTO DE TURISMO	56.000,00	1.100,00	57.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	90.500,00	5.500,00	96.000,00
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	90.500,00	5.500,00	96.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Quadro das Dotações por Orgão do Governo e da Administração - Consolidada

Betha Sistemas
Exercício de 2011

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Especificação	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		45.000,00	45.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		45.000,00	45.000,00
Subtotal:	15.270.400,00	5.558.700,00	20.829.100,00
Total Entidade:	15.270.400,00	5.558.700,00	20.829.100,00
Total Geral:	15.270.400,00	5.558.700,00	20.829.100,00

CAMPOS DE JÚLIO, 23/11/2010

JOÃO PAULO NIZER
Contador CRC/MT037792/T-7

DORVIL MACHADO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Quadro discriminativo das receitas e respectivas legislações - Consolidada

Betha Sistemas
Exercício de 2011

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Página :1/6

Código	Descrição	Valor estimado	Legislação
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	23.468.700,00	
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.083.700,00	
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	3.239.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	3.037.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	1.037.000,00	
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	182.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	109.200,00	
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	27.300,00	
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	45.500,00	
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	354.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	354.000,00	
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	212.400,00	
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	53.100,00	
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	88.500,00	
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	501.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	300.600,00	
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	75.150,00	
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	125.250,00	
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	2.000.000,00	
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.000.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.200.000,00	
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	300.000,00	
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	500.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	202.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	143.000,00	
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	143.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	59.000,00	
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	59.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	148.000,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	148.000,00	
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	148.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	20.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.000,00	Constituição Federal
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	14.000,00	
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	6.500,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	2.500,00	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	2.500,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.500,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	6.000,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	6.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	91.000,00	

ESTADO DE MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

Exercício de 2011

Quadro discriminativo das receitas e respectivas legislações - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Código	Descrição	Valor estimado	Legislação
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serv. de Fornecimento de Água	91.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.441.100,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.330.100,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	5.369.550,00	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	4.116.000,00	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.075.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	2.445.000,00	
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	611.250,00	
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	1.018.750,00	
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	41.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	24.600,00	
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.150,00	
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.250,00	
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	55.000,00	
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	55.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	556.300,00	
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. Saude - PAB	98.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. Saúde - Controle de Epidemias	32.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. Saúde - Farmácia Básica	26.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. Saúde - Vig. Sanitária	9.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. Saúde - PSF	228.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. Saúde - Ag. Com. de Saúde	97.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transf. Saúde - Saúde Bucal	39.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. Saúde - Hipertensão	1.100,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. SUS - Poliomelite	1.100,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transf. SUS - Vac. Idoso	1.100,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. SUS - Vac. Rubeola	3.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Transf. Saúde - Outras Transferências	20.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	45.000,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Outras Transf. de Recursos FNAS	27.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. FNAS - IGD	4.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - PETI	13.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	182.000,00	
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	97.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf do FNDE - PNAE	41.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf do FNDE - PNATE	25.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transf do FNDE - PNAC	7.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf do FNDE - PNAP	7.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.35.07.00.00.00	Transf do FNDE - PNAE EJA	4.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	80.000,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	48.000,00	
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	12.000,00	

Quadro discriminativo das receitas e respectivas legislações - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Código	Descrição	Valor estimado	Legislação
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. ICMS Deson. LC 87/96	20.000,00	
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. da União	335.250,00	
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Fex - Aux. Financ. para Fomento a Exportação	329.750,00	Constituição Federal
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transf. da União	5.500,00	Constituição Federal
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	9.256.550,00	
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	8.907.000,00	
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.494.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.096.400,00	
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.274.100,00	
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.123.500,00	
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	320.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	192.000,00	
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	48.000,00	
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	80.000,00	
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	48.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	28.800,00	
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	7.200,00	
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	12.000,00	
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Transf. CIDE - Cont. Interv. Domínio Econ.	34.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	11.000,00	
4.1.7.2.2.01.99.02.00.00	Outras Transf. Estado - FUPIS	11.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	349.550,00	
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Saude - Ambulatorial	600,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Saude - Diabetes Mellitus	2.200,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Saúde - PAICI	12.700,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Saude - PSF	64.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Saude - MAC	235.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. Saude - Anti Rábica	550,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Transf. Saúde - Fármacia Básica	8.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Transf. Saúde - Saúde Bucal	26.500,00	Constituição Estadual
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.704.000,00	
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.704.000,00	Constituição Federal e Lei nº 11494/2007
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	111.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	20.000,00	
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	20.000,00	Constituição Federal
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	91.000,00	
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Conv. Estados Prog. de Educação - PNATE	80.000,00	Constituição Estadual
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	11.000,00	
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - API/APD	11.000,00	Constituição Estadual
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.600,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	36.100,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	24.000,00	

Quadro discriminativo das receitas e respectivas legislações - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Código	Descrição	Valor estimado	Legislação
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2.500,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.500,00	
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	375,00	
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	625,00	
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	16.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	9.600,00	
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.400,00	
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	4.000,00	
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	5.500,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	3.300,00	
4.1.9.1.1.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	825,00	
4.1.9.1.1.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	1.375,00	
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	7.100,00	
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	5.500,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	3.300,00	
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	825,00	
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.375,00	
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	600,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	360,00	
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	90,00	
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	150,00	
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	1.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	600,00	
4.1.9.1.3.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	150,00	
4.1.9.1.3.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	250,00	
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00	
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	500,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	500,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	68.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	38.000,00	
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	25.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	15.000,00	
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	3.750,00	
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	6.250,00	
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	10.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	6.000,00	
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.500,00	
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	2.500,00	
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	3.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	1.800,00	

Quadro discriminativo das receitas e respectivas legislações - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Código	Descrição	Valor estimado	Legislação
4.1.9.3.1.99.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	450,00	
4.1.9.3.1.99.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	750,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	30.000,00	
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	30.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div Ativ Não Trib de Outras Rec. - Principal	30.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	40.000,00	Lei Municipal nº 049/97 de 11/12/1997
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.385.000,00	
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.385.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.385.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.385.000,00	
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	2.385.000,00	
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Transf. Conv. 717527/2009 Minist. Integração	1.500.000,00	
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Transf. Contrato Repasse 0311001-89/09 -Minis.Cida	300.000,00	
4.2.4.7.1.99.03.00.00.00	Transf. Contrato Repasse 0306845-82/09 - Minist.Tu	292.500,00	
4.2.4.7.1.99.04.00.00.00	Transf. Contrato Repasse 26280231391-00/07- Minist	292.500,00	
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.000.000,00	
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	1.000.000,00	
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	Transf. Convenio Casas Populares	1.000.000,00	
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.639.600,00	
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.639.600,00	
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-36.400,00	
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-36.400,00	
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-36.400,00	
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Dedução IPTU - Descontos Concedidos	-36.400,00	Código Tributário
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução IPTU - Descontos Concedidos	-36.400,00	
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.603.200,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.603.200,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-839.200,00	
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-823.200,00	
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução da Receita p/formação do FUNDEB - FPM	-815.000,00	Constituição Federal e Lei nº 11494/2007
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-8.200,00	Constituição Federal e Lei nº 11494/2007
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução FUNDEB - ICMS Deson LC 87/96	-16.000,00	Constituição Federal e Lei nº 11494/2007
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.764.000,00	
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.764.000,00	
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução FUNDEB - ICMS	-1.700.000,00	Constituição Federal e Lei nº 11494/2007

Quadro discriminativo das receitas e respectivas legislações - Consolidada

Município: CAMPOS DE JÚLIO

Código	Descrição	Valor estimado	Legislação
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução FUNDEB - IPVA	-64.000,00	Constituição Federal e Lei nº 11494/2007
	Subtotal:	20.829.100,00	
	Total Geral:	20.829.100,00	

CAMPOS DE JÚLIO, 23/11/2010

JOÃO PAULO NIZER
Contador CRC/MT037792/T-7

DORVIL MACHADO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cláudia

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2010 - EDITAL COMPLEMENTAR 05 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal e a Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2010 da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT, no uso de suas atribuições, torna público a divulgação do **Resultado do Processo Seletivo Público 001/2010.** Desta forma, fica valendo a data da publicação na imprensa oficial como início da contagem de prazo recursal nos termos do edital do Processo Seletivo Público, encontrando-se à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Cláudia a partir desta data, bem como no seguinte endereço eletrônico: www.claudia.mt.gov.br.

Cláudia-MT, 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GIACHINI
PREEFEITO MUNICIPAL

AGENTES COMUNITÁRIAS CLASSIFICADAS PARA ENTREVISTA

				Nota geral	Classificadas
31	Área 06	Rosália Cristina Schmeing	VENCESLAU BRAS Nº 1829	8,0	Aprovado
14	Área 15	Carina Silvana Virgulino	GETULIO VARGAS Nº1540	5,2	Aprovado
30	Área 14	Luciane Almeida Nunes	ANTONIO CORREIA Nº370	6,0	Aprovado
12	Área 13	Kamila Rosa dos S.de Souza	JOASE DE MESQUITA	5,6	Aprovado
23	Área 12	Tamara Fernanda de S. Lima	CAMPOS SALES Nº 1398	6,6	Aprovado

RELAÇÃO DOS AGENTES DE ENDEMIAS CLASSIFICADOS PARA ENTREVISTA

Vânia da Silva Santos	9,3	Aprovado
Odair José da Silva	8,3	Aprovado
Rosevania Lima Franco	7,5	Aprovado
Joel Bastian	7,3	Aprovado
Raimundo Nonato Aires	7,0	Aprovado
Gean Lima Gonçalves	6,6	Aprovado
Fátima R. da Costa Queiros	6,5	Aprovado
Jair de Oliveira	6,1	Aprovado
Verônica de F. Almeida Giacoppini	6,6	Aprovado

LEI N.º 358/2010

SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR GIACHINI, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2011 em **R$ 22.156.700,00** (vinte e dois milhões, cento e cinqüenta e seis mil e setecentos reais), assim distribuídos:

I – Orçamento Fiscal: **R$ 20.642.700,00** (vinte milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e setecentos reais).
II – Orçamento da Seguridade Social: **R$ 1.514.000,00** (hum milhão, quinhentos e quatorze mil reais).

Art. 2º - A receita será realizada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

I - Administração Direta
a. Por Fonte

Fontes	Valor – R$
1.1 – Receita Tributária	1.277.150,00
1.2 – Receita de Contribuição	284.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	181.150,00
1.6 – Receita de Serviços	6.000,00
1.7 – Transferências Correntes	19.170.900,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	224.300,00
2.2 – Alienação de Bens	150.000,00
2.4 – Transferências de Capital	1.500.000,00
9.7 – Redutora /FUNDEB	2.150.800,00
TOTAL	**20.642.700,00**

b. Por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Valor – R$
1. Receitas Correntes	18.992.700,00
2. Receita de Capital	1.650.000,00
TOTAL	**20.642.700,00**

II - Administração Indireta
a. Por Fonte

Fontes	Valor – R$
1.2 – Receita de Contribuição	999.766,73
1.3 – Receita Patrimonial	499.100,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	15.133,27
TOTAL	**1.514.000,00**

b. Por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Valor – R$
1. Receitas Correntes	1.514.000,00
2. Receita de Capital	0,00
TOTAL	**1.514.000,00**

Art. 3º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R$ 22.156.700,00** (vinte e dois milhões, cento e cinqüenta e seis mil e setecentos reais), que será apresentada na forma detalhada dos anexos previstos no art. 2º §§ 1º e 2º da Lei 4320/64, e nos demais quadros assim distribuída:

I – Administração Direta

a. Por Funções de Governo

01 Legislativa	725.000,00
04 Administração	5.881.613,00
08 Assistência Social	639.950,00
10 Saúde	4.699.975,00
12 Educação	6.037.500,00
13 Cultura	80.500,00
15 Urbanismo	593.050,00
17 Saneamento	44.000,00
18 Gestão Ambiental	157.185,00
20 Agricultura	213.525,00
24 Comunicações	16.000,00
25 Energia	316.575,00
26 Transporte	398.500,00
27 Desporto e Lazer	312.650,00
28 Encargos Especiais	521.427,00
99 – Reserva de Contingência	5.250,00
Total	**20.642.700,00**

b. Por Programas de Governo

0001 – Processo Legislativo	725.000,00
0002 – Defesa Judiciaria do Municiípio	9.000,00
0003 – Modernização da estrutura Administrativa	537.000,00
0004 – Gestão da Politica financeira	1.224.821,00
0005 – Planejando para Melhor Administrar e Valorizar	73.500,00
0006 – Apoio a Entidades Não Governamentais	65.000,00
0007 – Encargos Especiais	521.427,00
0008 – Gestão Total	739.500,00
0010 – Gestão da Politica de Transportes e Serviços Urbanos	2.208.577,00
0011 – Infra Estrutura Rodoviaria	358.500,00
0012 – Gestão da Politica de Assistencia Social	853.515,00

0015 – Proteção Social a Pessoa Idosa	47.250,00
0016 – Porto de Inclusão	58.000,00
0017 – Bem Querer	84.000,00
0018 – Apoio a Promoção Agropecuaria	418.650,00
0022 – Acesso a Educação Básica	300.000,00
0025 – Gestão da Politica da educação	5.627.500,00
0026 – Produção e expansão cultural	80.500,00
0028 – Segundo Tempo Esporte e Lazer	328.650,00
0029 – Universidade para Todos	30.000,00
0031 – Gestão da Politica da Secretaria de saúde	3.766.950,00
0033 – Saúde Direito de Todos	249.900,00
0034 – Saneamento	5.250,00
0035 – Fortalecimento da Atenção Básica	424.750,00
0036 – Assistencia a saúde no Municipio	258.375,00
0037 – Educação na Primenira Infancia	40.000,00
0038 – Cidade Integrada e Urbanizada	607.650,00
0039 – Luz Para Todos	316.575,00
0040 – Gestão da Politica da Secretaria de Agricultura	520.425,00
0041 – Gestão da Politica do Meio ambiente	157.185,00
9999 – Reserva de Contingência	5.250,00
TOTAL	**20.642.700,00**

c. Por Órgãos da Administração

01 – Câmara Municipal de Cláudia	725.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	546.000,00
03 – Secretaria de Administração	1.298.321,00
04 – Secretaria de Finanças	1.325.927,00
05 – Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer	6.118.000,00
06 – Secrearia Municipal de Saúde	4.705.225,00
07 – Secretaria Municipal de Assistencia Social	1.002.765,00
08 – Secretaria Municpal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos	3.480.277,00
09 – Secretaria Municipal de Agricult. Ind. Com. Tur. Cien. Tecnol.	950.100,00
10 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	157.185,00
13 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	328.650,00
99 – Reserva de Contingencia	5.250,00
Total	**20.642.700,00**

d. Por Categoria Econômica

1 – Despesas Correntes	17.625.190,00
2 – Despesas de Capital	3.012.260,00
99 – Reserva de Contingência	5.250,00
TOTAL	**20.642.700,00**

II – Administração Indireta

a. Por Funções de Governo

09 Previdência Social	686.750,00
99 – Reserva de Contingência	827.250,00
Total	**1.514.000,00**

b. Por Programas de Governo

0043 – Gestão da Política do Fundo de Previdência	686.750,00
9999 – Reserva de Contingência	827.250,00
TOTAL	**1.514.000,00**

c. Por Órgãos da Administração

14 – Fundo Municipal Previdência Social dos Servidores de Cláudia	686.750,00
9999 – Reserva de Contingencia	827.250,00
Total	**1.514.000,00**

d. Por Categoria Econômica

1 – Despesas Correntes	681.150,00
2 – Despesas de Capital	5.600,00
99 – Reserva de Contingência	827.250,00
TOTAL	**1.514.000,00**

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 15.% (quinze por cento) do total da despesa fixada no Art. 1º, da presente Lei.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite fixado pelas Resoluções 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, bem como atendidas as regras estabelecidas na Lei Complementar Federal 101/2000, com finalidade especifica previamente aprovada pela Câmara Municipal.

Art. 6º - Em atendimento ao disposto no art. 22, parágrafo único da Lei 4.320/64, integram esta Lei em forma de anexo a descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa, bem como o demonstrativo das medidas de compensação e renúncia de receita e ao aumento de despesa obrigatórias de caráter continuado, dando cumprimento ao disposto no Art. 5º - inciso II da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - São partes integrantes também da presente Lei os Anexos estabelecidos nos artigo 2º, §§ 1º e 2º da Lei 4.320/64.

Art. 8º- Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia - MT, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GIACHINI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Colíder

DECRETO N.º144 /2010

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA SSP SISTEMA DE SAUDE PUBLICA Nº. 01/2010, QUE DISPÕE SOBRE AS ROTINAS E DISCIPLINA DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CLINICOS.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, CELSO PAULO BANAZESKI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei nº. 2005/2008 de 18/03/2008, e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e administrações diretas e indiretas.

DECRETA:

Artigo 1º – Fica aprovada a **Instrução Normativa do Sistema de Saúde Publica nº. 01/2010,** que segue anexa como parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único – A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre rotinas e disciplina de Saúde Publica a serem observados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider-Mt.

Artigo 2º – Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Responsáveis e por seus respectivos Sistemas Administrativos.

Artigo 3º – Caberá à Unidade Central de Controle Interno - UCCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Artigo 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colider Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de dezembro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP SISTEMA DE SAUDE PUBLICA Nº. 01 DE CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CLINICOS DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

Versão: 001
Aprovação em: 01.12. 2010
Ato de aprovação*:* Decreto nº. 144/2010
Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

I - FINALIDADE
Dispõe sobre controle na distribuição de medicamento e material clinico nas Unidades Municipais de Saúde.
II - ABRANGÊNCIA
Esta Instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colider - MT.
III - CONCEITOS
Medicamentos é toda substancia ou associação de substancias utilizadas para modificar ou explorar sistemas fisiológicos ou estado patológicos, para o beneficio do receptor.
A distribuição de medicamentos e o ato de entrega racional aos usuários do SUS Sistema Único de Saúde, através de uma prescrição medica, prestando todas as informações acerca das características farmacodinâmica dos mesmos, bem como o estudo da posologia, verificação de interações medicamentosas com alimentos e contra-indicações. Informações estas que devem ser repassadas aos usuários de forma clara e objetiva de modo que o mesmo não tenha nenhuma duvida acerca da substancia terapêutica proposta.
IV - BASE LEGAL
A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes, legislações Constituição Federal, Lei n° 9.787/1999, Lei nº. 5.991/73, Portaria nº. 344/98 e 06/99, da ANVISA e Portaria nº. 1.179, de 17 de junho de 1996 da ANVISA.

V - PROCEDIMENTOS
1 - Das Responsabilidades da Farmácia e da Parte Técnica
1.2 - O responsável pela Assistência Farmacêutica no Município é o Farmacêutico e o mesmo deverá observar as normas e legislações pertinentes da (ANVISA);
1.3 - Cabe ao profissional Farmacêutico das Unidades de Saúde responder sobre a Responsabilidade Técnica; (RT) perante o Conselho Regional de Farmácia de MT;
1.4 - Os medicamentos sujeitos ao controle especial devem ter a verificação de estoque e a guarda da chave dos armários deve ficar sobre responsabilidade do farmacêutico.

2. Da Prescrição de Medicamento

2.1 - As aquisições e as prescrições de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB (ou seja, o nome genérico da substância ativa), instituída pela Portaria nº. 1.179, de 17 de junho de 1996 da ANVISA ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), conforme determina o art. 3º da Lei Federal n° 9.787/1999;

2.2 - Toda prescrição de medicamentos no âmbito das Unidades de Saúde Municipais deverá estar em consonância com a REMUME – Relação Municipal de Medicamento, compondo o elenco da farmácia básica, devendo os processos licitatorio obedecer rigorosamente os critérios estabelecidos e itens preconizados na REMUME;

2.3 - A receita médica e odontológica deverá ser emitida em português compreensível e por extenso, em letra legível e em duas vias, em consonância com o art. 35, da Lei nº. 5.991/73, devendo conter:

a) - Nome do paciente;

b) - Princípio ativo do medicamento;

c) - Concentração, posologia;

d) - Quantidade a ser dispensada para o tratamento ou para o mês, caso de uso contínuo;

e) - Data e assinatura do prescritor (a).

3 - Da Dispensação de Medicamentos

3.1 - A dispensação dos medicamentos fica limitada aos portadores do Cartão Nacional do SUS - Sistema Único de Saúde residentes em Colider e em quantidade determinada mediante receita medica ou odontológica em duas vias assinada pelo profissional da rede Municipal de Saúde;

3.2 - Parágrafo Único – Terá garantido o acesso a medicamentos os pacientes atendidos em Unidades públicas ou privadas/conveniadas de referência Regional, Estadual ou Inter Estadual, mediante apresentação da receita médica devidamente carimbada com carimbo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider;

3.3 - O medicamento só será entregue ao paciente pelo farmacêutico e ou coordenador das farmácias mediante receita médica e odontológica em duas vias, carimbada, datada e assinada pelo médico da rede Municipal de saúde. Excetuam-se os pacientes em tratamento através de serviços terceirizados, ou seja, serviços médicos especializados; mesmo assim o medicamento devera ser entregue ao paciente mediante receita assinada pelo profissional;

3.4 - A dispensação de insulinas e contra-ceptivos só deverá ser efetivada mediante apresentação de documento expedido pelos responsáveis dos Programas, especificando o nome do paciente, a data do acesso, a nomenclatura do medicamento e a quantidade necessária para uso no período, devidamente assinado e carimbado;

3.5 - Os medicamentos administrados em pacientes nas Unidades de Saúde, especialmente os injetáveis, deverão ser baixados no sistema de controle de estoque como consumo destas Unidades de Saúde;

3.6 - Caso esteja em falta o medicamento na unidade de origem do paciente o responsável pela farmácia deverá recorrer a outras unidades retirando o referido medicamento através de uma ficha de movimentação;

3.7 - É obrigatório, no ato da dispensação do medicamento:

a) - Carimbar no verso da 1ª (primeira) via da receita (Fornecido e/ou Falta), datar e anotar a quantidade de medicamento fornecido ou sua falta;

b) - Devolver a 1ª (primeira) via ao paciente;

c) Cabe ao farmacêutico responsável a dispensação dos medicamentos e a orientação quanto ao uso correto dos mesmos.

4 - Da Dispensação de Insumos e Materiais

4.1 - As fitas para teste de glicemia e lancetas somente serão dispensadas para o automonitoramento, para paciente insulino-dependente com Cartão Nacional do SUS, mediante documento de retirada expedido pelo setor responsável pelo Programa;

4.2 - A quantidade de fita reagente dispensada deve ser estabelecida no cadastro conforme as necessidades para o mês;

4.3 - O fornecimento de preservativos não necessita de prescrição e seu acesso deve ser facilitado com a disponibilização direta nos balcões de recepção das Unidades de Saúde;

4.4 - Em nenhuma hipótese poderá ser realizados procedimentos em usuários fora das Unidades de saúde, exceto aos usuários do SUS em tratamento domiciliar com indicação médica;

4.5 - Cabe ao profissional de enfermagem a orientação quanto ao uso correto dos insumos e materiais dos programas estocados na farmácia.

5 - Dos Medicamentos de uso Contínuo

5.1 - Cabe ao prescritor definir se o tratamento é contínuo, devendo, obrigatoriamente, registrar o termo USO CONTÍNUO ao lado do nome do medicamento em questão;

5.2 - As prescrições de medicamentos de USO CONTÍNUO têm validade de no máximo 01(um) ano de tratamento, conforme avaliação clínica do paciente;

5.3 - O prescritor deve escrever o prazo de validade da receita em meses, respeitando a normativa e a legislação vigente;

5.4 - A validade da receita será contada a partir da data da prescrição;

5.5 - Expelido o prazo de validade da receita, o paciente deverá marcar nova consulta para reavaliação clínica e nova prescrição. Neste período, entre vencimento da receita e a reavaliação, a receita terá validade até o dia da sua nova consulta, após orientação ao paciente e confirmação de que não haverá novo atendimento sem reavaliação;

5.6 - Para os usuários não residentes no Município de Colider não serão fornecidos medicamentos de uso contínuo, sendo esta uma obrigação do seu município de origem.

6 - Dos Medicamentos Sujeitos ao Controle Especial

6.1 - As prescrições e dispensação de medicamentos sujeitos ao controle especial seguem as normas da Portaria nº. 344/98 e 06/99, da ANVISA;

6.2 - A receita é válida por 30 (trinta) dias contados a partir da data da prescrição, devendo ser atendida em quantidade suficiente para 60 (sessenta) dias de tratamento, exceto os anticonvulsivantes e antiparkinsonianos, cuja prescrição pode ser feita para até 180 (cento e oitenta) dias;

6.3 - Cabe aos responsáveis pela dispensação de medicamentos verificarem a data da última dispensação, a fim de evitar uso indevido ou indiscriminado destes medicamentos por parte dos usuários.

7 - Do Armazenamento de Medicamentos e Materiais Médicos Clínicos

7.1 - Toda entrada de medicamento ou materiais no Centro de Estocagem e farmácias deverão ser lançados no Sistema de Controle de Estoque, registrando-se o nome e especificações do medicamento, apresentação do produto, número dos lotes, data de validade e nome do fabricante, assim como as saídas também devem ser registradas no sistema.

7.2 - Os medicamentos deverão ser organizados em estantes/prateleiras/gavetas nas seguintes condições:

a) - Em ordem alfabética, pelo princípio ativo;

b) - Com data de validade inferior à frente daqueles com data superior;

c) - Separados conforme os lotes e apresentação do produto;

7.3 - Os medicamentos que exigirem refrigeração ambiental para a sua conservação devem ser armazenados em ambiente apropriado e adotando-se o controle de temperatura ambiental em planilha específica por meio de termômetro para o controle adequado. No caso dos medicamentos que requeiram acondicionamento em geladeira, exige-se o controle por meio de termômetro especial registrando-se também diariamente em planilha física afixada no mobiliário;

7.4 - Os medicamentos sujeitos ao Controle da Portaria 344/98 devem ser armazenados em local seguro, chaveado e isolado dos demais e deverá ficar sobre a responsabilidade do Farmacêutico responsável;

7.5 - No local da estocagem de medicamentos, material clinico e odontológico não será permitido nenhum armazenamento de outro material;

7.6 - O acesso ás dependências da Farmácia e do CEM (Centro de Estocagem de Medicamentos e Materiais) é restrito aos funcionários do setor, demais servidores só poderão ter acesso desde que esteja acompanhado pelo farmacêutico responsável.

7.7 - Outras recomendações quanto à estocagem de medicamentos deverão ser observadas no Manual de Boas Práticas para Estocagem e demais legislações vigentes.

8 - Do Pedido e Recebimento de Medicamentos e Materiais pelas Unidades de Saúde

8.1 - A solicitação de medicamentos e materiais de consumo deverá ser feito através de formulário de solicitação para o CEM (Centro de Estocagem de Materiais e Medicamentos), contendo a assinatura dos farmacêuticos no caso de medicamentos e dos responsáveis pelas Unidades de Saúde no caso de materiais;

8.2 - No ato da entrega dos materiais e/ou medicamentos solicitados pelas Unidades de Saúde, o responsável pela Unidade deverá conferir se a quantidade física coincide com o pedido, suas especificações, data de validade e sua condição de armazenamento, podendo fazer a recusa e solicitação de correção da irregularidade se necessário;

8.3 - A primeira via da solicitação de medicamentos e materiais ficará no CEM (Centro de Estocagem de Materiais e Medicamentos) para controle da Unidade e a segunda via devendo ficar com o solicitante. O CEM (Centro de Estocagem de Materiais e Medicamentos) expedirá o documento de entrega que servirá de comprovante da entrega dos materiais e medicamentos.

9 - Dos Medicamentos Vencidos

9.1 - O controle da validade dos medicamentos na farmácia e no CEM (Centro de Estocagem de Materiais e Medicamentos) é de responsabilidade do farmacêutico, e na sua ausência, do funcionário designado pela coordenação local;

9.2 - Com relação aos medicamentos vencidos os mesmos serão separados e tomados as seguintes providencias:

a) - Colocar um sinalizador que mencione “MEDICAMENTO VENCIDO”;

b) - Em unidades não informatizadas, é preciso preencher uma Comunicação Interna, informando a razão da devolução, medicamento, lote, data de vencimento e quantidade;

c) - Nas Unidades de Saúde informatizadas o Sistema de controle permitirá a baixa dos medicamentos, podendo ser transferidos para descarte, já nas Unidades de Saúde não-informatizadas esta saída se dará manualmente via Livro-registro da Farmácia com a segunda via da Comunicação Interna;

d) - Todo medicamento vencido deverá ser encaminhamento para o CEM (Centro de Estocagem de Material e Medicamento) para posterior descarte;

e) - Os descartes de medicamentos vencidos deverão ser feitos de acordo com a legislação vigente;

f) - Em caso de vencimento de medicamentos nas Unidades de Saúde o responsável deverá remeter ao CEM (Centro de Estocagem de materiais e Medicamentos) juntamente com a medicação vencida, nota explicativa justificando a razão pela qual ocorreu o vencimento dos medicamentos;

9.3 - Os responsáveis pelas Unidades de Saúde ou farmácia poderão ser responsabilizados administrativamente em caso de perda ou vencimento de materiais ou medicamentos, sem a respectiva justificativa e/ou fundamentação.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

10 - Quanto aos medicamentos devolvidos por pacientes, deverão ser comunicados ao supervisor farmacêutico mediante CI, Comunicação Interna para que sejam tomadas as devidas providências;

10.1 - As segundas vias de receitas dos medicamentos dispensados, solicitações de materiais e medicamentos pelas unidades, formulários de devolução de medicamentos vencidos ou irregularidades comprovadas são documentos comprobatórios para saída de estoque e devem ficar arquivados nas Unidades por ordem cronológicas e por tipo de documentos por um período de cinco anos;

10.2 - Fica expressamente proibido a retirada de medicamentos e materiais distribuídos a pacientes, exceto para atendimento no local, bem como efetuar a entrega sem receita médica e ainda eliminar qualquer documento de controle;

10.3 - Os responsáveis pelas Unidades que infringirem esta Instrução Normativa serão passíveis de sansões administrativas após apuração de responsabilidades, sansões essas convertidas em advertência verbal, por escrito e, em caso de reincidência, de abertura de sindicância e possível instauração de processo administrativo disciplinar.

Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

NILSA RIBEIRO DE OLIVEIRA
CONTROLADORA INTERNA
PORTARIA Nº. 011/2009

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N° 147/2010

REGULAMENTA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IPTU COM BASE NO ARTIGO 52 DA LEI COMPLEMENTAR 1.764/2005.

CELSO PAULO BANAZESKI, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - O requerente de isenção do IPTU com base no Art. 52 da LC 1.764/2005, Código Tributário Municipal, deverá comparecer anualmente até 31 de julho do exercício que pretende isenção no setor de atendimento de tributação portando obrigatoriamente os seguintes documentos:

I – Solicitação por escrito;
II – RG, CPF, comprovante de residência e documentos do imóvel;
III – Cartão CNPJ e estatuto ou contrato social, sempre que pessoa jurídica;
IV – Comprovante de renda de benefício expedido por órgão competente, no caso de aposentados e pensionistas;
V – Laudo médico no caso de pessoas com deficiências;
VI – Certidão de casamento e óbito do cônjuge no caso de viúvos;
VII – Comprovante de rendas (holerite, pró labore entre outros);
VIII – Cópia da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física e/ou Jurídica;
IX – Contrato de aluguel caso possua imóveis alugados;
X – Documentos de propriedade de imóvel rural caso possua;
XI – Declaração do ITR e documentos que comprovem a renda da propriedade Rural (GIA Rural, etc);
XII – Outros que deverão ser entregues posteriormente no caso de solicitação pelo fisco.

Art. 2º - O pedido de isenção poderá ser entregue por terceiro em nome do beneficiado sem a necessidade de procuração.

Parágrafo Único – Serão feitas diligências no local para a confirmação dos dados declarados pelo contribuinte, bem como para a verificação da necessidade da concessão da isenção.

Art. 3º - A falta injustificada de qualquer dos documentos citados no Art. 1º poderá ensejar no indeferimento do pedido.

Art. 4º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

DECRETO 138/ 2010

Data 03 de Novembro de 2010.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Celso Paulo Banazeski, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 2268/2009 , e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar no Orcamento Programa do Exercicio de 2010 nos Termos da Lei Muncipal nr. 2268/2009 no Valor de R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), a Serem Consignados nas Seguintes Dotacoes:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0001.2001.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		R$ 36.000,00
01.01.01.031.0001.2001.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil		R$ 3.000,00
	SUB-TOTAL:	*R$*	**39.000,00**
	TOTAL GERAL:	*R$*	**39.000,00**

Artigo 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto no Artigo Anterior, Serao Utilizados Como Recursos Aqueles Provenientes da Anulacao das Dotacoes Orcamentarias Abaixo:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0002.1001.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes		R$ 36.000,00
01.01.01.031.0001.2001.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		R$ 3.000,00
	SUB-TOTAL:	*R$*	**39.000,00**
	TOTAL GERAL:	*R$*	**39.000,00**

Artigo.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, 03 de Novembro de 2010.

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Nº 01/2010
I N T I M A Ç Ã O
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Nº 004/ISSQN/2010

A Prefeitura Municipal de Colíder, por meio deste e com o devido amparo legal, vem, após tentativa de notificação da empresa para o seu endereço constante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica que restou inexitosa, intimar **VIGANO CONSNOP CONSTRUTORA LTDA - CONST. CONSNOP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº CNPJ: 07.492.202/0001-47, para informar novo endereço dentro do prazo de 20 (vinte) dias, e dar prosseguimento ao processo administrativo fiscal nº 004/ISSQN/2010.

Caso assim não proceda, será lavrado o auto de infração com posterior inscrição em dívida ativa do crédito constituído e consequente cobrança judicial, nos termos da Lei nº 6.830/80.”

COLÍDER - MT, em 16 de dezembro de 2010.

Pedro Felix dos Santos
Fiscal de Tributos

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Comodoro

ABANDONO DE EMPREGO

A Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, com sede na Rua Espírito Santo, n°. 3169, bairro Centro, solicita o COMPARECIMENTO do Senhor **RONALDO JOSÉ DA SILVA,** portador da Carteira de Identidade sob n°. 587965 SSP/RO e do CPF n°. 622.243.792-34**,** Servidor Efetivo desta Municipalidade desde 01/08/2006 no cargo de Professor PII, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no prazo de 30 (dias) à partir desta publicação, caso contrário caracterizará **ABANDONO DE EMPREGO**, pois já está ausente do trabalho há mais de 30 dias.

Comodoro-MT, 17 de dezembro de 2010.

Adejanes de Araújo Silva
Diretor de Departamento de Recursos Humanos
Portaria n°. 119/2009 de 02/03/2009

Prefeitura Municipal de Confresa

Portaria nº 240/2010 de 25 de Novembro de 2010

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 046/2008.
RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida a remoção, conforme Lei Complementar 046/2008 Art. 045, do Servidor o Sr. **CÍCERO ROMÃO DIAS BRAGA**, efetivo no cargo de Professor Magistério – Matricula 010670 – Lotado na Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Agamenon Magalhães para Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Vila Tapiraguaia.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º: Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Novembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 241/2010 de 25 de Novembro de 2010

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 046/2008.
RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida a remoção, conforme Lei Complementar 046/2008 Art. 045, da Servidora a Sra. **IVÂNA GABRIELA DA SILVA OLIVEIRA**, efetiva no cargo de Professora Magistério – Matricula 000334 Lotada na Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Vila Tapiraguaia para Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Agamenon Magalhães.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º: Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Novembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 248/2010 de 14 de Dezembro de 2010

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 046/2008.
RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida a remoção, conforme Lei Complementar 046/2008 Art. 045, da Servidora a Sra. **TEREZINHA DE JESUS AIRES DUARTE,** efetiva no cargo de **PROFESSORA COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA** – Matricula 010720 Lotada na Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Vila Tapiraguaia/ para Escola Municipal Governador Agamenon Magalhães.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Dezembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 249/2010 de 14 de Dezembro de 2010

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 046/2008.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida a remoção, conforme Lei Complementar 046/2008 Art. 045, da Servidora a Sra. **MÁRIA APARECIDA MARTINS SOUZA,** efetiva no cargo de **PROFESSORA LIC PLENA EM HISTÓRIA** Matricula 001216– Lotada na Secretaria Municipal de Educação/Escolas Municipais Rurais Santo Antônio e Pau Brasil para Escola Municipal Vila Tapiraguaia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Dezembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 250/2010 de 14 de Dezembro de 2010

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 046/2008.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida a remoção, conforme Lei Complementar 046/2008 Art. 045, da Servidora a Sra. **MARGARIDA SIELSKI LORSCHEITER,** efetiva no cargo de **TECNICO ADM EDUCACIONAL** Matricula 000508 Lotada na Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Vila Tapiraguaia para Escola Municipal Governador Agamenon Magalhães.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Dezembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 251/2010 de 15 de Dezembro de 2010

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 046/2008.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica concedida a remoção, conforme Lei Complementar 046/2008 Art. 045, da Servidora a Sra. **CLEUSIMAR ALMEIDA SANTOS,** efetiva no cargo de **APOIO EDUCACIONAL/MANUTENÇÃO E INFRAESTRTURA -** Matricula 001137 Lotada na Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Vida e Esperança para Escola Municipal Governador Agamenon Magalhães.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 15 de Dezembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 252/2010 de 15 de Dezembro de 2010

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica exonerada do Cargo Efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS** por iniciativa da Servidora a Sra. **OSVALDINA RODRIGUES DOS SANTOS** – Matricula 000490, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Psf Vila 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 15 de Dezembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Cancelamento Pregão Presencial 32/2010

A Prefeitura de Confresa-MT, torna publica o cancelamento de licitação, Pregão Presencial 032/2010 publicado no Mural público no dia 10/12/2010 no Diário Oficial do Estado no dia 13/12/2010 Pág. 63 e no Jornal Oficial dos Municípios 09/12/2010 Pág. 55, por razões administrativas e que teve como objeto: 01 Veículo camionete 4X4, Cabine dupla, Motor à diesel, que seria realizada no dia 22/12/2010 às 15:00 horas. Confresa 17/12/2010.

Jose Carneiro da Silva
– Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Dom Aquino

LEI N º1216/2010 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO ZEFERINO, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1° - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2°, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias Anual, dispõe sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar N° 101 de 04 de Maio de 2000.

Art. 2º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2011 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos para o Exercício de 2011.

Art. 3º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo Único - De acordo com o § 8º do Art. 165 da Constituição Federal, nos termos dos Art.s 7º e 4, da Lei 4320/64, de 17 de março de 1964, e ainda em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, durante a execução do Orçamento Programa, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 4% (quatro por cento), da despesa fixada (corrente e de capital), para atender a reforço de dotações insuficientes, considerando-se recursos para o fim deste Art., desde que não comprometidos os previstos no Art. 43 e seus incisos, da Lei nº 4.320/64, não podendo ser aplicado este limite para remanejamento entre recursos vinculados e ordinários.

Art. 4° - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2011 são as estabelecidas no PPA 2010/2013 e posteriormente incluída nesta Lei.

Art. 5° - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondentes ao período de 2010 a 2013.

Art. 6° - A Lei Orçamentária não consignará recursos para o início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento.

§ 1° A Regra constante do caput desde Art. aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2° Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física estejam conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Art. 7° - São prioridade da Administração Pública Municipal para o exercício de 2011 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;
b) Saúde e Saneamento
c) Infra-Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente e Turismo;
h) Agricultura.
i) Promoção e extensão rural.

Art. 8 - O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da divida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;
h) Pagamento de Amortizações.

Art. 9 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre os relacionados.

Parágrafo Único - Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art. 10 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2011, o Executivo estabelecerá, Por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efeito ingresso das receitas municipais.

§ 1° - O cronograma que trata este Artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2° - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente prevista na Lei Orçamentária.

Art. 11 - Na hipótese de ser constatada após o enceramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante decreto, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitações de empenho e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1° - Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de impacto social, particularmente na educação, saúde e assistência social.

§ 2° - Só se admitira a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3° - Não serão objetos de limitações de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4° - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da divida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõe o Art. 31 da Lei Complementar 101.

Art. 12 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Art. anterior, poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no ambiente seguinte.

Art. 13 - Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsidio, credito presumido, concessão e isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de calculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, alem de atender ao disposto art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicara o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetara as ações de caráter social, particularmente, e educação, saúde e assistência social.

Art. 14 - Para fins do disposto no Parágrafo 3° do Art. 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas ate o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no caso de aquisição de bens e prestação de serviços, e de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), no caso de realização de obras publicas ou serviços de engenharia.

Art. 15 - Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do Art. 4° da Lei Complementar 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1°- O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I - O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitações conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II - Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizam mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III - Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV - Que a execução das obras, serviços ou aquisição venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2°- O Conselho que trata este Art. será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I - 01 - Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;
II - 01 - Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;
III - 01 - Representante da Comunidade a ser beneficiada;
IV - 01 - Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando se tratar de recursos da saúde;
V - 01 - Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3° - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Art. 16 - Na realização de programas de competência do Município, poderá ser adota a estratégia de transferir recursos a instituições publicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes ou congêneres pelo qual fiquem claramente definidos os deveres da cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1° - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação do programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2° - A regra de que trata o caput deste Art. aplica-se às transferências a instituições publicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3° - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas ás normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Art. 17 - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e

venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

Parágrafo Único - Os órgãos que poderão ser beneficiados com convênios, acordo ou ajuste são:
I - Empaer
II - Policias Civil e Militar
III - Indea
V - Cartório Eleitoral
VI - Exatoria Estadual
VII – IBAMA;

Art. 18 - O aumento de despesas com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1°, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante a lei especifica, desde que obedecendo aos limites previsto nos Art. 20 e 22, § único da Lei Complementar n° 101, e cumpridas às exigências previstas nos art. 16 e 17 de referido diploma legal.

§ 1° - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos art. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2° - Os aumentos de que trata este Art. somente poderão ocorrer se houver previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 19 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa total com pessoal será realizada ao final de cada quadrimestre.

Art. 20 - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido:
I - São vedados ao poder ou ao órgão que houver incorrido no excesso:
a) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial, de determinação legal ou contratual ou de revisão geral anual;
b) Criação de cargo, emprego ou função;
c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
d) Provimento de Cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
e) Contratação de hora extra.

Art. 21 - Se a despesa total com pessoal exceder o limite estabelecido:
I - O percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outra, as seguintes providências:
a) Redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos á nova carga horária;
b) Redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança - extinção de cargos e funções ou redução dos valores a eles atribuídos;
c) Exoneração dos servidores não estáveis;
d) Exoneração dos servidores estáveis, desde que ato normativo motivado de cada um dos poderes que especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal;

II - O percentual excedente não sendo eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, enquanto perdurar o excesso, o município não poderá:
a) Receber transferências voluntárias;
b) Obter garantia direta ou indireta, de outro ente;
c) Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
III - No primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de poder ou órgão, o município não pode.
a) Receber transferências voluntárias;
b) Obter garantia direta ou indireta, de outro ente;
c) Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Parágrafo único - O cargo objeto da redução será considerado extinto, vedada à criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 04 (quatro) anos.

Art. 22 - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar n° 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade publica, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situação de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Art. 23 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:
I – ações que não sejam de competência exclusiva do Município, comum à União, ao Estado, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente;
II - clubes, sindicatos, associações de servidores e Igrejas, ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas as creches e escolas para atendimento pré-escolar; e
III - pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria e assessoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

§ 1º Os serviços de consultoria e assessoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores da Administração, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação.

Art. 24 - Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 5% da receita corrente liquida.

§ 1° - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos fiscais imprevistos, o executivo providenciara a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do caput, na forma do art. 42 da Lei 4320/64.

§ 2° - Na hipótese de não a ser utilizada, no todo ou em parte ate o mês de outubro de 2011, a reserva de que trata o caput deste Art., poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do art.42 de Lei 4320/64.

Art. 25 - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2011 e a remetera ao Executivo ate 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para repasse do projeto de lei orçamentária aquele poder.

Parágrafo Único - O Executivo encaminhara ao Legislativo, ate 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2011, inclusive a receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3° do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 26 - Até 30 de novembro de 2010, o Executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributaria do município:
a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de melhoria;
e) Outras receitas de competência Municipal;

Art. 27 - Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas, adequando com as previsões de receitas.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária devera ser elaborada em observância ao art. 12 da LC n° 101 e art. 22 e 26 da Lei Federal 4320/64.

Art. 27 - Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária ate o último dia do exercício de 2010, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária ate a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Art. 28 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 29 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 09 de setembro de 2010.

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1220/2010
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL, PARA O TRIÊNIO 2011 - 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO ZEFERINO, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o triênio 2011 - 2013, previsto na Lei nº 1199/2009 de 08 de dezembro de 2009, conforme detalhado nos seguintes Anexos que a integram:

I – ANEXO I - REVISÃO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 - 2013
II – ANEXO II – REVISÃO DA DESPESA PARA O TRIÊNIO 2011 - 2013

Art. 2º - A lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 especificará as metas anuais da Administração Pública Municipal, compatibilizadas com as estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º - O Plano Plurianual de que trata esta Lei somente poderá ser modificado por meio de lei específica.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 09 de dezembro de 2010.

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LEI Nº. 1221/2010 **DE 09 de DEZEMBRO DE 2010.**

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

EDUARDO ZEFERINO, PREFEITO MUNICIPAL de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, especialmente pela Lei Orgânica Municipal. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O orçamento-programa consolidado do Município de Dom Aquino para o exercício de 2011, descriminado pelos anexos de 1 a 9, estima a Receita bruta em **R$** 16.791.417,40 **(Dezesseis milhões, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos)** deduzidas às contribuições para formação do FUNDEB, no valor de **R$1.791.417,40 (Um milhão, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos),** fica a receita liquida estimada em **R$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais)** e fixa Despesa em **R$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais).**

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

1-RECEITA POR FONTES CONSOLIDADO	**15.000.000,00**
RECEITAS CORRENTES	13.450.000,00
Receita Tributária	634.185,40
Receita Patrimonial	87.062,00
Receita de Serviços	603.518,00
Transferências Correntes	11.929.319,60
Outras Receitas Correntes	195.915,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.550.000,00
Alienação de Bens	50.0000,00
Transferências de Capital	1.500.000,00
RECEITA POR FONTES POR UNIDADE GESTORA	**15.000.000,00**
PREFEITURA MUNICIPAL	15.000.000,00
RECEITAS CORRENTES	13.450.000,00
Receita Tributária	642.185,40
Receita Patrimonial	87.062,00
Receita de Serviços	603.518,00
Transferências Correntes	11.929.319,60
Outras Receitas Correntes	195.915,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.550.000,00
Alienação de Bens	50.0000,00
Transferências de Capital	1.500.000,00
INTERFERÊNCIAS FINAN. RECEBIDAS POR UNID .GESTORA	**576.000,00**
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	576.000,00
Transferências de Cotas financeiras recebidas	576.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei, e as autarquias em seus respectivos orçamentos aprovadas por decreto executivo.

DESPESA POR ÓRGÃO DE GOVERNO CONSOLIDADO

DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO CONSOLIDADO		15.000.000,00
01.	LEGISLATIVA	576.000,00
01.031.	AÇÃO LEGISLATIVA	576.000,00
04.	ADMINISTRAÇÃO	2.541.296,25
04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.256.196,25
04.124.	CONTROLE INTERNO	85.400,00
04.126.	TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	75.000,00
04.845.	TRANSFERÊNCIAS	35.700,00
08.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.068.350,00
08.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	574.600,00
08.241.	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	345.000,00
08.243.	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA A AO ADOLESCENTE	68.000,00
08.244.	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	80.750,00
10.	SAÚDE	3.341.150,00
10.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.000,00
10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	2.840.100,00
10.302.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	340.300,00
10.304.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	113.750,00
12.	EDUCAÇÃO	4.230.101,00

12.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.000,00
12.361.	ENSINO FUNDAMENTAL	2.838.101,00
12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.330.000,00
12.366.	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	32.000,00
13.	CULTURA	25.000,00
13.392.	DIFUSÃO CULTURAL	25.000,00
14.	DIREITOS DA CIDADANIA	68.000,00
14.422.	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS DIFUSOS	68.000,00
15.	URBANISMO	591.000,00
15.451.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	591.000,00
16.	HABITAÇÃO	300.000,00
16.482.	HABITAÇÃO URBANA	300.000,00
17.	SANEAMENTO	575.538,25
17.512.	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	575.538,25
18.	GESTÃO AMBIENTAL	10.500,00
18.541.	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.500,00
20.	AGRICULTURA	145.422,50
20.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	107.260,00
20.601.	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	18.162,50
20.602.	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	20.000,00
22.	INDÚSTRIA	30.000,00
22.661.	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	30.000,00
23.	COMÉRCIO E SERVIÇOS	38.000,00
23.695.	TURISMO	38.000,00
26.	TRANSPORTE	406.000,00
26.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	70.000,00
26.782.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	336.000,00
27.	DESPORTO E LAZER	284.487,00
27.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	89700,00
27.812.	DESPORTO COMUNITÁRIO	194.787,00
28.	ENCARGOS ESPECIAIS	606.000,00
28.846.	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	606.000,00
99.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00
99.999.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00
TOTAL		15.000.000,00

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA CONSOLIDADA	15.000.000,00
DESPESAS CORRENTES	12.047.139,50
Pessoal e Encargos Sociais	6.511.098,48
Outras Despesas Correntes	5.536.041,02

DESPESAS DE CAPITAL	2.832.860,50
Investimentos	2.476.860,50
Amortização da Dívida	356.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00

DESPESAS POR PROGRAMAS DE GOVERNO - CONSOLIDADO

0001.	PROCESSO LEGISLATIVO	576.000,00
0002.	CONTROLE INTERNO	85.400,00
0003.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.454.211,25
0007.	FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO	150.000,00
0008.	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	30.000,00
0018.	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	20.000,00
0035.	TRANSPORTE ESCOLAR	965.982,00
0036.	MERENDA ESCOLAR	72.619,00
0037.	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA EDUCACIONAL	60.000,00
0039.	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	1.330.000,00
0044.	INCENTIVO AO DESPORTO E LAZER	284.487,00
0048.	INCENTIVO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS	25.000,00
0059.	HABITAÇÃO URBANA	300.000,00
0060.	URBANISMO	136.000,00
0064.	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	310.000,00
0071.	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INDÚSTRIA	30.000,00
0072.	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	68.000,00
0075.	ATENCAO BASICA	2.840.100,00
0076.	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	35.000,00
0077.	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00
0078.	GESTÃO DO SUS	12.000,00
0079.	VIGILÂNCIA EM SAUDE	113.750,00
0080.	SANEAMENTO BÁSICO	575.538,25
0090.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	70.750,00
0091.	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	68.000,00
0092.	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	225.000,00
0102.	ESTRADAS VICINAIS	141.000,00
0117.	MANUTENÇÃO COM O TURISMO	38.000,00
0122.	CONSÓRCIO INTERM. DE DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL	35.700,00
0133.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	145.000,00
0134.	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DESGATADAS	10.500,00
0136.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS	10.000,00
0139.	ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE	120.000,00
0140.	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA	456.000,00
0143.	APOIO AO PRODUTOR	18.162,50
0144.	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	1.668.500,00
0145.	MANUTENÇÃO DE PREDIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS MUNICIPAIS	59.000,00
0146.	MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR	340.300,00
9999.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00
	TOTAL	**15.000.000,00**

Artigo 4º - O orçamento da Seguridade Social do município de Dom Aquino é de R$ 4.409.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e nove mil e quinhentos reais), assim distribuídos por área:

08.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.068.350,00
10.	SAÚDE	3.341.150,00

Artigo 5º. - Fica o Município, na forma da lei, autorizado a abrir créditos adicionais até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa, observado o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Federal no. 4.320/64, e de conformidade com os incisos V e VI do artigo 167 da Constituição Federal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 09 de dezembro de 2010.

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

Exercício: 2011 A 2013

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

CONTA	DESCRICAO	2011	2012	2013
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	13.450.000,00	13.644.820,00	14.379.216,00
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	634.185,40	661.004,20	680.207,20
1.1.1.0.00.00.00	IMPOSTOS	571.381,40	594.493,00	608.164,00
1.1.1.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATROMONIO E A RENDA	320.181,40	336.993,00	344.364,00
1.1.1.2.02.00.00	IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	76.297,40	87.200,00	89.300,00
1.1.1.2.02.03.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	76.297,40	87.200,00	89.300,00
1.1.1.2.04.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	129.884,00	131.793,00	135.064,00
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO-IRRF	129.884,00	131.793,00	135.064,00
1.1.1.2.08.00.00	IMPOSTO S/ TRANSM. "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMOVEIS-ITBI	114.000,00	118.000,00	120.000,00
1.1.1.2.08.01.00	IMPOSTO S/ TRANSM. "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMOVEIS - ITBI	114.000,00	118.000,00	120.000,00
1.1.1.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	251.200,00	257.500,00	263.800,00
1.1.1.3.05.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	251.200,00	257.500,00	263.800,00
1.1.1.3.05.01.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	251.200,00	257.500,00	263.800,00
1.1.2.0.00.00.00	TAXAS	62.804,00	66.511,20	72.043,20
1.1.2.1.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	29.883,00	29.148,60	29.729,00
1.1.2.1.25.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNC. DE ESTABELECIMENTOS COM., INDÚST. E PREST. DE SERVIÇOS	25.160,00	24.190,60	24.523,00
1.1.2.1.26.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.28.00.00	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.29.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.31.00.00	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.99.00.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.323,00	2.358,00	2.406,00
1.1.2.1.99.99.00	OUTRAS TAXAS PELO O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.323,00	2.358,00	2.406,00
1.1.2.2.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32.921,00	37.362,60	42.314,20
1.1.2.2.99.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32.921,00	37.362,60	42.314,20
1.1.2.2.99.01.00	TAXA DE EXPEDIENTE	12.721,00	15.362,60	17.314,20

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.1.2.2.99.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20.200,00	22.000,00	25.000,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	87.062,00	89.369,00	91.138,00
1.3.2.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	87.062,00	89.369,00	91.138,00
1.3.2.5.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	87.062,00	89.369,00	91.138,00
1.3.2.5.01.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	76.356,00	78.502,00	80.053,00
1.3.2.5.01.99.00	RECEITA DE REMUNER.DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	76.356,00	78.502,00	80.053,00
1.3.2.5.02.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	10.706,00	10.867,00	11.085,00
1.3.2.5.02.99.00	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.706,00	10.867,00	11.085,00
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	603.518,00	582.675,00	599.043,00
1.6.0.0.41.00.00	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRAT. RESERVAÇÃO E DISTRIB. DE ÁGUA	580.000,00	559.300,00	575.200,00
1.6.0.0.46.00.00	SERVIÇOS DE CEMITÉRIO	1.500,00	1.026,00	1.047,00
1.6.0.0.99.00.00	OUTROS SERVIÇOS	22.018,00	22.349,00	22.796,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.929.319,60	12.106.972,80	12.794.519,80
1.7.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.894.619,60	11.066.505,80	11.736.898,80
1.7.2.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.839.697,00	5.817.137,80	6.270.802,80
1.7.2.1.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	3.748.680,00	3.719.244,80	4.128.304,80
1.7.2.1.01.02.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS FPM	4.600.000,00	4.561.918,00	5.071.500,00
9.7.2.1.01.02.01	DEDUÇÃO DE RECEITA DO FPM - FUNDEB	-920.000,00	-912.383,60	-1.014.300,00
1.7.2.1.01.05.00	COTA-PARTE IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR	85.850,00	87.138,00	88.881,00
9.7.2.1.01.05.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ITR	-17.170,00	-17.427,60	-17.776,20
1.7.2.1.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	243.100,00	254.255,00	260.000,00
1.7.2.1.09.01.00	Transferência Financeira - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.99.00	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ESFORÇO EXPORTADOR - FEX	243.100,00	254.255,00	260.000,00
1.7.2.1.22.00.00	TRANSFERENCIA DA COMP. FINANC. PELA EXPLORAÇÃO DOS REC. NATURAIS	151.500,00	153.773,00	156.849,00
1.7.2.1.22.20.00	COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	85.850,00	87.138,00	88.881,00
1.7.2.1.22.70.00	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO - FEP	65.650,00	66.635,00	67.968,00
1.7.2.1.33.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.193.650,00	1.181.150,00	1.204.540,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.7.2.1.33.11.00	ATENÇÃO BÁSICA	801.600,00	774.700,00	792.800,00
1.7.2.1.33.11.10	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (PAB FIXO)	154.000,00	160.000,00	162.000,00
1.7.2.1.33.11.31	SAÚDE DA FAMILIA - PSF	348.000,00	335.000,00	342.400,00
1.7.2.1.33.11.32	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	179.600,00	156.000,00	160.000,00
1.7.2.1.33.11.33	SAUDE BUCAL	108.000,00	110.700,00	113.400,00
1.7.2.1.33.11.39	OUTROS PROGRAMAS FINAC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO.	12.000,00	13.000,00	15.000,00
1.7.2.1.33.12.00	ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	310.000,00	315.000,00	318.000,00
1.7.2.1.33.12.10	LIMITE FINANCEIRO DA MEDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	310.000,00	315.000,00	318.000,00
1.7.2.1.33.13.00	VIGILÂNCIA EM SAUDE	47.050,00	48.150,00	49.290,00
1.7.2.1.33.13.10	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	25.000,00	25.500,00	26.000,00
1.7.2.1.33.13.20	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	21.300,00	21.850,00	22.400,00
1.7.2.1.33.13.30	OUTROS PROGRAMA FINAC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO	750,00	800,00	890,00
1.7.2.1.33.14.00	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	35.000,00	43.300,00	44.450,00
1.7.2.1.33.14.10	COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	35.000,00	43.300,00	44.450,00
1.7.2.1.34.00.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	270.666,00	270.638,00	277.152,00
1.7.2.1.34.01.00	BAJ - PROGRAMA AGENTES JOVENS	30.300,00	30.755,00	31.371,00
1.7.2.1.34.02.00	API - PROGRAMA DE APOIO AO IDOSO	30.300,00	30.755,00	31.371,00
1.7.2.1.34.03.00	PPD- PROGRAMA DE APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	20.200,00	20.503,00	20.914,00
1.7.2.1.34.04.00	PAC - PROGRAMA DE ATENÇÃO À CRIANÇA	18.685,00	18.966,00	19.346,00
1.7.2.1.34.05.00	PBT - SERV. ESPECIFICOS PROTEÇÃO SOCIAL BASICA/ASEF	64.236,00	65.200,00	66.504,00
1.7.2.1.34.06.00	PMTC - SERV PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.187,00	8.310,00	8.477,00
1.7.2.1.34.07.00	PACI - SERVIÇO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A FAMILIA	16.059,00	16.300,00	16.626,00
1.7.2.1.34.08.00	PBV - SERV. ESPECIF. PROTEÇÃO SOCIAL	5.889,00	5.978,00	6.098,00
1.7.2.1.34.09.00	IGDBF - INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA DO PROG, BOLSA FAMILIA	16.160,00	16.403,00	16.732,00
1.7.2.1.34.10.00	FUPIS - FUNDO PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1.7.2.1.34.99.00	OUTRAS RECEITAS DO FNAS	50.650,00	47.468,00	49.713,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NAC. DO DESENV. DA EDUCAÇÃO FNDE	184.101,00	187.677,00	191.957,00
1.7.2.1.35.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	65.650,00	66.635,00	67.968,00
1.7.2.1.35.03.00	TRANSF. DIRETAS DO FNDE REF. AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNA	35.350,00	35.881,00	36.599,00
1.7.2.1.35.05.00	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR P/ CRECHES - PNAC	17.069,00	17.326,00	17.673,00
1.7.2.1.35.06.00	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLA - PNAP	20.200,00	20.503,00	20.914,00
1.7.2.1.35.07.00	TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE	13.332,00	13.532,00	13.803,00
1.7.2.1.35.99.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCA	32.500,00	33.800,00	35.000,00
1.7.2.1.36.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	60.000,00	63.000,00	65.000,00
9.7.2.1.36.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - LEI COMPLEME	-12.000,00	-12.600,00	-13.000,00
1.7.2.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	3.799.922,60	3.970.168,00	4.152.075,00
1.7.2.2.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.564.919,60	3.731.127,00	3.917.220,00
1.7.2.2.01.01.00	COTA PARTE DO ICMS	3.160.989,60	3.317.600,00	3.492.800,00
1.7.2.2.01.01.01	ICMS	3.951.237,00	4.147.000,00	4.366.000,00
9.7.2.2.01.01.01	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS	-790.247,40	-829.400,00	-873.200,00
1.7.2.2.01.02.00	COTA PARTE DO IPVA	260.000,00	269.100,00	278.500,00
9.7.2.2.01.02.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPVA	-52.000,00	-53.820,00	-55.700,00
1.7.2.2.01.13.00	COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	146.450,00	148.647,00	151.620,00
1.7.2.2.01.99.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DO ESTADO	49.480,00	49.600,00	50.000,00
1.7.2.2.01.99.01	PROGRAMA SÓCIO-EDUCATIVO FAMILIAR - ASEF	49.480,00	49.600,00	50.000,00
1.7.2.2.99.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	235.003,00	239.041,00	234.855,00
1.7.2.4.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.255.000,00	1.279.200,00	1.314.021,00
1.7.2.4.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	1.255.000,00	1.279.200,00	1.314.021,00
1.7.6.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.034.700,00	1.040.467,00	1.057.621,00
1.7.6.1.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	321.180,00	325.998,00	332.518,00
1.7.6.1.99.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	321.180,00	325.998,00	332.518,00
1.7.6.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO ESTADO E SUAS ENTIDADES	713.520,00	714.469,00	725.103,00
1.7.6.2.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	263.600,00	265.800,00	268.300,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.7.6.2.01.01.00	SAUDE BUCAL	50.000,00	51.000,00	52.000,00
1.7.6.2.01.02.00	PSF	173.000,00	174.000,00	175.000,00
1.7.6.2.01.03.00	PORTARIA 112/61 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	18.000,00	18.000,00	18.500,00
1.7.6.2.01.04.00	PASCAR	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1.7.6.2.01.05.00	PAF	13.400,00	13.500,00	13.500,00
1.7.6.2.01.06.00	DIABETES MILLITUS	2.500,00	2.500,00	2.500,00
1.7.6.2.01.07.00	ANTI RÁBICA	1.700,00	1.800,00	1.800,00
1.7.6.2.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	449.920,00	448.669,00	456.803,00
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	195.915,00	204.799,00	214.308,00
1.9.1.0.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	61.522,00	66.348,00	72.011,00
1.9.1.1.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	22.122,00	22.848,00	23.811,00
1.9.1.1.38.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S. A PROP. TERRITORIAL URBANA IPTU	20.342,00	20.648,00	21.061,00
1.9.1.1.40.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS- ISS	680,00	700,00	750,00
1.9.1.1.99.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.100,00	1.500,00	2.000,00
1.9.1.1.99.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.100,00	1.500,00	2.000,00
1.9.1.3.00.00.00	LTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	39.400,00	43.500,00	48.200,00
1.9.1.3.11.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	23.500,00	25.000,00	27.000,00
1.9.1.3.13.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS	900,00	1.000,00	1.200,00
1.9.1.3.99.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	15.000,00	17.500,00	20.000,00
1.9.1.8.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.878,00	7.997,00	8.158,00
1.9.2.1.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.313,00	1.333,00	1.360,00
1.9.2.1.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.313,00	1.333,00	1.360,00
1.9.2.2.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.565,00	6.664,00	6.798,00
1.9.2.2.99.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	6.565,00	6.664,00	6.798,00
1.9.3.0.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	69.955,00	73.045,00	75.581,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.9.3.1.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	68.440,00	71.507,00	74.011,00
1.9.3.1.11.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	32.320,00	32.805,00	33.462,00
1.9.3.1.13.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS- ISS	12.120,00	12.302,00	12.549,00
1.9.3.1.99.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	24.000,00	26.400,00	28.000,00
1.9.3.1.99.01.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	24.000,00	26.400,00	28.000,00
1.9.3.2.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.515,00	1.538,00	1.570,00
1.9.3.2.13.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE TAXA DE OCUPAÇÃO	1.515,00	1.538,00	1.570,00
1.9.3.2.99.00.00	REC. DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	56.560,00	57.409,00	58.558,00
1.9.9.0.99.00.00	OUTRAS RECEITAS	56.560,00	57.409,00	58.558,00
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.550.000,00	1.555.180,00	1.620.784,00
2.2.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	35.000,00	50.000,00
2.2.1.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	35.000,00	50.000,00
2.2.1.9.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	50.000,00	35.000,00	50.000,00
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	1.520.180,00	1.570.784,00
2.4.7.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.500.000,00	1.520.180,00	1.570.784,00
2.4.7.1.00.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	900.000,00	740.180,00	790.784,00
2.4.7.1.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	900.000,00	740.180,00	790.784,00
2.4.7.2.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E SUAS ENTIDADES	600.000,00	780.000,00	780.000,00
2.4.7.2.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	600.000,00	780.000,00	780.000,00
		15.000.000,00	15.200.000,00	16.000.000,00
	Total :	**15.000.000,00**	**15.200.000,00**	**16.000.000,00**

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

CONTA	DESCRICAO	2011	2012	2013
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	13.450.000,00	13.644.820,00	14.379.216,00
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	634.185,40	661.004,20	680.207,20
1.1.1.0.00.00.00	IMPOSTOS	571.381,40	594.493,00	608.164,00
1.1.1.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATROMONIO E A RENDA	320.181,40	336.993,00	344.364,00
1.1.1.2.02.00.00	IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	76.297,40	87.200,00	89.300,00
1.1.1.2.02.03.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	76.297,40	87.200,00	89.300,00
1.1.1.2.04.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	129.884,00	131.793,00	135.064,00
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO-IRRF	129.884,00	131.793,00	135.064,00
1.1.1.2.08.00.00	IMPOSTO S/ TRANSM. "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMOVEIS-ITBI	114.000,00	118.000,00	120.000,00
1.1.1.2.08.01.00	IMPOSTO S/ TRANSM. "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMOVEIS - ITBI	114.000,00	118.000,00	120.000,00
1.1.1.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	251.200,00	257.500,00	263.800,00
1.1.1.3.05.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	251.200,00	257.500,00	263.800,00
1.1.1.3.05.01.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	251.200,00	257.500,00	263.800,00
1.1.2.0.00.00.00	TAXAS	62.804,00	66.511,20	72.043,20
1.1.2.1.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	29.883,00	29.148,60	29.729,00
1.1.2.1.25.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNC. DE ESTABELECIMENTOS COM., INDÚST. E PREST. DE SERVIÇOS	25.160,00	24.190,60	24.523,00
1.1.2.1.26.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.28.00.00	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.29.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.31.00.00	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	600,00	650,00	700,00
1.1.2.1.99.00.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.323,00	2.358,00	2.406,00
1.1.2.1.99.99.00	OUTRAS TAXAS PELO O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.323,00	2.358,00	2.406,00
1.1.2.2.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32.921,00	37.362,60	42.314,20
1.1.2.2.99.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32.921,00	37.362,60	42.314,20
1.1.2.2.99.01.00	TAXA DE EXPEDIENTE	12.721,00	15.362,60	17.314,20

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.1.2.2.99.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20.200,00	22.000,00	25.000,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	87.062,00	89.369,00	91.138,00
1.3.2.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	87.062,00	89.369,00	91.138,00
1.3.2.5.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	87.062,00	89.369,00	91.138,00
1.3.2.5.01.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	76.356,00	78.502,00	80.053,00
1.3.2.5.01.99.00	RECEITA DE REMUNER.DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	76.356,00	78.502,00	80.053,00
1.3.2.5.02.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	10.706,00	10.867,00	11.085,00
1.3.2.5.02.99.00	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	10.706,00	10.867,00	11.085,00
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	603.518,00	582.675,00	599.043,00
1.6.0.0.41.00.00	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRAT. RESERVAÇÃO E DISTRIB. DE ÁGUA	580.000,00	559.300,00	575.200,00
1.6.0.0.46.00.00	SERVIÇOS DE CEMITÉRIO	1.500,00	1.026,00	1.047,00
1.6.0.0.99.00.00	OUTROS SERVIÇOS	22.018,00	22.349,00	22.796,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.929.319,60	12.106.972,80	12.794.519,80
1.7.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.894.619,60	11.066.505,80	11.736.898,80
1.7.2.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.839.697,00	5.817.137,80	6.270.802,80
1.7.2.1.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	3.748.680,00	3.719.244,80	4.128.304,80
1.7.2.1.01.02.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS FPM	4.600.000,00	4.561.918,00	5.071.500,00
9.7.2.1.01.02.01	DEDUÇÃO DE RECEITA DO FPM - FUNDEB	-920.000,00	-912.383,60	-1.014.300,00
1.7.2.1.01.05.00	COTA-PARTE IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR	85.850,00	87.138,00	88.881,00
9.7.2.1.01.05.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ITR	-17.170,00	-17.427,60	-17.776,20
1.7.2.1.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	243.100,00	254.255,00	260.000,00
1.7.2.1.09.01.00	Transferência Financeira - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.99.00	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ESFORÇO EXPORTADOR - FEX	243.100,00	254.255,00	260.000,00
1.7.2.1.22.00.00	TRANSFERENCIA DA COMP. FINANC. PELA EXPLORAÇÃO DOS REC. NATURAIS	151.500,00	153.773,00	156.849,00
1.7.2.1.22.20.00	COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	85.850,00	87.138,00	88.881,00
1.7.2.1.22.70.00	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO - FEP	65.650,00	66.635,00	67.968,00
1.7.2.1.33.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.193.650,00	1.181.150,00	1.204.540,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.7.2.1.33.11.00	ATENÇÃO BÁSICA	801.600,00	774.700,00	792.800,00
1.7.2.1.33.11.10	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (PAB FIXO)	154.000,00	160.000,00	162.000,00
1.7.2.1.33.11.31	SAÚDE DA FAMILIA - PSF	348.000,00	335.000,00	342.400,00
1.7.2.1.33.11.32	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	179.600,00	156.000,00	160.000,00
1.7.2.1.33.11.33	SAUDE BUCAL	108.000,00	110.700,00	113.400,00
1.7.2.1.33.11.39	OUTROS PROGRAMAS FINAC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO.	12.000,00	13.000,00	15.000,00
1.7.2.1.33.12.00	ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	310.000,00	315.000,00	318.000,00
1.7.2.1.33.12.10	LIMITE FINANCEIRO DA MEDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	310.000,00	315.000,00	318.000,00
1.7.2.1.33.13.00	VIGILÂNCIA EM SAUDE	47.050,00	48.150,00	49.290,00
1.7.2.1.33.13.10	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	25.000,00	25.500,00	26.000,00
1.7.2.1.33.13.20	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	21.300,00	21.850,00	22.400,00
1.7.2.1.33.13.30	OUTROS PROGRAMA FINAC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO	750,00	800,00	890,00
1.7.2.1.33.14.00	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	35.000,00	43.300,00	44.450,00
1.7.2.1.33.14.10	COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	35.000,00	43.300,00	44.450,00
1.7.2.1.34.00.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	270.666,00	270.638,00	277.152,00
1.7.2.1.34.01.00	BAJ - PROGRAMA AGENTES JOVENS	30.300,00	30.755,00	31.371,00
1.7.2.1.34.02.00	API - PROGRAMA DE APOIO AO IDOSO	30.300,00	30.755,00	31.371,00
1.7.2.1.34.03.00	PPD- PROGRAMA DE APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	20.200,00	20.503,00	20.914,00
1.7.2.1.34.04.00	PAC - PROGRAMA DE ATENÇÃO À CRIANÇA	18.685,00	18.966,00	19.346,00
1.7.2.1.34.05.00	PBT - SERV. ESPECIFICOS PROTEÇÃO SOCIAL BASICA/ASEF	64.236,00	65.200,00	66.504,00
1.7.2.1.34.06.00	PMTC - SERV PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.187,00	8.310,00	8.477,00
1.7.2.1.34.07.00	PACI - SERVIÇO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A FAMILIA	16.059,00	16.300,00	16.626,00
1.7.2.1.34.08.00	PBV - SERV. ESPECIF. PROTEÇÃO SOCIAL	5.889,00	5.978,00	6.098,00
1.7.2.1.34.09.00	IGDBF - INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA DO PROG, BOLSA FAMILIA	16.160,00	16.403,00	16.732,00
1.7.2.1.34.10.00	FUPIS - FUNDO PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1.7.2.1.34.99.00	OUTRAS RECEITAS DO FNAS	50.650,00	47.468,00	49.713,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NAC. DO DESENV. DA EDUCAÇÃO FNDE	184.101,00	187.677,00	191.957,00
1.7.2.1.35.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	65.650,00	66.635,00	67.968,00
1.7.2.1.35.03.00	TRANSF. DIRETAS DO FNDE REF. AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNA	35.350,00	35.881,00	36.599,00
1.7.2.1.35.05.00	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR P/ CRECHES - PNAC	17.069,00	17.326,00	17.673,00
1.7.2.1.35.06.00	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ ESCOLA - PNAP	20.200,00	20.503,00	20.914,00
1.7.2.1.35.07.00	TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE	13.332,00	13.532,00	13.803,00
1.7.2.1.35.99.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCA	32.500,00	33.800,00	35.000,00
1.7.2.1.36.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	60.000,00	63.000,00	65.000,00
9.7.2.1.36.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - LEI COMPLEME	-12.000,00	-12.600,00	-13.000,00
1.7.2.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	3.799.922,60	3.970.168,00	4.152.075,00
1.7.2.2.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.564.919,60	3.731.127,00	3.917.220,00
1.7.2.2.01.01.00	COTA PARTE DO ICMS	3.160.989,60	3.317.600,00	3.492.800,00
1.7.2.2.01.01.01	ICMS	3.951.237,00	4.147.000,00	4.366.000,00
9.7.2.2.01.01.01	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS	-790.247,40	-829.400,00	-873.200,00
1.7.2.2.01.02.00	COTA PARTE DO IPVA	260.000,00	269.100,00	278.500,00
9.7.2.2.01.02.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPVA	-52.000,00	-53.820,00	-55.700,00
1.7.2.2.01.13.00	COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	146.450,00	148.647,00	151.620,00
1.7.2.2.01.99.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DO ESTADO	49.480,00	49.600,00	50.000,00
1.7.2.2.01.99.01	PROGRAMA SÓCIO-EDUCATIVO FAMILIAR - ASEF	49.480,00	49.600,00	50.000,00
1.7.2.2.99.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	235.003,00	239.041,00	234.855,00
1.7.2.4.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.255.000,00	1.279.200,00	1.314.021,00
1.7.2.4.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	1.255.000,00	1.279.200,00	1.314.021,00
1.7.6.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.034.700,00	1.040.467,00	1.057.621,00
1.7.6.1.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	321.180,00	325.998,00	332.518,00
1.7.6.1.99.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	321.180,00	325.998,00	332.518,00
1.7.6.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO ESTADO E SUAS ENTIDADES	713.520,00	714.469,00	725.103,00
1.7.6.2.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	263.600,00	265.800,00	268.300,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.7.6.2.01.01.00	SAUDE BUCAL	50.000,00	51.000,00	52.000,00
1.7.6.2.01.02.00	PSF	173.000,00	174.000,00	175.000,00
1.7.6.2.01.03.00	PORTARIA 112/61 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	18.000,00	18.000,00	18.500,00
1.7.6.2.01.04.00	PASCAR	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1.7.6.2.01.05.00	PAF	13.400,00	13.500,00	13.500,00
1.7.6.2.01.06.00	DIABETES MILLITUS	2.500,00	2.500,00	2.500,00
1.7.6.2.01.07.00	ANTI RÁBICA	1.700,00	1.800,00	1.800,00
1.7.6.2.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	449.920,00	448.669,00	456.803,00
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	195.915,00	204.799,00	214.308,00
1.9.1.0.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	61.522,00	66.348,00	72.011,00
1.9.1.1.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	22.122,00	22.848,00	23.811,00
1.9.1.1.38.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S. A PROP. TERRITORIAL URBANA IPTU	20.342,00	20.648,00	21.061,00
1.9.1.1.40.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS- ISS	680,00	700,00	750,00
1.9.1.1.99.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.100,00	1.500,00	2.000,00
1.9.1.1.99.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.100,00	1.500,00	2.000,00
1.9.1.3.00.00.00	LTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	39.400,00	43.500,00	48.200,00
1.9.1.3.11.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	23.500,00	25.000,00	27.000,00
1.9.1.3.13.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS	900,00	1.000,00	1.200,00
1.9.1.3.99.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	15.000,00	17.500,00	20.000,00
1.9.1.8.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.878,00	7.997,00	8.158,00
1.9.2.1.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.313,00	1.333,00	1.360,00
1.9.2.1.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.313,00	1.333,00	1.360,00
1.9.2.2.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.565,00	6.664,00	6.798,00
1.9.2.2.99.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	6.565,00	6.664,00	6.798,00
1.9.3.0.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	69.955,00	73.045,00	75.581,00

ANEXO I - REVISAO DA RECEITA PARA O TRIÊNIO 2011 A 2013

1.9.3.1.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	68.440,00	71.507,00	74.011,00
1.9.3.1.11.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	32.320,00	32.805,00	33.462,00
1.9.3.1.13.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS- ISS	12.120,00	12.302,00	12.549,00
1.9.3.1.99.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	24.000,00	26.400,00	28.000,00
1.9.3.1.99.01.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	24.000,00	26.400,00	28.000,00
1.9.3.2.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.515,00	1.538,00	1.570,00
1.9.3.2.13.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE TAXA DE OCUPAÇÃO	1.515,00	1.538,00	1.570,00
1.9.3.2.99.00.00	REC. DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	56.560,00	57.409,00	58.558,00
1.9.9.0.99.00.00	OUTRAS RECEITAS	56.560,00	57.409,00	58.558,00
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.550.000,00	1.555.180,00	1.620.784,00
2.2.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	35.000,00	50.000,00
2.2.1.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	35.000,00	50.000,00
2.2.1.9.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	50.000,00	35.000,00	50.000,00
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	1.520.180,00	1.570.784,00
2.4.7.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.500.000,00	1.520.180,00	1.570.784,00
2.4.7.1.00.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	900.000,00	740.180,00	790.784,00
2.4.7.1.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	900.000,00	740.180,00	790.784,00
2.4.7.2.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E SUAS ENTIDADES	600.000,00	780.000,00	780.000,00
2.4.7.2.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	600.000,00	780.000,00	780.000,00
		15.000.000,00	15.200.000,00	16.000.000,00
	Total :	**15.000.000,00**	**15.200.000,00**	**16.000.000,00**

Prefeitura Municipal de Itaúba

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
REF.: Pregão Presencial Nº 021/2010

A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, torna público aos interessados que os vencedores do Pregão Presencial nº 021/2010, para Contratação de empresa para Aquisição de Patrulha Mecanizada para o Município de Itaúba Estado de Mato Grosso, foi a empresa AGROPASTORIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP.

ITAÚBA-MT, 17 de Dezembro de 2010.

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

DECRETO *Nº. 69/2010*

SÚMULA: "DECRETA RECESSO NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAUBA-MT E DO ART 63, DO CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL, LEI N º 734/2007.

D E C R E T A :

ART. 1º – *Fica decretado recesso nos órgãos públicos do Poder Executivo do Município de Itaúba/MT, no período compreendido entre o dia 20 de dezembro de 2010 e 02 de janeiro de 2011, como medida necessária de contenção de despesas, encerramento de exercício financeiro e fiscal e medidas de controle interno para abertura de um novo exercício.*

Artigo 2º - As Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento Básico, Obras e Urbanismo, Planejamento Fazenda e Administração Infra-estrutura e Departamento Tributário farão funcionar em regime de plantão, neste período de recesso, através de revezamento entre os servidores das respectivas áreas, para manutenção dos serviços essências a população.

Parágrafo Único - Durante o período do recesso não haverá expediente ao público, salvo os casos urgentes e relevantes.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 20 de dezembro de 2010.

RAIMUNDO ZANON
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

PUBLICADO E AFIXADO NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 16/12/2010 À 16/01/2011

LEI Nº. 872/2010

SÚMULA: *"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Itaúba, para o Exercício Financeiro de 2011 e dá outras providências".*

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2011, Estima a Receita Bruta em R$ 16.616.000,00 (dezesseis milhões, seiscentos e dezesseis mil reais) a Receita Líquida em R$ 15.050.000,00 (quinze milhões e cinqüenta mil reais) e Fixa a Despesa em R$ 15.050.000,00 (quinze milhões e cinqüenta mil reais), sendo destinado para a Administração Direta o total de R$ 13.950.000,00 (treze milhões e novecentos e cinqüenta mil reais) e para a Indireta R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). O orçamento do município fica assim distribuído:

Orçamento Fiscal:	**12.487.000,00**
Orçamento da Seguridade Social	**3.029.000,00**
Orçamento da Fundação Hospitalar de Saúde	**1.100.000,00**
(-) Dedução para FUNDEB	**(1.566.000,00)**
TOTAL	**15.050.000,00**

Art. 2º - A receita orçamentária será realizada, mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações a seguir.

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA
1 – Por Categoria Econômica

Receitas Correntes	R$	12.200.000,00
Receitas de Capital	R$	1.750.000,00
TOTAL	**R$**	**13.950.000,00**

2 – Por Fontes

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**12.200.000,00**
Receita Tributária	R$	473.000,00
Receita de Contribuição	R$	590.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	117.000,00
Receita de Serviços	R$	164.000,00
Transferências Correntes	R$	12.253.000,00
(-) Contribuição para o FUNDEB	R$	-1.566.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	169.000,00

RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.750.000,00**
Operações de Créditos	R$	10.000,00
Transferências de Capital	R$	1.730.000,00
Outras Receitas de Capital	R$	10.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**13.950.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	1.100.000,00
TOTAL	**R$**	**1.100.000,00**
2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	**R$**	**1.100.000,00**
Transferências Financeiras	R$	1.100.000,00
SUB –TOTAL.	**R$**	**1.100.000,00**
TOTAL	**R$**	**15.050.000,00**

Art. 3.º - A Despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta le constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminada a seguir:

1 – Por Órgãos da Administração

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – CÂMARA MUNICIPAL	**R$**	**621.000,00**
01.001 – Câmara Municipal	R$	621.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	**R$**	**982.500,00**
02.001 – Gabinete do Prefeito	R$	982.500,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA	**R$**	**1.366.000,00**
03.001 – Secretaria Municipal de Gestão Pública	R$	871.000,00
03.002 – PREVI-ITAUBA	R$	495.000,00
04 – SEC. PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.	**R$**	**1.960.500,00**
04.001 – Secretaria de Planejamento, Fazenda e Administração.	R$	1.960.500,00
05 – SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	**R$**	**3.955.000,00**
05.001 – Gabinete da Secretaria	R$	1.635.000,00
05.002 – FUNDEB 60%	R$	1.200.000,00
05.003 – FUNDEB 40%	R$	800.000,00
05.004 – Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer	R$	180.000,00
05.005 - Secretaria Adjunta de Cultura	R$	140.000,00
06 – SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO.	**R$**	**1.931.000,00**
06.001 – Fundo Municipal de Saúde	R$	1.931.000,00
07 – SEC. AGRIC. DESENV. MEIO AMBIENTE E TURISMO	**R$**	**305.000,00**
07.001 – Sec. Agricultura, Desenvolv. Meio Ambiente e Turismo.	R$	305.000,00
08 – SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.	**R$**	**847.000,00**
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social	R$	847.000,00
09 – SEC. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO.	**R$**	**1.954.000,00**
09.001 – Secretaria de Infraestrutura, Obras e Urbanismo.	R$	1.954.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$**	**28.000,00**
99.999 – Reserva de Contingência	R$	28.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**13.950.000,00**

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

10 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE ITAÚBA	**R$**	**1.100.000,00**
10.001 – Fundação Hospitalar Municipal de Itaúba	R$	1.100.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**1.100.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**15.050.000,00**

2 – Por Categoria Econômica

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	R$	11.973.750,00
Despesas de Capital	R$	1.710.000,00
Reserva de Contingência	R$	28.000,00
Reserva do RPPS	R$	238.250,00
SUB-TOTAL	**R$**	**13.950.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Despesas Correntes	R$	1.060.000,00
Despesas de Capital	R$	40.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**1.100.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**15.050.000,00**

3 – Por Funções

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – LEGISLATIVA	R$	621.000,00
02 – JUDICIÁRIA	R$	78.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	R$	2.426.250,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	767.000,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	R$	495.000,00
10 – SAÚDE	R$	1.767.000,00
11 – TRABALHO	R$	159.750,00
12 – EDUCAÇÃO	R$	3.635.000,00
13 – CULTURA	R$	140.000,00
15 – URBANISMO	R$	404.000,00
16 – HABITAÇÃO	R$	80.000,00
17 – SANEAMENTO	R$	164.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	R$	20.000,00
20 – AGRICULTURA	R$	247.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	R$	38.000,00
25 – ENERGIA	R$	165.000,00
26 – TRANSPORTE	R$	1.385.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	R$	180.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R$	1.150.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	28.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**13.950.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

10 – SAÚDE	R$	1.100.000,00
SUB TOTAL	**R$**	**1.100.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**15.050.000,00**

4 – Por Função e Programas

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – LEGISLATIVA	**R$**	**621.000,00**
0001 – Ação do Legislativo	R$	611.000,00
0002 – Infraestrutura do Legislativo	R$	10.000,00
02 – JUDICIÁRIA	**R$**	**78.000,00**
0019 – Defesa da Ordem Jurídica	R$	78.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**2.426.250,00**
0006 – Gestão Pública Responsável e Transparente	R$	50.000,00
0008 – Qualificação de Trabalhadores	R$	25.000,00
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	140.000,00
0017 – Gestão Administrativa	R$	1.963.500,00
0018 – Apoio ao Serviço Militar	R$	20.000,00
0020 – Auditoria e Controle	R$	81.000,00
0021 – Construção, Ampliação e Manut de Edificações Publicas	R$	40.000,00
0023 – Políticas Públicas e Relações Institucionais	R$	106.750,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	**R$**	**767.000,00**
0004 – Programa de Assistência Social as Famílias	R$	439.000,00
0005 – Programa de Atenção Integral a Criança e Adolescente	R$	5.000,00
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	40.000,00
0021 – Construção, Ampliação e Manut de Edificações Publicas	R$	60.000,00
0033 – Proteção Social Básica	R$	213.000,00
0037 – apoio a Entidades	R$	10.000,00
09 – PREVIDENCIA SOCIAL	**R$**	**495.000,00**
0016 – Gestão de Benefícios	R$	495.000,00
10 – SAÚDE	**R$**	**1.767.000,00**
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	80.000,00
0021 – Construção, Ampliação e Manut de Edificações Publicas	R$	85.000,00
0028 – Gestão da Política Publica de Saúde	R$	1.602.000,00
11 –TRABALHO	**R$**	**159.750,00**
0006 – Gestão Pública Responsável e Transparente	R$	20.000,00
0022 – PASEP – Progr. de Formação do Patrimônio do Servidor	R$	139.750,00
12 – EDUCAÇÃO	**R$**	**3.635.000,00**
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	95.000,00
0021 – Construção, Ampliação e Manut de Edificações Publicas.	R$	100.000,00
0025 – Gerenciamento Global da Educação	R$	3.420.000,00
0026 – PAEE Programa de Ampliação da Estrutura	R$	20.000,00
13 – CULTURA	**R$**	**140.000,00**
0007 – Fomento a Cultura e Turismo	R$	83.000,00
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	5.000,00
0021 – Construção, Ampliação e Manut de Edificações Publicas.	R$	16.000,00
0034 – Fomento ao Artesanato	R$	21.000,00
0035 – Incentivo a Musicalidade	R$	15.000,00
15 – URBANISMO	**R$**	**404.000,00**
0010 – Limpeza, Conserv. e Melhoria de Logradouros Públicos	R$	170.000,00
0012 – Execução e ou Manutenção de Obras em Vias	R$	234.000,00
16 – HABITAÇÃO	**R$**	**80.000,00**
0003 – Programa de Habitação de Interesse Social	R$	80.000,00
17– SANEAMENTO	**R$**	**164.000,00**
0031 – Gestão da Política Ambiental	R$	9.000,00
0036 – Ampliação e Modernização do DAE	R$	155.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	**R$**	**20.000,00**
0031 – Gestão da Política Ambiental	R$	20.000,00
20 – AGRICULTURA	**R$**	**247.000,00**
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	20.000,00
0029 – Comercialização e Abastecimento	R$	12.000,00
0030 – Desenvolvimento e Promoção da Agropecuária	R$	215.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	**R$**	**38.000,00**
0007 – Fomento a Cultura e Turismo	R$	38.000,00
25 – ENERGIA ELÉTRICA	**R$**	**165.000,00**
0015 – Iluminação Pública	R$	165.000,00

26 – TRANSPORTE		**R$**	**1.385.000,00**
0009 – Estradas Municipais		R$	310.000,00
0011 – Construção e Reforma de Pontes e Bueiros		R$	100.000,00
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos		R$	100.000,00
0014 – Gestão Administrativa da SINFRA		R$	875.000,00
27 – DESPORTO E LAZER		**R$**	**180.000,00**
0013 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos		R$	10.000,00
0026 – PAEE Programa de Ampliação da Estrutura		R$	19.000,00
0027 – Gestão do Esporte e Lazer		R$	151.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS		**R$**	**1.150.000,00**
0024 – Serviço da Divida Interna		R$	1.150.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**R$**	**28.000,00**
9999 – Reserva de Contingência		R$	28.000,00
SUB-TOTAL		**R$**	**13.950.000,00**
II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
I – FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE ITAÚBA			
10 – SAÚDE		**R$**	**1.100.000,00**
0028 – Gestão da Política Publica de Saúde		R$	1.100.000,00
TOTAL GERAL		**R$**	**15.050.000,00**

5 – Classificação Segundo a Natureza

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**11.973.750,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	4.774.500,00
32.00.00.00.00	Juros e Encargos da Divida	R$	50.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	7.149.250,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**1.710.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	1.460.000,00
46.00.00.00.00	Amortização da Divida	R$	250.000,00
99.00.00.00.00	**Reserva de Contingência**	**R$**	**28.000,00**
77.99.00.00.00	**Reserva de Legal do RPPS**	**R$**	**238.250,00**
	SUB-TOTAL	**R$**	**13.950.000,00**
II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**1.060.000,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	590.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	470.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**40.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	40.000,00
	SUB-TOTAL	**R$**	**1.100.000,00**
	TOTAL GERAL	**R$**	**15.050.000,00**

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) - Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, Inciso II da Lei nº 4.320/64, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º desta lei.

b) - Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Art. 5.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, independente do limite fixado no artigo anterior.

Art. 6.º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante lei específica.

Art. 7.º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 8.º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.011.

Art. 9.º - Esta Lei entrará em vigor em 1.º de Janeiro de 2.011, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 16 de dezembro de 2010.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, qu
Lei n.°_____, de ___ de _____
de _____, foi publicada por afixaç
em mural em ___/_____/__
conforme previsto na Lei Orgânic

_____
Secretário da Administração

LEI Nº. 873/2010

SÚMULA: *"Autoriza o Poder Executivo a Receber imóveis em Dação em Pagamento e dá outras providências".*

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber, em dação em pagamento de créditos tributários do município, no valor de **R$ 648.500,01** (Seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos reais e um centavo) os imóveis descritos no art. 2º, desta Lei, nos termos do art. 62, § 4º, do Código Tributário Municipal e da Lei 848/2010.

Art. 2º - Os imóveis objeto desta dação em pagamento, todos localizados neste Município de Itaúba-MT, são de propriedade da empresa BEDIN – Colonizadora e Construtora Ltda, com as especificações constantes no **ANEXO I**, desta Lei.

Art. 3º - Com a efetivação da dação em pagamento desses imóveis, estarão extintos os créditos tributários do Município, relacionados ao IPTU devido pela referida empresa, até o ano de 2010, ajuizados ou não.

Parágrafo único - Os valores decorrentes das custas judiciais e as verbas honorárias de sucumbência judicial eventualmente incidentes, relativas aos créditos tributários ajuizados a serem extintos com esta dação em pagamento, serão suportadas pelo proprietário do imóvel.

Art. 4º - O valor da aquisição das áreas de trata esta lei equivale à integralidade do valor devido, sem quaisquer deduções nos créditos tributários municipais ou nos respectivos encargos de mora, segundo as normas legais.

Parágrafo Único - Os valores dos imóveis, objeto desta dação em pagamento, foram calculados tomando por base o valor venal do metro quadrado dos respectivos setores em que se localizam, conforme quadro que compões o **ANEXO II**, desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 16 de dezembro de 2010.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a Lei n.°_____, de ___ de _____ de _____, foi publicada por afixação em mural em ___/_____/____, conforme previsto na Lei Orgânica.

_____
Secretário da Administração

ANEXO I

LOTE	QUADRA	SETOR	ÁREA
01	23	C	525,00 m2
02	23	C	525,00 m2
03	23	C	525,00 m2
04	23	C	525,00 m2
05	23	C	525,00 m2
06	23	C	525,00 m2
07	23	C	525,00 m2
08	23	C	525,00 m2
09	23	C	525,00 m2
10	23	C	525,00 m2
11	23	C	525,00 m2
12	23	C	525,00 m2
13	23	C	525,00 m2
14	23	C	525,00 m2
15	23	C	525,00 m2
16	23	C	525,00 m2
17	23	C	525,00 m2
18	23	C	525,00 m2
19	23	C	525,00 m2
20	23	C	525,00 m2
01	26	C	525,00 m2
02	26	C	525,00 m2
03	26	C	525,00 m2
04	26	C	525,00 m2
05	26	C	525,00 m2
06	26	C	525,00 m2
07	26	C	525,00 m2
08	26	C	525,00 m2
09	26	C	525,00 m2
10	26	C	525,00 m2
11	26	C	525,00 m2
12	26	C	525,00 m2

LOTE	QUADRA	SETOR	ÁREA
01	30	C	525,00 m2
02	30	C	525,00 m2
03	30	C	525,00 m2
04	30	C	525,00 m2
05	30	C	525,00 m2
06	30	C	516,25 m2
07	30	C	498,75 m2
08	30	C	481,25 m2
09	30	C	463,75 m2
10	30	C	525,00 m2
07-A	27	F	3.972,50 m2
01	12	G	847,50 m2
02	12	G	742,50 m2
03	12	G	637,50 m2
04	12	G	805,00 m2
05	12	G	562,50 m2
06	12	G	547,50 m2
07	12	G	532,50 m2
08	12	G	517,50 m2
09	12	G	540,00 m2
10	12	G	450,00 m2
11	12	G	450,00 m2
12	12	G	450,00 m2
13	12	G	450,00 m2
14	12	G	450,00 m2
15	12	G	450,00 m2
16	12	G	450,00 m2
01	13	G	1.080,00 m2
02	13	G	705,00 m2
03	13	G	615,00 m2
04	13	G	750,00 m2
05	13	G	675,00 m2
07	13	G	700,00 m2
08	13	G	700,00 m2
09	13	G	700,00 m2

LOTE	QUADRA	SETOR	ÁREA
10	13	G	700,00 m2
11	13	G	700,00 m2
12	13	G	700,00 m2
13	13	G	525,00 m2
15	13	G	525,00 m2
16	13	G	675,00 m2
17	13	G	675,00 m2
18	13	G	525,00 m2
19	13	G	525,00 m2
20	13	G	700,00 m2
21	13	G	700,00 m2
22	13	G	700,00 m2
23	13	G	700,00 m2
24	13	G	700,00 m2
25	13	G	700,00 m2
01	14	G	660,00 m2
02	14	G	645,00 m2
03	14	G	795,00 m2
07	14	G	700,00 m2
08	14	G	700,00 m2
09	14	G	700,00 m2
10	14	G	700,00 m2
11	14	G	700,00 m2
12	14	G	700,00 m2
13	14	G	700,00 m2
14	14	G	700,00 m2
15	14	G	525,00 m2
16	14	G	525,00 m2
17	14	G	525,00 m2
18	14	G	675,00 m2
19	14	G	675,00 m2
20	14	G	525,00 m2
21	14	G	525,00 m2
22	14	G	525,00 m2
23	14	G	700,00 m2

LOTE	QUADRA	SETOR	ÁREA
24	14	G	700,00 m2
25	14	G	700,00 m2
26	14	G	700,00 m2
27	14	G	700,00 m2
28	14	G	700,00 m2
29	14	G	700,00 m2
01	12	INDUSTRIAL	7.068,75 m2
02	12	INDUSTRIAL	6.506,25 m2

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

ANEXO II

Quantidade	Local	Valor Unitário	Total	M^2	Preço m^2
20	Setor "C", Quadra 23	R$ 04.854,17	R$ 97.083,40	10.500,00	R$ 9,25
12	Setor "C", Quadra 26	R$ 04.882,00	R$ 58.590,00	6.300,00	R$ 9,30
10	Setor "C", Quadra 30	R$ 04.547,00	R$ 45.479,00	5.110,00	R$ 8,90
01	Setor "F", Quadra 27	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	3.972,50	R$ 5,03
16	Setor "G", Quadra 12	R$ 05.162,00	R$ 82.607,20	8.882,50	R$ 9,30
23	Setor "G", Quadra 13	R$ 06.338,15	R$ 145.777,45	15.675,00	R$ 9,30
26	Setor "G", Quadra 14	R$ 06.113,96	R$ 158.962,96	17.100,00	R$ 9,30
02	Setor Industrial, Q. 12	R$ 20.000,00	R$ 40.000,00	13.575,00	R$ 2,95
110 LOTES	TOTAL		R$ 648.500,01	81.115,00	R$ 7,99

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 084/2010

SÚMULA: "*DESIGNA O SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.*"

O Prefeito Municipal **do Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 2º, § 4º da Portaria n. 155 do MPS, de 15 de maio de 2.008,**
Resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Sr. Otávio Luiz Fiel, portador da Cédula de Identidade n. 1095352-3 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n. 946.784.481-87, que atualmente exerce o cargo responsável pelo Previ-Itaúba, como responsável pela gestão de recursos do Regime Próprio de Previdência Social de Itaúba -MT, atendendo o disposto na Portaria MPS n. 155/2008.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Itaúba/MT, 07 de Dezembro de 2010.

Raimundo Zanon
Prefeito Municipal

Clóvis Eduardo Murari
Secretário de Administração

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 07/12/2010 a 22/12/2010

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO TESTE SELETIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EDITAL Nº003/2010

ZELADORA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Silvia Helena Pires Moraes da Cruz	002	191074-8	012980761-37	Zeladora
Elaine Cristina Silva dos Santos	003	1320038-0	000943391-04	Zeladora
Adriana dos Santos Oliveira	004	1087212-4	942282721-34	Zeladora
Micheli Luciane Eidt	005	1728122-9	013097211-81	Zeladora
Vanessa Alves Bormann	007	1998390-5	015668701-19	Zeladora
Valdirene Rigo	009	1382754-5	945751691-53	Zeladora
Valdinéia Rigo	010	1988633-0	038145071-69	Zeladora
Lindalva Assunção Dutra	015	2345416-4	043590781-61	Zeladora
Maria Conceição S. dos Santos	016	1248884-4	002231921-20	Zeladora
Romana Fátima Dutra de Mattos	017	0849777-0	395198051-68	Zeladora
Eliane de Jesus Madeira	026	32610806-3	895440721-87	Zeladora
Adriana Antunes Ribeiro	027	1360063-0	912618991-72	Zeladora
Katiane Vieira Ventura	056	1579187-4	005430091-65	Zeladora
Andréia Aparecida Mateus	055	1323818-3	922732031-87	Zeladora
Maria Lucia da Silva Serejo	053	316126	879149801-53	Zeladora
Maria das Graças de Jesus	051	1079692-4	801979491-34	Zeladora
Clair Fernandes Silva	049	2048401-1	021509401-83	Zeladora
Rosângela Aparecida Fernandes	031	2015635-9	014609111-64	Zeladora
Adelita Mendes dos Santos	040	2061408-0	029138181-29	Zeladora
Ana dos Santos Guedes	063	13579571-06	018520305-18	Zeladora
Angélica Aparecida Dias	032	2314006-2	051950101-29	Zeladora
Marinalva de Souza Siqueira	065	8743093-6	011709301-74	Zeladora
Rosegila Vieira da Silva	066	2177588-5	009416091-03	Zeladora
Marli Batista Rosa	079	2514467-7	01838586113	Zeladora
Maria Aparecida de Almeida	077	1364532-3	038681941-69	Zeladora
Silvia Priscila Donzelhi de Oliveira	073	1998305-05	040905631-60	Zeladora
Ramona Soares Guedes Panizzon	082	1755984-7	022233381-27	Zeladora
Lucineide da Silva	089	1758739-5	016127231-28	Zeladora
Jessika Patrícia Santos Oliveira	093	2015745-2	026727511-02	Zeladora
Luciene Lopes da Silva Prado	097	1360028-1	913969301-59	Zeladora
Mara Josiane Pereira	100	1663002-05	005258051-25	Zeladora
Maria Aparecida da Silva Oliveira	107	1666871-5	009587731-22	Zeladora
Anastácia Ferreira Batista	106	2313972-2	022295191-58	Zeladora
Simoni Rodrigues Barrim	111	1910713-7	011486341-50	Zeladora
Célia Soares Barbosa	110	1579190-4	005931471-03	Zeladora
Renata Rodrigues de Souza	094	1776723-7	014745541-30	Zeladora
Eliane Aparecida Gomes da Silva	128	1903454-7	01903454-7	Zeladora
Valdemira Oliveira da Silva	126	1866649-3	910952801-63	Zeladora
Célia dos Santos	133	1311653-3	891073061-72	Zeladora
Dauriane da Costa Figueiredo	137	1728123-7	007244151-81	Zeladora
Márcia Carvalho de Magalhães	149	1713531-1	012688971-67	Zeladora
Regina Mesquita Cardoso	158	21301085	031177021-56	Zeladora
Natalia Ferreira Batista	157	2313975-7	021432111-80	Zeladora
Vanda Lucia da Silva Medeiros	172	1254538-4	571248841-87	Zeladora
Rosimeire Perli do Nascimento	181	5482784-9	004992581-42	Zeladora
Elizete Garcia de Souza	182	1792144-9	019650451-11	Zeladora
Rute Oliveira Leite	187	1275368-8	878625901-63	Zeladora
Claudilene Maria dos Santos Araujo	190	1456479-3	975875831-49	Zeladora
Adenisia Lisboa Soares Benites	195	1656033-7	010008581-46	Zeladora
Andrieli Santos Oliveira	212	1903438-5	037509471-71	Zeladora
Roseli do Carmo Martins	232	1160581-2	885340491-49	Zeladora
Luciana Mariano Guimarães	216	1936107-6	014384661-29	Zeladora
Rosilene Aparecida de Oliveira	215	1988664-0	025484131-79	Zeladora
Claudete Mariano	217	00124818	024377231-96	Zeladora
Marta dos Santos Oliveira	227	719057	843618161-15	Zeladora
Kelvin Kelli Neves Damacena	229	1903440-7	032031991-14	Zeladora
Ivanilda Alves da Silva	241	2059613-8	037975391-00	Zeladora

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (OBRAS)

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Leomar Soares Volken	054	2177444-7	038394341-81	AUX. SERVIÇOS GERAIS
Osvaldo Pereira Niza	048	34811465-5	091963168-10	AUX. SERVIÇOS GERAIS
Sidmar Pedroso da Rosa	067	1856386-4	019275671-06	AUX. SERVIÇOS GERAIS
João Dias Monteiel	115	0556645-2	340126991-72	AUX. SERVIÇOS GERAIS
Antonio Pereira da Silva	169	3541767	733595641-20	AUX. SERVIÇOS GERAIS
Felipe Toniazzo	174	1758754-9	032065471-05	AUX. SERVIÇOS GERAIS
Oziel Cursino Pereira	184	1477343-0	023021411-80	AUX. SERVIÇOS GERAIS
Diego Luiz Geviesk	205	2177395-5	011405671-44	AUX.SERVIÇOS GERAIS
Mailon Oliveira Rodrigues	213	1913768-0	040879521-26	AUX. SERVIÇOS GERAIS

MOTORISTA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Jose Reni Montanari	045	2422289-5	670807669-15	MOTORISTA
Assis Aparecida de Paula Campos	064	1254509-0	604632791-19	MOTORISTA
Leonaldo Pereira	031	107215	395190311-20	MOTORISTA
Clodoaldo dos Santos Prado	145	0908035	768610741-87	MOTORISTA
Wilson Ramos Silva	134	13273814	00725621885	MOTORISTA
Dilmonzeis Souza de Almeida	167	1487726-0	870871971-34	MOTORISTA
Aparecida Soares de Oliveira	188	409387	299970891-20	MOTORISTA
Magno Carlos Maia Reis	211	1840394-8	020036531-20	MOTORISTA
Edson José Bonfim	226	1165934-3	005154861-59	MOTORISTA

MERENDEIRA

	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Solange Costa Fonseca Rodrigues	023	1181454-3	979425021-04	MERENDEIRA
Maria de Fátima Marcelino	028	4531200-3	628363589-04	MERENDEIRA
Fabiana Martins da Silva	052	2084456-5	030081061-02	MERENDEIRA
Rosangela Melechet Alves	042	2177664-4	817246671-49	MERENDEIRA
Cleides Ramires dos Santos	037	001465206	016555111-90	MERENDEIRA
Claudineia Andrade de Lima Costa	068	1382839-8	886875971-34	MERENDEIRA
Neuza Pereira de Souza da Silva	080	19788363-9	867924151-20	MERENDEIRA
Valdirene Aparecida de Camargo	092	1656439-1	009037841-57	MERENDEIRA
Necilda Maria Silva Nunes	096	4963991	650597511-04	MERENDEIRA
Eliana Aparecida da Silva Dutra	103	126921-0	022233361-83	MERENDEIRA
Auricelia Magalhães Lima	105	024109601864	007976221-28	MERENDEIRA
Valquiria Teles da Silva	154	998645	627026611-49	MERENDEIRA
Maria Zélia Gomes	162	0491609-3	40692868100	MERENDEIRA
Rute Antunes da Rosa	204	001178080	860465271-04	MERENDEIRA
Valdete Pereira Conceição	233	0518866-0	363003491-87	MERENDEIRA
				MERENDEIRA

VIGIA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Fernando Pereira Duarte	021	1059994-0	841675301-63	VIGIA
Adriana Marques Barrim	071	1758746-8	019937531-33	VIGIA
Adeildo de Souza Vicente	101	1788955-3	613196602-82	VIGIA
João Carlos dos Santos Alves	116	890015	358144111-04	VIGIA
Edimar Soouza Santos	121	1388246813	02755933550	VIGIA
Clovis de Almeida Ferreira	161	1256687-0	848698361-49	VIGIA
Elias Souza de Almeida	183	1893669-5	00515032123	VIGIA

NIVEL MÉDIO

FISCAL TRIBUTARIO

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Carlos Antonio da Silva	011	13050707-3	894675071-93	FISCAL TRIBUTARIO
Cleiton de Souza Rodrigues	084	1893656-3	035580056-83	FISCAL TRIBUTARIO
Denis Jefefersom Anacleto	143	7613707-2	030837949-75	FISCAL TRIBUTARIO
Ivana Perina Guimarães	142	1432857-7	002794331-31	FISCAL TRIBUTARIO
Pamela Tereza Aparecida de Lima Soares	199	1809127-0	020812401-22	FISCAL TRIBUTARIO
Vinicius Biotto	209	1456537-4	019820341-14	FISCAL TRIBUTARIO
Marcos Johny Gustavo	222	1666864-2	024858711-08	FISCAL TRIBUTARIO

PROFESSOR MAGISTÉRIO

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Solange Torres	018	584576	50392263149	Professor Magistério
Eliane Heller	019	11528109	651794801-59	Professor Magistério
Jessé Pinto	061	4470664	066607909-93	Professor Magistério
Rosiléia Aparecida Quezini	060	6671919-7	029259959-50	Professor Magistério
Claudia Akemy Perereira Matsumoto	062	9070416-8	047767079-26	Professor Magistério
Ana Maria Gaviorno	192	1484247	090299367-46	Professor Magistério

ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Cristiane Souza Maria	001	1090984-2	977943171-34	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Graziely Mendonça Araújo	006	1893681-4	027361681-19	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Aline da Silva	008	2472194-8	033997351-03	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Regiane Panta	014	1323766-7	010227991-85	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Prefeitura Municipal de Itaúba

Juliana Morelatto	020	1318526-8	996821841-38	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Kesia Maria Teixeira da Silva	022	1755605-8	038627561-06	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Juliana Notarí	024	1318342-7	016738241-10	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Edileia Lucia Armhold	025	1707083-0	024208281-51	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Geane Conceição Pinheiro	058	3874015	792754782-87	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Karyne Fabiola Anacleto Nalevaiko	047	1893682-2	033576991-84	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Ivanete da Silva	036	1106500-1	850484451-04	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Eliete Lopes da Silva	035	1497986-1	903619208-30	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Mayara Cristina Maia Reis	034	2289185-4	045430341-63	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Janaina Vieira Santos Waltter	046	1521066-9	009002021-90	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Queli Ferreira da Silva	081	1892682-7	026557001-80	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Francieli Maciano	076	10207779-2	067544029-70	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Janayna Pinhas Nantes	075	1417831-1	008907851-98	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Tatiane Mendes Padilha	074	1370589-0	003315831-27	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Ezequiel Biotto	086	1645719-6	019344861-08	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Cristiano Freire	099	217746-3	884296012-87	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Maicon Scapinello	104	2177604-0	045477441-90	ASSIST. TÉCNICO
Verediana Aparecida Astrizi	117	016860741880	518198302-25	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Jucelei Biondo	120	0734138-5	604477881-91	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Maira Vital Lazzaretti	140	10626196-2	033019861821	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Rafael Stefan Wada e Silva	050	0937186-9	018956841-02	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Cristina Sayuri Rodrigues Kawano	141	2177545-1	047201251-74	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Bruna Hellen Valendolf	140	1548681-8	033220752-09	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Éderson Santos Rodrigues	139	1893637-7	029002861-23	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Valdinei Organista	146	41079	038392911-35	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Elaine Stelita Belon	151	1579731-9	015668711-90	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Franciele Guilhen Aluizio	155	2071212-0	039318131-69	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Hellen Francy Ferreira Cruz	170	964303	004106281-74	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Jarlley Paulo de Souza	173	1417832-0	019847121-10	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Patrícia Fonseca Ribeeiro	176	2114418-4	041098443-47	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Meirediane Alves de Oliveira	178	1995988-5	036292501-14	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Laudilene Nunes de Souza	185	2177408-0	324063998-00	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Vaber Wilton da Rocha Santana	191	1690833-3	002247501-00	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Kathreim Millan Giroldo	196	1311627-4	018037611-05	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Paula Kizia Damasceno	197	2419995-8	046504081-05	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Alinny Seixas Vasconcelos	200	1965586-0	023033781-33	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Viviane Silva de Morais	201	1687129-4	014301511-70	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Jiliad Diener Astrissi	214	1596690-9	022931201-20	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Andressa Molinas	221	1656402-2	046255381-73	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Islã de Souza Bof	220	19034118-0	018704931-92	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Wendell Rafael Alexandre Gomes	234	2347064-0	048583121-00	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Midian Carbo Ferneda	236	1939773-9	024100051-36	ASSIST. TÉCNICO
Wellington de Souza	239	1758749-2	028285081-37	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Cícero Alessandro Simeão	240	1978364-7	035482431-77	ASSIST. TÉCNICO ADMINISTRATIVO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (CRECHE EDUCAÇÃO INFATIL)

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Juliana Fiel da Silva	029	1379886-3	029183111-10	Auxiliar de Serviços Gerais
Olanda de Souza Marciano	041	1663020-3	029674321-64	Auxiliar de Serviços Gerais
Raquel Araújo Pereira	039	1662907-8	031819151-22	Auxiliar de Serviços Gerais
Raquel Verginia Paiva Antunes	038	001195480	019804281-74	Auxiliar de Serviços Gerais
Fernanda Monteiro dos Santos	070	16633111-0	022242271-83	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Izabel de Souza Rigo	078	1656063-9	010170511-51	Auxiliar de Serviços Gerais
Ana Claudia Nunes Souza	085	1818910-5	020915221-47	Auxiliar de Serviços Gerais
Glete Maria da Silva	083	2041465-0	027480471-92	Auxiliar de Serviços Gerais
Valdirene Kavalski Soares	087	2177435-8	88944123-87	Auxiliar de Serviços Gerais
Vânia Kovalski	088	2027342-8	029153041-84	Auxiliar de Serviços Gerais
Claudia Daiane Zeferino Santana	091	1842644-1	040947161-57	Auxiliar de Serviços Gerais
Denize Pereira da Silva Meidonça	090	2398838-0	968590321-20	Auxiliar de Serviços Gerais
Tatiane da Silva Bratti	095	1540501-0	025271361-33	Auxiliar de Serviços Gerais
Loiva Riffel	098	1393363-9	888787751-34	Auxiliar de Serviços Gerais
Eliane Rodrigues Barrim	109	1910800-1	019937591-74	Auxiliar de Serviços Gerais
Melania Poltulski	112	171786474	611995169-53	Auxiliar de Serviços Gerais

Prefeitura Municipal de Itaúba

Alessandra Amaral de Oliveira Brito	124	1662957-4	010338041-85	Auxiliar de Serviços Gerais
Sandra Barbosa de Jesus	123	1756038-1	017826501-21	Auxiliar de Serviços Gerais
Cristiana Marques Barrim	122	2393212-0	019937521-61	Auxiliar de Serviços Gerais
Hellen Simone Vargas	129	1318379-6	019928031-29	Auxiliar de Serviços Gerais
Tatiane Verone Martins	130	2059604-9	028962241-73	Auxiliar de Serviços Gerais
Sandra Aparecida Valim	136	018796251872	93076320-49	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Olanda Lemes da Silva	138	13992712	815212601-25	Auxiliar de Serviços Gerais
Vanessa Alves da Silva	147	1712060-8	035341101-96	Auxiliar de Serviços Gerais
Aline Camila Tuon	148	2289135-8	040579581-50	Auxiliar de Serviços Gerais
Gizeli Zaganski	153	1913772-9	021111541-05	Auxiliar de Serviços Gerais
Francismeire Rodrigues Barrim	152	1240701-1	860659801-10	Auxiliar de Serviços Gerais
Angélica Talita Astrissi	150	2085054-9	024152021-50	Auxiliar de Serviços Gerais
Eduarda Cristina de Paula Nunes	156	022814521830	019937561-59	Auxiliar de Serviços Gerais
Lucimar Soares Volken	160	1656116-3	028313811-42	Auxiliar de Serviços Gerais
Arcilio Garbecht	159	7001595953	179230850-72	Auxiliar de Serviços Gerais
Mara da Silva Santos	164	2402111-3	048276671-95	Auxiliar de Serviços Gerais
Ângela Lucia Cerati	165	1180316-9	998569561-53	Auxiliar de Serviços Gerais
Solange Bento Rodrigues	166	7220505-7	005194549-52	Auxiliar de Serviços Gerais
Janice Aparecida dos Santos	168	1792131-7	020826251-25	Auxiliar de Serviços Gerais
Rosineide Alves Gonçalves Legramanti	171	1180697-4	89198131l-68	Auxiliar de Serviços Gerais
Erica Gomes dos Santos	179	2436200-0	022013941-56	Auxiliar de Serviços Gerais
Josiana Cacefo	180	2046648-0	042002111-65	Auxiliar de Serviços Gerais
Caroline Di. Laura Battisti	207	4164942	009164381-39	Auxiliar de Serviços Gerais
Ana Claudia da Silva Batista	206	1351074	912631901-20	Auxiliar de Serviços Gerais
Cristiana Aristides de Almeida	218	2428717-2	044458081-64	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Eva Rodrigues	219	1088293-6	000199931-10	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Lucia Morelato	224	1666953-3	900509705-72	Auxiliar de Serviços Gerais
Keisy Millan Giroldo	223	1311655-0	030955711-94	Auxiliar de Serviços Gerais
Crislaine Dillenburg	230	1662846-2	028045131-81	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Aparecida B.Gelhen	228	5212339-9	959225209-20	Auxiliar de Serviços Gerais
Luiz Carlos Rafael	231	14726896	041747758-93	Auxiliar de Serviços Gerais
Adriana l. de Araujo	235	1965688-2	037531641-86	Auxiliar de Serviços Gerais
Roziane Alves da Silva	238	1619680-5	024685711-00	Auxiliar de Serviços Gerais
Fabiana Monteiro dos Santos	237	2177432-3	038395031-75	Auxiliar de Serviços Gerais
Denize Rodrigues Barrim	242	1504428-9	967471101-53	Auxiliar de Serviços Gerais
Quelita Julião Silva	033	2015743-6	031366311-45	Auxiliar de Serviços Gerais

NÍVEL SUPERIOR

ENFERMEIRO

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Elen Cristiane Perloni	043	85320432	038756191-70	ENFERMEIRO
Maria de Lourdes Oliveira	186	0724381-2	631784861-00	ENFERMEIRO
Marinalva Aparecida Martins da Silva	225	091149-1	522331461-15	ENFERMEIRO

PROFESSOR COM LICENCIATURA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Gabriela Sasso Andreotto	012	1092889-8	907939861-68	PROF. LICENCIATURA EM PEDAGÓGIA
Ricardo Mathis Junior	013	1263934-6	01760830143	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA
Odali Boelter	057	0639834-0	532952451-68	PROF. LICENCIATURA EM PEDAGÓGIA
Hebert Moreira da Silva	044	12936553	01818936243	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Regiane Fiori	102	8751617-2	053324249-57	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Liamar Ribeiro Gotardo	108	5822306	808787501-00	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Liliana Aparecida dos Santos Souza	114	1142429-1	969381911-72	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Sergio Felipe Corrêa Roos	125	70237849	052229119-85	PROFESSOR LIC. PEDAGOGIA
Sandra Rosimeire Correia Dibiella	127	6616816-6	958543719-87	PROF. LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Sirlene Geraldo de Souza	131	1305703-0	900381341-87	PROF. LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Jose Paulo Dalpoz	132	27940831-6	308129058-90	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Silvia Sueko Mendes Kanenoo	135	1535050-9	003078431-06	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Micaeli Freitas de Carvalho	144	1432578-0	038120879-60	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA
Maria Lucilene Martins Pereira	163	1225998-5	712184321-87	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Claudineia Brigo Tomelim	175	1238309-0	894683761-68	PROFESSOR LIC. EM PEDAGÓGIA
Vivian Elizabhet Bianchet	177	1089776-3	945492221-15	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA
Kelli Cristina Pereira	189	1432811-9	007908431-10	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA
Walda Silva Pessoa	194	3270564-2	49157319-00	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA
Sirlei Anzolim Battisti	208	3451775	025591759-75	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA
Vânia dos Santos Silva	210	1032843-2	777577931-49	PROFESSOR LIC. EM PEDAGOGIA

ASSISTENTE SOCIAL

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Marilza Pereira da Cunha Silva	030	867984	41173511-72	ASSISTENTE SOCIAL
Rosangela Aparecida dos Santos	118	910250	395189061-49	ASSISTENTE SOCIAL
Fátima Costa de Oliveira	202	654620	453058111-04	ASSISTENTE SOCIAL

FISIOTERAPEUTA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Crisleide Andrade de Oliveira	113	27882845-0	173561888-80	FISIOTERAPEUTA

FONOAUDIOLOGA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Fernanda Batista de Pádua Bedin	069	2472164-6	307520978-30	FONOAUDIOLOGA
Cibeli Sotini	119	3810966	922811761-34	FONOAUDIOLOGA

NUTRICIONISTA

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Priscila Svierk	059	8095251073	012601040-44	NUTRICIONISTA

PSICOLOGO

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Maria Luiza Sussai	193	93443829	010630439-99	PSICÓLOGO

ODONTOLOGO

NOME	Nº INSC	RG	CPF	CARGO
Dennis Massaro Glhres	198	7772993-3	321578368-10	ODONTOLOGO
Eder Turci Dias	203	228444287	095431548-05	ODONTOLOGO

PORTARIA Nº. 084/2010

SÚMULA: "*DESIGNA O SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.*"

O Prefeito Municipal **do Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 2º, § 4º da Portaria n. 155 do MPS, de 15 de maio de 2.008,**

Resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Sr. Otávio Luiz Fiel, portador da Cédula de Identidade n. 1095352-3 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n. 946.784.481-87, que atualmente exerce o cargo responsável pelo Previ-Itaúba, como responsável pela gestão de recursos do Regime Próprio de Previdência Social de Itaúba -MT, atendendo o disposto na Portaria MPS n. 155/2008.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Itaúba/MT, 07 de Dezembro de 2010.

Raimundo Zanon
Prefeito Municipal

Clóvis Eduardo Murari
Secretário de Administração

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 07/12/2010 a 22/12/2010

Prefeitura Municipal de Jaciara

CONVOCAÇÃO PARA RETORNO AO TRABALHO

O Prefeito Municipal de Jaciara, Max Joel Russi, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Portaria 135/10, convoca, para retorno ao trabalho, o servidor efetivo Ronievon Miranda da Silva, lotado no cargo de Profissional da Educação Básica, no prazo de 5 dias, sob pena de instauração de procedimento de sindicância, para apuração de falta grave por abandono de cargo, nos termos da Lei 1.208/09. Max Joel Russi – Prefeito. Jaciara-MT, 16 de dezembro de 2010.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 135/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **Menor valor global**, tendo por objeto: **"registro de preços para Aquisição de Veiculo Motorizado para transporte de pessoas para a Secretaria de Saúde/NASF",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no **dia 29 de dezembro 2010 - 08:30 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00, não restituível. Informações: tel. (0**66)3461 1308 R/ – 217- Jaciara-MT, 16 de dezembro de 2010. Marcos José Souza - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 108/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**,

ao Menor valor Global, tendo por objeto: **"Aquisição de Retroescavadeira nova 4x2 para o Departamento de Água e Esgoto de Jaciara",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no **dia 29 de dezembro 2010 - 13:30 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00, não restituível. Informações: tel. (66)3461 1308 R/ – 217- Jaciara-MT, 16 de dezembro de 2010. Marcos José Souza - Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N. 122/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeiro designado, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 122/2010 foram vencedoras as Empresas **SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** ao valor de R$ **634.763,20 (seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos)** e **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA,** ao valor de R$ **233.391,33 (duzentos e trinta e três mil, trezentos e noventa e um reais e trinta e três centavos),** perfazendo o valor global de R$ **858.154,53 (oitocentos e cinqüenta e oito mil, cento e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e três centavos)**. Jaciara-MT, 17 de dezembro de 2010.

Marcos José Souza
– Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N. 123/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeiro designado, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 123/2010 foi vencedora a Empresa **FENIX COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA,** ao valor global de R$ **1.016.900,00 (hum milhão, dezesseis mil e novecentos reais)**. Jaciara-MT, 17 de dezembro de 2010.

Marcos José Souza
– Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Jauru

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2010 CPL
AVISO

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jauru, situada na Rua do Comércio, nº. 480, Bairro Centro, **Licitação Modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preço,** com finalidade de aquisição de gêneros alimentícios e produtos de higiene e Limpeza, para atender a demanda das Secretarias Municipais.

cuja especificações detalhadas encontram-se em Anexo acompanhado o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, o Decreto Municipal 067/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 28(Vinte e Oito) de Dezembro 2010, ás 09:00 (oito) horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 – Propostas de Preços e nº. 02 – Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame, de acordo com o modelo do anexo IV que acompanha o Edital.

As Empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento de credenciamento de acordo com o modelo em anexo acompanhado o Edital, junto ao Pregoeiro, a partir das 07:30 horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em meio magnético, mediante entrega de um CD vazio, de segunda a sexta – feira, no horário de 08:00 ás 11:00 ou pelo endereço eletrônico www.jauru.mt.gov.br. E necessário que, ao fazer download do edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via fone/fax (0xx65) 3244-1855 ou 1849, a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do edital. Qualquer duvida contatar pelos telefones acima mencionados.

JAURU-MT, 16 de Dezembro 2010.

Sara Ferreira Ramalho –
Pregoeira

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU – MT, CONFORME EDITAL Nº. 011/2010

ERRATA EDITAL, ANEXO I

Grupo	Cargo/Função	Escolaridade Exigida	REMUNERAÇÃO	JORNADA TRABALHO
Nível Superior	Nutricionista	3º Grau Completo	R$ 2.100,00	40 HORAS SEMANAIS

Onde esta em Branco: Jornada Semanal, se lê: 40 horas
Onde esta em Branco: Remuneração, se lê R$2.100,00
Onde esta em Branco: Nº de vagas, se lê 01 (uma)
Onde esta em Branco: Tempo do Contrato, se lê 12 meses

Lear Teixeira
Presidente da Comissão

JAURU - MT, 17 de DEZEMBRO de 2010.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU – MT, CONFORME EDITAL Nº. 011/2010

ERRATA EDITAL ITEM 1 DAS VAGAS SUB-ITEM 1.1

Grupo	Cargo/Função	Escolaridade Exigida	REMUNERAÇÃO	JORNADA TRABALHO
Nível Superior	Enfermeiro Padrão	3º Grau Completo	R$ 2.100,00	40 HORAS SEMANAIS

Onde se lê: **DISPONIBILIDADE DE 01 (UMA) VAGA, NÃO SE LÊ NADA**, visto não haver disponibilidades de vagas para o aludido Cargo/Função

Lear Teixeira
Presidente de Comissão

JAURU - MT, 17 de DEZEMBRO de 2010.

Prefeitura Municipal de Juara

AVISO DE RESCISÃO CONTRATUAL

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juara-MT, torna público aos interessados que o Contrato CPL nº 006/2007, Firmado entre a Prefeitura Municipal de Juara/MT e o Banco do Brasil S/A, Agência nº 2.836-3, encontra-se rescindido unilateralmente pela Administração municipal. Comunicamos que o prazo de manifestação e de ampla defesa assegurado para a Instituição Financeira se manifestar foi respeitado conforme consta do Oficio 335/2010 da data de 28/10/2010 protocolado junta à mesma no dia 28/10/2010.

Juara – MT, 16 de Dezembro de 2010.

Comissão de Licitação. **Prefeito Municipal**
José Roberto Pereira Alves **José Alcir Paulino**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2010

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, nomeada através da Portaria nº 451 de 17 de Setembro de 2010, referente à Contratação de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Baseada no artigo 24 § VIII da Lei nº 8.666/93, que diz: Para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integra a Administração Pública e que tenha sido criado para este fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
Baseado neste fato a Comissão Permanente de Licitação, resolve optar pela contratação com Dispensa de Licitação.
Juara – MT, 16 de Dezembro de 2010.

José Roberto Pereira Alves
Presidente da CPL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA
CONTRATADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS.
VIGÊNCIA: 16/12/2010 A 16/12/2015.
VALOR: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

LEI N.º 358/2010

SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR GIACHINI, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2011 em **R$ 22.156.700,00** (vinte e dois milhões, cento e cinqüenta e seis mil e setecentos reais), assim distribuídos:

I – Orçamento Fiscal: **R$ 20.642.700,00** (vinte milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e setecentos reais).
II – Orçamento da Seguridade Social: **R$ 1.514.000,00** (hum milhão, quinhentos e quatorze mil reais).

Art. 2º - A receita será realizada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

I - Administração Direta
a. Por Fonte

Fontes	Valor – R$
1.1 – Receita Tributária	1.277.150,00
1.2 – Receita de Contribuição	284.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	181.150,00
1.6 – Receita de Serviços	6.000,00
1.7 – Transferências Correntes	19.170.900,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	224.300,00
2.2 – Alienação de Bens	150.000,00
2.4 – Transferências de Capital	1.500.000,00
9.7 – Redutora /FUNDEB	2.150.800,00
TOTAL	**20.642.700,00**

b. Por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Valor – R$
1. Receitas Correntes	18.992.700,00
2. Receita de Capital	1.650.000,00
TOTAL	**20.642.700,00**

II - Administração Indireta
a. Por Fonte

Fontes	Valor – R$
1.2 – Receita de Contribuição	999.766,73
1.3 – Receita Patrimonial	499.100,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	15.133,27
TOTAL	**1.514.000,00**

b. Por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Valor – R$
1. Receitas Correntes	1.514.000,00
2. Receita de Capital	0,00
TOTAL	**1.514.000,00**

Art. 3º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R$ 22.156.700,00** (vinte e dois milhões, cento e cinqüenta e seis mil e setecentos reais), que será apresentada na forma detalhada dos anexos previstos no art. 2º §§ 1º e 2º da Lei 4320/64, e nos demais quadros assim distribuída:

I – Administração Direta

a. Por Funções de Governo

01 Legislativa	725.000,00
04 Administração	5.881.613,00
08 Assistência Social	639.950,00
10 Saúde	4.699.975,00
12 Educação	6.037.500,00
13 Cultura	80.500,00
15 Urbanismo	593.050,00
17 Saneamento	44.000,00
18 Gestão Ambiental	157.185,00
20 Agricultura	213.525,00
24 Comunicações	16.000,00
25 Energia	316.575,00
26 Transporte	398.500,00
27 Desporto e Lazer	312.650,00
28 Encargos Especiais	521.427,00
99 – Reserva de Contingência	5.250,00
Total	**20.642.700,00**

b. Por Programas de Governo

0001 – Processo Legislativo	725.000,00
0002 – Defesa Judiciaria do Municiípio	9.000,00
0003 – Modernização da estrutura Administrativa	537.000,00
0004 – Gestão da Politica financeira	1.224.821,00
0005 – Planejando para Melhor Administrar e Valorizar	73.500,00
0006 – Apoio a Entidades Não Governamentais	65.000,00
0007 – Encargos Especiais	521.427,00
0008 – Gestão Total	739.500,00
0010 – Gestão da Politica de Transportes e Serviços Urbanos	2.208.577,00
0011 – Infra Estrutura Rodoviaria	358.500,00
0012 – Gestão da Politica de Assistencia Social	853.515,00

0015 – Proteção Social a Pessoa Idosa	47.250,00
0016 – Porto de Inclusão	58.000,00
0017 – Bem Querer	84.000,00
0018 – Apoio a Promoção Agropecuaria	418.650,00
0022 – Acesso a Educação Básica	300.000,00
0025 – Gestão da Politica da educação	5.627.500,00
0026 – Produção e expansão cultural	80.500,00
0028 – Segundo Tempo Esporte e Lazer	328.650,00
0029 – Universidade para Todos	30.000,00
0031 – Gestão da Politica da Secretaria de saúde	3.766.950,00
0033 – Saúde Direito de Todos	249.900,00
0034 – Saneamento	5.250,00
0035 – Fortalecimento da Atenção Básica	424.750,00
0036 – Assistencia a saúde no Municipio	258.375,00
0037 – Educação na Primenira Infancia	40.000,00
0038 – Cidade Integrada e Urbanizada	607.650,00
0039 – Luz Para Todos	316.575,00
0040 – Gestão da Politica da Secretaria de Agricultura	520.425,00
0041 – Gestão da Politica do Meio ambiente	157.185,00
9999 – Reserva de Contingência	5.250,00
TOTAL	**20.642.700,00**

c. Por Órgãos da Administração

01 – Câmara Municipal de Cláudia	725.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	546.000,00
03 – Secretaria de Administração	1.298.321,00
04 – Secretaria de Finanças	1.325.927,00
05 – Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer	6.118.000,00
06 – Secrearia Municipal de Saúde	4.705.225,00
07 – Secretaria Municipal de Assistencia Social	1.002.765,00
08 – Secretaria Municpal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos	3.480.277,00
09 – Secretaria Municipal de Agricult. Ind. Com. Tur. Cien. Tecnol.	950.100,00
10 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	157.185,00
13 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	328.650,00
99 – Reserva de Contingencia	5.250,00
Total	**20.642.700,00**

d. Por Categoria Econômica

1 – Despesas Correntes	17.625.190,00
2 – Despesas de Capital	3.012.260,00
99 – Reserva de Contingência	5.250,00
TOTAL	**20.642.700,00**

II – Administração Indireta

a. Por Funções de Governo

09 Previdência Social	686.750,00
99 – Reserva de Contingência	827.250,00
Total	**1.514.000,00**

b. Por Programas de Governo

0043 – Gestão da Política do Fundo de Previdência	686.750,00
9999 – Reserva de Contingência	827.250,00
TOTAL	**1.514.000,00**

c. Por Órgãos da Administração

14 – Fundo Municipal Previdência Social dos Servidores de Cláudia	686.750,00
9999 – Reserva de Contingencia	827.250,00
Total	**1.514.000,00**

d. Por Categoria Econômica

1 – Despesas Correntes	681.150,00
2 – Despesas de Capital	5.600,00
99 – Reserva de Contingência	827.250,00
TOTAL	**1.514.000,00**

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 15.% (quinze por cento) do total da despesa fixada no Art. 1º, da presente Lei.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite fixado pelas Resoluções 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, bem como atendidas as regras estabelecidas na Lei Complementar Federal 101/2000, com finalidade especifica previamente aprovada pela Câmara Municipal.

Art. 6º - Em atendimento ao disposto no art. 22, parágrafo único da Lei 4.320/64, integram esta Lei em forma de anexo a descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa, bem como o demonstrativo das medidas de compensação e renúncia de receita e ao aumento de despesa obrigatórias de caráter continuado, dando cumprimento ao disposto no Art. 5º - inciso II da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - São partes integrantes também da presente Lei os Anexos stabelecidos nos artigo 2º, §§ 1º e 2º da Lei 4.320/64.

Art. 8º- Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, evogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia - MT, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GIACHINI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Juruena

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA
Extrato do Contrato N°. 360/2010

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA** e a empresa **CONTATO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**

Objeto: Execução da obra **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MULTIPLO USO**, no Município de Juruena – MT,

Valor: R$ 207.426,45 (duzentos e sete mil quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Dotação Orçamentária: 284 – 11.01.1.046.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações.

Duração: 120 (cento e vinte) dias.

Data da Assinatura: 13 de Dezembro de 2010.

Foro: Comarca de Cotriguaçu/MT.

Juruena – MT, em 13 de Dezembro de 2010.

BERNARDINHO CROZETTA
Prefeito Municipal

CONTRATO N°.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JURUENA E A EMPRESA _____.

O **Município de Juruena**, pessoa jurídica de direito público, sito na Avenida 04 de Julho, n°. 360, Centro, Cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso, neste ao representado por seu prefeito Sr. **BERNARDINHO CROZETTA,** portadora da cédula de identidade RG º. 572.706 SSP/MT e CPF nº. 415.301.101-06, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita a Rua _____, n°. _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob n°. _____, neste ato representada por seu(ua) diretor(a), Senhor(a) _____ (ou representante legal), a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de **Carta Convite n°. 012/2010-CV**, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de __/__/2010 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira – OBJETO *(art. 55, I e XI)*
O Presente Contrato tem por objetivo a **Contratação de empresa prestadora de serviços objetivando a construção de meio fio e sarjeta**, em vias publicas do município de Juruena – MT.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de **Carta Convite, n°. 012/2010-CV**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO *(art. 55, II)*
A execução do Presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução direta, em regime de empreitada por preço global.

Cláusula Terceira – VALOR CONTRATUAL *(art. 55, III)*
Pela execução o objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA o valor de R$ _____ (_____), conforme cronograma físico-financeiro constante na proposta.

Cláusula Quarta – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO *(art. 55, III)*
O representante da Prefeitura Municipal de Juruena especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato efetuará medições nos últimos dias de cada mês, e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma e verificará o exato cumprimento das obrigações da CONTRATADA no período da medição, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços, a CONTRATADA entregará a corresponde nota fiscal na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão de acordo com o cronograma físico-financeiro, e será efetuado até o décimo (10^0) útil após o adimplemento de cada parcela, referente à medição realizada pelo fiscal da obra, designado pela Prefeitura Municipal de Juruena.

Parágrafo Segundo – Não gerarão direito a reajuste e atualização monetária os serviços que forem entregues com atraso imputável à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – Em havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da execução de cada parcela da obra, será acrescido ao valor da respectiva nota fiscal o equivalente a 0,50% por dia útil o atraso, limitada a 2% da parcela em atraso, a título de compensação e penalização.

Cláusula Quinta – RECURSO FINANCEIRO *(art. 55, V)*
Todas as despesas decorrentes deste processo Licitatório de **Carta Convite n° 012/2010-CV** correrão por conta de recursos próprios da Prefeitura Municipal de Juruena, alocados na seguinte dotação orçamentária:

230 – 08.01.1.036.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações.

Cláusula Sexta – CRITÉRIO DE REAJUSTE *(art. 55, III)*
O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

Cláusula Sétima – PRAZOS *(art. 55, IV).*

O prazo máximo para execução do objeto do presente Contrato é de 90 (noventa) dias e será contado a partir da publicação do extrato contratual.

Parágrafo Primeiro – O prazo máximo para o início da primeira etapa do objeto da obra é de 05 (cinco) dias e será contado a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços.

Parágrafo Segundo – Adjudicado o objeto da presente licitação, A Prefeitura Municipal de Juruena, Convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – A Prefeitura Municipal de Juruena poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas no edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quando os preços atualizados, de conformidade com o edital, ou revogar a licitação, independente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quarto – Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e §§ 2°, 3° e 4° e art. 76 da Lei n°. 8.666/93.

Parágrafo Quinto – O objeto contratual será recebido definitivamente nos termos do art. 73, I, alínea "b" após o decurso do prazo de observação ou vistoria que será efetuada pela Prefeitura Municipal de Juruena após o recebimento provisório.

Parágrafo Sexto – Os prazos estabelecidos *caput* e no parágrafo primeiros desta Cláusula poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, §§ 1ª e 2° da Lei n°. 8.666/93.

Cláusula Oitava – GARANTIA DA OBRA *(art. 618 e parágrafo único do Código Civil)*
Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

Cláusula Nona – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES *(art. 55, VII e XIII)*
Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – Constituem obrigações da CONTRATANTE:
a) efetuar o pagamento ajustado e,
b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
b) atender aos encargos trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
c) manter durante toda a execução do Contrato, em qualidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais;
f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
g) responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
h) manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra;

Cláusula Décima – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS *(art. 55, VII)*
Em caso de atraso injustiçado no cumprimento do cronograma da obra, será aplicada à CONTRATADA multa moratória equivalente a 0,50% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 2% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n°. 8.666/93; sendo em que caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do Contrato.

Cláusula Décima Primeira – RESCISÃO *(art. 55, VIII e IX)*
O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos dos art. 79 e 80 da Lei n°. 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei n°. 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL *(art. 55, XII)*
O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Décima Terceira – DURAÇÃO *(art. 55, IV e art. 57)*
O presente Contrato terá o prazo de duração de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação do extrato contratual, podendo ser prorrogado nos termos do §§ 1° e 2° do art. 57 da Lei n°. 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta – CASOS OMISSOS *(art. 55, XII)*
Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n°. 8.666/93, suas alterações e legislação pertinentes e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Quinta – FORO *(art. 55, § 2°)*
Fica eleito o fora da Comarca de Cotriguaçu para dirimir, dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Juruena, em ___ de Dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____
(assinatura e n°. do CPF)

2 - _____
(assinatura e n°. do CPF)

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA
Extrato Do Contrato N°. ___/2010
Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA** e empresa _____.

Objeto: **Contratação de empresa prestadora de serviços objetivando a construção de meio fio e sarjeta**, em vias publicas do município de Juruena – MT.

Valor: R$ _____
(_____).

Dotação Orçamentária: 230 _____ – 08.01.1.036.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações.

Duração: 90 (noventa) dias.

Data da Assinatura: __ de _____ de 2010.

Foro: Comarca de Cotriguaçu/MT.

Juruena – MT, em __ de _____ de 2010.

BERNARDINHO CROZETTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde

EDITAL DE PREGÃO Nº 095/2010

Objeto: Aquisição de materiais que serão utilizados na construção da Vara do Trabalho de Lucas do Rio Verde– TRT e do Lago do Córrego Verde.
Dia: 05/01/2011
Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 05/01/2011.
Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 05 de janeiro de 2011, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)
Lucas do Rio Verde MT, 17 de dezembro de 2010.

Zeni Terezinha Andretta
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Marcelândia

RESOLUÇÃO N° 005/2.010
DATA- 14/12/2.010

SÚMULA:.....*DISPÕE SOBRE BAIXA DE BENS MÓVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA.*

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1°)- Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a dar baixa nos bens móveis, equipamento e bens Flâmulas constantes no Inventário Físico Financeiro dos Bens Móveis da Câmara Municipal de Marcelândia, lotado nos setores relacionados conforme anexo I, parte integrante desta Resolução.

§ 1º Os bens móveis e Equipamentos foram avaliados pela comissão de levantamento e baixa do Patrimônio da Câmara Municipal, e constatou-se que estão todos inservíveis e irrecuperáveis, cujo custo de recuperação é superior a 80% (oitenta por cento) do valor do bem novo com a mesma finalidade.

§ 2º O bem Intangível, cujo patrimônio de nº 270, refere-se as ações da Telemat, registrado no patrimônio, cujo valor é irrecuperável e sem nenhum valor econômico.

§ 3º As bandeiras estão deterioradas pelo tempo e sem condições de uso.

Artigo 2°)- Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2.010.

EDIVAN VIEIRA LIMA
Presidente

ANEXO I

VALORES EXPRESSO EM REAIS

DIGO	QTDE	DESCRIMINAÇÃO DO BEM	SETOR	VALOR
5	1	CADEIRA ESTOFADA	CONTABILIDADE	30,00
6	1	CADEIRA ESTOFADA	CONTABILIDADE	30,00
7	1	CADEIRA ESTOFADA	SALA DE REUNIÕES	59,98
8	1	CADEIRA ESTOFADA	SALA DE REUNIÕES	59,98
9	1	CADEIRA ESTOFADA	SALA DE REUNIÕES	59,98
10	1	CADEIRA ESTOFADA	SALA DE REUNIÕES	59,98
12	1	CADEIRA FLORENÇA ESTOFADA	CONTABILIDADE	40,00
13	1	CADEIRA FLORENÇA ESTOFADA	RECEPÇÃO	40,00
18	1	BANCO ESTOFADO	IDICULA	60,00
19	1	BANCO ESTOFADO	IDICULA	60,00
23	1	BANCO ESTOFADO	RECEPÇÃO	60,00
26	1	BANCO ESTOFADO	SALA DE REUNIÕES	60,00
27	1	BANCO ESTOFADO	SALA DE REUNIÕES	60,00
28	1	BANCO ESTOFADO	SALA DE REUNIÕES	60,00
29	1	BANCO ESTOFADO	SALA DE REUNIÕES	60,00
31	1	BANCO ESTOFADO	SALA DE REUNIÕES	60,00
52	1	CADEIRA MASCAVEL	SECRETARIA	61,00
56	1	IMPRESSORA LASER JET 6L	RECEPÇÃO	1.100,00

71	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
72	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
73	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
74	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
75	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
76	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
77	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
78	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
79	1	MOLDURA LUXO C/ PASPATUR	RECEPÇÃO	165,00
83	1	COMPUTADOR PENTIUM III 700 MHZ 128 MB HD 10,2	RECEPÇÃO	2.774,00
85	1	ESTABILIZADOR ELETRONICO 100 VA	CONTABILIDADE	47,00
87	1	PURIFICADOR DE AGUA	CANTINA	257,00
152	1	APARELHO DE FAX KX-FT 26 BR C/ SEC. PANASSONIC	RECEPÇÃO	650,00
162	1	MICROFONE SM 58 BK	PLENARIO	220,00

ANEXO I

CODIGO	QTDE	DESCRIMINAÇÃO DO BEM	SETOR	VALOR
163	1	MICROFONE SM 58 BK	PLENARIO	220,00
164	1	MICROFONE SM 58 BK	PLENARIO	220,00
165	1	MICROFONE SM 58 BK	PLENARIO	220,00
167	1	SUPORTE DE PAREDE P/ CAIXA	PLENARIO	80,00
168	1	SUPORTE DE PAREDE P/ CAIXA	PLENARIO	80,00
169	1	SUPORTE DE PAREDE P/ CAIXA	PLENARIO	80,00
170	1	SUPORTE DE PAREDE P/ CAIXA	PLENARIO	80,00
173	1	PEDESTAL DE MESA D10 CORIMA	PLENARIO	55,00
174	1	PEDESTAL DE MESA D10 CORIMA	PLENARIO	55,00
175	1	PEDESTAL DE MESA D10 CORIMA	PLENARIO	55,00
176	1	PEDESTAL DE MESA D10 CORIMA	PLENARIO	55,00
177	1	FURADEIRA ELETRICA C/ KIT 3/8 BOSCH	ALMOXARIFADO	147,00
178	1	MICRO PENTIUM IV 1,5 GHZ HD 20 GB MAXTON 128 MB	SECRETARIA	2.400,00
182	1	BANDEIRA NACIONAL DO BRASIL DE 1,12 X 1,60 M BORDADA	PRESIDENCIA	120,00
183	1	BANDEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 1,12 X 1,60 M BORDADA	PRESIDENCIA	120,00
184	1	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE MARCELANDIA DE 1,12 X 1,60 M BORDADA	PRESIDENCIA	160,00
198	1	APARELHO DE TELEFONE T-KLAR	SALA DE REUNIÕES	45,00
199	1	CAFETEIRA BRITANIA CB 26 COD. 36905	IDICULA	80,00
202	1	BANDEIRA NAYLON DO MUNICIPIO	CASA DE LEIS	185,00
203	1	BANDEIRA NAYLON DO ESTADO DE MATO GROSSO	CASA DE LEIS	185,00
204	1	BANDEIRA NAYLON DO BRASIL	CASA DE LEIS	185,00
214	1	ESCRIVANINHA 1,20 M 02 GAVETAS M-03 E/W-200 CZA/AZ	PRESIDENCIA	280,00
216	1	ESCRIVANINHA 1,20 M 02 GAVETAS M-03 E/W-200 CZA/AZ	PRESIDENCIA	280,00
220	1	TELEFONE SEM FIO INTELBRAS ISF 900 MHZ	PRESIDENCIA	130,00
226	1	CADEIRA FIXA TEC. E 301 REALME	SECRETARIA	40,00
228	1	CADEIRA FIXA TEC. E 301 REALME	CONTABILIDADE	40,00
239	1	PLACA DO PODER LEGISLATIVO	RECEPÇÃO	400,00
243	1	APARELHO NOTEBOOK 14 PAVILON INTEL CORE T	CASA DE LEIS	3.998,00
262	1	CADEIRA GIRATORIA	SECRETARIA	290,00
265	1	APARELHO TELEFONICO SEM FIO PANASONIC	PRESIDENCIA	139,00
270		AÇOES TELEMAT	CASA DE LEIS	1.200,00

Extrato de Ata de Registro de Preço - Dezembro/2010

ATA DE REGISTO DE PREÇO – PREGÃO 018/2010.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento para fornecimento de aproximadamente 96 bilhetes de passagens aéreas nacionais para atender a demanda das Secretarias Municipais de Educação, Gabinete, Agricultura, Meio Ambiente, Administração e Saúde.
CONTRATADO:**COPA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA**
VALOR: R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).
Data Assinatura: 07/12/2010.
Data Vigência: 31/12/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014/2010
OBJETO: Este instrumento tem por objetivo prorrogar a vigência do Registro de Preço 014/2010 por mais 30 dias para suprir as necessidades das Secretarias Municipais até a realização de novo certame.
CONTRATADO: VALDEBERTO SATELES - ME
DATA: 17/12/2010
VIGÊNCIA: 31/01/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 015/2010
OBJETO: Este instrumento tem por objetivo prorrogar a vigência do Registro de Preço 015/2010 por mais 30 dias para suprir as necessidades das Secretarias Municipais até a realização de novo certame.
CONTRATADO: MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO REGENTE FEIJÓ LTDA - EPP
DATA: 17/12/2010
VIGÊNCIA: 31/01/2011

Marcelândia-MT, 17 de Dezembro de 2010.

RESOLUÇÃO N°006/2.010
DATA- 14/12/2.010

SÚMULA:.....A *PALAVRA LIVRE DOS VEREADORES NAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, NÃO SERÃO MAIS TRASNCRITAS EM ATA.*

EDIVAN VIEIRA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, faço saber que a Câmara Municipal no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º) As Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Marcelândia, a partir do ano de 2011, não mais constarão a palavra livre dos vereadores na íntegra, apenas será mencionado em Ata, que o Vereador fez uso da palavra.

Art. 2º) O Vereador que fizer questão de que algum trecho de sua fala seja registrado em Ata, deve solicitar verbalmente ao Presidente da Mesa Diretora.

Art. 3º) Para suprir a transcrição da palavra do Vereador, todas sessões serão gravadas em áudio e vídeo, valendo a gravação como documento legal.

Art. 4º) – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2.010.

EDIVAN VIEIRA LIMA
Presidente

Prefeitura Municipal de Matupá

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 039/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe de Licitação, comunica a todos os interessados que o Pregão Presencial em tela – "Aquisição de moveis e equipamentos para atender os Programas IGD e FUPIS", maiores Informações através do Edital **nº. 077/2010**, foi vencida pelo seguinte licitante; LUISA DIDOMENICO - ME R$ 25.310,00
Matupá – MT, 16 de Dezembro de 2010.

CARLOS ABRAÃO GAIA
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Nortelândia

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2010

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio do **MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT,** no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 135/2010 e 154/2010, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 011/2010, referente ao Registro de Preços na contratação de empresa para realização de serviços de apoio administrativo, técnico e especializado na assessoria e consultoria contábil e jurídica ao município de Nortelândia-MT, para assuntos tributários e previdenciários da municipalidade, de acordo com as especificações descritas no Edital, anexos e Ata de Registro de Preços, conforme especificações, sagrou-se vencedora a Empresa PLURAUD ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.197.371/0001-17**,** com o percentual registrado de 19,80% (dezenove vírgula oitenta por cento) sobre os valores efetivamente recolhidos aos cofres públicos e/ou creditados e efetivamente compensados.

Nortelândia-MT, 14 de Dezembro de 2010.

Walcemir Carlos da Silva
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento

DECRETO N°. 102 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o Fórum Municipal de Nossa Senhora do Livramento de Lixo e Cidadania e dá Providências Correlatas.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições legais que lhe confere o **Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar nº 618, de 19 de fevereiro de** 2009, que cria a Secretaria MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL Meio Ambiente (SMDR), e Considerando a importância de estimular o desenvolvimento de estratégias, planos, projetos e ações voltadas para a gestão integrada de resíduos sólidos no município;

Considerando a necessidade de criar Fórum Municipal " Lixo & Cidadania".

RESOLVE:

Art. 1º. Institui o Fórum MUNICIPAL "LIXO & CIDADANIA", no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso, tendo caráter permanente de discussão, proposição, sensibilização e assessoria para a gestão de resíduos sólidos no município de Nossa Senhora do Livramento segundo os princípios do Programa Estadual e Nacional Lixo & Cidadania, envolvendo entidades governamentais, não governamentais e de representação social, relacionadas à questão.

Art. 2º. O Fórum tem como objetivos:

I - contribuir para a erradicação dos lixões e reabilitação dessas áreas;

II - promover a redução, reutilização e reciclagem de resíduos;

III - estimular a implantação de programas de coletas seletivas no município, preferencialmente em parceria com catadores;

IV - promover a reinserção social dos catadores, pela melhoria das condições de trabalho e renda;

V - contribuir para a erradicação do trabalho infanto-juvenil nos lixões e promover a inclusão social e melhoria da qualidade de vida;

VI - fomentar e contribuir para a regulamentação da política municipal de Gestão de Resíduos Sólidos;

VII - implementar a Política municipal de Gestão de Resíduos Sólidos;

VIII - compartilhar com a sociedade a responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos.

Art. 3º. São diretrizes do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Nossa Senhora do Livramento.

I - levantar as ações, projetos, programas e políticas em andamento no Estado, relativas à gestão de resíduos sólidos, executadas por entidades públicas e privadas bem como pela sociedade civil organizada;

II - congregar as entidades envolvidas, direta ou indiretamente, com a questão dos resíduos sólidos no Município de Nossa Senhora do Livramento, articulando e integrando as ações, potencializando a atuação das entidades e concentrando esforços para o alcance dos objetivos propostos;

III - integrar, de forma complementar, as ações do Fórum Estadual e Nacional Lixo & Cidadania;

IV - estimular o desenvolvimento de estratégias, planos, projetos e ações voltadas para a gestão integrada de resíduos sólidos no município, considerando as peculiaridade do município;

V - colaborar na formação de políticas públicas de resíduos no Município de Nossa Senhora do Livramento;

VI - estimular a criação de grupos comunitários em área rural para o monitoramento do Lixo da comunidade/associação/distrito/assentamentos rurais ;

VII - fomentar o processo de capacitação dos grupos municipais envolvidas com a questão dos resíduos sólidos;

VIII - contribuir para a formação de uma consciência coletiva sobre a problemática dos resíduos sólidos no município;

IX - identificar e divulgar informações sobre as fontes de financiamento para o setor de resíduos sólidos;

X - identificar e disseminar informações de interesse para a gestão de resíduos sólidos urbanos e rural;

XI - identificar e disseminar tecnologia de coleta, reciclagem, tratamento e destino final de resíduos sólidos.

Art. 4º. O Fórum livramentense de Lixo e Cidadania terá a seguinte composição:

I – Assembléia;

II - Secretaria Executiva;

III - Comissões Temáticas;

Art. 5°. Da Assembléia e suas competência:

I - A assembléia é um órgão de deliberação máxima.

II – Na ausência de convocação de reuniões pela coordenação geral, se fará a convocação através da assembléia, desde que estejam em acordo 50% e mais um integrante da assembléia.

III – Definir a composição da Secretaria Executiva e as Comissões Temáticas;

IV – Acompanhar as ações da Secretaria Executiva e as Comissões Temáticas;

Art. 6º. São atribuições da secretaria executiva:

I - divulgar e promover a ampla participação de entidades no Fórum;

II - preparar e conduzir as reuniões do Fórum, buscando o máximo envolvimento de todos os participantes;

III - sistematizar e registrar os resultados das reuniões do Fórum, repassando-os a todos os participantes;

IV - acompanhar e implementar as ações propostas no Fórum;

V - identificar e divulgar outras informações de interesses do Fórum a todos os participantes.

Art. 7º. Compete ao coordenador geral:

I - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum;

II - Definir e encaminhar previamente a pauta das reuniões para a Secretaria Executiva.

Parágrafo Único. Compete ao vice-coordenador substituir o coordenador geral em suas ausências ou impedimentos.

Art. 8º. Compete ao primeiro secretário:

I - secretariar as reuniões;

II - elaborar as atas e providenciar sua distribuição aos integrantes do Fórum.

Parágrafo Único. Compete ao segundo secretário substituir o primeiro secretário em suas ausências ou impedimentos.

Art. 9º. Compete às Comissões Temáticas:

I - definir os objetivos específicos do grupo, as propostas e atividades a serem desenvolvidas, com a indicação dos responsáveis e dos prazos para a sua realização.

Art. 10. Compete aos coordenadores das Comissões Temáticas:

I - coordenar a realização das atividades propostas pelo grupo, de forma articulada com a atuação das outras comissões;

II - convocar as reuniões da comissão;

III - encaminhar previamente as pautas das reuniões.

Art. 11. Poderão ser constituídos Grupos de Trabalho, Temporários ou permanentes, com objetivo de instrumentalizar as ações do Fórum Livramentense de Lixo e Cidadania, o estabelecimento de parcerias e a formulação de estratégias.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA,

PUBLICADA,

CUMPRA-SE. Nossa Senhora do Livramento, 02 de Dezembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento

PORTARIA Nº. 082/2010

Fernando Luis Cerqueira Caldas, Coordenador de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder elevação de Classe a Professora da rede municipal Elza Maria de Arruda conforme processo 1059/2010, elevando-se da Classe **B** para a Classe **C** a partir de 01/11/2010.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01/11/2010.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de novembro de 2010.

Fernando Luis Cerqueira Caldas
Coordenador de Recursos Humanos

PORTARIA N° 083/2010

Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o senhor **José Roberto da Silva Rego,** do Cargo em Comissão de Diretor Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 03 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 084/2010

Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a pedido a senhora **Lidiane Borges de Castro, CRM n° 6113 e CPF n° 060925446-44** como Medica Diretora Clinica do Hospital Municipal de Nossa Senhora do Livramento Profª Maria Arlindo da Costa, a partir de 01/12/2010.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Dezembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 085/2010

Fernando Luis Cerqueira Caldas, Coordenador de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder elevação de Classe a Professora da rede municipal **Eunalha Pereira Constancio** conforme processo 4085/2010, elevando-se da Classe **B** para a Classe **C** a partir de 01/12/2010.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01/12/2010.

Nossa Senhora do Livramento, 01 de dezembro de 2010.
Fernando Luis Cerqueira Caldas
Coordenador de Recursos Humanos

PORTARIA N° 086/2010

Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia interinamente por 30 (trinta) dias o Senhor **Heládio Mendes de Campos Maciel,** no Cargo em Comissão de Diretor Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, sem ônus a partir de 01/12/2010 a 31/12/2010.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Dezembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 087/2010

Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia o Senhor **José dos Santos Reis Figueiredo,** no Cargo em Comissão de Gerente Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais a partir de 01/12/2010

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Dezembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2010
Processo Administrativo: 1870 /2010.

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento torna público que foi julgado **DESERTO** o Pregão 03/2010 por ausência de licitantes interessados, cujo objeto: aquisição de 01(um) Veiculo Pick-up, Motor Flex – Gasolina/álcool, tração 4x2, cabine dupla, Ar Condicionado, destinados a Secretaria Municipal de Saúde - Fernando Luiz Cerqueira Caldas – Pregoeiro/PMNSL-MT.

DECRETO SUPLEMENTAR N°: 95/2010

Data: 22 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 672/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Suplementar no valor de R$ 104.500,00 (Cento e Quatro Mil e Quinhentos Reais), para atender as seguintes Dota‡ães Or‡ament rias:

02.001-CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2034.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 5.000,00**

04.001-GESTAO DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS

04.01.04.122.0002.2035.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.000,00
04.01.04.122.0002.2035.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 21.000,00**

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.01.12.361.0016.2045.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 14.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 14.000,00**

05.006-GESTAO DO FUNDEB

05.06.12.361.0006.2041.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 17.000,00
05.06.12.361.0006.2041.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 25.000,00**

07.001-GESTAO MUNICIPAL DA SAUDE

07.01.10.122.0002.2060.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 10.000,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.02.10.302.0022.2067.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 8.000,00**

08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

08.01.04.122.0002.2074.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
08.01.04.122.0002.2074.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
08.01.04.122.0002.2074.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 19.000,00**

11.001-ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

11.01.28.846.0998.2038.3.3.9.0.91.	SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 2.500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 2.500,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 104.500,00**

02.001-CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2034.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 20.000,00**

04.001-GESTAO DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS

04.01.04.122.0002.1012.4.5.9.0.66.	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	R$ 4.000,00
04.01.04.122.0003.2006.3.3.9.0.35.	SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 8.000,00
04.01.04.122.0002.2035.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00

	SUB-TOTAL:	**R$ 27.000,00**

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.01.12.361.0016.2045.3.3.9.0.14.	DIARIAS - CIVIL	R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 10.000,00**

05.005-GESTAO DA CULTURA

05.05.13.392.0015.1092.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.000,00
05.05.13.392.0015.1093.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 15.000,00**

05.006-GESTAO DO FUNDEB

05.06.12.361.0016.2023.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.000,00
05.06.12.366.0016.2033.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 18.500,00**

07.001-GESTAO MUNICIPAL DA SAUDE

07.01.10.122.0002.2060.3.3.9.0.35.	SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 14.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 14.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 104.500,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, 22 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nossa Srª do Livramento

Gestão 2009/2012

DECRETO ESPECIAL N°: 96/2010

Data: 22 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 671/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Especial no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), para atender as seguintes Dota‡ães Or‡ament rias:

05.002-GESTAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

05.02.12.361.0016.2046.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
05.02.12.361.0016.2046.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 50.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 60.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 60.000,00**

Art. 2§ - Para dar cobertura ao cr‚dito do artigo 1§ serÆo utilizados recursos or‡ament rios de anula‡Æo parcial das Dota‡ães Or‡ament rias a seguir:

04.001-GESTAO DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS

04.01.04.122.0002.2035.3.1.9.1.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 15.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 15.000,00**

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.01.12.361.0016.1074.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
05.01.12.361.0016.1076.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 9.000,00
05.01.12.361.0016.1200.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.000,00
05.01.12.361.0016.2045.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 18.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 45.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 60.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do 22 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nossa Srª do Livramento

Gestão 2009/2012

DECRETO ESPECIAL N°: 97/2010

Data: 22 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 673/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Especial no valor de R$ 81.692,41 (Oitenta e Um Mil Seiscentos e Noventa e Dois Reais e Quarenta e Um Centavos), para atender as seguintes Dota‡ães Or‡ament rias:

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.02.10.301.0022.2071.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 74.712,41
07.02.10.304.0027.2070.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.980,00

SUB-TOTAL: R$ 81.692,41

TOTAL GERAL: R$ 81.692,41

Artigo 2º - Para atendero disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadaçao, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do 22 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nossa Srª do Livramento

Gestão 2009/2012

DECRETO SUPLEMENTAR N°: 98/2010

*Data:*22 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 673/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Suplementar no valor de R$ 7.039,50 (Sete Mil e Trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos), para atender as seguintes Dota‡ães Or‡ament rias:

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.02.10.302.0022.2062.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 7.039,50

SUB-TOTAL: R$ 7.039,50

TOTAL GERAL: R$ 7.039,50

Artigo 2º - Para atendero disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadaçao, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, 22 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

Estado do Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nossa Srª do Livramento

Gestão 2009/2012

DECRETO ESPECIAL N°: 99/2010

*Data:*22 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 674/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Especial no valor de R$ 151.899,96 (Cento e Cinquenta e Um Mil Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e seis Centavos), para atender as seguintes Dota‡ães

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.01.12.361.0016.1206.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 151.899,96

SUB-TOTAL: R$ 151.899,96

TOTAL GERAL: R$ 151.899,96

Artigo 2º - Para atendero disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadaçao, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do 22 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N°: 100/2010

Data: 23 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 672/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Suplementar no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), para atender as seguintes Dota‡âes Or‡ament rias:

06.003-FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLECENTE

06.03.08.243.0091.2059.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 10.000,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.02.10.301.0022.2065.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 27.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 27.000,00**

08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

08.01.26.782.0017.1032.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 8.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 45.000,00**

07.001-GESTAO MUNICIPAL DA SAUDE

07.01.10.301.0022.2014.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 9.000,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.02.10.301.0022.2064.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 21.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 21.000,00**

11.001-ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

11.01.28.846.0998.2021.4.6.9.0.71.	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 15.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 15.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 45.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, 23 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N°: 101/2010

Data: 24 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 672/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para atender as seguintes Dota‡âes Or‡ament rias:

08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

08.01.15.451.0021.1040.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 10.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 10.000,00**

10.003-DESENVOLVIMENTO RURAL

10.03.12.691.0101.1063.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 10.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 10.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, 24 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N°: 103/2010

Data: 29 de Novembro de 2010.

O Senhor Zenildo Pacheco Sampaio, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 672/2010, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Abre Cr‚dito Adicional Suplementar no valor de R$ 559.000,00 (Quinhentos e Cinquenta e Nove Mil Reais), para atender as seguintes Dota‡âes Or‡ament rias:

02.001-CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2034.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 8.000,00**

03.001-PROCURADORIA MUNICIPAL

03.01.03.062.0002.2018.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 3.000,00**

04.001-GESTAO DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS

04.01.04.122.0002.2035.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 40.000,00
04.01.04.122.0002.2035.3.1.9.0.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 42.000,00**

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.01.12.361.0016.2045.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.000,00
05.01.12.361.0016.2045.3.1.9.0.09.	SALARIO-FAMILIA	R$ 500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 15.500,00**

05.006-GESTAO DO FUNDEB

05.06.12.365.0006.2040.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 30.000,00
05.06.12.361.0006.2041.3.1.9.1.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.000,00
05.06.12.361.0006.2041.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 35.000,00
05.06.12.361.0006.2041.3.1.9.0.09.	SALARIO-FAMILIA	R$ 3.000,00
05.06.12.361.0006.2039.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 160.000,00
05.06.12.366.0016.2033.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 243.000,00**

06.001-SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DES.

06.01.04.122.0002.2206.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 5.000,00**

06.002-FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.02.08.242.0007.2054.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
06.02.08.244.0007.2056.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
06.02.08.244.0007.2056.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 16.000,00**

06.003-FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLECENTE

06.03.08.243.0091.2059.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.000,00
06.03.08.243.0091.2158.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 14.500,00**

07.001-GESTAO MUNICIPAL DA SAUDE

07.01.10.122.0002.2060.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.000,00
07.01.10.301.0022.2063.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.000,00
07.01.10.301.0022.2063.3.1.9.0.09.	SALARIO-FAMILIA	R$ 1.000,00
07.01.10.122.0002.2060.3.1.9.1.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 13.000,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.02.10.301.0022.2064.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
07.02.10.301.0022.2071.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.000,00
07.02.10.301.0022.2071.3.1.9.0.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
07.02.10.302.0022.2067.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 65.000,00
07.02.10.302.0022.2067.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 55.000,00
07.02.10.302.0022.2067.3.1.9.0.09.	SALARIO-FAMILIA	R$ 1.000,00
07.02.10.302.0022.2062.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 140.000,00**

08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

08.01.04.122.0002.2074.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 36.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 36.000,00**

08.003-GESTAO DO SANEAMENTO

08.03.17.512.0005.2215.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.000,00
08.03.17.512.0005.2215.3.1.9.0.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 9.000,00**

09.001-CONTROLE INTERNO

09.01.04.122.0002.2214.3.1.9.0.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 2.000,00**

10.003-DESENVOLVIMENTO RURAL

10.03.04.122.0002.2075.3.1.9.0.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.000,00
10.03.04.122.0002.2075.3.1.9.0.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 12.000,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 559.000,00**

02.001-CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.1005.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00
02.01.04.122.0002.1100.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 10.000,00**

03.001-PROCURADORIA MUNICIPAL

03.01.03.062.0002.2018.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
03.01.03.062.0002.2018.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 6.500,00**

04.001-GESTAO DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS

04.01.04.122.0003.1008.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00
04.01.04.122.0003.2007.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
04.01.04.122.0002.2035.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.000,00
04.01.04.122.0002.2035.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
04.01.04.122.0002.2035.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 23.500,00**

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.01.12.361.0016.1073.3.3.9.0.35.	SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 6.000,00
05.01.12.361.0016.1078.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
05.01.12.361.0015.1088.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
05.01.12.361.0016.1200.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00
05.01.12.361.0016.2045.3.1.9.1.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.000,00
05.01.12.361.0016.2045.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
05.01.12.361.0016.2045.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.000,00
05.01.12.361.0016.2211.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.900,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 44.900,00**

05.004-GESTAO DE ESPORTE LAZER

05.04.12.361.0013.1080.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.500,00
05.04.12.361.0013.1081.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
05.04.12.361.0013.1082.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
05.04.12.361.0013.1082.3.3.9.0.31.	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 17.500,00**

05.005-GESTAO DA CULTURA

05.05.12.392.0015.1083.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 5.000,00**

05.006-GESTAO DO FUNDEB

05.06.12.361.0016.1072.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
05.06.12.361.0016.1072.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00
05.06.12.365.0016.1077.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
05.06.12.365.0016.1077.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00
05.06.12.365.0016.1077.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.500,00
05.06.12.365.0016.1077.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00
05.06.12.366.0006.1087.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 10.000,00
05.06.12.365.0014.1096.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
05.06.12.365.0014.1096.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
05.06.12.365.0014.1096.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
05.06.12.365.0014.1940.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
05.06.12.361.0016.2023.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
05.06.12.365.0006.2040.3.1.9.1.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 30.000,00

	SUB-TOTAL:	**R$ 114.500,00**
06.001-SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DES.		
06.01.08.244.0007.1019.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 8.000,00**
06.002-FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.02.08.244.0019.1201.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
06.02.08.244.0019.1201.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
06.02.08.242.0007.2054.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.000,00
06.02.08.244.0007.2056.3.3.9.0.36.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.000,00
06.02.08.244.0007.2056.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 26.000,00**
06.003-FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLECENTE		
06.03.08.243.0091.2059.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.000,00
06.03.08.243.0091.2158.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.500,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 14.500,00**
07.001-GESTAO MUNICIPAL DA SAUDE		
07.01.10.301.0022.1023.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
07.01.10.301.0022.1025.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
07.01.10.301.0022.1027.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 40.000,00
07.01.10.301.0022.1029.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.000,00
07.01.10.122.0002.2060.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.350,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 64.350,00**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
07.02.10.301.0022.2065.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
07.02.10.301.0022.2065.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.000,00
07.02.10.302.0022.2067.3.1.9.1.13.	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 20.000,00
07.02.10.302.0022.2067.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
07.02.10.304.0027.2070.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.000,00
07.02.10.331.0078.2072.3.3.9.0.39.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 60.000,00**
08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA		
08.01.15.452.0017.1030.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 9.000,00
08.01.15.451.0017.1034.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 48.000,00
08.01.17.511.0005.1035.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
08.01.15.451.0019.1037.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.000,00
08.01.19.573.0003.1038.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 8.000,00
08.01.15.451.0021.1041.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 9.000,00
08.01.15.451.0019.1045.3.3.9.0.30.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
08.01.15.452.0021.1205.4.4.9.0.51.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 19.000,00
08.01.15.451.0021.2017.3.3.9.0.35.	SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 8.500,00
08.01.04.122.0002.2074.3.1.9.0.04.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 28.000,00
08.01.04.122.0002.2074.3.3.9.0.14.	DIARIAS - CIVIL	R$ 10.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 154.500,00**
08.003-GESTAO DO SANEAMENTO		
08.03.10.301.0022.1028.4.4.9.0.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 9.750,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 9.750,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 559.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, 29 de Novembro de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

AVISO DE PUBLICAÇÃO
Nova Lacerda – MT, 16/12/2010.
EXTRATO DE CONTRATO

"O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"
Torna público o **EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2010 - SAÚDE**, de 12/11/2010, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT e no Jornal Oficial dos Municípios.
CONTRATADO: General Motors do Brasil Ltda.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Nova Lacerda - MT
OBJETO: DO VALOR: O valor deste contrato é de **R$ 70.375,00** (Setenta mil trezentos e setenta e cindo reais).
DO PRAZO: O presente contrato terá inicio dia 16 de dezembro de 2010, até o dia 16 de fevereiro 2011.
DOS RECURSOS: Os recursos para pagamentos dos serviços do referido objeto será da seguinte dotação orçamentária.
06.00 – Secretaria de Saúde.
06.03 – Fundo Municipal de Saúde.
1.027 – Aquisição de Ambulância.
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 16 de dezembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré

DECRETO MUNICIPAL Nº. 787 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Decreta recesso administrativo e dá outras providências.

Railda de Fátima Alves, Prefeita do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

Considerando a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º - Decretar recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, no período compreendido entre os dias 24 de Dezembro de 2010 a 23 de Janeiro de 2011.

Art. 2º - A Secretaria de Saúde, Educação e Ação Social iniciarão recesso administrativo no período compreendido entre os dias 18 de Dezembro a 23 de Janeiro de 2011.

Art. 3º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 4° - O disposto nos Art. 1° e 2° não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais de saúde, limpeza pública, obras, transporte, vigilâncias em saúde, conselho tutelar, finanças e programas de convênios, os quais deverão manter equipes permanentes de atendimentos.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Nazaré, 17 de Dezembro de 2010.

Railda de Fátima Alves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2.010

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina–MT torna público que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial** para Aquisição de Materiais de Construção Data e Hora 29/12/2010 às 10 horas (horário de Brasília) no Palácio dos Pioneiros na sala de licitações sito Av: Expedição Roncador Xingu, 249 Centro St. Xavantina Os interessados em adquirir cópia do Edital deverão retirar junto a sala da CPL no endereço supracitado e/ou através do telefone (66) 3438-3362..
Nova Xavantina – MT, 16 de dezembro de 2010.

WALMIR ARRUDA COSTA
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Paranaíta

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 076/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT.
CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO E CIA. LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO CAMIONETE CABINE DUPLA, TRAÇADA, COMBUSTÍVEL DIESEL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT
VIGÊNCIA: 06/12/2010 A 31/12/2010
VALOR: R$ 91.200,00 (NOVENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS)

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 077/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT.
CONTRATADA: FABIO MENEZES E SILVA-ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARÁ AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT
VIGÊNCIA: 06/12/2010 A 31/12/2010
VALOR: R$ 2.485,41 (DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 078/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT.
CONTRATADA: VILSO BIESDORF – ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARÁ AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT
VIGÊNCIA: 06/12/2010 A 31/12/2010
VALOR: R$ 8.200,00 (OITO MIL E DUZENTOS REAIS)

EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT
CONTRATADA: SUPERMERCADO ZANETTE LTDA
DO ADITIVO: FICAM ACRESCIDAS NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO PRIMITIVO, O VALOR DE R$ R$ 21.916,07 (VINTE E UM MIL NOVECENTOS E DEZESSEIS REAIS E SETE CENTAVOS).
PARANAÍTA/MT, 07/12/2010

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DIVIDA ATIVA 02/2010

A Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda e o Chefe do Departamento de Tributação do Município de Peixoto de Azevedo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n°. 425/2002 – Código Tributário Municipal e o Projeto Cobrança da Divida Ativa, NOTIFICA os contribuintes relacionados no anexo Único, parte integrante deste Edital de Cobrança de Divida Ativa de créditos tributários vencidos, referente ao IPTU dos exercícios de 2005 a 2009, a efetuarem o pagamento dos débitos no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data da publicação do presente Edital.

O Contribuinte que já tenha efetuado o pagamento de seus débitos tributários perante esta municipalidade até a data da publicação do presente Edital e que porventura ainda constar na relação em anexo, favor desconsiderar esta cobrança e comparecer ao Departamento de Tributação, munidos dos comprovantes de pagamento, antes do vencimento do prazo deste Edital, para regularização do seu cadastro de contribuinte municipal.

Maiores esclarecimentos, estamos a disposição no Departamento de Tributação desta Prefeitura ou através do telefone 66-35751029.

Horário de atendimento: das 07h00min às 18h00min.

Nº	CONTRIBUINTE	CPF
1.	ABDOM TEMBONI BARBOSA	104.132.602-59
2.	ALUISE LAZAROTTO	NÃO CONSTA
3.	ALZIRA DA CRUZ	NÃO CONSTA
4.	ANA MARIA SCABENE	421.392.101-82
5.	ANA MARTINS DOMINGOS	NÃO CONSTA
6.	ANA MEYRE CARNEIRO DA SILVA	460.325.413-04
7.	ANANIAS ALVES DE ALMEIDA	NÃO CONSTA
8.	ANGELO FRAGNANI	NÃO CONSTA
9.	ANTONIA MARCELIA FERNANDES	NÃO CONSTA
10.	ANTONIA MIGUEL DA SILVA	650.477.701-25
11.	ANTONIA MOURA SANTOS	NÃO CONSTA
12.	ANTONIO ALVES COSTA	407.160.743-20
13.	ANTONIO BEZERRA DE SOUZA ECIL	NÃO CONSTA
14.	ANTONIO CAMELO DE SOUZA	157.774.563-91
15.	ANTONIO DOMINGOS SOBRINHO	NÃO CONSTA
16.	ANTONIO FRANCISCO RIBEIRO	452.416.781-15
17.	ANTONIO LEITE FIGUEIREDO	452.338.451-72
18.	ANTONIO MARCOS DA PAIXAO NETO	NÃO CONSTA
19.	ANTONIO PEREIRA	NÃO CONSTA
20.	ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA	001.689.284-42
21.	APARECIDA TEIXEIRA ANJOLIN	458.886.471-87
22.	ARCILDO ANTONIO PASSARIM	165.906.199-72
23.	ARISTEU MAMORA	NÃO CONSTA
24.	ARLETE CARDOSO	048.185.958-61
25.	ARMANDO VIEIRA CARVALHO	133.277.122-04
26.	ASTOR AFONSO VOOS	423.366.359-68
27.	ATILIO NEVES DE JESUS	NÃO CONSTA
28.	BELMIRO DILEMBURG	299.240.651-15
29.	CARLOS ALBERTO ALBUQUERQUE	NÃO CONSTA
30.	CICERA CHAVES ALVES	NÃO CONSTA
31.	CICERO SANTOS PARANHOS	NÃO CONSTA
32.	CLAUDEMIR SOARES	NÃO CONSTA
33.	CLAUDISON BRITO CARVALHO	NÃO CONSTA
34.	CLEIDE CHAGAS DA SILVA	NÃO CONSTA
35.	DARCI DE LARA	488.420.609-68
36.	DINALVA SARAIVA DIAS DA SILVA	NÃO CONSTA
37.	DINAR LIMA DA SILVA	NÃO CONSTA
38.	DIVINO FERREIRA	NÃO CONSTA
39.	DOMINGAS GOMES PEREIRA	NÃO CONSTA
40.	DUCILENE BARBOSA DE JESUS	NÃO CONSTA
41.	EBNEZER SOARES BELIDO	NÃO CONSTA
42.	EDER ANTONIO CALISTRO	617.416.989-87
43.	EDINA MARIA LOPES DOS SANTOS	NÃO CONSTA
44.	EDIVAL BARBOSA OLIVEIRA	NÃO CONSTA
45.	EDMILSON SOUZA SILVA	NÃO CONSTA
46.	EDMUNDO DELLA VEDOVA DE ARAUJO	NÃO CONSTA
47.	EDSON MORAIS DE SA	346.687.301-06
48.	EDVALDO DELLA VEDOVA	328.798.571-04
49.	ELIAS GOMES VIANA	NÃO CONSTA
50.	ELSOMAR GALO	NÃO CONSTA
51.	ESMERALDA DE SOUZA	NÃO CONSTA
52.	ESTELA DE FATIMA DA SILVA	NÃO CONSTA
53.	EUCLIDES LOPES MARTINS	NÃO CONSTA
54.	EURISMAR DA SILVA NASCIMENTO	NÃO CONSTA
55.	FIDELSENA COSTA DE SENA	NÃO CONSTA
56.	FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO	904.656.951-91
57.	FRANCISCO BATISTA DA COSTA	299.258.001-53
58.	FRANCISCO BRASILEIRO FERREIRA	NÃO CONSTA
59.	FRANCISCO DA SILVA VEIRA	142.848.632-15
60.	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA TERTULIANO	224.594.723-15
61.	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA ARAUJO	NÃO CONSTA
62.	FRANCISCO DE PAULA ROCHA	NÃO CONSTA
63.	FRANCISCO FERREIRA LIMA	NÃO CONSTA
64.	FRANCISCO MAIA FREITAS	NÃO CONSTA
65.	FRANCISCO NITAO RIBEIRO DA SILVA	458.832.461-68
66.	FRANCISCO ROSARIO SILVA	NÃO CONSTA
67.	FRANCISCO V. DOS SANTOS	NÃO CONSTA
68.	GELCINO ANTONIO ROBERTO	NÃO CONSTA

69.	GERALDO PEREIRA DA SILVA	493.072.826-68
70.	GILBERTO ALGAYER	NÃO CONSTA
71.	HILTON CARNEIRO DE OLIVEIRA	817.703.401-49
72.	IRINEU SEBASTIAO DA SILVA	308.495.940-49
73.	ISSAMU MINATO	NÃO CONSTA
74.	IVONE DIAS RIBEIRO	NÃO CONSTA
75.	IZABEL SOUZA	299.189.871-20
76.	JACINTO DE AGUIAR	NÃO CONSTA
77.	JOAO DE DEUS PEREIRA BORGES	161.401.501-59
78.	JOAO GOMES DA SILVA	NÃO CONSTA
79.	JOAO GUERRA	NÃO CONSTA
80.	JOAO JOSE DA SILVA	NÃO CONSTA
81.	JOAO NUNES VILAS BOAS	NÃO CONSTA
82.	JOSE ALBANO BASSAN	NÃO CONSTA
83.	JOSE ARAUJO SOUZA	NÃO CONSTA
84.	JOSE CANDIDO DA SILVA	NÃO CONSTA
85.	JOSE DOS SANTOS MELO	020.089.123-53
86.	JOSE DOS SANTOS SOUZA	NÃO CONSTA
87.	JOSE FERREIRA DA COSTA	062.385.133-49
88.	JOSE FLAVIO FOLE	NÃO CONSTA
89.	JOSE FREIRE LIMA	299.043.821-15
90.	JOSE MARTINS DOS SANTOS	NÃO CONSTA
91.	JOSE NOBRE DE OLIVEIRA	104.541.873-00
92.	JOSE PEDRO DO NASCIMENTO	340.318.801-97
93.	JOSE PEREIRA DE ABREU	NÃO CONSTA
94.	JOSE RAIMUNDO CAETANO	NÃO CONSTA
95.	JOSE RIBAMAR PEREIRA COSTA	NÃO CONSTA
96.	JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	NÃO CONSTA
97.	JUDITE FERREIRA ALVES	NÃO CONSTA
98.	JUVENAL BORGES RIBEIRO	NÃO CONSTA
99.	JUVENAL FERREIRA MORAIS	906.887.401-20
100.	LAURINDO NUNES PEREIRA	140.217.731-34
101.	LEOMAR ARRUDA MARTINS	NÃO CONSTA
102.	LETICIA BARBOSA FERREIRA	340.125.401-49
103.	LOURIVAL ALVES DOS SANTOS	452.301.531-72
104.	LUIZ CARLOS CHIODI	NÃO CONSTA
105.	LUIZ CARLOS DIAS	NÃO CONSTA
106.	LUIZ GEISIEL SOUZA ARAUJO	406.904.661-53
107.	LUIZ VANDERLEI FARIAS	434.096.799-87
108.	LUIZA APARECIDA COELHO	NÃO CONSTA
109.	LUZIA ALVES BATISTA	NÃO CONSTA
110.	LUZIA FURTADO DE SOUZA	NÃO CONSTA
111.	MANOEL ALVES	132.171.602-82
112.	MANOEL CARLOS RODRIGUES	NÃO CONSTA
113.	MANOEL DO NASCIMENTO DOS SANTOS A. SILVA	NÃO CONSTA
114.	MANOEL JANUARIO DA COSTA	089.088.422-68
115.	MARGARIDA FRANCISCA DAS SILVA	NÃO CONSTA
116.	MARIA AUXILIADORA FERREIRA SILVA	NÃO CONSTA
117.	MARIA DA CONCEICAO PEREIRA	NÃO CONSTA
118.	MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS SOUZA	NÃO CONSTA
119.	MARIA DA LUZ P. OLIVEIRA	NÃO CONSTA
120.	MARIA DALVELICE SOUZA	NÃO CONSTA
121.	MARIA DE FATIMA MAZLAWICK	NÃO CONSTA
122.	MARIA DE L. DA SILVA REIS	NÃO CONSTA
123.	MARIA DO AMPARO MACIEL MENDES	805.000.301-97
124.	MARIA DO ROSARIO DE FATIMA G. SILVA	002.374.941-59
125.	MARIA DOS PASSOS OLIVEIRA	NÃO CONSTA
126.	MARIA ELIETE GONÇALO DOS SANTOS	NÃO CONSTA
127.	MARIA EUNICE DE LIMA SANTOS	NÃO CONSTA
128.	MARIA FERREIRA DE SOUZA	NÃO CONSTA
129.	MARIA IVANILDE EVANGELISTA OLIVEIRA	NÃO CONSTA
130.	MARIA JANETHE TAVARES	NÃO CONSTA
131.	MARIA JOSE SOUZA SILVA	NÃO CONSTA
132.	MARIA NILDA AMORIM CERQUEIRA	406.985131-34
133.	MARIA PAULA DA SILVA	019.647.401-93
134.	MARIA PINHEIRO ARAUJO	NÃO CONSTA
135.	MARIA RITA MONTEIRO	NÃO CONSTA
136.	MARIA RODRIGUES TEIXEIRA DE MORAES	NÃO CONSTA
137.	MARIA SALETE TONIAZZO	NÃO CONSTA
138.	MARLENE ROSA DE CAMARGO	434.651.889-34
139.	NATALIA RODRIGUES DO LIVRAMENTO	365.306.706-53
140.	NEIVA TERRA DE OLIVEIRA	NÃO CONSTA
141.	OLIMPIO GARCIA DE FARIAS	NÃO CONSTA
142.	OSVALDO DO NASCIMENTO	NÃO CONSTA
143.	PAULO DE OLIVEIRA	NÃO CONSTA
144.	PAULO ROBERTO DAMIN	NÃO CONSTA
145.	PEDRO MONTEIRO DE SOUZA	NÃO CONSTA
146.	RAIMUNDA NONATA LIMA DE CARVALHO	298.585.692-20
147.	RAIMUNDO ALVES SILVA	137.862.883-72
148.	RAIMUNDO FERNANDES SILVA	NÃO CONSTA
149.	RAIMUNDO LEANDRO DE SOUZA	695.737.351-72
150.	RAIMUNDO MARTINS	NÃO CONSTA
151.	ROBERTO PEREIRA MACHADO	815.949.171-91
152.	ROMILDO CATARINO NASCIMENTO	NÃO CONSTA
153.	ROMILDO MACHADO GUIMARAES	810.732.671-72
154.	RUTE PEREZ AMORIM	NÃO CONSTA
155.	RUTHE FERREIRA P. GODOY	NÃO CONSTA
156.	SADI LOPES RIBEIRO	521.697.239-00
157.	SALY W. L. SOARES	NÃO CONSTA
158.	SEBASTIAO FERREIRA GOMES	NÃO CONSTA
159.	SEBASTIAO GERO DA CRUZ	NÃO CONSTA
160.	SENIR IRACEMA BAGINSKI	945.755.681-04
161.	SERAFINA GOMES DA SILVA	650.478.261-04
162.	SERGIO G. CORDEIRO	NÃO CONSTA
163.	SEVERINA SILVA MOURA	994.689.641-91
164.	SILVANA MARIA DE LIMA	045.595.938-25
165.	SINVAL ALVES	NÃO CONSTA
166.	TEODORICA DINHEIRO DOS SANTOS	NÃO CONSTA
167.	TITO HIROMI KAKIZAKI	NÃO CONSTA
168.	TORNELIO DE BRITO PRADO	NÃO CONSTA
169.	VALDECIR JOSE ROBERTO	NÃO CONSTA
170.	VALDENI ALVES NASCIMENTO	NÃO CONSTA
171.	VALDONESIO XAVIER DOS SANTOS	452.310.361-53
172.	VALDUIRO FERRA DE LIMA	NÃO CONSTA
173.	VERLENE GOMES	815.963.751-91
174.	VICENTE GONÇALVES LEITE SOBRINHO	NÃO CONSTA
175.	WESTTELY COSTA LIMA	NÃO CONSTA
176.	ZULMIRA PINHEIRO DE ARAUJO	452.329.201-97

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de dezembro de 2010.

_____
Roberto Honório Gaspar
Chefe de Tributação

_____
Marlene Tereza Schroeder dos Santos
Sec. Mun.de Planejamento e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DIVIDA ATIVA 01/2010

A Secretária Municipal de Planejamento e Fazenda e o Chefe do Departamento de Tributação do Município de Peixoto de Azevedo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 425/2002 – Código Tributário Municipal e o Projeto Cobrança da Divida Ativa, **NOTIFICA** os contribuintes relacionados no anexo Único, parte integrante deste Edital de Cobrança de Divida Ativa de créditos tributários vencidos, referentes a IPTU dos exercícios de 2005 a 2009, a efetuarem o pagamento dos débitos no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data da publicação do presente Edital.

O Contribuinte que já tenha efetuado o pagamento de seus débitos tributários perante esta municipalidade até a data da publicação do presente Edital e que porventura ainda constar na relação em anexo, favor desconsiderar esta cobrança e comparecer ao Departamento de Tributação munidos dos comprovantes de pagamento, antes do vencimento do prazo deste Edital, para regularização do seu cadastro de contribuinte municipal.

Horário de atendimento: das 07:00 as 18:00 de segunda a sexta-feira.

Maiores esclarecimentos, estamos à disposição no Departamento de Tributação desta Prefeitura ou através do telefone 66-3575-1029.

Horário de atendimento das 07:00 horas as 18:00 horas.

Nº	CONTRIBUINTE	CPF
1.	ADEMIR GOMES DUARTE	299.382.521-68
2.	ADEMIR INACIO RESENDE	408.066.429-04
3.	ALDENIRA DOS REIS SILVA	NÃO CONSTA
4.	ALMIR TEIXEIRA DOS SANTOS	481.552.503-00
5.	AMELIO PAULINO	203.469.649-20
6.	ANTONIA ALVES DE SOUZA	NÃO CONSTA
7.	ANTONIA DOS SANTOS RODRIGUES	234.769.232-15
8.	ANTONIO ALVES DA SILVA	212.261.133-20
9.	ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA	NÃO CONSTA
10.	ANTONIO AMBONI SOBRINHO	241.312.459-49
11.	ANTONIO AURICELIO VIANA	NÃO CONSTA
12.	ANTONIO BASILIO DA SILVA	155.550.972-04
13.	ANTONIO BUENO	426.374.149-87
14.	ANTONIO CARLOS SANCHES	NÃO CONSTA
15.	ANTONIO DE SOUZA	593.062.031-87
16.	ANTONIO FERREIRA DA SILVA	NÃO CONSTA
17.	ANTONIO FLOR DE BRITO	NÃO CONSTA
18.	ANTONIO MARIANO DE SOUZA	NÃO CONSTA
19.	ANTONIO MENDES	NÃO CONSTA
20.	ANTONIO NEIDE FERNANDES	NÃO CONSTA
21.	ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	237.643.172-72
22.	ANTONIO RODRIGUES NETO	159.122.211-72
23.	ARLEY VIDAL	535.872.271-87
24.	AURELINO MACEDO	162.976.442-68
25.	BALBINO GERONIMO DA SILVA	299.194.441-20
26.	BENEDITA MARIA DIMAS VIEIRA	NÃO CONSTA
27.	BENEDITO DE SOUSA SANTOS	458.892.361-72
28.	BENTA FRANCISCA ALVES DA SILVA	NÃO CONSTA
29.	CECILIA ROSA	NÃO CONSTA
30.	CICERO IRENE DO NASCIMENTO	223.548.402-68
31.	CLEIDE NUNES DE SOUZA	871.689.281-04
32.	CLODOMIRO MORAIS SANTOS	299.053.701-53
33.	DALVINA DE SOUZA	177.757.951-15
34.	DARI VALDIR DIEFENTHALER	486.893.609-30
35.	DAVI CAVALCANTE SILVA	186.987.782-91
36.	DAVID OLIVEIRA DOS SANTOS	106.835.341-49
37.	DE JESUS CAMPELO QUEIROZ	424.066.842-53
38.	DELIR DOS SANTOS DE MORAES	603.890.521-91
39.	DELMICIO MACHADO DA SILVA	572.332.681-34
40.	DERBAL FRANCISCO DA SILVA	452.316.991.87
41.	DEVANIR MATIAS RIBEIRO	NÃO CONSTA
42.	EDMILSON DA COSTA REIS	149.747.702-68
43.	EDMILSON MOREIRA SOUSA	147.987.603-82
44.	ELZI GOMES FRANÇA	535.489.301-15
45.	ERIBERTO ROCHA	207.144.831-68
46.	EUPIDIO VIEIRA CARVALHO	NÃO CONSTA
47.	EVANGELISTA DE SOUZA ALVES	124.435.788-01
48.	EXPEDITO DA COSTA VERAS	179.138.021-20
49.	EXPEDITO JANUARIO DA SILVA	NÃO CONSTA
50.	FERMINO ARARUNA DE MEDEIROS	140.253.451-53
51.	FERNANDA MARIA PESSOA COSTA	449.295.872-04
52.	FIRMINO REIS ALMEIDA	318.490.672-87
53.	FRANCISCA ALVES DA CONCEIÇÃO	NÃO CONSTA
54.	FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO	904.656.951-91
55.	FRANCISCA PEREIRA DA SILVA	033.516.292-49
56.	FRANCISCO DAS CHAGAS	NÃO CONSTA
57.	FRANCISCO LIMA DE OLIVEIRA	268.508.263-87
58.	FRANCISCO PEREIRA	292.159.609-10
59.	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	213.809.532-00
60.	FRANCISCO SOUZA LIMA	765.330.771-04
61.	GERALDO ANTOLIM	NÃO CONSTA
62.	GERALDO VIEIRA DE ARAUJO	NÃO CONSTA
63.	GONÇALO FERREIRA DOS SANTOS	631.519.521-00
64.	ILMA MARIA DO NASCIMENTO	581.790.031-91
65.	IRENE APARECIDA FERMINO	672.636.581-00
66.	ITAMAR CARVALHO COSTA	366.541.911-53
67.	JARDELINA SILVA DOS SANTOS	NÃO CONSTA
68.	JESSILEIDES ARAUJO ALMEIDA	NÃO CONSTA
69.	JOANA RODRIGUES	299.107.811-15
70.	JOAO BATISTA	NÃO CONSTA
71.	JOÃO BATISTA DA SILVA	452.428.361-72
72.	JOAO BATISTA DE ARAUJO	NÃO CONSTA
73.	JOAO BATISTA MORAIS	079.903.163-15
74.	JOAO DE DEUS SOUZA LEITE	266.983.901-00
75.	JOAO FERREIRA LIMA	222.578.612-72
76.	JOAO GOMES VIEIRA	216.681.163-91
77.	JOAO GONÇALVES DA SILVA	176.438.992-15
78.	JOAO LUIZ AMORIN	299.316.731-68
79.	JOÃO RODRIGUES DA SILVA	766.304.203-49
80.	JOSE CAMILO DE ALMEIDA PRADO JUNIOR	001.958.838-02
81.	JOSE CARLOS BARBOSA	122.917.656-04
82.	JOSE CARLOS DOS SANTOS	412.761.599-00
83.	JOSE CARNEIRO DE OLIVEIRA	452.313.201-10
84.	JOSE CEZAR NETO	074.425.809-04
85.	JOSE DA PAZ PAIXAO	088.468.202-15
86.	JOSE FERREIRA DA COSTA	062.385.133-49
87.	JOSE HIGINO DOS SANTOS	065.584.293-49
88.	JOSE INACIO DE GODOI	NÃO CONSTA
89.	JOSE PEDRO DE MIRANDA	NÃO CONSTA
90.	JOSE PEREIRA FILHO	NÃO CONSTA
91.	JOSE RIBAMAR MARQUES	864.638.101-34
92.	JOSE RICARDO E SILVA	280.705.263-00
93.	JOSE SOARES DA SILVA	452.335.191-00
94.	JUAREZ MACEDO	NÃO CONSTA
95.	JUCIELDE PEREIRA GONÇALVES	292.334.103-15
96.	JUSSENI GUADALIPIO DOS SANTOS	346.111.181-34
97.	LIANE GEMA LEGRAMANTE	NÃO CONSTA
98.	LORENZIR ALVES CAMELO	NÃO CONSTA
99.	LUCILEIDE RIBEIRO	NÃO CONSTA
100.	LUIZ CARLOS TARCAL	NÃO CONSTA
101.	MANOEL ASSUNÇÃO LESSA SANTOS	194.635.702-25
102.	MANOEL DOS SANTOS FERREIRA	NÃO CONSTA
103.	MANOEL PEREIRA DE SOUZA	NÃO CONSTA
104.	MANOEL RIBEIRO DA SILVA	NÃO CONSTA
105.	MANOEL RICARTE	NÃO CONSTA
106.	MARCIO JOSE MARAZINE	NÃO CONSTA

107.	MARFIZA DINIZ LARROQUE	580.648.189-15
108.	MARIA ALVES DA SILVA	603.877.001-10
109.	MARIA B. LIMA	NÃO CONSTA
110.	MARIA CANDIDA DA CONCEIÇÃO	NÃO CONSTA
111.	MARIA DA PENHA SOUZA LUIZ	327.554.901-44
112.	MARIA DAS GRACAS DA SILVA SOUZA	NÃO CONSTA
113.	MARIA DE FATIMA BONAFEDE SANCHES	452.976.069-34
114.	MARIA DE FATIMA COSTA DE SOUZA	502.501.751-34
115.	MARIA GOMES DE MATOS	NÃO CONSTA
116.	MARIA IVONETE GONÇALVES CASTRO	NÃO CONSTA
117.	MARIA IZALETE CUNHA PESSOA	150.512.002-06
118.	MARIA JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA	NÃO CONSTA
119.	MARIA LOPES DA SILVA	293.198.112-53
120.	MARIA LUCIA CORDEIRO DOS SANTOS	621.892.391-68
121.	MARIA LUIZA FERREIRA MORAIS	770.945.571-91
122.	MARIA MARGARIDA FERNANDES GOULARTE	NÃO CONSTA
123.	MARIA NEIDE MESQUITA CONCEIÇÃO	815.680.451-15
124.	MARIA NUNES DA SILVA	842.121.361-04
125.	MARIA RAIMUNDA VIEIRA DA SILVA	NÃO CONSTA
126.	MARILU GONZALES DOS REIS	499.744.249-68
127.	MARINA DA SILVA LIMA	NÃO CONSTA
128.	MARINA GOMES LIMA	185.376.771-91
129.	MARINO GOMES DUARTE	299.285.911-72
130.	MARTINI PEREIRA DE SOUZA	NÃO CONSTA
131.	MIGUEL CARDOSO	106.960.752-53
132.	MILTON CARLOS RODRIGUES	299.257.891-68
133.	NELI DA SILVA SERQUEIRA	NÃO CONSTA
134.	NEUCI LEITE DA SILVA	025.097.119-46
135.	NILMA SILVA CORREA	795.779.891-87
136.	NILSON RODRIGUES	NÃO CONSTA
137.	ONOFRE VIEIRA PEREIRA	NÃO CONSTA
138.	OSIMAR GOMES DE SOUZA	NÃO CONSTA
139.	PAULO DE TARCIO MIRANDA	215.566.956-91
140.	PEDRO DE SOUZA	353.323.521-15
141.	PEDRO RODRIGUES DE SOUZA	128.412.773-72
142.	RAIMUNDO DE OLIVEIRA COSTA	250.244.852-20
143.	RAIMUNDO DO NASCIMENTO	NÃO CONSTA
144.	RAIMUNDO MENDES CARNEIRO DOS SANTOS	179.376.042-04
145.	RAIMUNDO NONATO CLARINDO DA SILVA	792.795.111-49
146.	RAIMUNDO NONATO MESQUITA	299.216.941-20
147.	RAIMUNDO NONATO VIEIRA DE SOUZA	183.995.923-15
148.	REGINALDO CIRILIO DIAS	NÃO CONSTA
149.	ROSA MARIA DE SOUZA FERREIRA	655.621.001-34
150.	ROSANE FATIMA PACHECO	826.915.501-25
151.	ROSIMAR RODRIGUES DOS SANTOS	930.030.641-34
152.	SEBASTIAO RIBEIRO DOS SANTOS	009.186.201-98
153.	SILVANA APARECIDA LEAL	362.243.081-87
154.	SIRLEUZA SILVEIRA FLORES	412.716.533-20
155.	TARCISA MAIRA FERREIRA LIMA	089.349.403-87
156.	TEREZINHA BARBOSA PAZ	706.410.059-20
157.	TEREZINHA GOMES DOS SANTOS	105.346.283-20
158.	VALDEMIR QUELL	685.516.909-06
159.	VALDIMAR DE ABREU PIMENTEL	NÃO CONSTA
160.	VERA LUCIA DE LIMA	NÃO CONSTA
161.	VITOR APARECIDO DA SILVA	212.155.619-20
162.	WELITON MORAES CARVALHO	319.495.503-97
163.	WILSON DE SOUZA SANTOS	NÃO CONSTA
164.	ZACARIAS MENEZES DINIZ	NÃO CONSTA
165.	ZAIDE PEREIRA REIS	115.897.362-49
166.	ZELI DE JESUS OLIVEIRA	NÃO CONSTA

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de novembro de 2010.

Roberto Honório Gaspar
Chefe de Tributação

Marlene Tereza Schroeder dos Santos
Sec. Mun.de Planejamento e Fazenda

Prefeitura Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 285/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor ***WANDERLEY ALVES DA SILVA,*** Portador do RG 639.572 SSP/MT, inscrito no CPF 362.372.721-00, do cargo de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA,*** desta Prefeitura.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.
Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 286/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor***, JOSÉ CORREA FILHO,*** *portador da Cédula de Identidade RG .º 303 333 SSP/MT e do CPF N.º 204.317.751-68*,, do cargo de ***CHEFE DE DIVISÃO DISTRITAL DE CANGAS***, desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 287/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor***, AMARILDO SCHMIELESKI,*** portador do RG 933 996 SSP MT e CPF 964.662.009-49**,** do cargo de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 288/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor ***ADEMIR APARECIDO ZULLI,*** portador do RG 520.927-7 SJ/MT e do CPF 384.625.081-34, do cargo de ***CHEFE DE GABINETE,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 289/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora ***JUCINEIA SILVA ARAUJO,*** Portadora do RG 1672057-1 SSP/MT, e inscrita no CPF 011.773.351-23***,*** do cargo de **SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL, EMPREGO E RENDA*,*** desta Prefeitura Municipal de Poconé.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 290/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora***, JISLENE GONÇALINA ARRUDA DOS SANTOS,*** Portadora do RG 1185555-0 SSP/MT, inscrita no CPF 883.281.631-87**,** do cargo de***, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 291/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora***, VALQUIRIA MAMEDE COSTA MARQUES,*** *portadora da Cédula de Identidade RG. Nº 00867160 SSP/MT e do CPF N.º 172.608.501-59*,, do cargo de ***SECRETÁRIA DE GABINETE,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 292/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor ***ATAIL MARQUES DO AMARAL,*** portador do RG 046.928-2 SSP/MT e do CPF 346.493.361-04, do cargo de ***SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO RURAL E URBANO,*** desta Prefeitura.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 293/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor***, JOSÉ SEBASTIÃO DE ARRUDA,*** Portador do RG 00649961 SSP-MT, e inscrito no CPF 204.268.281-00**,** do cargo de ***SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 294/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor ***JOSÉ BENTO DIAS RONDON,*** portador do RG 239.165-SSP/MT e do CPF 065.250.911-87, do cargo de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 295/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor***, BENEDITO ROSULINO DE CAMPOS,*** *portador da Cédula de Identidade RG .º 279.735 SSP/MT e do CPF N.º 204.368.901-00*,**,** do cargo de ***GERENTE DE COMPRAS***, desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

NEY RONDON MARQUES
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 296/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora ***IVY ANNE TIECHER MACIEL SANTOS***, Portadora do RG nº 962.559 SSP/MT, inscrita no CPF 622.474.411-49, do cargo de ***ASSESSORA TÉCNICA,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 297/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor ***NEURY ALCIDES DE SOUZA,*** portador do RG 670.131 SSP/MT e do CPF 667.378.261-72, do cargo de ***ASSESSOR E PROCURADOR JURÍDICO,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 298/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor***, LUIS CARLOS DE OLIVEIRA,*** portador do RG 081 553 SSP MT e CPF 108.557.691-49**,** do cargo de ***ASSESSOR TÉCNICO,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 299/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES , PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora ***CLÁUDIA SEBASTIANA DE BARROS,*** Portadora do RG 1124643-0-SSP/MT, e inscrita no CPF 873.499.061-53***,*** do cargo de ***ASSESSORA TÉCNICA,*** desta Prefeitura.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 300/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora***, LINETT ALVES DA SILVA,*** Portadora do RG 732 124 SSP/MT, inscrita no CPF 994.201.801-82, do cargo de ***COORDENADORA DE PROJETOS E PROGRAMAS,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 301/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor***, JULIANO GAIVA,*** Portador do RG 1175129-0 SJ/MT, inscrito no CPF 667.215.801-44, do cargo de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO VETERINÁRIO,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 302/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO a Senhora, ***TIANA LUCIA DA COSTA CAMPOS DE PAULA,*** Portadora do RG 1304171-1 SSP/MT, inscrito no CPF 961.229.431-34**,** do cargo de ***ASSESSORA TÉCNICA,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de dezembro de 2010, revogam-se as disposições em contrário

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 303/2010

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - DESIGNAR a Senhora***, JOSSIELMA ALVES DA SILVA,*** matricula nº 0726**,** Portadora do RG 639.374 SSP MT, inscrita no CPF 825.573.571-20**,** sem prejuízos de suas funções, para a Coordenação do PROCON, município de Poconé MT.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 17 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

PORTARIA Nº 304/2010
PORTARIA DE POSSE

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor ***VALTER ANDRADE DE GODOY*** Portador do RG 10485112-C SSP/SP de 22.01.1992, inscrito no CPF 101.881.278-44, para exercer o cargo de ***APO-OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS – SEAD - 40hs,*** *1º* colocado, classe B nível I desta Prefeitura Municipal concurso público 01/2010.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 17 de dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

VALTER ANDRADE DE GODOY
Empossado(a)

PORTARIA Nº 305/2010
PORTARIA DE POSSE

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor ***JOACIL CLEITON DA SILVA*** Portador do RG 1672114-4 SSP/MT de 11.11.2010, inscrito no CPF 074.867.226.58, para exercer o cargo de ***APA-FISCAL DE TRIBUTOS – SEAD - 40hs,*** *2º* colocado, classe A nível VI desta Prefeitura Municipal concurso público 01/2010.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 17 de dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

JOACIL CLEITON DA SILVA
Empossado(a)

PORTARIA Nº 306/2010
PORTARIA DE POSSE

O SENHOR NEY RONDON MARQUES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor ***IOANIS CAMILLA DA SILVA MARQUES*** Portador do RG 1443135-1 SJ/SSP/MT de 10.09.2010, inscrito no CPF 012.116.511-69, para exercer o cargo de ***APA-FISCAL DE TRIBUTOS – SEAD - 40hs,*** *3º* colocado, classe A nível VI desta Prefeitura Municipal concurso público 01/2010.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 17 de dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

IOANIS CAMILLA DA SILVA MARQUES
Empossado(a)

DECRETO Nº 058/2010

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N° 1.392 DE 16 DE MAIO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A PRODUTIVIDADE FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no Artigo 30, § 1°, da Lei Municipal n° 1.392, de 16 de maio de 2006, que dispõe sobre a Regulamentação da Produtividade Fiscal;

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Ficam regulamentadas as naturezas do serviço e comprovação da atividade, conforme anexos I e II, deste decreto.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 16 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

ANEXO I
NATUREZA DO SERVIÇO

	Natureza do Serviço	UPFM
1.	- Quando se exaure em si mesma, conduzindo ou não a um serviço levantamento Fiscal.	0,78
1.2.	- Ordem de fiscalização não cumprida, por embaraço à fiscalização, com diligência.	0,39
1.3.	- Ordem de fiscalização cumprida com Termo de Conclusão.	0,78
1.4.	- Ordem de fiscalização com embaraço devidamente notificada à chefia da fiscalização, por endereço.	0,78
1.5.	- Diligencia devidamente notificada à chefia da fiscalização na pesquisa de fraudes, por endereço.	0,78
2. 2.1	- Autuação e fiscalização cumprida, por contribuinte com aplicação de auto de infração convertidos em receita tributária arrecadada a cada UPFM.	0,08
3.	- Apuração, proposição e/ou lavratura de Auto de Infração.	
3.1.	- De obrigação principal.	
3.2.	- INSSQN próprio por mês.	0,78
3.3.	- INSSQN fonte, por mês e por profissionais.	0,78
3.4.	- Taxas de poder de policia, por exercício.	0,39
3.5.	- IPTU próprio, por exercício.	0,39
3.6.	- ITBI por transmissão com base no valor venal cadastrado.	0,39
3.7.	- ITBI por transmissão, com base no valor venal determinado por métodos de engenharia de avaliação.	0,78
3.8.	- Lançamentos novos de construções sem planta aprovada e de construções clandestinas em geral.	0,63
3.9.	- Determinação de valores para lançamento Predial e Territorial, valor tributário, áreas construídas, apuração de benfeitorias e preenchimento dos respectivos Laudos de Avaliação.	0,39
4.	-De obrigação acessória.	
4.1.	- Por auto lavrado.	0,39
5.1.	- Verificação em livros fiscais instituídos pela municipalidade.	0,39
5.2.	- Verificação em livros contábeis em geral.	0,39
5.3.	- Verificação em documentos auxiliares no levantamento fiscal, na falta dos livros acima e/ou das notas fiscais, por exercício.	0,39
5.4	- Inscrição "ex-officio", por declaração.	1,56
5.5.	- Baixa ou cancelamento "ex-officio", por declaração.	0,39
5.6.	- Informação em proposta fundamentada em consultas, ou requerimentos, de qualquer natureza (exceto defesa de Auto de Infração), por protocolado.	1,56
5.7.	- Manifestação em defesa de Auto Infração, por protocolado.	1,56
5.8.	- Laudo e parecer fundamentado em consultas e requerimento, por protocolado, ou processo judicial.	1,95
6.	- Externa:	
6.1.	- Fiscalização especial, com dedicação exclusiva, por determinação das chefias ou do diretor do departamento, por dia (jornada integral).	3,91
6.2.	- Fiscalização noturnas, em feriados ou finais de semana (exceto shows), quando a natureza da atividade exigir e com a devida convocação pela chefia ou pelo diretor do departamento, por diligencia.	5,86
6.3.	- Fiscalização sob regime especial, com dedicação de tempo integral, em prejuízo das demais fiscalizações, previamente autorizada pela chefia de fiscalização	3,91

	(não cumulativa ao item 2 deste anexo), por dia (jornada integral).	
6.4.	- Fiscalização de shows e outros eventos realizados no período noturno, feriados ou finais de senama.	3,13
6.5.	- Serviços concluídos com apuração da receita SEM contagem dos ingressos, por shows e por Fiscal na ação.	2,73
6.6.	- Serviços concluídos com apuração da receita COM contagem dos ingressos, por shows e por Fiscal na ação.	3,91
6.7.	- Fiscalização concluída de prestador de serviços não inscrito:	
6.8.	- Por fração proporcional, até 11 meses.	1,56
6.9.	- Até 01 ano completo.	1,56
6.10.	- Até 02 anos completos.	1,17
6.11.	- Até 03 anos completos.	0,78
6.12.	- Até 04 anos completos.	1,17
6.13.	- Com mais de 04 anos completos.	
7.	- Interna:	2,34
	- Plantão fiscal – em cumprimento da escala normal ou por convocação de chefias, por dia (jornada integral).	3,91
7.1	- Convocação pelas chefias ou pelo diretor do departamento, para serviços especiais internos ou externos de qualquer natureza, dedicação exclusiva, por dia (jornada integral).	3,91
7.2.	- Atuação como monitor em programas de treinamento, campanhas educativas e informativas com dedicação exclusiva, por protocolado, ou processo judicial.	3,91
7.3	- Participação em cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoa, em dedicação exclusiva,	2,34

	por dia (jornada integral).	
8.	- Plantão na Seção de Fiscalização	1,56
9.	- Inscrição de contribuintes dos Impostos de Serviços de qualquer Natureza, Predial e Territorial.	0,16

ANEXO II
DA COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE

1. A gratificação de produtividade fiscal será atribuída aos servidores de Apoio Administrativo cargo: fiscais de tributos, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão- Sefin , designados para a função de fiscalização, servidores de Apoio Operacional cargo: Fiscais de Obras e Posturas e Fiscais de Tráfego Rodoviário lotados na Secretaria de Infra Estrutura-Seinfra e chefia quando em efetivo exercício de suas funções específicas.

– Não fará jus à percepção da vantagem previsto no artigo o funcionário fiscal que estiver afastado, a qualquer titulo, inclusive licença, do exercício das funções especificas de seu cargo.

– A gratificação de produtividade fiscal será atribuída em forma de pontos, calculados de acordo com o volume e a natureza do trabalho realizado no exercício da atividade prevista, mediante comprovação de atividade:

I. Os fiscais comprovarão mensalmente as suas atividades, mediante apresentação do termo de inicio de ação fiscal e termo de verificação fiscal e comprovante de recebimento dos valores;

II. O termo de inicio de Ação Fiscal será lavrado pela autoridade fiscal, no ato de sua apresentação do estabelecimento, em impresso próprio e será submetido à assinatura do contribuinte;

III. O termo de Verificação Fiscal será lavrado no ato do encerramento da ação fiscal, em impresso próprio, e se destina comprovar a tarefa típica de fiscalização;

IV. As tarefas executadas pelos fiscais, serão relatadas no Termo de Verificação Fiscal, no qual, também, serão descritas, sumariamente , as irregularidades apuradas e o procedimento adotado;

V. Quando for o caso, fará o funcionário relatório das ocorrências em peças em separado, que será anexado ao mencionado termo e dele fará parte integral;

VI. Na hipótese do servidor se encontrar executando trabalho relacionado com a fiscalização tributária, em caráter sedentário, mediante ato da autoridade competente, deverá ele apresentar relatório mensal de suas atividades, no qual descreverá a natureza dos trabalhos executados;

VII. Os termos de inicio de ação fiscal, verificação fiscal e a notificação preliminar, que se constituirão de um único impresso de acordo com o modelo, a ser instituído, serão lavrados em quatro vias;

VIII. A vista do exame dos documentos referidos no item anterior, o(a) Secretário(a) a que o fiscal estiver subordinado expedirá, mensalmente, os atestados de exercício para efeito de recebimento dos vencimentos e vantagens, a que fizer jus o funcionário;

1.3 - Em caso de redução da base de calculo, receita bruta, valor tributário predial e territorial ou de pagamento parcial da notificação de Lançamento e Auto de infração, os pontos atribuíveis aos funcionários serão calculados sobre o valor final que servir de base para o recolhimento do tributo.

2 – No caso de lavratura de Notificação seguida de auto de infração , e expedição de Guia de Recolhimento relativo a um a só infração fiscal, a base de calculo, para fins de atribuição de pontos, é aquela sobre a qual incidiu o imposto ou a multa exigida, não podendo ser cumulativa, em nenhuma hipótese.

2.1 – Não havendo valor tributável na infração os pontos serão atribuídos pela expedição da Notificação, ou do Auto de infração e Apreensão, vedada à acumulação.

3- É vedado para efeito de percepção da gratificação de produtividade fiscal, o desdobramento do termo de inicio de Ação Fiscal, de Verificação Fiscal, de Notificação de Lançamento ou Auto de Infração, em trabalho de característica idêntica.

3.1 – A ação fiscal deverá abranger período de cindo anos anteriores a data do termo inicial de fiscalização.

3.2 – Nas atribuições de pontos, quando no mesmo auto forem capitula das duas ou mais infrações de legislação fiscal, computar-se-á apenas a de maior valor.

4 – Os feitos fiscais prejudicados no todo ou em parte, em virtude de mutações legais ou regulamentares, ocorridas após a ação fiscal, darão ensejo à redução proporcional dos pontos atribuíveis ao funcionário.

5 – Em nenhuma hipótese atribuir-se-ão pontos sobre cobranças ou pagamentos de tributos sem multa, ressalvados as regulamentações legais.

6 – Quando a fiscalização for feita em dupla o total de pontos atribuíveis será rateado igualmente entre os participantes da diligência ou serviço.

7 – Este Decreto Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 16 de Dezembro de 2010.

Ney Rondon Marques
Prefeito Municipal de Poconé

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

DECRETO Nº 063/2010
De: 02 de dezembro de 2010

"Exonera a pedido Paulo Manoel Antoniassi **do cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes e dá outras providências"**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, no uso de suas prerrogativas legais;

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a pedido **Paulo Manoel Antoniassi** a partir de 31 de dezembro de 2010 do cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 02 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

LEI Nº 327/2010
DATA: 14 de Dezembro de 2010

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela aquiescendo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - **Fica extinta a Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos.**

Parágrafo único **- A extinção tratada no caput deste artigo terá seus efeitos operados a partir de 01 de Janeiro de 2011.**

Art. 2º - Os créditos e débitos, assim como todos os direitos e deveres, da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos serão sucedidos pela Administração Direta do Município de Porto dos Gaúchos.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de decreto, nomeará uma comissão de 3 membros para proceder à apuração do patrimônio ativo e passivo da Fundação Municipal de Saúde.

Art. 4º –O relatório do patrimônio, ativo e passivo, apurado pela comissão, tratada no artigo antecedente, será homologado pelo Prefeito Municipal e imediatamente incorporado a Administração Direta.

Art. 5º – Os funcionários e empregados públicos pertencentes ao quadro da Fundação Municipal de Saúde serão incorporados ao quadro de pessoal público da Administração Direta Municipal.

Parágrafo único – Serão mantidos todos os direitos adquiridos, estatutários ou trabalhistas, dos funcionários incorporados ao quadro da Administração Direta.

Art. 6º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 14 de dezembro de 2010.

Carmen Lima Duarte
Prefeita Municipal

LEI Nº 328/2010.
De: 14 de dezembro de 2010.

"Cria o Hospital Municipal de Porto dos Gaúchos e o cargo de Coordenador Administrativo do Hospital Municipal de Porto dos Gaúchos".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Hospital Municipal de Porto dos Gaúchos, que fará parte da estrutura organizacional da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Fica alterada a estrutura organizacional da Secretaria de Saúde para criar o cargo de Coordenador Administrativo do Hospital Municipal de Porto dos Gaúchos de provimento em comissão.

Parágrafo primeiro: São atribuições do cargo de Coordenador Administrativo:

I. Coordenar, planejar, organizar, dirigir, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade, de forma integrada, as áreas administrativas, de recursos humanos, financeira e orçamentária com o foco em resultados, e de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

II. Emitir relatórios administrativos periódicos de prestação de contas da respectiva área de atuação;

III. Encaminhar os assuntos pertinentes de sua área de responsabilidade para análise da Secretaria Municipal de Saúde;

IV. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais pertencentes ao Hospital Municipal, mantendo em ordem arquivos e cadastros;

V. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas inerentes ao cargo.

Parágrafo segundo: A remuneração do Coordenador Administrativo será de R$ 1.483,15 (mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quinze centavos).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do elemento de despesa: 3190.11.00.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 14 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

LEI Nº. 329/2010
De: 17 de dezembro de 2010

"Estima a Receita e Fixa as Despesas do município de Porto dos Gaúchos/MT para o Exercício Financeiro de 2011"

CARMEN LIMA DUARTE, Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O Orçamento consolidado do município de Porto dos Gaúchos/MT, abrangendo a administração direta, indireta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o Exercício de 2011, estima a Receita e fixa as Despesas em **R$ 11.950.177,85** (Onze milhões, novecentos e cinqüenta mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	R$	11.343.174,80
- RECEITAS TRIBUTÁRIAS	R$	704.623,57
- RECEITA PATRIMONIAL	R$	19.859,80
- RECEITA DE SERVIÇOS	R$	644.007,64
- TRANSFERENCIAS CORRENTES	R$	11.251.780,98
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$	155.487,97
- (-) DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	R$	1.432.585,16
RECEITAS DE CAPITAL	R$	1.042.165,61
- ALIENAÇÃO DE BENS	R$	42.165,61
-TRANSFERENCIA DE CAPITAL	R$	564.837,44

TOTAL GERAL DA RECEITA.....R$ 11.950.177,85

ARTIGO 3º - A despesa da Administração Direta será realizada segundo a Classificação Funcional Programática, discriminada como segue:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CAMARA MUNICIPAL	R$	568.975,07
GABINETE DO PREFEITO	R$	495.390,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R$	636.239,75
SECRETARIA DE FINANÇAS	R$	762.876,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R$	3.253.296,31
SECRETARIA DE ASSIST SOCIAL	R$	604.374,80
SECR. OBRAS VIAÇÃO TRANSITO URB	R$	1.983.819,92
SECRETARIA DE AGRICULTURA	R$	184.356,06
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	R$	148.882,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R$	3.191.966,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	120.000,00
TOTAL GERAL	R$	11.950.177,85

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

LEGISLATIVA	R$	568.975,07
ADMINISTRAÇÃO	R$	2.826.456,68
ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	604.374,80
SAÚDE	R$	3.253.296,31
EDUCAÇÃO	R$	2.794.838,44
CULTURA	R$	113.175,01
URBANISMO	R$	352.624,89
HABITAÇÃO	R$	70.500,00
SANEAMENTO	R$	439.690,00
GESTÃO AMBIENTAL	R$	42.165,00
AGRICULTURA	R$	14.883,75
COMÉRCIO E SERVIÇOS	R$	61.217,50
COMUNICAÇÕES	R$	12.807,50
ENERGIA	R$	17.640,00
TRANSPORTE	R$	113.136,16
DESPORTO E LAZER	R$	283.953,16
ENCARGOS ESPECIAIS	R$	260.443,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	120.000,00
TOTAL GERAL	R$	11.950.177,85

POR CATEGORIA ECONÔMICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DESPESAS CORRENTES	R$	11.048.432,08
DESPESAS DE CAPITAL	R$	781.745,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	120.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	R$	11.950.177,85

POR PROGRAMA DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

001 - Processo Legislativo	R$	568.975,07
002 - Apoio Administrativo -Gabinete do Prefeito	R$	495.390,00
003 - Apoio Administrativo -Sec.Mun.Administração	R$	412.861,25
004 - Apoio Administrativo –Dep. de Pessoal	R$	167.171,00
005 - Reforma Estrutural do Prédio	R$	43.400,00
006 - Retransmissão de Imagens de TV	R$	12.807,50
007 - Apoio Administrativo-Sec.Mun.Finanças.	R$	85.266,25
008 - Apoio Administrativo-Dep.Contabilidade	R$	346.296,50
009 - Apoio Administrativo-Setor de Cadastro	R$	67.563,00
010 - Administração de Receitas	R$	3.307,50
011 - Resgatando a Cultura	R$	113.175,01
012 - Esporte e Lazer	R$	283.953,16
013 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental.	R$	2.004.938,26
014 - Desenvolvimento da Educação Infantil	R$	539.973,93
015 - Alfabetização de Jovens e Adultos	R$	31.305,00
016 - Ensino Superior	R$	27.562,50
017 - Praticas Agrícolas	R$	8.358,75
018 - Apoio Administrativo-Sec.Mun.Ed.Cul e Esp.	R$	182.700,00
019 - PAB – Atenção Básica	R$	1.106.043,64
020 - MAC – Assistência PPI	R$	1.201.063,50
021 - Assistência Farmacêutica	R$	95.123,70
022 - Vigilância em Saúde	R$	181.261,59
023 - Gestão do SUS	R$	669.803,88
024 - Apoio Administrativo-Sec.Mun.Assist.Social.	R$	293.816,01
025 - PAIF-Atenção Integral a Família	R$	59.535,00
026 - PETI - Erradicação do Trabalho Infantil	R$	11.907,00
027 - Agente Jovem	R$	50.274,00
028 - Programa Emergencial	R$	109.371,25
029 - ASEF Apoio Socio Educativo a Família	R$	11.001,88
030 - API Apoio a Pessoa Idosa	R$	9.371,25
031 - APD Apoio a Pessoa Deficiente	R$	1.433,25
032 – Centro de Múltiplo Uso	R$	25.000,00
033 - Apoio Administrativo-Sec.Obras,Trans.Serv.Urb	R$	990.228,87
034 - Apoio Administrativo - Depart.Agua e Esgoto.	R$	165.184,10
035 - Sistema de Tratamento de Água	R$	202.993,40
036 - Estação de Tratamento de Água	R$	71.512,50
037 - Pavimentação das Vias Urbanas e Obras Compl.	R$	282.524,89
038 - Expansão da Rede de Energia Elétrica	R$	17.640,00
039 - Reforma e Construção de Pontes	R$	40.111,16
040 - Estradas Vicinais	R$	11.025,00
042 - Casas Populares	R$	70.500,00
043 - Lazer e Recreação	R$	50.100,00
044 - Distribuição Final do Lixo	R$	20.000,00
045 - Preservação das Riquezas Naturais	R$	42.165,00
046 - Frota Municipal	R$	50.000,00
047 - Apoio Administrativo-Sec.Mun.Agricultura	R$	169.472,31
048 - Turismo	R$	61.217,50
049 - Melhoramento do Rebanho Bovino	R$	7.717,50
050 - Bolsa Municipal do Produtor	R$	7.166,25
051 - Contribuição para Consórcios Públicos	R$	0,00
052 - Patrulha Rodoviária	R$	0,00
053 - Bolsa Família	R$	12.665,16
054 - Terminal Rodoviário	R$	12.000,00
055 - Criança Feliz	R$	20.000,00
057 – Apoio Administrativo SEMATUR	R$	45.500,00
9999 - Reserva de Contingência	R$	120.000,00
0000 - Encargos Especiais	R$	260.443,58
TOTAL GERAL	R$	11.950.177,85

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite correspondente a 15% (Quinze por cento) da Receita estimada para o orçamento, obedecidas às disposições do Art 43 e parágrafos da Lei Federal nº 4320/64 de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - Podendo, dentro do limite acima, transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, conforme preceitua o Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

ARTIGO 5º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 17 de Dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DAURTE
Prefeita Municipal

LEI Nº 330/2010.
De: 17 de Dezembro de 2010.

"Altera a Lei 313/2010 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 313/2010 para dar nova redação ao Art. 28.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2011 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT; em 17 de Dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 419/2010
De: 01 de dezembro de 2010

"Baixa de Bem Imóvel do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Baixar o Bem Imóvel do Patrimônio Público Municipal constatado lançamento errôneo gerando duplicidade no Livro Inventário:

· ***Registro Patrimonial 3076*** – Área de terra medindo ao sul 41,74 m2 ao norte 40,00 m2 ao leste 282,31 m2 a oeste 294,23 m2 totalizando 11.530,08 m2.
Avaliado R$ 60.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 420/2010.
De: 01 de Dezembro de 2010.

"Exonera Carlos Alberto de Oliveira, do cargo de Coordenador Pedagógico e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de Dezembro de 2010, **Carlos Alberto de Oliveira**, do cargo de **COORDENADOR PEDAGÓGICO das Escolas Municipais Rurais**, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de dezembro de 2010.

CARMEM LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 421/2010
De: 01 de dezembro de 2010

"Concede Férias ao servidor **Luiz Domingues** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/12/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** ao servidor **Luiz Domingues**, nomeado para o cargo de **Vigia,** junto a Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 14/07/2009 a 13/07/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 422/2010
De: 01 de dezembro de 2010

"Baixa de Bens Móveis do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Baixar os Bens Móveis do Patrimônio Público Municipal constatados inservíveis e irrecuperáveis pela Comissão Municipal de Patrimônio relacionado abaixo:

· ***Registro Patrimonial 1616*** – Micro Computador Pentium III 866 MHZ 64 MB, Drive 1,4 Disco Rígido, Kit Multimídia, Placa, Fax e Monitor. Avaliado R$ 2.500,00

· ***Registro Patrimonial 1617 –*** Micro AMD Duron 800 MHZ Disco Rígido, Kit Multimídia Placa de Fax e Monitor SVGA.
Avaliado R$ 1.950,00

· ***Registro Patrimonial 1812 –*** Micro Computador Pentium III 750 MHZ Drive Teclado Fax Moldem Monitor SVGA W Kit Multimídia.
Avaliado R$ 2.296,50

· ***Registro Patrimonial 3535*** – Cortador de Grama MC 806 3,75 HP Trapp.
Avaliado R$ 885,00

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal
PORTARIA Nº. 423/2010
De: 01 de dezembro de 2010

"Concede Férias ao servidor **Marcio Teixeira da Fonseca** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 15/12/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** ao servidor **Marcio Teixeira da Fonseca**, nomeado para o cargo de **Assessor Juridico**, lotado no Gabinete da Prefeita Municipal, referente ao período aquisitivo de 13/05/2009 a 12/05/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 424/2010
De: 08 de dezembro de 2010

"Eleva Classe do funcionário **Demeson Gomes da Silva** e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 270/2009 de 04/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe do funcionário **Demeson Gomes da Silva** de (C/B – N/2) para **(C/D – N/2)** cuja remuneração passará ser R$ 841,16 (Oitocentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos), lotado no cargo **185 Apoio Administrativo Educacional,** junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 08 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 425/2010
De: 08 de dezembro de 2010

"Exonera **Neuza de Oliveira Santos** por motivo de aposentadoria e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE; no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º - Exonerar **Neuza de Oliveira Santos**, por motivo de aposentadoria, a partir do dia 31 de dezembro de 2010, do cargo de ***Técnico de Enfermagem***, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 08 de dezembro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Lei Nº. 540/2010, de 08 de Junho de 2010.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual de 2011 e dá outras providências.

Eu, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal Porto Esperidião – Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, FAÇO SABER **que a Câmara Municipal** APROVOU **e eu** SANCIONO **a seguinte Lei:**

Artigo 1º. **A Lei Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício 2011, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:**

I – As metas e prioridades.

II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010 a 2013.

III – A estrutura dos Orçamentos.

IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações.

V - As disposições sobre dívida pública municipal.

VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos.

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – As disposições gerais.

Artigo 2º. - **As metas e prioridades do Município para o exercício 2011 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.**

Parágrafo Único **– Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:**

I – Quadro I – Avaliação da Situação Financeira para Projeção das Metas Fiscais em Valores Correntes (art. 4º, § 1º da L.C. 101/00);

II – Quadro II – Avaliação da Situação Financeira para Projeção das Metas Fiscais em Valores Constantes (art. 4º, § 1º da L.C. 101/00);

III – Quadro III – Metas e Resultados – Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º,§ 2º,Inciso I da LC 101/00);

IV – Quadro IV – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

V – Quadro V – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VII – Quadro VII – Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VIII – Quadro VIII – Anexo de Riscos Fiscais (Art. 4º, § 3º c/c Art. 5º, III, ambos da L.C. 101/2000);

IX – Quadro IX – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

X – Quadro X – Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

XI – Relação de Obras em andamento até o dia de envio da LDO à Câmara Municipal (artigo 45 da L.C. 101/00).

XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS.

Artigo 3º. - **Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2010/2013.**

Artigo 4º. - **A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.**

§ 1º - **A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.**

§ 2º - **Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.**

§ 3º - **O orçamento para o exercício financeiro de 2011, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo suas autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.**

Artigo 5º. **– São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2011, o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:**

a) Educação.
b) Saúde e Saneamento;
c) Infra–Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente,Turismo e Cultura.
h) Obras e Urbanismo.
i) Esporte e Lazer
j) Agricultura

Artigo 6º. **– O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:**

a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais julgados pela justiça;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Artigo 7º. **– O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.**

Parágrafo Único **– Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.**

Artigo 8º - **A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.**

Parágrafo Único **– O desequilíbrio entre receitas e despesas do Fundo de Previdência será equilibrado pela Reserva Legal conforme determinado pela Nota Técnica 1.187 de 18.08.2004, desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:**

I. Que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II. Que os recursos dos fundos devam ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III. Que os ingressos mensais de receitas sejam consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência;

IV. Poderá ser orçada como despesa em dotação própria as contribuições patronais, desde que classificadas na modalidade de aplicação "*91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social*" conforme determinado pela Portaria Interministerial nº. 688 de 14.10.2005.

Artigo 9º. - **Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2011, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.**

§ 1º **- O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.**

§ 2º **- No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstos na Lei Orçamentária.**

Artigo 10 - **Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.**

§ 1º - **Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.**

§ 2º - **Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.**

§ 3º - **Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.**

§ 4º - **A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.**

Artigo 11 - **A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.**

Artigo 12 – **Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.**

Artigo 13 – **Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.**

Artigo 14 – **Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.**

§ 1º **- O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:**

I. O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II. Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III. Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV. Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - **O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:**

I. 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II. 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III. 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV. 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

V. 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - **Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.**

Artigo 15 – **Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.**

§ 1º - **No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.**

§ 2º **- A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.**

§ 3º **- As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.**

Artigo 16 **– Ficam o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere e venha oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:**

I. Empaer
II. Policias Civil, Militar e Gefron
III. Indea
IV. Fema
V. Tribunal Regional Eleitoral
VI. Exatoria Estadual
VII. Fórum

Artigo 17 – **O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos art. 20 e 22, § único da Lei Complementar nº. 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.**

§ 1º - **No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos art. 29 e 29-A da Constituição Federal.**

§ 2º - **Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.**

Artigo 18 – **Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do Executivo.**

Artigo 19 – **Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos , de até a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.**

§ 1º - **Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos e eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais a à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 e 44 e 45 da Lei 4320/64.**

§ 2º - **Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes ser utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4.320/64.**

Artigo 20 – **A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2011 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.**

Parágrafo Único **– O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas do exercício de 2.010, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.**

Artigo 21 – **Até 30 de Novembro de 2010, o executivo poderá encaminhar ao legislativo projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:**

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de Melhorias;
e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 **– Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.**

Parágrafo Único **– A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e art. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.**

Artigo 23 – **Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2011, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.**

Artigo 24 – **Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO/MT em 11 de Junho de 2010.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Poxoréu

REAVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2010
REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2010

Considerando que não foi publicado o aviso desta licitação no Diário Oficial do Estado, por razões alheias, a Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Municipal 54/2009 de 15/12/2009, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço para **Aquisição Futura de Combustível para Atender as Secretarias Municipais, do tipo** Menor Preço por Lote.

A abertura das propostas será realizada em 04/01/2011, a partir das 13h30min, na sala de Licitação da Prefeitura de Poxoréu, a Av. Brasília, 809 Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Mais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado com a equipe de apoio. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site – www.poxoreu.mt.gov.br..

Poxoréu-MT, 17 de dezembro de 2010.

Ildebrande Alves Barcelos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Lei n° 1.400/ 2010
Poxoréu-MT, 10 de dezembro de 2010.

Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

O PREFEITO DE POXORÉO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas prerrogativas legais, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e sanciona a seguinte,

L E I :

CAPITULO I
DA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

Art. 1º - Fica criado no município de Poxoréu - MT, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do Município de Poxoréu.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, deverá observar as seguintes diretrizes básicas:

I - Interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;

II - Integração da política municipal do meio ambiente em nível nacional e estadual;

III - Introdução do componente ambiental nas políticas setoriais do Município;

IV - Predominância do interesse local, nas áreas de atuação do Executivo Municipal, Estadual e da União;

V - Participação da comunidade;

VI - Informação e divulgação permanente de dados, condições e ações ambientais, em nível municipal, regional, estadual e nacional.

VII - Promoção do Desenvolvimento Sustentável que, de acordo com a definição da Organização das Nações Unidas - ONU, é o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades".

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA tem as seguintes atribuições:

I - Colaborar na formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, através de recomendações e proposições de planos, programas e projetos;

II - Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais, e específicos de desenvolvimento do Município;

III - Apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no âmbito do Município de Poxoréu;

IV - Propor diretrizes para a conservação dos recursos ambientais do Município;

V - Propor normas, padrões e procedimentos visando à proteção ambiental e o desenvolvimento do Município;

V I - Opinar sobre os projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de Poxoréu, notadamente quanto àqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais;

VII - Propor projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de Poxoréu;

VIII - Propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

IX - Propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental;

X - Propor a realização e promover campanhas de conscientização quanto aos problemas ambientais;

XI - Manter intercâmbio com entidades, oficiais e privadas, de pesquisas e demais atividades voltadas à defesa do meio ambiente;

XIII - Elaborar seu Regimento Interno.

CAPITULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente ou órgão municipal de meio ambiente ao qual o conselho estiver ligado será integrado pelos seguintes membros:

I – 1 (um) representante da secretaria municipal da agricultura;

II – 1 (um) representante da secretaria municipal de turismo e meio ambiente;

III – 1 (um) representante da secretaria municipal de saúde;

IV – 1 (um) representante da assessoria jurídica;

V – 1 (um) representante do Ministério Público;

VI – 1 (um) representante da União Poxorense das Associações Comunitárias – UPAC.

VII – 1 (um) representante do setor industrial e comercial;

VIII – 3 (três) representantes da sociedade civil organizada, com tradição na defesa do meio ambiente;

§ 1º - A cada titular será indicado um membro suplente.

§ 2º - Participarão das reuniões do Conselho, na qualidade de observadores especiais, sem direito a voto, pessoas com interesse nas discussões.

§ 3º - Os representantes dos órgãos da Administração Municipal, bem como seus respectivos suplentes, serão designados pelo Prefeito, mediante indicação dos Secretários.

§ 4º - Fica o Poder Executivo autorizado definir, mediante, decreto, as sociedades civis organizadas a serem integradas no Plenário do CONDEMA, nos termos do VIII, deste artigo.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O funcionamento do CONDEMA será exercidas por:
I. Presidência;
II. Coordenação Geral;
III. Plenário;
IV. Câmaras Técnicas;
V. Comissões Especiais;

Art. 8º - O Presidente do Conselho tem as seguintes atribuições:
I. Representar o Conselho;
II. Dar posse e exercício aos Conselheiros;
III. Presidir as reuniões do Plantio;
IV. Votar como Conselheiro e exercer o voto de qualidade;
V. Resolver questões de ordem nas reuniões do Plenário;
VI. Determinar a execução das Resoluções de Plenário, através do Coordenador Geral;
VII. Convocar pessoas ou entidades para participar das reuniões plenárias, sem direito a voto, esclarecendo antecipadamente, se lhes será concedida a voz;
VIII. Tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação do Plenário;
IX. Criar Câmaras Técnicas Permanentes ou Temporárias;
X. Criar Comissões Especiais.

Art. 9º - São Atribuições do Coordenador Geral:
I. Organizar e garantir o funcionamento do Conselho;
II. Coordenar as atividades necessárias para a consecução das atribuições do Conselho;
III. Cumprir e fazer cumprir as determinações legais e as normas estatutárias e regimentais;
IV. Fazer publicar, nos termos da Lei Orgânica de Poxoréu, as Resoluções do Conselho e no Diário Oficial da AMM, na forma da lei, quando for o caso.
V. Coordenar as reuniões do Plenário, das Câmaras técnicas e das Comissões Especiais.

Parágrafo único - O Coordenador Geral poderá, mediante justificativa, requerer ao Presidente o apoio administrativo e de pessoal necessário.

Art. 10 - O Plenário será constituído nos termos do artigo 4º desta lei e seus membros terão as seguintes atribuições:
I. Discutir e votar todas as matérias submetidas ao conselho;
II. Deliberar sobre propostas apresentadas por qualquer de seus membros;
III. Dar apoio ao Presidente, no cumprimento de suas atribuições;
IV. Solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, na forma do Regimento Interno;
V. Propor a conclusão das matérias na ordem do dia e justificadamente, a discussão prioritária de assuntos delas constantes;
VI. Apresentar as questões ambientais dentro de suas respectivas áreas de atuação, especialmente aquelas que exijam a atuação integrada ou que se mostrem controvertidas;
VII. Sugerir o convite de profissionais de notório conhecimento, para subsidiar as Resoluções do Conselho;
VIII. Apresentar Indicações, na forma do Regimento Interno;
IX. Deliberar a respeito de eventual exclusão de membro titular ou suplente que não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativas;
X. Propor a criação de Câmaras Técnicas ou Comissões Especiais.

Art. 11 - As Câmaras Técnicas serão Criadas pelo Presidente e presididas por 1 (um) dos Conselheiros e terão a função de apreciar propostas apresentadas ao Conselho, de acordo com o estabelecimento em seu Regimento Interno.

Art. 12 - As Comissões Especiais serão criadas pelo Presidente, na forma do Regimento Interno, e serão de caráter temático e consultivo extinguindo-se com o atendimento de seus objetivos.

Art. 13 - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na forma estabelecida em seu Regimento e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Prefeito ou pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.

§ 1º - As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos, podendo contar com a presença de seus suplentes e observadores, obedecido o quorum mínimo de pelo menos, metade mais um de seus membros e as deliberações tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º - A critério do Presidente do Conselho, poderão participar convidados, esclarecendo-se antecipadamente se lhes será concedido o direito de voz.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DO CONDEMA

Art. 14 - Os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental de empreendimentos localizados no Município de Poxoréu, assegurado o reexame de ofício, serão aprovados ou rejeitados pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente ou órgão municipal de meio ambiente ao qual o conselho estiver ligado nos termos do artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, ouvido o Conselho.

§ 1º - Obedecida a legislação vigente, as análises de estudos e relatórios de impacto ambiental poderão ser realizadas por empresas de consultoria ou consultores autônomos, que não tenham participado direta ou indiretamente dos estudos e relatórios a serem avaliados.

§ 2º - As empresas de consultoria ou os consultores autônomos, referidos no parágrafo anterior, serão contratados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão municipal de meio ambiente ao qual o conselho estiver ligado, onde deverão estar previamente cadastrados, observados os dispositivos legais em vigor.

§ 3º - O reexame de ofício de que trata o "caput" deste artigo caberá ao Prefeito.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão municipal de meio ambiente ao qual o conselho estiver ligado prestará ao Conselho o necessário suporte técnico - administrativo e financeiro, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados.

Art. 16 - No prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da publicação deste decreto, o Conselho elaborará o seu Regimento Interno.

Art. 17 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente nos limites de suas atribuições regimentais.

Capítulo VI
Do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Art. 18 - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental,de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

Art. 19 - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:
I - dotações orçamentárias a ele destinadas;
II - créditos adicionais suplementares a ele destinados;
III - produto de multas impostas por infração à Legislação Ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;
IV - produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;
V - doações de pessoas físicas e jurídicas;
VI - doações de entidades nacionais e internacionais;
VII - recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;
VIII - preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
X - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo e multas aplicadas por sentenças judiciais e a este transferido.
XI - compensação financeira ambiental;
XII - outras receitas eventuais.

§ 1.º - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.
§ 2.º - Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

Capítulo VII
Da Administração do Fundo

Art. 20 - Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 21 - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do Meio ambiente no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e suas contas submetidas à apreciação do Conselho e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**.**

Capítulo VIII
Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 22 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:
I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;
II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais
que visem:
a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;
b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;
c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;
d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;
e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;
f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 23 - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

Art. 24 - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

Capítulo IX
Das Disposições Gerais e Finais

Art. 25 – As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 26 - No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 664, de 04 de março de 1997.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, 10 de dezembro de 2010.

RONANFIGUEIREDO ROCHA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, em 30 de setembro de 2010, no Jornal Oficial dos Municípios e no site oficial do município, de conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica de Poxoréu e Lei n° 1.041/2006.

PROF. GAUDÊNCIO FILHO ROSA DE AMORIM
Secretário de Planejamento

Lei n° 1.401/ 2010 **Poxoréu-MT, 15 de dezembro de 2010.**

"Dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de **R$ 1.225.700,00** (Um Milhão e Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Setecentos Reais), e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Poxoréu, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições que lhe são estabelecidas pelo artigo 55, § 3°, inciso IV, combinado com o artigo 68, V e XIII, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, créditos adicionais suplementares no valor de **R$ 1.225.700,00** (Um Milhão e Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Setecentos Reais).

Artigo 2° - Os Créditos citados no artigo anterior servirão para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito		
2.001 - Manutenção e Encargos com o Gabinete do Prefeito		
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$ 35.000,00
3.3.90.30 - Material de Consumo		R$ 10.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		R$ 1.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$ 5.000,00
2.008 - Manutenção das despesas com Publicidade		
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$ 1.000,00
2.009 - Manutenção da Assessoria Jurídica		
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$ 5.000,00

03 - Secretaria de Administração		
2.004 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração		
3.3.90.30 - Material de Consumo		R$ 10.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		R$ 1.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$ 10.000,00

04 - Secretaria de Finanças		
2.005 Manutenção e Encargos com a Secretaria de Finanças		
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$ 30.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$ 10.000,00

1.004 - Amortização de Dívida junto ao INSS	
4.6.90.77 - Principal Corrigido da Dívida Cont. Refinanciada	R$ 25.000,00
1.005 - Amortização de Dívida do Poxoréu-Previ	
4.6.90.77 - Principal Corrigido da Dívida Cont. Refinanciada	R$ 40.000,00
1.007 - Pagamento de Precatórios	
3.3.90.91 - Sentenças Judiciais	R$ 38.000,00

05 - Secretaria de Agricultura	
2.012 - Manutenção da Secretaria de Agricultura	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 20.000,00
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 1.000,00

06 - Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente	
2.017 - Manutenção da Secretaria de Ind., Comércio, Turismo e Meio Ambiente	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 10.000,00
2.018 - Realização de Eventos	
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00

07 - Secretaria de Saúde	
2.019 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Saúde	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 5.000,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 23.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 1.000,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 8.000,00
2.020 - Manutenção dos PSF's	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 35.000,00
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 120.000,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 5.000,00
2.021 - Manutenção do Programa Microrregião Saúde II	
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 12.000,00
2.022 - Manutenção e Encargos com o Programa ECD	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 15.000,00
2.058 - Apoio Financeiro a Pessoas Carentes	
3.3.90.48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R$ 1.000,00
2.073 - Consórcio Regional de Saúde	
3.3.71.41 - Contribuições para Consórcio de Saúde	R$ 7.200,00
2.079 - Manutenção do Programa Farmácia Básica	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 20.000,00
2.080 - Manutenção do Programa de Atenção Básica - PAB Fixo	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 70.000,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 53.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 100.000,00
2.081 - Manutenção do Programa Saúde Bucal	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 15.000,00
2.083 - Manutenção e Encargos com o Programa PACS	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 30.000,00

08 - Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer	
2.025 - Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 80.000,00
2.029 - Manutenção de Outros Programas da Educação	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinada	R$ 7.000,00
2.033 - Manutenção do FUNDEB 60% Fundamental	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 35.000,00
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 5.000,00
2.034 - Manutenção do FUNDEB 40% Fundamental	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 15.000,00
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 40.000,00
2.035 - Manutenção do FUNDEB 60% Infantil	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 25.000,00
2.036 - Manutenção do FUNDEB 40% Infantil	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 10.000,00

09 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos	
2.038- Manutenção e Encargos da Secretaria de Viação Obras e Serviços Públicos	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 60.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 15.000,00

10 - Secretaria de Promoção Social	
2.041 - Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretario	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 20.000,00
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 25.000,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 10.000,00
2.042 - Manutenção do Programa PETI	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 11.000,00
2.043 - Manutenção do Programa Agente Jovem	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 6.000,00
2.044 - Manutenção do Programa Nacional de Atenção a Família	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 5.000,00

11 - DAE - Departamento de Água e Esgoto
1.065 - Pagamento de Despesas com Energia e Telefone

3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 30.000,00

13 - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração	
2.051 - Manutenção e Encargos com a Secretaria	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 5.000,00

14 - Secretaria de Esportes e Lazer	
2.060 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Esportes e Lazer	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 8.000,00
2.032 - Apoio a Eventos Esportivos	
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 1.000,00

15 - Controladoria Geral	
2.059 - Manutenção e Encargos com a Controladoria Geral	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 7.000,00

17 - Assessoria Especial de Receitas Municipais	
2.089 - Manutenção e Encargos com a Assessoria Especial de Receitas Municipais	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 3.500,00
TOTAL	1.225.700,00

Artigo 3º - Para cobertura dos Créditos autorizados contidos no artigo anterior, serão utilizados recursos do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 - Gabinete do Prefeito	
2.001 - Manutenção e Encargos com o Gabinete do Prefeito	
3.1.91.13 - Obrigações Patronais - PP	R$ 30.000,00

03 - Secretaria de Administração	
2.004 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração	
3.3.90.14 - Diárias	R$ 10.000,00

05 - Secretaria de Agricultura	
2.012 - Manutenção da Secretaria de Agricultura	
3.1.91.13 - Obrigações Patronais - PP	R$ 10.000,00
2.014 - Apoio Financeiro ao Sindicato Rural de Poxoreu	
3.3.50.41 - Contribuições	R$ 9.500,00
2.015 - Auxílio Financeiro para Realização da FEAGROPOX	
3.3.50.41 - Contribuições	R$ 6.500,00
2.016 - Auxílio Financeiro a Cooperativa dos Garimpeiros	
3.3.50.43 - Subvenções Sociais	R$ 9.500,00

06 - Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente	
2.070 - Sinalização Ambiental e Turística	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 7.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 3.000,00
2.071 - Recuperação de Matas Ciliares	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 4.500,00
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 2.500,00

07 - Secretaria de Saúde	
2.080 - Manutenção do Programa de Atenção Básica - PAB Fixo	
3.1.91.13 - Obrigações Patronais - PP	R$ 50.000,00
2.081 - Manutenção do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 20.000,00
3.1.91.13 - Obrigações Patronais - PP	

08 - Secretaria de Educação	
2.024 - Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 50.000,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00
2.028 - Manutenção do Salário Educação	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 40.000,00
2.030 - Manutenção e Encargos com o Departamento de Cultura	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 10.000,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 5.000,00
2.031 - Apoio a Eventos Culturais, Cívicos e Folclóricos	
3.3.50.41 - Contribuições	R$ 3.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 22.200,00
2.037 - Manutenção e Encargos com a Educação Especial	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 10.000,00

09 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos	
1.017 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
1.019 - Pavimentação de Vias Urbanas	
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 200.000,00
1.026 - Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário Urbano	
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 50.000,00
2.038 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
3.1.91.13 - Obrigações Patronais - PP	R$ 50.000,00

10 - Secretaria de Promoção Social	
1.068 - Construção de Casas Populares	
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 165.000,00

11 - DAE - Departamento de Água e Esgoto	
1.063 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 71.00,00

12 - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	
1.018 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos	
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00
1.061 - Implantação e Implementação do SIMI	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 4.500,00
3.3.90.36 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Física	R$ 7.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 4.500,00
2.050 - Implementação do Plano Diretor Participativo	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 4.500,00
3.3.90.36 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Física	R$ 4.500,00
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 9.500,00

13 - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração	
2.051 - Manutenção e Encargos com a Secretaria	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 20.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Física	R$ 10.000,00

14 - Secretaria de Esportes e Lazer	
1.012 - Reforma do Estádio Diamante Verde	
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 59.500,00
1.013 - Reforma do Ginásio Cinqüentão	
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 64.500,00
1.014 - Melhoramentos e Conclusão do Mini-estádio	
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 24.500,00
20.55 - Manutenção do Programa AABB Comunidade	
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	R$ 30.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Física	R$ 10.000,00
2.060 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Esportes e Lazer	
3.3.90.30 - Material de Consumo	R$ 40.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Física	R$ 10.000,00
TOTAL	1.225.700,00

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, 15 de dezembro de 2010.

RONANFIGUEIREDO ROCHA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, em 15 de dezembro de 2010, no Jornal Oficial dos Municípios e no site oficial do município, de conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica de Poxoréu e Lei nº 1.041/2006.

PROF. GAUDÊNCIO FILHO ROSA DE AMORIM
Secretário de Planejamento

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

O MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Brasília, nº 809, Bairro Jardim das Américas, Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.408.911/0001-40, doravante denominado **DEVEDOR**, representado neste termo pelo seu Prefeito Municipal **Sr. RONAN FIGUEIREDO ROCHA**, portador do CPF nº. 109.297.541-15 e do RG nº. 051.056 SSP/MT, e o **POXORÉU-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu-MT**, situado na Rua Brasília, nº 809, Bairro Jardim das Américas, Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, representado neste ato pelo **Sr. LUIS CARLOS FERREIRA**, Diretor Executivo, portador do RG nº 716.177 SSP/MT e do CPF nº 062.111.511-87, residente e domiciliado nesta Comarca, doravante denominado **CREDOR**, com fundamento no art. 32 da Orientação Normativa nº. 01, de 23 de janeiro de 2007, celebram o presente **TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**, com observância às determinações legais, sendo regido pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O **POXORÉU-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu-MT,** é **CREDOR**, junto ao município de **POXORÉU,** da quantia de **R$ 761.393,02** (setecentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e três reais e dois centavos), correspondente às contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito somente à **parte patronal** dos períodos de *(novembro de 2009 a novembro de 2010)*, a importância acima declarada, discriminada na planilha em anexo, que deste instrumento faz parte integrante.

Nos termos da Orientação Normativa nº 01/2007, e prevista na Lei nº. 1.232/2008, de 30 de setembro de 2008, art. 45, III, que regulamenta as alíquotas de contribuição para o **POXORÉU-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu-MT,** a importância acima declarada, discriminada nas planilhas anexas abaixo na clausula segunda

Pelo presente instrumento o município de **POXORÉU**, confessa ser **DEVEDOR** do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O **DEVEDOR** renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do

montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **CREDOR** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

Os valores originais e atualizados da dívida, referente às contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito somente à **parte patronal** dos períodos de *(novembro de 2009 a novembro de 2010)*, estão discriminados conforme planilha abaixo discriminando o valor originário de cada competência, os índices de atualização aplicados e o valor corrigido até a data do parcelamento.

ANEXO I
PLANILHA POXORÉU

PARTE PATRONAL

COMPETÊNCIA: DEZ/10

2009-2010

Competência do Débito	Valor Patronal R$	Valor a Recolher R$	Juros 1% a.m.	Selic Acumulado	Valor Selic	Total Atualizado R$
nov/09	R$ 19.930,18	R$ 19.930,18	R$ 2.590,92	0,66%	R$ 131,54	R$ 22.652,64
dez/09	R$ 21.657,15	R$ 21.657,15	R$ 2.598,86	0,73%	R$ 158,10	R$ 24.414,11
dez/09	R$ 24.482,63	R$ 24.482,63	R$ 2.937,92	0,73%	R$ 178,72	R$ 27.599,27
jan/10	R$ 42.222,44	R$ 42.222,44	R$ 4.644,47	0,66%	R$ 278,67	R$ 47.145,58
fev/10	R$ 57.596,10	R$ 57.596,10	R$ 5.759,61	0,59%	R$ 339,82	R$ 63.695,53
mar/10	R$ 60.818,88	R$ 60.818,88	R$ 5.473,70	0,76%	R$ 462,22	R$ 66.754,80
abr/10	R$ 63.036,42	R$ 63.036,42	R$ 5.042,91	0,67%	R$ 422,34	R$ 68.501,68
mai/10	R$ 62.176,12	R$ 62.176,12	R$ 4.352,33	0,75%	R$ 466,32	R$ 66.994,77
jun/10	R$ 37.487,79	R$ 37.487,79	R$ 2.249,27	0,79%	R$ 296,15	R$ 40.033,21
jul/10	R$ 64.846,86	R$ 64.846,86	R$ 3.242,34	0,86%	R$ 557,68	R$ 68.646,89
ago/10	R$ 64.056,87	R$ 64.056,87	R$ 2.562,27	0,89%	R$ 570,11	R$ 67.189,25
set/10	R$ 62.845,55	R$ 62.845,55	R$ 1.885,37	0,85%	R$ 534,19	R$ 65.265,10
out/10	R$ 64.194,77	R$ 64.194,77	R$ 1.283,90	0,81%	R$ 519,98	R$ 65.998,64
nov/10	R$ 65.319,28	R$ 65.319,28	R$ 653,19	0,81%	R$ 529,09	R$ 66.501,56
TOTAL	R$ 710.671,04	R$ 710.671,04	R$ 45.277,06	R$ -	R$ 5.444,93	R$ 761.393,02

TOTAL PATRONAL

Total da Dívida:	R$ 761.393,02
Quantidade Parcela:	60
Valor da Parcela:	R$ 12.689,88

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Poxoréu
Fundo Municipal de Previdência Social

O montante de **R$ 761.393,02** (setecentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e três reais e dois centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de **R$ 12.689,88** *(doze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos)*, já acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

A primeira parcela, no valor de **R$ 12.689,88** *(doze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos)*, vencerá em 20/01/2011 (vinte de janeiro de dois mil e onze), e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o **DEVEDOR** a pagar as parcelas na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

O **DEVEDOR** se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao **CREDOR** a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o **DEVEDOR** e o **CREDOR** prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CORREÇÃO

Os valores devidos foram atualizados pelo índice SELIC, acrescido de uma taxa 12% a.a (doze por cento ao ano) de juros e as parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2º, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial, serão atualizadas pelo índice SELIC, acrescido de uma taxa de juros de 1,0% a.m. (um por cento) ao mês, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA: DA RETENÇÃO

O **DEVEDOR** autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e o repasse ao **CREDOR** no Banco do Brasil, Agência 05533, Conta 7885-9, em nome do **POXORÉU-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu-MT,** do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizado pelo índice SELIC, acrescido de uma taxa de juros de 1,0% a.m. (um por cento) ao mês, na data do seu vencimento.

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Poxoréu
Fundo Municipal de Previdência Social

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% a.m. (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SEXTA: DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo pelo **DEVEDOR** importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou fixação em mural.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do Município Poxoréu, do estado de Mato Grosso.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Poxoréu
Fundo Municipal de Previdência Social

POXORÉU-PREVI

Poxoréu/MT, 16 de dezembro de 2010.

RONAN FIGUEIREDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Representante Legal do Ente

LUIS CARLOS FERREIRA
DIRETOR EXECUTIVO – CGRPPS 298
Representante Legal da Unidade Gestora

Testemunhas:

Nome:
CPF: 388.070.291-68

Nome: Ricardo Pereira de Brito
CPF: 008.034.931-25

Prefeitura Municipal de Querência

DECRETO Nº 968/2010
DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO.

FERNANDO GÖRGEN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público n° 001/ 2.010,

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apresentarem os documentos exigidos no Edital de Concurso Público 001/2010.

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Artigo 2° - Os candidatos aprovados e convocados são os seguintes:

001. Técnico Administrativo Educacional – Sede Município
FABIANE FERREIRA
JAQUELINE DAIANE SCHUH
MÔNICA FERREIRA DE ALMEIDA AREND
JULIANA FOGAÇA PEREIRA ZONTA
OSILEIDE BARREIRA DA SILVA

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 17 de Dezembro de 2010.

FERNANDO GÖRGEN
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2010

CONTRATO N.º 015/2010 Objeto: Primeiro termo aditivo referente à vigência. Contratado: CONSTRULOGO CONSTRUÇÃO DE DECORAÇÃO LTDA. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Da vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 015/2010 pelo período de 13 de Dezembro de 2010 até 31 de Outubro de 2011. Data: de assinatura 13 de Dezembro de 2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2010

CONTRATO N.º 22/2010 Objeto: Primeiro termo aditivo referente à vigência. Contratado: PUBLICA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Da vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 22/2010 pelo período de 60(Sessenta) dias, passando a vigência para 01 de março de 2011. Data: de assinatura 13 de Dezembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso

PORTARIA Nº. 091/2010

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVA A PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BASICA DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, Silvio Souto Felisbino no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, o Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, através da presente Portaria,

R E S O L V E

Art.1º Fica concedido férias coletivas aos profissionais da Educação Básica do Município de Santo Afonso-MT, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º As férias serão gozadas no período de 17/12/2010 a 17/01/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso aos dezessete dias do mês de dezembro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 17.12.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE GOZARÃO FÉRIAS NO PERÍODO DE 17/12/2010 À 17/01/2011

·Arminda Moreira Bertoldo;
·Adenilda Alves Nascimento;
·Alzirete Francisca da Silva;
·Benedita Etel Martins Sampaio;

·Divina Fernandes da Silva
·Edriana Ana Tavares Scarpatt;
·Elicie da Guia de Matos Borges;
·Francisco Pereira Filho;
·Gilberto Bernardino de Farias;
·Gislene Aparecida Freire da Costa;
·Helena Simões de Lima;
·Ingrid Lange Fenner;
·Irinea Francisca de Oliveira;
·Jorge de Oliveira Amorim Neto;
·Ladjane Araujo de Santana;
·Liceni Maria Barbosa dos santos;
·Luzenir Batista de Souza Leal;
·Luzilene Alves Barbosa;
·Maccionilio Marques Lemos;
·Maria Darci Martins;
·Maria Nilda Vieira de Faria Neiva
·Maria Nunes da Paixão;
·Maria Sonia de Freitas;
·Marileide Leite dos Anjos;
·Marta Del Mazzo Lopes;
·Neuza Simão Tavares Gonçalves;
·Rosilda de Farias Passos;
·Rozileide da Silva Félix de Abreu;
·Sidney Gonçalves Viana;
·Silvani de Paula Tavares;
·Veronice Corrrea Camargo Souto;

DECRETO N° 032/2010

DECRETA RECESSO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O Senhor Sílvio Souto Felisbino, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante as normas gerais do Direito Público,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica decretado recesso nos órgãos públicos do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, entre o período que compreende a data de 21 de Dezembro de 2010 a 07 de Janeiro de 2011, como medida necessária de contenção de despesa, encerramento do exercício financeiro e fiscal e medidas de controle interno para abertura de um novo exercício.

Art. 2° - As Secretarias Municipais farão funcionar em regime de plantão, neste período de recesso, através de revezamento entre os seus servidores, a fim de manterem os serviços essenciais, bem como as atividades administrativas da Prefeitura Municipal que funcionará em regime de trabalho interno, sem atendimento ao público.

Art. 3° - Todos os servidores públicos municipais, efetivos e comissionados, voltarão às suas atividades normais a partir de 10 de Janeiro de 2011, e não sofrerão prejuízos em suas remunerações.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 17 dias do mês de dezembro de 2010 - 19º da Emancipação Político-Administrativa.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 089/2010

Nomeia o Secretário Municipal de Fazenda como responsável por gerir os serviços e atribuições das Secretarias que menciona do Poder Executivo do Município de Santo Afonso - MT, por tempo determinado.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, o Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO que no dia 19 de novembro de 2010, por conveniência administrativa foram exonerados os Secretários Municipais de Administração e Planejamento, Ação Social e Cidadania, Cultura Esporte e Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, Educação e Secretário Municipal de Infra-estrutura, Urbanismo e Obras Públicas.

CONSIDERANDO a necessidade legal de todas as Secretarias Municipais supracitadas terem um responsável, através da presente Portaria,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. **Marcos Adriano Felisbino,** Secretário Municipal de Fazenda, como Secretário Interino para gerir os serviços e atribuições pelas Secretarias Municipal de Administração e Planejamento, Ação Social e Cidadania, Cultura Esporte e Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, Educação e Secretário Municipal de Infra-estrutura, Urbanismo e Obras Públicas.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições das Secretarias supracitadas, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, a partir da data desta portaria até o dia 31 de março de 2011.

Art. 3º - As atribuições das Secretarias são previstas em lei e restritas a ela.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de dezembro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa – 10.12.2010

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 090/2010

SÚMULA: DESIGNAÇÃO DE FUNCIONARIO, PARA PRESTAR SERVIÇOS EM OUTRO ÓRGÃO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, o Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, através da presente Portaria,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica Designado o Sr. **ODAIR JOSÉ RODRIGUES**, portador do documento de identidade com RG nº 886.556 SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 581.556.351-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de BIBLIOTECÁRIO, para desempenhar suas funções laborais pela Secretaria Municipal Administração e Planejamento na Biblioteca Municipal, a partir do retorno de suas férias.

Art. 2º - Não haverá qualquer privilégio ou prejuízo para o servidor público municipal a que se refere esta Portaria, em razão do cargo, da função, da designação e dos vencimentos, cujos direitos serão preservados e protegidos de acordo com a lei.

Parágrafo único - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o servidor designado deverá cumprir com as suas obrigações e responsabilidades, sob as penas da lei.

Art. 3º - Fica determinado ao Secretário Municipal, responsável pela execução e supervisão dos serviços de sua unidade administrativa, acompanhar e fiscalizar os serviços e os servidores, de modo a cumprir o princípio da essencialidade e da continuidade em benefício da sociedade e do interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de dezembro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa – 17.12.2010

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº. 092/2010

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação das rescisões por término de contratos administrativo de prestação de serviços por tempo determinado de excepcional interesse público.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvio Souto Felisbino no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, através da presente Portaria,

R E S O L V E

Art. 1º Tornar público a homologação das rescisões por término dos CONTRATOS ADMINISTRATIVOS relacionados a baixo:

Nº.	DATA	CONTRATADO	OBJETO
010	08/02/2010 A 17/12/2010	Neuza de Fátima Barbosa	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora do Pré Escolar I no Centro de Educação Infantil irmã Luiza Cassiolato, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
011	08/02/2010 A 17/12/2010	Nilvaci Ferreira Martins	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora do Pré Escolar II no Centro de Educação Infantil irmã Luiza Cassiolato, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
012	08/02/2010 A 17/12/2010	Célia Maria de Souza da Cunha	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora do Pré Escolar I no Centro de Educação Infantil irmã Luiza Cassiolato, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
014	08/02/2010 A 17/12/2010	Roseni Pereira Santos Barbosa	prestação de serviços pessoais e profissionais de Auxiliar de Sala do Maternal I no Centro de Educação Infantil irmã Luiza Cassiolato, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
015	08/02/2010 A 17/12/2010	Regina dos Santos Silva	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora de Português, Matemática, ciências, Geografia e História na EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
016	08/02/2010 A 17/12/2010	Valdete Silva Neves	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora da 2ª Fase do I Ciclo na EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
017	08/02/2010 A 17/12/2010	Ivony Ana Tavares de Brito	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora de Ciências, Educação Religiosa, História e Educação Artística na 3ª Fase do II Ciclo e na 1ª, 2ª e 3ª Fases do III Ciclo na EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
019	08/02/2010 A 17/12/2010	Lidiane Matos Borges	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora da 1ª Fase do II Ciclo na EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
020	08/02/2010 A 17/12/2010	Joana Darc Nunes Tavares	Prestação de serviços pessoais e profissionais de Técnico Administrativo Educacional do Laboratório de Informática da EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
021	08/02/2010 A 17/12/2010	Rute Gomes de Araújo Silva	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora de Ciências, Educação Física, Educação Religiosa, História, Geografia e Educação Artística na 3ª Fase do II Ciclo e 1ª a 3ª Fases do III Ciclo, sala multisseriada no acampamento Pecuama Extensão da EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
022	08/02/2010 A 17/12/2010	Maria Fátima de Lima	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora da 1ª Fase do I Ciclo no acampamento Pecuama, extensão da EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
023	08/02/2010 A 17/12/2010	Lenice Ferreira Martins Souto	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora da 1ª e 2ª Fase do II Ciclo, sala multisseriada no acampamento Pecuama, extensão da EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
025	08/02/2010 A 17/12/2010	Maria da Anunciação Gomes dos Santos	Prestação de serviços pessoais e profissionais de professora do EJA – Educação de Jovens e Adultos, no acampamento Pecuama, extensão da EMPG. Sebastião Tavares da Silva, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
026	08/02/2010 A 17/12/2010	Alan Junior Cardoso da Costa	Prestação de serviços pessoais de professor de Português, Matemática e Inglês, na 3ª Fase do II Ciclo e 1ª a 3ª Fase do III Ciclo, sala multiseriada no acampamento Pecuama, extensão da EMPG "Sebastião Tavares da Silva", vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse público da municipalidade.
027	08/02/2010 A 17/12/2010	Patrícia Domingues Duarte	Prestação de serviços pessoais como Agente de Serviços Gerais e Merendeira, no acampamento pecuama, extensão da EMPG "Sebastião Tavares da Silva", em substituição à funcionária Coleta Pereira de Almeida que está gozando de Licença Maternidade, posterior Licença Prêmio e Férias. Este contrato é vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, sendo de interesse publico da municipalidade.
029	10/05/2010	Tatiane Nunes da Costa	Prestação de serviços pessoais e profissionais de Auxiliar de Sala do Maternal II no Centro de Educação Infantil irmã Luiza Cassiolato, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A rescisão contratual se dá por término do prazo de vigência dos contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de mato grosso, aos 17 dias do mês de dezembro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 17.12.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger

LEI Nº 1.044/GP/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, PARA O EXERCÍCIO DE 2.011.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger - MT, o Sr. HARRISSON BENEDITO RIBEIRO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O orçamento anual do Município de Santo Antônio de Leverger – MT, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2.011, compreendendo o Orçamento dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública municipal direta.

Art. 2º - A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, é estimada em R$ 25.530.000,00 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta mil reais) com os seguintes desdobramentos:

RECEITA BRUTA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ..... R$ 27.730.000,00

1 - RECEITAS CORRENTES ..... R$ 21.608.800,00
1100 – Receita Tributária ..... R$ 2.553.000,00
1200 - Receita de Contribuição ..... R$ 288.000,00
1300 – Receita Patrimonial .... R$ 84.000,00
1600 – Receitas de Serviços ..... R$ 600.000,00
1700 – Transferências Correntes ..... R$ 17.932.800,00
1900 – Outras Receitas Correntes ..... R$ 151.000,00

2 – RECEITAS DE CAPITAL ..... R$ 5.290.200,00
2200 – Alienações de Bens ..... R$ 102.000,00
2400 – Transferência de Capital ..... R$ 5.188.200,00

3 - RECEITA CORRENTES INTRA-ORÇAMENMTÁRIA ..... R$ 831.000,00
7.100 – Receitas de Contribuições ..... R$ 831.000,00

9 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE ....R$ 2.200.000,00
9700 – Dedução de Receita para formação do FUNDEB ... R$ 2.200.000,00

RECEITA LÍQUIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ..... R$ 25.530.000,00

§ 1º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital previstas na legislação vigente, foram estimadas em cumprimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2.000.

§ 2º A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei.

. **§ 3º** A classificação da receita poderá ser desdobrada de acordo com a necessidade adequá-la à sua efetiva arrecadação.

Art. 3º - A Despesa Orçamentária é fixada em R$ 25.530.000,00 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta mil reais) e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalhos e natureza de despesa que apresentam os seguintes desdobramento:

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesa da Administração Direta ..... R$ 25.530.000,00
Despesa Correntes ..... R$ 20.395.798,00
Despesa de Capital ..... R$ 5.084.202,00
Reseva de Contingência do RPPS .....R$ 404.700,00
Reserva de Contingência ..... R$ 50.000,00

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Despesa da Administração Direta

01 Legislativa .....R$ 1.104.300,00
02 Judiciária .....R$ 13.800,00
04 Administração.....R$ 6.614.155,00
08 Assistência Social.....R$ 951.763,00
09 Previdência Social.....R$ 714.300,00
10 Saúde.....R$ 5.791.400,00
12 Educação.....R$ 4.661.350,00
13 Cultura ..... R$ 350.150,00
15 Urbanismo.....R$ 3.908.882,00
16 Habitação .....R$ 123.050,00
17 Saneamento.....R$ 96.600,00
18 Gestão Ambiental.....R$ 12.650,00
20 Agricultura.....R$ 296.900,00
23 Comércio e Serviços .....R$ 353.050,00
25 Energia ..... R$ 287.500,00
26 Transporte ..... R$ 11.500,00
27 Desporto e Lazer .....R$ 188.650,00
99 Reserva de Contingência.....R$ 50.000,00
77 RESERVA DO RPPS ..... R$ 404.700,00
Total da Administração Direta ..... R$ 25.530.000,00

Total Geral..... R$ 25.530.000,00

POR SUBFUNÇÕES

Administração Direta
031 – Ação Legislativa ..... R$ 1.104.300,00
061 – Ação Judiciária ..... R$ 13.800,00
122 – Administração Geral ..... R$ 7.857.837,00
123 – Administração Financeira ..... R$ 1.370.700,00
128 – Formação de Recursos Humanos..... R$ 3.450,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência .....R$ 61.150,00
244 – Assistência Comunitária ..... R$ 2.300,00
272 – Previdência do Regime Estatutário ..... R$ 714.300,00
301 – Atenção Básica .... R$ 2.425.580,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial ..... R$ 1.279.272,00
303 – Suporte Profilático e Terapêutico ..... R$ 119.600,00
304 – Vigilância Sanitária ..... R$ 1.726,00
305 – Vigilância Epidemiológica ..... R$ 65.550,00
306 – Alimentação e Nutrição ..... R$ 96.600,00
361 – Ensino Fundamental ..... R$ 3.257.680,00

362 – Ensino Médio ..... R$ 9.000,000
365 – Educação Infantil ..... R$ 368.620,000
392 – Difusão Cultural ..... R$ 350.150,00
422 - Direitos individuais, Coletivos e Difusos ..... R$ 951.763,00
451 – Infra-Estrutura Urbana ..... R$ 3.906.582,00
482 – Habitação Urbana ..... R$ 123.050,00
511 – Saneamento Básico Rural ..... R$ 4.600,00
512 – Saneamento Básico Urbano ..... R$ 92.000,00
543 – Recuperação de Áreas Degradadas ..... R$ 12.650,00
605 – Abastecimento ..... R$ 48.450,00
695 – Turismo ..... R$ 353.050,00
752 – Energia Elétrica ..... R$ 287.500,00
779 – RESERVA DO RPPS ..... R$ 404.700,00
812 – Desporto Comunitário ..... R$ 188.650,00
843 – Serviço da Dívida Interna ..... R$ 410.090,00
846 – Outros Encargos Especiais ..... R$ 50.000,00
Total da Administração Direta ..... R$ 25.530.000,00
TOTAL GERAL ..... R$ 25.530.000,00

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

I - Administração Direta

1. Câmara Municipal..... R$ 1.104.300,00
2. Gabinete do Prefeito..... R$ 701.430,00
3. Secretaria Mun. De Administração..... R$ 1.386.590,00
4. Secretaria Mun. De Educação e Desporto..... R$ 4.850.000,00
5. Secretaria Mun. De Saúde..... R$ 5.791.400,00
6. Secretaria Mun. De Obras Públicas..... R$ 7.887.177,00
7. Secretaria Mun. De Cultura, Turismo e Meio Ambiente.... R$ 715.850,00
8. Secretaria Mun. De Promoção Social..... R$ 951.763,00
9. Secretaria Mun. De Finanças..... R$ 1.780.790,00
10. Secretaria Mun. DE Desenvolvimento Sustentável.. R$ 296.900,00
11. Procuradoria Municipal..... R$ 13.800,00
12. Encargos Gerais..... R$ 50.000,00
13. RESERVA DO RPPS ..... R$ 404.700,00
Total Administração Direta..... R$ 25.530.000,00
Total Geral..... R$ 25.530.000,00

POR PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
001 – Processo Legislativo ..... R$ 1.104.300,00
003 - Administração Geral ..... R$ 5.961.615,00
004 - Planejamento Governamental ..... R$ 13.800,00
006 - Administração Financeira ..... R$ 1.123.810,00
007 - Formação do Patrimônio do Servidor Público ... R$ 246.890,00
017 - Preservação Ambiental ..... R$ 12.650,00
018 - Promoção e Extensão Rural ..... R$ 48.450,00
035 - Transporte Escolar ..... R$ 975.430,00
036 - Merenda Escolar ..... R$ 106.720,00
037 - Expansão e Melhoria da Rede Física Educacional .... R$ 1.063.800,00
039 - Educação Básica Pública ..... R$ 1.271.150,00
041 - Expansão e Melhoria do Ensino Médio ..... R$ 6.000,00
044 - Incentivo ao Desporto Amador e Lazer ..... R$ 188.650,00
045 - Assistência a Educando ..... R$ 351.800,00
046 - Difusão Cultural ..... R$ 305.200,00
048 - Incentivo às Atividades Culturais ..... R$ 44.950,00
049 - Educação Especial ..... R$ 14.000,00
056 - Eletrificação Rural ..... R$ 4.600,00
057 - Eletrificação Urbana ..... R$ 282.900,00
059 - Habitação ..... R$ 118.450,00
060 - Urbanismo ..... R$ 594,400,00
061 - Planejamento Urbano ..... R$ 3.251.232,00
065 - Gerenciamento do Trânsito ..... R$ 60.950,00
073 - Apoio ao Desenvolvimento do Trânsito ..... R$ 353.050,00
077 - Assistência Hospitalar ..... R$ 256.450,00
080 - Saneamento Básico ..... R$ 96.600,00
083 - Expansão e Melhoria da Rede Física de Saúde .. R$ 3.450,00
093 - Assistência a Portadores de Necessidades Especiais . R$ 1.150,00
095 - Assistência e Melhoria nas Áreas Sociais ..... R$ 2.300,00
272 - Previdência do Regime Estatutário .... R$ 714.300,00
273 - Reserva de Contingência ..... R$ 50.000,00
276 - Manutenção Enc. com Educação de Jovens e Adultos ... R$ 3.000,00
277 - Gestão de Habitação Urbana ..... R$ 4.600,00
278 - Serviço da Dívida Interna ..... R$ 410.090,00
280 - Gestão do SUS ..... R$ 1.896.222,00
281 - Atenção Básica ..... R$ 2.309.430,00
282 - Média e Alta Complexidade - MAC ..... R$ 1.138.972,00
283 - Assistência Farmacêutica ..... R$ 119.600,00
284 - Vigilância em Saúde ..... R$ 67.276,00
285 - Gestão da Política de Assistência Social ..... R$ 951.763,00
T o t a l ..... R$ 25.530.000,00

Art. 4º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo toda da administração Direta fica estimado em R$ 7.457.463,00 (Sete milhões, quatrocentos e cinqüenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais), como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Saúde..... R$ 5.791.400,00
Assistência..... R$ 951.763,00
Previdência Social ..... R$ 714.300,00
Total Administração Direta..... R$ 7.457.463,00
Total Geral ..... R$ 7.457.463,00

Art. 5º - Fica o Poder Executivo, autorizado a Abrir Credito Adicionais Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento), do total da despesa fixada por esta Lei para a Administração Direta, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, notadamente no seu art. 43, parágrafo 1º e incisos I a IV como segue:
I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II – os provenientes de excesso de arrecadação;
III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
IV – o produto de operações de crédito autorizadas em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 6º - Faz parte integrante desta Lei, os anexos e demonstrativos previstos na Lei Federal nº 4320/64 e Lei Complementar nº 101/2000 referente a administração Direta.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2.011, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, 13 de Dezembro 2.010

HARRISSON BENEDITO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 04 - Administração - Sub-Função: 122 - Administração Geral
Meta : Promover a integração Regional e Estadual
Programa : Administração Geral
Macro Objetivo: Adequar a Secretaria com a devida infra-estrutura para ampliar os recursos
Indicadores : Números de bens adquiridos

Cód	Ação / Produto	Unidades Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O70	Qualificação e Capacitação de Servidores				30	30	25	35	120
	SERVIDORES QUALIFICADOS E CAPACITADOS	Unidade	A	Valor	3.000,00	3.450,00	3.276,00	3.423,00	13.149,00
O71	Aquisição de Veículos e Maquinários			Meta Física	2	3	3	3	11
	VEÍCULOS E MÁQUINAS ADQUIRIDOS	Unidade	P	Valor	1.000,00	1.150,00	1.092,00	1.141,00	4.383,00
O72	Manutenção Enc. c/a Secretaria			Meta Física	1	1	1	1	4
	SECRETARIA E UNIDADES MANTIDAS	Unidade	A	Valor	2.227.624,00	2.737.031,00	2.432.620,00	2.542.087,00	9.939.362,00
O73	Aqusição de Equipamentos e Material Permanente			Meta Física	1	1	1	1	4
	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE ADQUIRIDOS	Unidade	P	Valor	10.000,00	11.500,00	10.920,00	11.411,00	43.831,00
O74	Manutenção e Encargos c/o Dpto Saneam. Abast. Água			Meta Física	1	1	1	1	4
	DPTO SANEAM. ABAST. ÁGUA MANTIDO	Unidade	A	Valor	614.360,00	706.514,00	670.896,00	701.086,00	2.692.856,00

Órgão: Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 15 - Urbanismo - Sub-Função : 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa : Gerenciamento de Trânsito

Cód	Ação / Produto	Unidades de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O75	Implantação Sinalização Ruas e Avenidas			Meta Física	1	3	3	10	17
	RUAS E AVENIDAS IMPLANTADAS E SINALIZADAS	Unidade	P	Valor	53.000,00	60.950,00	57.877,00	60.480,00	232.307,00

Órgão : Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 15 - Urbanismo - Sub Função : 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa : Planejamento Urbano

Cód	Ação / Produto	Unidades de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O76	Pav. Asfáltica, Calç. E Meio Fios,Estradas, Ruas e Avenidas			Meta Física	3	4	4	4	15
	PAVIMENTAÇÃO REALIZADA	Unidade	P	Valor	3.218.452,00	3.251.232,00	3.817.852,00	3.989.655,00	14.277.191,00

Programa : Urbanismo

Cód	Ação / Produto	Unidades de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O77	Canalização de Córregos			Meta Física	1	1	1	1	4
	CORREGOS CANALIZADOS	Medida	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.564,00	17.532,00
O78	Construção de Pontes e Pontilhões e Mata Burro			Meta Física	3	4	4	5	14
	PONTES, PONTILHOES E MATA BURRO CONSTRUIDOS	Medida	P	Valor	97.000,00	111.550,00	105.926,00	110.693,00	425.169,00
O79	Abertura, Manaut. Casc e Patrol. Estradas Vicinais			Meta Física	5	10	10	30	55
	ESTRADAS ABERTAS E RECUPERADAS	Medida	P	Valor	456.000,00	396.600,00	497.963,00	520.035,00	1.870.598,00
O80	Manut. de Estradas, Ruas e Avenidas			Meta Física	8	10	10	13	41
	RUAS E AVENIDAS MANTIDAS	Medida	P	Valor	67.000,00	77.050,00	73.165,00	76.457,00	293.672,00
O81	Construção, Ref. Praças Publ. e Jardins			Meta Física	3	5	5	6	19
	PRAÇAS, JARDINS CONST. E REFORMADOS	Medida	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.564,00	17.532,00

Função : 15 - Urbanismo - Sub - Função : 244 - Assistência Comunitária
Programa : Assistência e Melhoria nas Áreas Sociais

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O82	Reformas de Centros Comunitários			Meta Física	1	1	1	1	4
	CENTROS COMUNITÁRIOS REFORMADOS	Medida	A	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00

Função : 16 - Habitação Sub-Função : 482 - Habitação Urbana
Programa : Habitação

Cód	Ação / Produto	Unidades de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O83	Construção de Unidades Habitacionais			Meta Física	15	18	25	30	88
	UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUIDAS	Medida	P	Valor	103.000,00	118.450,00	112.478,00	117.540,00	451.468,00
O84	Apoio a Elaboração de Planos Habitacionais			Meta Física	1	1	1	1	4
	ELABORAÇÃO CONCLUIDA	Medida	A	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.565,00	17.533,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 17 - Saneamento - Sub - Função : 511 - Saneamento Básico Rural
Meta : Promover a integração Regional e Estadual
Programa : Saneamento Básico
Macro Objetivo : Melhorar e ampliar a oferta de serviços prestados a população - Desenvolver ações para realizar projetos especiais para atender a população
Indicadores : Números de Obras Realizadas

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O85	Implantação de Sistema Drenagem de Água Pluviais			Meta Física	1	1	1	1	4
	SISTEMA IMPLANTADO	Medida	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.565,00	17.533,00

Função : 17 - Saneamento - Sub - Função : 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa : Saneamento Básico

O86	Reforma, Ampl. Rede Captação, Adução, Trat. e Dist. Água			Meta Física	1	1	1	1	4
	REDE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO REFORM. E AMPLIADOS	Medida	P	Valor	33.000,00	37.950,00	36.036,00	37.658,00	144.644,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 17 - Saneamento - Sub - Função : 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa : Saneamento Básico

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O87	Perfuração de Poços Artezianos			Meta Física	3	4	4	5	16
	POÇOS ARTEZIANOS CONSTRUIDOS	Medida	P	Valor	41.000,00	47.150,00	44.773,00	46.787,00	179.710,00
O88	Manutenção e Trat. da Rede de Esgoto			Meta Física	1	1	1	1	4
	REDE DE ESGOTO MANTIDA E TRATADA	Medida	A	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00
O89	Construção e Restauração de Rede de Esgoto			Meta Física	1	1	1	1	4
	REDE DE ESGOTO CONSTRUIDA E RESTAURADA	Medida	A	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.565,00	17.533,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 25 - Energia - Sub-Função : 752 - Energia Elétrica
Programa : Eletrificação Rural
Macro Objetivo : Dotar as vias Públicas de Infra-Estrutura adquada proporcionando harmonia a condutores e pedestres
Indicadores : Km de estradas eletrificadas

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O90	Impl.Manut. E Ampl Sistema de Eletrificação			Meta Física	10	10	8	14	42
	SISTEMA IMPLANTADO	Medida	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.565,00	17.533,00
O91	Manut. Ampl. De Iluminação Pública			Meta Física	8	10	10	11	39
	ILUMINAÇÃO PÚBLICA MANTIDA E AMPLIADA	Unidade	P	Valor	246.000,00	282.900,00	268.638,00	280.726,00	1.078.264,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Obras Públicas
Função : 26 - Transporte - Sub-Função : 122 - Administração Geral
Meta : Promover a Integraçãop Regional e Estadual
Programa : Administração Geral
Macro Objetivo : Adequar a Secrfetaria com a devida Infra-Estrutura para ampliar os recursos
Indicadores: Números de bens adquiridos

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O92	Aquisição de Equip. e Material Permanente			Meta Física	1	1	1	1	4
	EQUIPAM ENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS	Medida	P	Valor	10.000,00	11.500,00	10.920,00	11.411,00	43.831,00

TOTAL	7.208.436,00	7.887.177,00	8.175.008,00	8.542.542,00	31.813.163,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria de Promoção Social
Função : 08 - Assistência Social - Sub-Função : 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Meta : Gestão, execução, orientação e capacitação dos serviços e ações de programas sociais
Programa : Gestão da Policita de Assistência Social de Santo Antonio do Leverger
Macro Objetivo : Assegurar mediante aporte de recursos financeiros, técnicos e humanos para garantir manutenção, execução, avaliação e capacitação
Indicadores : Números de Pessoas Atendidas

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
107	Manutenção Enc. c/a Secretaria e Unidades			Meta Física	1	1	1	1	4
	SECRETARIA E UNIDADES MANTIDAS	Unidade	A	Valor	572.816,00	658.738,00	625.530,00	653.680,00	2.510.764,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Promoção Social
Unidade : Fundo Municipal de Assistência Social
Função : 08 - Assistência Social - Sub-Função : 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Meta : Assegurar mediante aporte de recursos financeiros para estruturação e implantação dos sistemas municipais de Assistência Social
Programa : Gestão da Política de Assistência Social - Santo Antonio de Leverger
Macro Objetivo : Assegurar mediante aporte de recursos financeiros, técnicos e humanos para manut. Exec. Monit. Avaliação e capac. das ações serviços projetos, programas e benef. na esfera de execução do PNAS.
Indicadores : Números de crianças, adolescentes, idosos, deficientes, famílias, jovens e adultos atendidos

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
108	Impl. Estrut. Do Sist. Mun. De Assist. Social			Meta Física	1	1	1	1	4
	SISTEMA IMPLANTADO E ESTRUTURADO			Valor	10.000,00	11.500,00	10.920,00	11.411,00	43.831,00
109	Apoio e Assistência ao Idoso - API			Meta Física	1	1	1	1	4
	IDOSOS ASSISTIDOS E APOIADOS	Unidade	A	Valor	7.000,00	8.050,00	7.645,00	7.990,00	30.685,00
110	Atenção à pessoa com deficiência - APD			Meta Física	1	1	1	1	4
	PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATENDIDOS	Unidade	A	Valor	5.000,00	5.750,00	5.460,00	5.705,00	21.915,00
111	Complementação da renda familiar			Meta Física	1	1	1	1	4
	RENDA FAMILIAR COMPLEMENTADA	Unidade	A	Valor	3.000,00	3.450,00	3.276,00	3.423,00	13.149,00
112	Apoio e Asssit. À pessoa idosa com deficiência			Meta Física	1	1	1	1	4
	PESSOA IDOSA COM DEFIC. ASSIST. E APOIADA	Unidade	A	Valor	2.000,00	2.300,00	2.185,00	2.285,00	8.770,00
113	Apoio Integ.à fam.do adolesc.Jov.,adultos idosos e def.			Meta Física	1	1	1	1	4
	FAMÍLIAS APOIADAS INTEGRALMENTE	Unidade	A	Valor	7.000,00	8.050,00	7.645,00	7.990,00	30.685,00
114	Apoio Integral à Família da Criança de 0 a 6 anos			Meta Física	1	1	1	1	4
	FAMÍLIA APOIADAS INTEGRALMENTE	Unidade	A	Valor	3.000,00	3.450,00	3.275,00	3.422,00	13.147,00
115	Manut. do Conselho Mun. de Assist. Social - CMAS			Meta Física	1	1	1	1	4
	CONSELHO MUNICIPAL MANTIDO	Unidade	A	Valor	3.000,00	3.450,00	3.275,00	3.422,00	13.147,00
116	Índice de Gestão Descentralizada - IGD			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRAMA CUMPRIDO	Unidade	A	Valor	28.000,00	32.200,00	30.575,00	31.950,00	122.725,00
117	Prog. Segurança Alimentar Combate a Fome			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRAMA IMPLANTADO E CUMPRIDO	Unidade		Valor	2.000,00	2.300,00	2.185,00	2.285,00	8.770,00
118	Atendimentos Emergenciais e Calam. Pública			Meta Física	1	1	1	1	4
	EMERGENCIAIS E CALAM. PÚBLICA ATENDIDOS	Unidade	A	Valor	1.500,00	1.725,00	1.637,00	1.710,00	6.572,00
119	Apoio e Asssit.a Crian.e Adol.com Defic de 0 a 18 anos			Meta Física	1	1	1	1	4
	CRIANÇAS E ADOLESC. ASSIST. E APOIADOS	Unidade	A	Valor	1.500,00	1.725,00	1.637,00	1.710,00	6.572,00
120	Benefícios Eventuais - Vulnerabilidade Temporária			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRAMA IMPLANTADO E CUMPRIDO	Unidade	A	Valor	1.500,00	1.725,00	1.637,00	1.710,00	6.572,00
121	Programa de Proteção Especial (Sentinela)			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRAMA IMPLANTADO E CUMPRIDO	Unidade	A	Valor	7.000,00	8.050,00	7.645,00	7.990,00	30.685,00
122	Apoio e Asssit. Ao Pró Jovem Adol. de 15 a 17 anos			Meta Física	1	1	1	1	4
	PRÓ JOVEM E ADOLESC. ASSIST. E APOIADOS	Unidade	A	Valor	106.304,00	122.250,00	116.085,00	121.308,00	465.947,00
123	Manut.Prog.Errad.Trab.Inf.Serv.Soc.Educ.PETI-SSE			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRMA DE ERRADICAÇÃO MANTIDO	Unidade	A	Valor	37.000,00	42.550,00	40.405,00	42.225,00	162.180,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Promoção Social
Unidade : Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Função : 08 - Assistência Social - Sub-Função : 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Meta : Assegurar mediante aporte de recursos financeiros para estruturação e implantação dos sistemas municipais de Assistência Social
Programa : Gestão da Política de Assistência Social - Santo Antonio de Leverger
Macro Objetivo : Assegurar mediante aporte de recursos financeiros, técnicos e humanos para manut. Exec. Monit. Avaliação e capac. das ações serviços projetos, programas e benef. na esfera de execução do PNAS.
Indicadores : Números de crianças, adolescentes, idosos, deficientes, famílias, jovens e adultos atendidos

Cód	Ação Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
124	Apoio e Assist. a Criança e ao Adolescente			Meta Física	1	1	1	1	4
	CRIANÇA E ADOLESCENTE APOIADA E ASSISTIDA	Unidade	A	Valor	30.000,00	34.500,00	10.920,00	11.411,00	86.831,00
TOTAL					827.620,00	951.763,00	881.937,00	921.627,00	3.582.947,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Função : 20 - Agricultura - Sub-Função : 605 - Abastecimento
Meta : Desenvolver a agroindustria no município
Programa : Promoção e Extensão Rural
Macro Objetivo : Desenvolver ações que visem aumentar o emprego e a renda do pequeno produtor rural
Indicadores: Números de projetos desenvolvidos

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
134	Implantação ao de Programa de Apoio Agrop. E Psicultura			Meta Fisica	1	1	1	1	4
	PROGRAMA IMPLANTADO	Unidade	A	Valor	3.000,00	48.450,00	3.275,00	3.422,00	58.147,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Função : 20 - Agricultura - Sub-Função : 122 - Administração Geral
Meta : Desenvolver a agroindustria e Comércio
Programa : Administração Geral
Macro Objetivo : Realizar ações que estimulem a melhoria da Infra-Estrutura, buscando o aumento do potencial produtivo do municpípio
Indicadores : Número de Bens Adquiridos

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
135	Aquisição de Equip. e Material Permanente			Meta Física	1	1	1	1	4
	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS	Unidade	P	Valor	1.000,00	1.150,00	1.092,00	1.141,00	4.383,00
136	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas			Meta Física	1	1	1	1	4
	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS ADQUIRIDOS	Unidade	P	Valor	1.000,00	16.150,00	1.092,00	1.141,00	19.383,00
137	Manutenção Enc. c/a Secretaria e Unidades			Meta Física	1	1	1	1	4
	SECRETARIA E UNIDADES MANTIDAS	Unidade	A	Valor	161.000,00	185.150,00	135.411,00	141.505,00	623.066,00
138	Aquisição de Veículos			Meta Física	1	1		1	3
	VEÍCULOS ADQUIRIDOS	Unidade	P	Valor	40.000,00	46.000,00		50.000,00	136.000,00
	T O T A L				206.000,00	296.900,00	140.870,00	197.209,00	840.979,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente
Função : 13 - Cultura - Sub-Função : 392 - Difusão Cultural
Programa : Difusão Cultural
Meta : Assegurar e conservar a biodiversidade do espaço territorial municipal
Macro Objetivo : Desenvolver ações que estimulem a promoção e divulgação da cultura local

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O93	Const. Centro Comunit. de Artesanato e Prod.Locais			Meta Física	1	1	1	1	4
	CENTRO CONSTRUÍDO	Medida	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.845,00	17.813,00
O94	Auxílio as Entidades Culturais/Cons. Mun. Cultura			Meta Física	1	2	2	3	8
	AUXILIOS CONCEDIDOS	Medida	A	Valor	3.000,00	103.450,00	3.275,00	3.422,00	113.147,00
O95	Implantação do Agro Turísmo e Ações de Prevenção			Meta Física	1	1	1	1	4
	AÇÕES IMPLANTADAS	Medida	A	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00
O96	Apoio a Associação dos Grupos Folclóricos			Meta Física	2	3	3	4	12
	ASSOCIAÇÕES APOIADAS	Medida	A	Valor	19.000,00	21.850,00	20.748,00	21.681,00	83.279,00
O97	Prom Eventos Culturais Cívicos, Reg. e Carnavalescos			Meta Física	3	4	4	4	15
	EVENTOS PROMOVIDOS	Medida	A	Valor	20.000,00	173.000,00	21.840,00	22.822,00	237.662,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente
Função : 18 - Gestão Ambiental - Sub-Função : 543 - Recuperação de Áreas Degradadas
Programa : Preservação Ambiental
Macro Objetivos ; Promover ações voltadas à preservação do Meio Ambiente
Indicadores : Índices de Preservação

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
O98	Construção de Viveiros e Mudas			Meta Física	1	1	1	1	4
	VIVEIROS E MUDAS CONSTRUIDOS	Medida	P	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00
O99	Arborização das Margens do Rio Cuiabá			Meta Física	1	1	1	1	4
	MARGENS ARBORIZADAS	Medida	P	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00
100	Recuperação de Recursos Naturais Renováveis			Meta Física	1	1	1	1	4
	RECURSOS NATURAIS RECUPERADOS	Medida	P	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00
101	Aquisição de Equip. e Material Permanente			Meta Física	1	1	1	1	4
	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS AQUIRIDIDO	Medida	P	Valor	5.000,00	5.750,00	5.460,00	5.705,00	21.915,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente
Função : 13 - Cultura - Sub-Função : 392 - Difusão Cultural
Programa : Apoio ao Desenvolvimento do Turismo
Macro Objetivo : Realizar ações que visem o desenvolvimento do potencial turisrtico do município
Indicadores : Números de turista atendido

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
102	Reforma e Adeq. do Teatro Municipal			Meta Física	1,00	1	1	1	4
	TEATRO REFORMADO E ADEQUADO	Medida	P	Valor	11.000,00	12.650,00	12.012,00	15.552,00	51.214,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente
Função : 13 - Cultura - Sub-Função : 392 - Difusão Cultural
Programa : Incentivo as Atividades Culturais
Macro Objetivo : Realizar ações que visem o desenvolvimento do potencial turisrtico do município
Indicadores : Números de turistas atendidos

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
103	Aquisição Instrum. Uniformes para Banda Municipal			Meta Física	1	1	1	1	4
	INSTRUM. E UNIFORMES ADQUIRIDOS	Medida	A	Valor	2.000,00	32.300,00	2.184,00	2.282,00	38.766,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente
Função : 23 - Comércio e Serviço - Sub-Função : 695 - Turismo
Programa : Apoio ao Desenvolvimento do Tursimo
Meta : Assegurar e conservar a biodiversidade do espaço territorial municipal
Macro Objetivo : Desenvolver ações que estimulem a promoção e divulgação da cultura local

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
104	Qualificação Profissional na Área de Turismo			Meta Física	10	15	15	40	80
	PROFISSIONAIS QUALIFICADOS	Função : 23 - Comércio e Serviços		Valor	Sub-Função : 695 - Turismo		3.275,00	3.422,00	13.147,00
105	Planejamento Turístico do Município			Meta Física	1	1	1	1	4
	PLANEJAMENTO REALIZADO	Medida	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.565,00	17.533,00
106	Manutenção Enc. c/a Secretaria e Unidades			Meta Física	1	1	1	1	4
	SECRETARIA E UNIDADES MANTIDAS	Medida	A	Valor	300.000,00	345.000,00	327.607,00	342.350,00	1.314.957,00
	T O T A L				379.000,00	715.850,00	413.873,00	435.774,00	1.944.497,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Finanças
Função : 04 - Administração - Sub-Função : 123 - Administração Financeira
Meta : Assegurar o Equíbrio Fiscal
Programa : Administração Financeira
Macro Objetivo : Incrementar a arrecadação visando o equilibrio das contas do municipio e a melhoria dos serviços prestados a população
Indicadores : Taxa de incremento da arrecadação

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
125	Liquidação de Precatórios Judiciais			Meta Física	25%	25%	25%	25%	100%
	PRECATÓRIOS LIQUIDADOS	Unidade	P	Valor	50.000,00	57.500,00	54.600,00	57.057,00	219.157,00
126	Recadastramento Técnico Imobiliário			Meta Física	20%	25%	30%	25%	100%
	IMOVEIS RECADASTRADO	Unidade	P	Valor	4.000,00	4.600,00	4.368,00	4.565,00	17.533,00
127	Implantação do Programa de Moderniz. de Adm. Tributária - PMAT			Meta Física	1	1	1	1	4
	P M A T IMPLANTADO	Unidade	P	Valor	3.000,00	3.450,00	3.276,00	3.423,00	13.149,00
128	Impl. Prog. Moderniz. Controle e Gerenciamento Adm. Finan. E Trib.			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRAMA IMPLANTADO	Unidade	A	Valor	7.000,00	8.050,00	7.645,00	7.990,00	30.685,00
129	Manutenção Enc. c/a Secretaria e Unidades			Meta Física	1	1	1	1	4
	SECRETARIA E UNIDADES MANTIDAS	Unidade	A	Valor	903.000,00	1.038.450,00	987.000,00	1.031.415,00	3.959.865,00
130	Apoio e Impl. Ao Programa de Consciência Fiscal			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROGRAMA APOIADO E IMPLANTADO	Unidade	A	Valor	3.000,00	3.450,00	3.276,00	3.423,00	13.149,00
131	Sentenças Judiciais			Meta Física	1	1	1	1	4
	SENTENÇAS EXECUTADAS	Unidade	A	Valor	10.000,00	11.500,00	10.920,00	11.411,00	43.831,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Secretaria Municipal de Finanças
Função : 04 - Administração - Sub-Função : 123 - Administração Financeira
Meta : Assegurar o Equíbrio Fiscal
Programa : Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP
Macro Objetivo : Garantir o cumprimento dos dispositivos constitucionais na Formação do Patrimônio do Servidor Público
Indicadores: percentual de 1% sobre a receita arrecadada

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
132	Contribuição ao PASEP			Meta Física	1	1		1	4
	CONTRIBUIÇÃO REALIZADA	Unidade	P	Valor	211.914,00	243.700,00	236.579,00	247.225,00	939.418,00

Órgão : Secretaria Municipal de Finanças
Função : 28 - Encargos Especiais - Sub-Função : 843 - Serviço da Dívida Interna
Programa : Administração Financeira
Macro Objetivo : Garantir o cumprimento dos dispositivos constitucionais no resgate da dívida interna
Indicadores : Montante da dívida ativa

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
133	Amortização da Dívida Contratada			Meta Física	1	1	1	1	4
	DÍVIDA RESGATADA	Unidade	P	Valor	356.600,00	410.090,00	389.416,00	406.940,00	1.563.046,00
	TOTAL				1.548.514,00	1.780.790,00	1.697.080,00	1.773.449,00	6.799.833,00

PPA - 2010/2013
Órgão : Procuradoria Municipal
Função : 02 - Judiciária - Sub-Função : 061 - Ação Judiciária
Meta : Modernização da Administração pública
Programa : Planejamento Governamental
Macro Objetivo : Melhorar os serviços prestados a população através da adequação da estrutura e capacirtação dos servidores
Apoiar os proprietários de terras que não estão regularizados no que concerne a trmitação de documentos
Indicadores : Índice de satisfação

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2010	2011	2012	2013	TOTAL
139	Aquisição de Equip. e Moveis e Utensílios			Meta Física	1	1	1	1	4
	EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSÍLIOS ADQUIRIDOS	Unidade	P	Valor	2.000,00	2.300,00	2.184,00	2.282,00	8.766,00
140	Regularização Fundiária e Rural			Meta Física	1	1,00	1	1	4
	REGULARIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	P	Valor	1.000,00	1.150,00	1.092,00	1.141,00	4.383,00
141	Manutenção Encargos c/a Procuradoria Municipal			Meta Física	1	1	1	1	4
	PROCURADORIA MANTIDA	Unidade	A	Valor	9.000,00	10.350,00	9.828,00	10.270,00	39.448,00
	TOTAL				12.000,00	13.800,00	13.104,00	13.693,00	52.597,00

PPA - 2010/2013
Órgão : 12 - Encargos Gerais - Sub-Função : 99 -Reserva de Contingência
Programa : Outros Encargos Especiais

Cód	Ação / Produto	Unidade de Medida	TIPO		2011	2011	2012	2013	TOTAL
142	Reserva de Contingência			Meta Física	1	1	1	1	4
	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	Unidade		Valor	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
	TOTAL				50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
	TOTAL GERAL				22.200.000,00	25.530.000,00	24.352.846,30	25.356.576,00	97.439.422,30

Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia

ESTADO DO MATO GROSSO
P. M. DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data: 31/01/2010
Página: 1 de 1

Balancete Financeiro
Período: JANEIRO/2010 - Consolidado

Receita		Despesa	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	22.619,25	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	83.080,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.387,32	PREVIDÊNCIA SOCIAL	83.080,43
RECEITA PATRIMONIAL	17.394,28		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.837,65		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	83.080,43	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	17.479,62
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	83.080,43	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	17.479,62
CONTAS DE MOVIMENTO	2.858.388,12	CONTAS DE MOVIMENTO	2.863.527,75
BANCO C/ MOVIMENTO	195.557,63	BANCO C/ MOVIMENTO	4.592,40
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.662.830,49	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.858.935,35
Totais	2.964.087,80	**Totais**	2.964.087,80

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 31 de janeiro de 2010

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

EDMUNDO SOUSA BRITO
CRC/MT -:010868/O-7

WILSON MONTEIRO BARBOSA
TESOUREIRO

ESTADO DO MATO GROSSO
P. M. DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data: 28/02/2010
Página: 1 de 1

Balancete Financeiro
Período: FEVEREIRO/2010 - Consolidado

Receita		Despesa	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	70.684,87	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.948,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.982,35	PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.948,56
RECEITA PATRIMONIAL	19.735,05		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.967,47		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.908,62	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.414,21
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	960,06	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	960,06
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	14.948,56	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	20.454,15
CONTAS DE MOVIMENTO	2.863.527,75	CONTAS DE MOVIMENTO	2.913.758,47
BANCO C/ MOVIMENTO	4.592,40	BANCO C/ MOVIMENTO	51.081,17
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.858.935,35	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.862.677,30
Totais	2.950.121,24	**Totais**	2.950.121,24

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 28 de fevereiro de 2010

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

EDMUNDO SOUSA BRITO
CRC/MT -:010868/O-7

WILSON MONTEIRO BARBOSA
TESOUREIRO

ESTADO DO MATO GROSSO
P. M. DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data: 31/03/2010
Página: 1 de 1

Balancete Financeiro
Período: MARÇO/2010 - Consolidado

Receita		Despesa	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	90.893,46	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.773,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.000,96	PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.773,08
RECEITA PATRIMONIAL	37.757,78		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	24.134,72		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.773,08	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.594,35
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	14.773,08	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	14.594,35
CONTAS DE MOVIMENTO	2.913.758,47	CONTAS DE MOVIMENTO	2.990.057,58
BANCO C/ MOVIMENTO	51.081,17	BANCO C/ MOVIMENTO	47.406,61
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.862.677,30	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.942.650,97
Totais	3.019.425,01	**Totais**	3.019.425,01

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 31 de março de 2010

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

EDMUNDO SOUSA BRITO
CRC/MT -:010868/O-7

WILSON MONTEIRO BARBOSA
TESOUREIRO

ESTADO DO MATO GROSSO
P. M. DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data: 30/04/2010
Página: 1 de 1

Balancete Financeiro
Período: ABRIL/2010 - Consolidado

Receita		Despesa	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	103.488,26	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.523,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.626,13	PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.523,08
RECEITA PATRIMONIAL	14.230,13		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.564,25		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	39.116,32		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.951,43		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	16.428,48	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	27.353,24
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.905,40	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.905,40
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	14.523,08	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	25.447,84
CONTAS DE MOVIMENTO	2.990.057,58	CONTAS DE MOVIMENTO	3.068.098,00
BANCO C/ MOVIMENTO	47.406,61	BANCO C/ MOVIMENTO	119.416,90
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.942.650,97	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.948.681,10
Totais	3.109.974,32	**Totais**	3.109.974,32

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 30 de abril de 2010

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

EDMUNDO SOUSA BRITO
CRC/MT -:010868/O-7

WILSON MONTEIRO BARBOSA
TESOUREIRO

ESTADO DO MATO GROSSO
P. M. DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data: 31/05/2010
Página: 1 de 1

Balancete Financeiro
Período: MAIO/2010 - Consolidado

Receita		Despesa	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	71.294,81	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.523,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.996,71	PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.523,08
RECEITA PATRIMONIAL	-5.902,28		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.449,17		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	35.751,21		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.475,78	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.961,24
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	952,70	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	952,70
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	14.523,08	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	20.008,54
CONTAS DE MOVIMENTO	3.068.098,00	CONTAS DE MOVIMENTO	3.119.384,27
BANCO C/ MOVIMENTO	119.416,90	BANCO C/ MOVIMENTO	67.116,48
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.948.681,10	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.052.267,79
Totais	3.154.868,59	**Totais**	3.154.868,59

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 31 de maio de 2010

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

EDMUNDO SOUSA BRITO
CRC/MT -:010868/O-7

WILSON MONTEIRO BARBOSA
TESOUREIRO

PORTARIA N.º 024/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por idade à servidora **Nelci Barbosa da Silva**."

O Prefeito do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 468, de 01 de junho de 2004, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, anexo I – Tabela 40 horas da Lei Municipal n.º 652, de 03 de maio de 2010, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os servidores de carreira, bem como, para os cargos de provimento em comissão do poder legislativo do município de São Félix do Araguaia/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por idade, à Sra. **Nelci Barbosa da Silva**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade n° 519.566, SSP/GO e do CPF nº 628.108.121-87, servidora pública efetiva no cargo de Agente de Administração Pública, classe "A", nível "18", lotada na Câmara Municipal, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do IPASFA n.º **2010.02.0003P**, a partir de **01.12.2010**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em **01.12.2010**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

São Félix do Araguaia - MT, 01 de dezembro de 2010.

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro

LEI Nº 833 **DE 02 DE AGOSTO DE 2010.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, ESTADO DE MATO GROSSO, MASSAO PAULO WATANABE,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Administração pública municipal para o exercício de 2011, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de São José do Rio Claro para o exercício de 2011, nela compreendendo:

I. As prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;

II. Anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais;

III. A estrutura e organização dos orçamentos;

IV. As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V. As disposições relativas à dívida pública Municipal;

VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII. As disposições gerais e finais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2010 a 2013.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2011, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º - O anexo de metas e prioridades conterá, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 3º - Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2011, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º - A Proposta Orçamentária do Município de São José do Rio Claro, relativa ao exercício de 2011, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social:
I - o princípio de justiça social, implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos munícipes mais necessitados.

II - o princípio da transparência social, requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:
I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto no ciclo orçamentário de qualquer esfera governamental;

V. Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, desdobrados em subtítulos, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 3º - O produto e a unidade de medida a que se refere o parágrafo anterior deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

§ 4º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade prevista na legislação vigente.

Art. 6º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I. Pessoal e encargos sociais - 1;

II. Juros e encargos da dívida - 2;

III. Outras despesas correntes - 3;

IV. Investimentos - 4;

V. Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5; e

VI. Amortização da dívida - 6.

§ 2º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 8º desta Lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 3º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. Mediante transferência financeira:
a) As outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades;
b) As entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II. Diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 4º - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. Governo Federal – 20

II. Governo Estadual – 30;

III. Administração municipal - 40;

IV. Entidade privada sem fins lucrativos - 50;

V. Aplicação direta - 90; ou

VI. A ser definida - 99.

§ 5º - É vedada à execução orçamentária com a modalidade de aplicação “a ser definida - 99”.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;

II. Quadros orçamentários e anexos consolidados exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos §§ 1º, 2º e incisos do artigo 2º e artigo 22 da Lei 4.320/64:

a) Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;

b) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do anexo I da Lei nº 4.320/64;

c) Receitas segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/64;

d) Natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/64;

e) Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

f) Quadro das dotações por órgãos do governo, compreendendo Poder Legislativo e Poder Executivo;

g) Quadro discriminativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho, na forma do Anexo 6 da Lei nº 4.320/64;
h) Quadro discriminativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental, na forma do Anexo 7 da Lei nº 4.320/64;

i) Quadro discriminativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos, na forma do Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

j) Quadro discriminativo das despesas por órgão e funções, na forma do Anexo 9 da Lei nº 4.320/64;

l) Quadro discriminativo da receita e plano de aplicação dos fundos especiais;

m) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

n) Tabela exemplificativa da evolução da receita e da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei nº 4.320/64;

o) Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

Art. 8º - A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no máximo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 9º - O Poder Legislativo Municipal e as Administrações Indiretas encaminharão ao órgão central de Planejamento e de Orçamento Municipal, até 30 de junho, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único - Serão divulgados na internet, ao menos:

I. Pelo Poder Executivo:

a) As estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) A proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) A Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

d) A execução orçamentária com o detalhamento das ações, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada;

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal.

Subseção I
Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 12 - A lei Orçamentária para o exercício de 2011 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exeqüenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;
III. Que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

Subseção II
Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 13 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I. Clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas:

a) Creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

II - Pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 14 - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura**,** assistência social, saúde e educação.

Parágrafo Único - No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 15 - Para habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, a entidade sem fins lucrativos deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2010, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria.

Art. 16 - As entidades públicas e privadas, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 17 - A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social, educacional, de saúde, cultural e de cooperativismo, ressalvando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recurso Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da legislação em vigor, e condicionada :

I - ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Publico, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis e atendam aos termos dos Art. 25 e 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 19 - Poderá ser exigida contrapartida, a ser definida entre os interessados, para as transferências permitidas na forma dos art. 15.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às entidades de assistência social e saúde registradas no Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS.

Art. 20 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Seção II
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 21 - As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por Lei.

Seção III
Das Disposições sobre a Programação e Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 22 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 23 - Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no § 3º do referido artigo o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º - A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício de 2011, excluídas:

I. As despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 24 - A execução da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 - Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispões o Artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 26 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se os limites e dispostos nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Legislação municipal em vigor.

Art. 27 - Os Poderes Legislativo e Executivo, por intermédio do setor de controle de pessoal da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.
Parágrafo Único - Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais serão incorporados á tabela referida neste artigo.

Art. 28 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 29 - Ficam autorizados às concessões de quaisquer vantagens, os aumentos de remuneração e as alterações de estrutura de carreiras, observando o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal e aos limites fixados na Lei Complementar Federal 101/2000.

Art. 30 - No exercício de 2011, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 26 desta Lei;

II – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – Forem observados os limites previstos no artigo 26 desta Lei, ressalvando o disposto no artigo 22, inciso IV, parte final, da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 1º - A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

§ 2º - A dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa, de que trata o inciso II do caput deste artigo, será considerado o valor adicionado à dotação pré-existente destinada ao pagamento de pessoal e encargos sociais, sendo desnecessária a abertura de dotação especifica para esse fim.

Art. 31 - A realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 26 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 32 - A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art. 33 - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

CAPÍTULO VII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 35 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de projeto de lei esteja em tramitação no Legislativo Municipal.

Art. 36 - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art. 37 - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, e a Taxa de Fiscalização e Funcionamento, de 2011, poderão ter desconto de até 30% (trinta por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, conforme a conveniência.

§ 1º - Os descontos previstos no caput serão considerados na previsão da receita orçamentária.

§ 2º - Além do desconto concedido no pagamento da cota única a Prefeitura Municipal poderá desenvolver campanha de incentivo com oferecimento de premiações aos contribuintes adimplentes

Art. 38 - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo, Projetos de Lei que trate de alterações na legislação tributária, tais como:

I. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II. Revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;

III. Revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV. Revisão da Planta Genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V. Instituição de taxas e constituições para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade;

Art. 39 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IGPM – ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 40 - O Poder Executivo enviará projeto de lei para o Poder Legislativo regulamentando o parcelamento e desconto para recebimento da dívida ativa tributária.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - Integra esta Lei, em atendimento ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I. Anexo de metas fiscais;

II. Demonstrativo das metas anuais;

III. Demonstrativo do patrimônio líquido;

IV. Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores municipais;

V. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

VI. Anexo de riscos fiscais.

Art. 42 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II - Para fins do § 3º do artigo referido no **caput**, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 43 - Os Projetos de Lei que importem diminuição da receita ou aumento de despesa no exercício de 2011 deverão estar acompanhados de demonstrativo discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2011 a 2013, detalhando a memória de cálculo respectiva.

Art. 44 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro o Projeto de Lei do Orçamento-Programa á Câmara Municipal, que o apreciará e devolverá até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 45 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:
I. Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. Não alterem dotações referentes a despesas de custeio de pessoal e encargos sociais e serviços da dívida;

III. Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 46 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado á sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido á Câmara Municipal.

Art. 47 - Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

I. Limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do orçamento;

II. Limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;

III. Limitação de empenhos de despesas gráficas;

IV. Limitação de empenhos de despesas relativas à veiculação – institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade prevista na Lei Complementar 101/2.000;

V. Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços públicos essenciais, de saúde e educação.

Parágrafo Único - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais nº 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 48 - Para atender o disposto no Art. 4º inciso I, letra "e" da Lei Complementar nº 101/2.000, será:

I. Realizado estudos permanentes visando a definição e aprimoramentos de sistemas de controle de custo e avaliação de resultado das ações de governo;

II. Criada comissão de controle e custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, composta da seguinte forma:

a) Um membro do setor de Contabilidade;

b) Um membro do setor de Planejamento;

c) Um membro do setor de Controle Interno;

§ 1º - Vedado consignar na Lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 2º - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente á unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e proporcionar a correta avaliação dos resultados.

Art. 49 - Só será permitida a inclusão de novos projetos de duração continuada, a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais quando:

I - Não houver construções de obras públicas municipais paralisadas;

II - O Patrimônio Público estiver conservado;

III - A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Parágrafo Único - Fica especificado em Anexo, as obras e projetos em andamento.

Art. 50 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, 02 de agosto de 2010.

MASSAO PAULO WATANABE
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Sinop

DECRETO Nº 318/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010.

SÚMULA: Declara ponto facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal os dias **23, 24, 30 e 31 de dezembro de 2010.**

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os feriados civis do Decreto Municipal nº. 004/2010, de 08 de janeiro de 2010;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ponto facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal nos dias **23, 24, 30 e 31 de dezembro**, exceto para os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade como coleta de lixo e os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Trânsito.

Parágrafo Único. O expediente no âmbito da Administração Pública Municipal será normal nos dias 20, 21, 22, 27, 28 e 29 de dezembro.

Art. 2º. Caberá ao Secretário Municipal de Saúde a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos à sua respectiva área de competência.

Art. 3º. A pasta da Educação seguirá o calendário letivo elaborado pelas instituições municipais de ensino e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

JHONI HELEN CRESTANI
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 303/2010
DATA: 06 de dezembro de 2010.

SÚMULA: Retifica termos do Decreto nº239/2010, de 13 de outubro de 2010.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Retificar termos do Decreto nº. 239/2010, de 13 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua das Bergamoteiras, Quadra 21-A, Casa 005, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **NADIR VICTOR**, inscrito no RG sob o nº. 8660816 SSP/MT, e no CPF de nº. 523.061.431-53".

LEIA-SE:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua das Bergamoteiras, Quadra 21-A, Casa 005, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **NADIR VICTOR**, inscrito no **RG sob o nº. 866816 SSP/MT**, e no CPF de nº. 523.061.431-53".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 06 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

IVONE LATANZI DA COSTA
Secretária Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habitação

DECRETO Nº 304/2010
DATA: 06 de dezembro de 2010.
SÚMULA: Retifica termos do Decreto nº240/2010, de 13 de outubro de 2010.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Retificar termos do Decreto nº. 240/2010, de 13 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua das Bergamoteiras, Quadra 21-A, Casa 006, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **OSVALDO ALVES ROSA**, inscrito no RG sob o nº. 1206209-0 SSP/MT, e no CPF de nº. 450.693.991-53".

LEIA-SE:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua das Bergamoteiras, Quadra 21-A, Casa 006, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **OSVALDO ALVES ROSA**, inscrito no RG sob o nº. 1206209-0 SSP/MT, **e no CPF de nº. 460.693.991-53".**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 06 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

IVONE LATANZI DA COSTA
Secretária Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habitação

DECRETO Nº 305/2010
DATA: 06 de dezembro de 2010.
SÚMULA: Retifica termos do Decreto nº207/2010, de 13 de outubro de 2010.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Retificar termos do Decreto nº. 207/2010, de 13 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua das Tangerinas, Quadra 22-A, Casa 024, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **JOSENIO VIEIRA DE MORAES**, inscrito no RG sob o nº. 2161203-0 SSP/MT, e no CPF de nº. 568.087.711-20".
LEIA-SE:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua das Tangerinas, Quadra 22-A, Casa 024, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **JOSENIO VIEIRA DE MORAES**, inscrito **no RG sob o nº. 0691954-5 SSP/MT, e no CPF de nº. 459.408.001-49".**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 06 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

IVONE LATANZI DA COSTA
Secretária Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habitação

DECRETO Nº 306/2010
DATA: 06 de dezembro de 2010.
SÚMULA: Retifica termos do Decreto nº156/2010, de 13 de outubro de 2010.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Retificar termos do Decreto nº. 156/2010, de 13 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua dos Gerâneos, Quadra 21, Casa 027, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. ***BENEDITO JÚLIO DE SOUZA****, inscrito no RG sob o nº. 1586539-8 SSP/MT, e no CPF de nº. 334.438.941-53*".

LEIA-SE:

"Art. 1º. A doação do imóvel público localizado na Rua dos Gerâneos, Quadra 21, Casa 027, no Conjunto Habitacional "Habitar Brasil", aprovado pelo Decreto nº065/2008, de 09 de setembro de 2008, ao Sr. **BENEDITO JÚLIO DE SOUZA**, inscrito no RG sob o nº. 1586539-8 SSP/MT, **e no CPF de nº. 334.138.941-53".**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 06 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

IVONE LATANZI DA COSTA
Secretária Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habitação

DECRETO Nº. 314/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 1411/2010;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), nos termos do Artigo 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009 de 01 de dezembro de 2009, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0.01.031.0001.1001- IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL
4.4.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$ 4.000,00
- (quatro mil reais)
01.010.0.0.01.031.0001.2001- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL
3.1.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$125.000,00
- (cento e vinte e cinco mil reais)
3.1.91.00.00.00-999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 2.500,00
- (dois mil e quinhentos reais)
3.3.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$ 3.500,00
- (três mil e quinhentos reais)

TOTAL R$135.000,00
Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0.01.031.0001.1002- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$ 20.000,00
- (vinte mil reais)
01.010.0.0.01.031.0001.2002- DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE
3.3.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$ 100.000,00
- (cem mil reais)
01.010.0.0.01.031.0001.2003- MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES MIRINS
3.3.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$15.000,00
- (quinze mil reais)

TOTAL R$ 135.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun. de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 315/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010
SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 758.170,00 (setecentos e cinqüenta e oito mil e cento e setenta reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 1412/2010;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 758.170,00 (setecentos e cinqüenta e oito mil e cento e setenta reais), nos termos do Artigo 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009, conforme segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.0 - SECRETARIA DE GOVERNO E UNIDADES
02.020.0.0.04.122.0002.2009- AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO E UNIDADES ADMINISTRATIVAS
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 27.400,00
- (vinte e sete mil e quatrocentos reais)
02.040.0.0 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
02.040.0.0.04.122.0002.2012- CONTROLE INTERNO
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$1.540,00
- (um mil e quinhentos e quarenta reais)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.122.0002.2014- DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DA MEDICINA DO TRABALHO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 2.800,00
- (dois mil e oitocentos reais)
04 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.04.123.0006.2016- DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DA SFO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 13.000,00
- (treze mil reais)

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$700,00

- (setecentos reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0.13.122.0007.2020 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE DIVERSIDADE CULTURAL

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$600,00

- (seiscentos reais)

06 - SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0008.2025- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$1.450,00

- (um mil quatrocentos e cinqüenta reais)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

07.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

07.010.0.0.04.122.0009.2028- ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$800,00

- (oitocentos reais)

07.010.0.0.26.451.0009.2031- AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DA FROTA

3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$150.000,00

- (cento e cinqüenta mil reais)

08 - SECRETARIA MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO

08.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO

08.010.0.0.04.122.0010.2032- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$2.500,00

- (dois mil quinhentos e cinqüenta reais)

09 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA

09.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA

09.010.0.0.20.122.0011.2034- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$800,00

- (oitocentos reais)

10 - SECRETARIA MUN..DEMEIOAMBIENTEEDESENVOL. SUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SECRETARIA MUN.DEMEIOAMBIENTEE DESENVOL. SUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.122.0012.2040- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA SDS

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$600,00

- (seiscentos reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.122.0015.2043- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO

3.1.90.00.00.00.101 - Aplicações Diretas R$18.500,00

- (dezoito mil e quinhentos reais)

11.010.0.0.12.361.0014.1045- IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS

4.4.90.00.00.00.101 - Aplicações Diretas R$432.830.00

- (quatrocentos e trinta e dois mil e oitocentos e trinta reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPREGO E HABITAÇÃO

12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.010.0.0.08.244.0028.2078- AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$1.750,00

- (um mil setecentos e cinqüenta reais)

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO

13.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO

13.010.0.0.22.122.0033.2084- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA SICTM

3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$950,00

- (novecentos e cinqüenta reais)

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0.10.301.0019.2109- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$4.600,00

- (quatro mil e seiscentos reais)

14.010.0.0.10.301.0021.2090- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE SAÚDE - PSF

3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$4.600,00

- (quatro mil e seiscentos reais)

14.010.0.0.10.301.0021.2099- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE BUCAL

3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$3.600,00

- (três mil e seiscentos reais)

14.010.0.0.10.302.0034.2096- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA U.C.T

3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$250.00

- (duzentos e cinqüenta reais)

14.010.0.0.10.302.0034.2097- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CAPS

3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$650,00

- (seiscentos e cinqüenta reais)

14.010.0.0.10.302.0034.2098- MANUTENÇÃO DO SAE

3.1.90.00.00.00.201 - Aplicações Diretas R$19.400,00

- (dezenove mil e quatrocentos reais)

3.1.91.00.00.00.201 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$3.700,00

- (três mil e setecentos reais)

14.010.0.0.10.302.0034.2100- ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL - PAM

3.1.90.00.00.00.201 - Aplicações Diretas R$20.500,00

- (vinte e oito mil e novecentos reais)

3.1.91.00.00.00.201 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$20.500,00

- (vinte mil e quinhentos reais)

14.010.0.0.10.302.0034.2102- ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL A REABILITAÇÃO

3.1.91.00.00.00.201 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$1.600,00

- (um mil e seiscentos reais)

14.010.0.0.10.304.0020.2091- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA VISA

3.1.90.00.00.00.201 - Aplicações Diretas R$3.500,00

- (três mil e quinhentos reais)

14.010.0.0.10.305.0020.2092- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.91.00.00.00.202 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$3.000,00
- (três mil reais)
17 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0 - SECRETARIA DA CIDADE
17.010.0.0.04.122.0038.2125- ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.91.00.00.00.999 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$7.600,00
- (sete mil e seiscentos reais)

TOTAL R$758.170,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.122.0002.2015- DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$20.000,00
- (vinte mil reais)
04 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.04.129.0006.2018- AÇÕES DE FISC. E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$358.000,00
- (trezentos e cinqüenta e oito mil reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
07.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
07.010.0.0.04.122.0009.1143- CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DA SEDE DA SMO
4.4.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 150.000,00
- (cento e cinqüenta mil reais)
08 - SECRETARIA MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
08.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
08.010.0.0.04.122.0010.2032- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$38.000,00
- (trinta e oito mil reais)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
09.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
09.010.0.0.20.122.0011.2034- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$10.000,00

- (dez mil reais)
10 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL. SUSTENTÁVEL
10.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL. SUSTENTÁVEL
10.010.0.0.18.122.0012.2040- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA SDS
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$7.000,00
- (sete mil reais)
10.010.0.0.18.541.0012.2041- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES MUNICIPAIS
4.4.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$12.000,00
- (doze mil reais)
10.010.0.0.18.541.0040.1134- GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, URBANOS E RURAIS
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$14.000,00
- (quatorze mil reais)
10.020.0.0 - FAMUS – FUNDO AMB.DO MUNICÍPIO DE SINOP
10.020.0.0.18.541.0013.1036- PLANO DE REFLORESTAMENTO MUNICIPAL
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 33.000,00
- (trinta e três mil reais)
12 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPREGO E HABITAÇÃO
12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.010.0.0.08.126.0005.2076- SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇO
4.4.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$20.000,00
- (vinte mil reais)
12.010.0.0.08.244.0028.2078- AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$17.000,00
- (dezessete mil reais)
3.3.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$7.000,00
- (sete mil reais)
12.010.0.0.11.334.0027.1060- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE RENDA
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 2.170,00
- (dois mil cento e setenta reais)
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.423.0021.2089- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A POPULAÇÃO INDÍGINA
3.1.90.00.00.00.202 - Aplicações Diretas R$10.000,00
- (dez mil reais)
17 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0 - SECRETARIA DA CIDADE
17.010.0.0.04.122.0038.2125- ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$60.000,00
- (sessenta mil reais)

TOTAL R$758.170,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun. de Finanças e Orçamento

Nº. DECRETO Nº 316/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010
SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 640.400,00 (seiscentos e quarenta mil e quatrocentos reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 1414/2010;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 640.400,00 (seiscentos e quarenta mil e quatrocentos reais), nos termos do inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009, conforme segue:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.2113 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO SAAES
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 633.400,00
(Seiscentos e trinta e três mil e quatrocentos reais)
15.010.0.0.04.131.0031.2111 - DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 7.000,00
(Sete mil reais)

TOTAL R$ 640.400,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal n.º4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1114 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 259.000,00
(Duzentos e cinqüenta e nove mil reais)
15.010.0.0.17.512.0031.1115 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 141.000,00
(Cento e quarenta e um mil reais)
15.010.0.0.17.512.0031.1142 - DAÇÃO EM PAGAMENTO
4.4.91.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 150.400,00
(Cento e cinqüenta mil e quatrocentos reais)
15.010.0.0.28.846.0035.9009 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP – SAAES
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 90.000,00
(Noventa mil reais)

TOTAL R$ 640.400,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun. de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº.317/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010
SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 182.300,00 (cento e oitenta e dois mil e trezentos reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 1418/2010;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 182.300,00 (cento e oitenta e dois mil e trezentos reais), nos termos do Artigo 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento vigente para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009, conforme segue:

02 -GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.0 - SECRETARIA DE GOVERNO E UNIDADES
02.020.0.0.04.122.0002.2009- AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO E UNIDADES ADMINISTRATIVAS
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicação Direta R$8.000,00
- (oito mil reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0015.2046 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.91.00.00.00.101 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$8.800,00
- (oito mil e oitocentos reais)
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.010.0.0.08.243.0023.2064- ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (PROJOVEM, IMAC, CAOPA)
3.3.90.00.00.00.301 - Aplicações Diretas R$30.000,00
- (trinta mil reais)
12.010.0.0.08.243.0024.2066- ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES (PETI, Crianças/Adolescentes vítimas de violência e medidas sócio educativas)
3.3.90.00.00.00.301 - Aplicações Diretas R$15.000,00
- (quinze mil reais)
12.010.0.0.08.244.0026.2075- AÇÕES COMUNITÁRIAS
3.3.90.00.00.00.301 - Aplicações Diretas R$10.000,00
- (dez mil reais)
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.305.0020.1085- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
4.4.90.00.00.00.202 - Aplicações Direta R$110.500,00
- (cento e dez mil e quinhentos reais)

TOTAL R$182.300,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO
02.010.0.0.03.091.0003.2004- ADMINISTRAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicação Direta R$7.000,00
- (sete mil reais)
02.010.0.0.04.128.0004.1007- APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DO GABINETE
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicação Direta R$2.000,00
- (dois mil reais)
02.040.0.0 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
02.040.0.0.04.122.0002.2012- CONTROLE INTERNO
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicação Direta R$7.800,00
- (sete mil e oitocentos reais)
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.010.0.0.08.244.0022.1056 - CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR
4.4.90.00.00.00.301 - Aplicações Diretas R$ 24.882,00
- (vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e dois reais)
12.010.0.0.08.244.0023.1057- CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MULTIPLO USO
4.4.90.00.00.00.301 - Aplicações Diretas R$ 8.435,00
- (oito mil quatrocentos e trinta e cinco reais)
12.020.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
12.020.0.0.16.482.0029.1066- FHIS – FDO. MUN.DE HABITAÇÃO POPULAR
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 21.683,00
- (vinte e um mil seiscentos e oitenta e três reais)
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.305.0020.2092- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
4.4.90.00.00.00.202 - Aplicações Direta R$110.500,00
- (cento e dez mil e quinhentos reais)

TOTAL R$182.300,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun. de Finanças e Orçamento

LEI Nº 1410/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010

SÚMULA: Promove alterações na Lei nº1193/2009, de 13 de novembro de 2009 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº1193/2010, de 13 de novembro de 2010, que criou o Loteamento Industrial, Comercial e de Prestadores de Serviços Norte de Sinop passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Somente as indústrias não poluentes e de baixo nível de poluição, de acordo com os parâmetros da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, poderão se instalar, funcionar e comercializar no Distrito Industrial e Comercial Norte de Sinop-MT".

Art. 2º. Revoga o art. 9º da Lei nº1193/2009, de 13 de novembro de 2009.

Art. 3º. O art. 10º da Lei nº1193/2010, de 13 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10º. Ficam destinados para empresas com atividades comerciais, industriais e de prestadores de serviços que solicitarem 01 ou mais lotes, todos os terrenos das quadras 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 23".

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1411/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar, respectivamente dentro das peças orçamentárias, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), nos termos do Artigo 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009 de 01 de dezembro de 2009, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0.01.031.0001.1001- IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL
4.4.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$ 4.000,00
- (quatro mil reais)
01.010.0.0.01.031.0001.2001- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL
3.1.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$125.000,00
- (cento e vinte e cinco mil reais)
3.1.91.00.00.00-999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 2.500,00
- (dois mil e quinhentos reais)
3.3.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$3.500,00
- (três mil e quinhentos reais)

TOTAL R$135.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
01.010.0.0.01.031.0001.1002- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$ 20.000,00
- (vinte mil reais)
01.010.0.0.01.031.0001.2002- DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE
3.3.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$100.000,00
- (cem mil reais)
01.010.0.0.01.031.0001.2003- MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES MIRINS
3.3.90.00.00.00.999 - APLICAÇÕES DIRETAS R$15.000,00
- (quinze mil reais)

TOTAL R$135.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1412/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar, respectivamente dentro das peças orçamentárias, no valor de R$ 758.170,00 (setecentos e cinqüenta e oito mil e cento e setenta reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 758.170,00 (setecentos e cinqüenta e oito mil e cento e setenta reais), nos termos do Artigo 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009, conforme segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.0 - SECRETARIA DE GOVERNO E UNIDADES
02.020.0.0.04.122.0002.2009- AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO E UNIDADES ADMINISTRATIVAS
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 27.400,00
- (vinte e sete mil e quatrocentos reais)
02.040.0.0 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
02.040.0.0.04.122.0002.2012- CONTROLE INTERNO
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 1.540,00
- (um mil e quinhentos e quarenta reais)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.122.0002.2014- DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DA MEDICINA DO TRABALHO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 2.800,00
- (dois mil e oitocentos reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.04.123.0006.2016- DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DA SFO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 13.000,00
- (treze mil reais)
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 700,00
- (setecentos reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL
05.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL
05.010.0.0.13.122.0007.2020 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE DIVERSIDADE CULTURAL
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 600,00
- (seiscentos reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
06.010.0.0.27.812.0008.2025- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 1.450,00
- (um mil quatrocentos e cinqüenta reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
07.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
07.010.0.0.04.122.0009.2028- ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 800,00
- (oitocentos reais)
07.010.0.0.26.451.0009.2031- AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DA FROTA
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 150.000,00
- (cento e cinqüenta mil reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
08.010.0.0.04.122.0010.2032- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 2.550,00
- (dois mil quinhentos e cinqüenta reais)
09 - SECRETARIA MUNUNICIPAL DE AGRICULTURA
09.010.0.0 - SECRETARIA MUNUNICIPAL DE AGRICULTURA
09.010.0.0.20.122.0011.2034- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 800,00
- (oitocentos reais)
10 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL. SUSTENTÁVEL
10.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL. SUSTENTÁVEL
10.010.0.0.18.122.0012.2040- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA SDS
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 600,00
- (seiscentos reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.122.0015.2043- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3.1.90.00.00.00.101 - Aplicações Diretas R$ 18.500,00
- (dezoito mil e quinhentos reais)
11.010.0.0.12.361.0014.1045- IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS
4.4.90.00.00.00.101 - Aplicações Diretas R$ 432.830,00
- (quatrocentos e trinta e dois mil e oitocentos e trinta reais)
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPREGO E HABITAÇÃO
12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.010.0.0.08.244.0028.2078- AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 1.750,00
- (um mil setecentos e cinqüenta reais)
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO
13.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO
13.010.0.0.22.122.0033.2084- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA SICTM
3.1.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 950,00
- (novecentos e cinqüenta reais)
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.301.0019.2109- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 4.600,00
- (quatro mil e seiscentos reais)
14.010.0.0.10.301.0021.2090- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE SAÚDE - PSF
3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 4.600,00
- (quatro mil e seiscentos reais)
14.010.0.0.10.301.0021.2099- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE BUCAL
3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 3.600,00
- (três mil e seiscentos reais)
14.010.0.0.10.302.0034.2096- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA U.C.T
3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 250,00
- (duzentos e cinqüenta reais)
14.010.0.0.10.302.0034.2097- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CAPS
3.1.91.00.00.00.201 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 650,00
- (seiscentos e cinqüenta reais)
14.010.0.0.10.302.0034.2098- MANUTENÇÃO DO SAE
3.1.90.00.00.00.201 - Aplicações Diretas R$ 19.400,00
- (dezenove mil e quatrocentos reais)
3.1.91.00.00.00.201 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 3.700,00
- (três mil e setecentos reais)
14.010.0.0.10.302.0034.2100- ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL - PAM
3.1.90.00.00.00.201 - Aplicações Diretas R$ 28.900,00
- (vinte e oito mil e novecentos reais)
3.1.91.00.00.00.201 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 20.500,00
- (vinte mil e quinhentos reais)
14.010.0.0.10.302.0034.2102- ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL A REABILITAÇÃO
3.1.91.00.00.00.201 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 1.600,00
- (um mil e seiscentos reais)
14.010.0.0.10.304.0020.2091- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA VISA
3.1.90.00.00.00.201 - Aplicações Diretas R$ 3.500,00
- (três mil e quinhentos reais)
14.010.0.0.10.305.0020.2092- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.91.00.00.00.202 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 3.000,00
- (três mil reais)
17 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0 - SECRETARIA DA CIDADE
17.010.0.0.04.122.0038.2125- ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.91.00.00.00.999 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 7.600,00
- (sete mil e seiscentos reais)

TOTAL R$ 758.170,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.122.0002.2015- DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 20.000,00
- (vinte mil reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.04.129.0006.2018- AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 358.000,00
- (trezentos e cinqüenta e oito mil reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
07.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
07.010.0.0.04.122.0009.1143- CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DA SEDE DA SMO
4.4.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 150.000,00
- (cento e cinqüenta mil reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
08.010.0.0.04.122.0010.2032- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 38.000,00
- (trinta e oito mil reais)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
09.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
09.010.0.0.20.122.0011.2034- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 10.000,00
- (dez mil reais)
10 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL. SUSTENTÁVEL
10.010.0.0 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL. SUSTENTÁVEL
10.010.0.0.18.122.0012.2040- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA SDS
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 7.000,00
- (sete mil reais)
10.010.0.0.18.541.0012.2041- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES MUNICIPAIS
4.4.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 12.000,00
- (doze mil reais)
10.010.0.0.18.541.0040.1134- GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, URBANOS E RURAIS
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 14.000,00
- (quatorze mil reais)
10.020.0.0 - FAMUS – FUNDO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SINOP
10.020.0.0.18.541.0013.1036- PLANO DE REFLORESTAMENTO MUNICIPAL
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 33.000,00
- (trinta e três mil reais)
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPREGO E HABITAÇÃO
12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.010.0.0.08.126.0005.2076- SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇO
4.4.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 20.000,00
- (vinte mil reais)
12.010.0.0.08.244.0028.2078- AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 17.000,00
- (dezessete mil reais)
3.3.91.00.00.00.999 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 7.000,00
- (sete mil reais)
12.010.0.0.11.334.0027.1060- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE RENDA
3.3.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 2.170,00
- (dois mil cento e setenta reais)
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.423.0021.2089- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A POPULAÇÃO INDÍGINA
3.1.90.00.00.00.202 - Aplicações Diretas R$ 10.000,00
- (dez mil reais)
17 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0 - SECRETARIA DA CIDADE
17.010.0.0.04.122.0038.2125- ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA
3.1.90.00.00.00.999 - Aplicações Diretas R$ 60.000,00
- (sessenta mil reais)

TOTAL R$ 758.170,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº1413/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes políticos e servidores públicos na Administração Pública Municipal e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1°. Os agentes políticos e servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta que se deslocarem temporariamente do Município, dentro ou fora do Estado, farão jus à percepção de diárias e, quando for o caso, à respectiva passagem.

Parágrafo único. O deslocamento a que se refere o *caput* será considerado quando do estrito desempenho de suas atribuições e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

Art. 2º. Os colaboradores eventuais, partícipe de termo de cooperação ou instrumento equivalente, e os conselheiros, formalmente nomeados e não pertencentes aos quadros de pessoal das carreiras do Município, receberão diárias correspondentes ao valor estabelecido na alínea "G" do Anexo I da presente Lei.

§ 1º. É vedado o pagamento de diárias, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, aos funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

§ 2º. O empenho da despesa referida no caput deste artigo deverá ocorrer no elemento de despesa 36 – Serviços de Terceiros Pessoa Física.

Art. 3º. Os contratados em caráter temporário e os servidores cedidos por órgãos e entidades da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, receberão diárias estabelecidas no Anexo I, correspondente ao do cargo dos servidores que estiverem substituindo.

Parágrafo único. Os motoristas de ambulância perceberão diárias conforme o disposto no Anexo II da presente Lei.

Art. 4º. Observados os princípios da moralidade e o interesse do serviço público, o pagamento de diárias e/ou a requisição de passagens só poderão ser concedidos mediante prévia autorização da autoridade competente.

Art. 5º. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do trabalho, destinando-se a indenizar os agentes políticos e os servidores públicos municipais das despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

§ 1º. As diárias serão calculadas por período de 24:00 hs (vinte e quatro horas) contados a partir do momento da partida, fato gerador do direito.

§ 2º. Quando o afastamento ocorrer por um período de até 12:00 hs (doze horas) será computado como meia diária.

Art. 6º. O pagamento de diárias será efetuado através de cheques ou ordem bancária, obedecendo-se às tabelas de diárias que constituem o Anexo I e II desta Lei.

Art. 7º. Fica facultado à Administração Pública Municipal o pagamento de adicional para fazer face às despesas com deslocamento conforme segue:

I – adicional de R$100,00 (cem reais) para viagens aéreas dentro do Estado;

II – adicional de R$150,00 (cento e cinqüenta reais) para viagens aéreas com destino a outras localidades;

III – adicional de R$80,00 (oitenta reais) para viagens terrestres dentro do Estado e demais localidades;

Art. 8º. O ato de concessão de diárias constará da ordem de serviço e especificará claramente o objetivo da viagem, sendo executado em duas vias, com a seguinte destinação:

I - a primeira via ficará anexo ao processo de pagamento;

II - a segunda via será entregue ao agente político e/ou servidor público municipal.

Art. 9º. O servidor que receber diária fica obrigado a fazer a Prestação de Contas da viagem no prazo de 05 (cinco) dias do seu retorno à sede, na qual deverá conter:

I - relatório de viagem, aprovado pelo superior imediato do servidor beneficiário;

II – comprovante do embarque aéreo ou terrestre, quando se tratar de meio de transporte comercial, terrestre ou aéreo;

III – cópia de certificado, diploma ou atestado no caso de participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos e outros eventos similares.

Parágrafo único. Se o meio de transporte utilizado for de propriedade do Município ou locado, no Relatório de Viagem deverá constar o número da placa e a quilometragem inicial e final.

Art. 10. A Prestação de Contas será submetida aos setores financeiros competentes onde ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externos.

Art. 11. O ato de concessão de diárias constará da ordem de serviço e especificará claramente o objetivo da viagem, sendo executado em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I – a primeira via ficará anexo ao processo de pagamento;

II – a segunda via será entregue ao agente político e/ou servidor público municipal.

Art. 12. Para atendimento de pagamento de diárias deverão ser emitidos empenhos ordinários, permitindo-se, porém em caráter excepcional, a emissão de empenhos estimativos destinados às diárias que não puderem se sujeitar ao processo normal de pagamento.

§ 1º. Em casos excepcionais, para atender demandas emergenciais, com as devidas justificativas e havendo concordância do agente político e do servidor, a formalização do processo de empenho e pagamento da diária poderá ser efetuado durante ou após a viagem e terá natureza de reembolso.

§ 2º. O empenho que ocorrer após a viagem deverá ser lançado no elemento de despesa 93 – Indenizações e Restituições.

Art. 13. Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, o agente político e/ou servidor farão jus às diárias correspondentes ao período em excesso, sendo formalizado novo processo para concessão e pagamento de diárias, ao qual será juntada uma cópia do relatório de viagem.

Art. 14. O processo de despesa referente à concessão e pagamento das diárias deverá conter:

I – ordem de serviço;
II – nota de empenho ordinário ou estimativo quando for o caso;
III – liquidações de empenho;
IV - ordem de pagamento;
V – comprovante de depósito bancário;
VI – prestação de contas da viagem, composta dos documentos relacionados no art. 9º desta Lei.

Art. 15. O servidor que receber diárias e, por qualquer motivo, não se afastar de sua sede ou retornar antes da data prevista, deverá restituir juntamente com a Prestação de Contas da viagem, o valor correspondente às diárias não utilizadas, revertendo o respectivo crédito à dotação orçamentária.

§ 1º. A devolução será considerada como Receita do Município quando se efetivar após o encerramento do exercício financeiro em que se realizou o pagamento.

§ 2º. O ordenador de despesas, em face da não prestação de contas ou não devolução do valor das diárias não utilizadas na forma e prazo estabelecidos, determinará o desconto na folha de pagamento.

Art. 16. É vedado conceder diárias com o objetivo de remunerar outros encargos ou serviços.

Art.17. É vedado conceder gratificação pela prestação de serviço extraordinário ao servidor e/ou agente político que perceber diária.

Art.18. A autoridade que conceder ou arbitrar diárias responderá solidariamente com o servidor pela legitimidade das informações contidas no Relatório de Viagem.

Parágrafo único. Da mesma forma, a autoridade que conceder ou arbitrar diárias em desacordo com esta Lei, responderá solidariamente com o servidor pela reposição imediata da importância indevidamente paga, que será descontada na folha de pagamento.

Art. 19. Ao agente político e/ou servidor que não prestar contas no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis do seu retorno fica vedado à concessão de nova diária e/ou passagem.

Art.20. Ao assinar a Ordem de Serviço, o servidor beneficiário estará autorizando o desconto em folha de pagamento do valor das diárias recebidas caso não preste contas das mesmas no prazo estabelecido nesta Lei.

§ 1º. O servidor que for exonerado ou demitido, com pendência de prestação de contas de diárias, terá o valor das respectivas diárias descontado na última folha de pagamento ou no processo de pagamento de verbas rescisórias.

§ 2º. Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o setor de Recursos Humanos deverá solicitar declaração do setor financeiro quanto

à existência de pendência na prestação de contas, no qual deverá ser informado o valor do débito.

§ 3º. Em decorrência das disposições estabelecidas no caput deste artigo, o setor financeiro informará ao setor de recursos humanos para que este proceda ao desconto, na folha de pagamento do servidor beneficiário, do valor correspondente às diárias não utilizadas ou sem a respectiva prestação de contas no prazo disposto nesta Lei.

Art. 21. Ficam revogadas as Leis nº404/96, de 29 de março de 1996, a Lei nº870/2005, de 15 de setembro de 2005 e a Lei nº1331/2010, de 08 de junho de 2010.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO,
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO	DENTRO DO ESTADO	DEMAIS LOCALIDADES
a) Prefeito e Presidente da Câmara	R$ 450,00	R$ 550,00
b) Vereador, Vice-Prefeito, Secretário Municipal, Chefe de Gabinete, Procurador Jurídico e Controlador Geral	R$ 400,00	R$ 500,00
c) Secretário Adjunto e Diretor	R$ 250,00	R$ 300,00
d) Coordenador, Supervisor, Chefe de Departamento, Assessor Jurídico, Assistente Jurídico, Assessor e Assistente Parlamentar	R$ 170,00	R$ 210,00
e) Assistente de Departamento e Coordenador de Divisão	R$150,00	R$190,00
f) Chefe de Divisão, Assistente de Divisão, Chefe de Seção, Chefe de Setor e funcionários com nível superior atuando nas suas respectivas funções	R$ 115,00	R$ 170,00
g) Demais funcionários do Poder Legislativo e Executivo	R$ 85,00	R$ 130,00

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	DIÁRIA INTEIRA	MEIA DIÁRIA
Motoristas de Ambulância	R$ 150,00	R$ 50,00

LEI Nº. 1414/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 640.400,00 (seiscentos e quarenta mil e quatrocentos reais) dentro das peças orçamentárias para reforço das dotações consignadas, suplementado e reduzido se necessário, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 640.400,00 (seiscentos e quarenta mil e quatrocentos reais), nos termos do inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009, conforme segue:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.2113 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO SAAES
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 633.400,00
(Seiscentos e trinta e três mil e quatrocentos reais)
15.010.0.0.04.131.0031.2111 - DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 7.000,00
(Sete mil reais)

TOTAL R$ 640.400,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal n.º4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1114 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 259.000,00
(Duzentos e cinqüenta e nove mil reais)
15.010.0.0.17.512.0031.1115 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 141.000,00
(Cento e quarenta e um mil reais)
15.010.0.0.17.512.0031.1142 - DAÇÃO EM PAGAMENTO
4.4.91.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 150.400,00
(Cento e cinqüenta mil e quatrocentos reais)
15.010.0.0.28.846.0035.9009 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP – SAAES
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 90.000,00
(Noventa mil reais)

TOTAL R$ 640.400,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1415/2010
DATA: 14 de dezembro de 2010
SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos à empresa *"AGRO FUTURA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES AGRÍCOLAS LTDA"* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo à empresa *"AGRO FUTURA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES AGRÍCOLAS LTDA"*, inscrita no CNPJ n° 04.940.620/0001-61 e com Inscrição Estadual n° 13.208.140-7, nos termos da Lei Municipal nº930/2006, de 08/08/2006, para edificação de indústria de blocos de concreto para construção civil.

Ar. 2º. A empresa será instalada no Lote 45 – D, km 812, no Bairro Alto da Glória e o incentivo disposto no *caput* dar-se-à na seguinte forma:

I - aterro do terreno de 10.000 m² (dez mil metros quadrados);
II – cascalhamento do respectivo imóvel, com a utilização de cerca de 950 m³ (novecentos e cinqüenta metros cúbicos) de cascalho;
III – retirada de aproximadamente 12.000 m³ (doze mil metros cúbicos) de pó de serra do local, transportados para o terreno ao lado.

Art. 3°. Em contrapartida ao incentivo autorizado, a empresa beneficiada deverá gerar 12 (doze) empregos diretos em 2011; 20 (vinte) no ano seguinte e 30 (trinta) em 2013 com a expansão do empreendimento.

Art. 4º. Reverterá ao Município os valores gastos para instalação, sem prejuízo de pleitear outra indenização, se a empresa incentivada não se instalar no prazo constante do projeto a contar da execução do incentivo de que trata a presente, ou se a mesma paralisar temporária ou definitivamente suas atividades antes de transcorridos 10 (dez) anos, a contar do início de sua instalação sobre a referida área disposta no artigo 2º.

Art. 5º. A cláusula de reversão poderá ser levantada mediante indenização dos incentivos previstos nesta Lei, pelos valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, ou outro índice de atualização monetária que vier a substituí-lo, respectivamente, contados os prazos a partir do efetivo recebimento dos incentivos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 14 de dezembro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tabaporã

PORTARIA Nº. 417/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **NILO DOS SANTOS LEAL,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 375.134 SSP/MT e, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 291.831.701-20, servidor ESTAVEL no cargo de **FISCAL TRIBUTÁRIO**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, da **Classe 7 – Nível VIII** para perceber na categoria da **Classe 7 – Nível IX, correspondente ao Valor de R$ 745,52 (Setecentos e Quarenta e Cinco Reais, Cinquenta e Dois Centavos),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 424/2003, 649/2007 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 03 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO
PORTARIA Nº. 418/2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° – Conceder ***LICENÇA POR MOTIVOS PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO, pelo período de 02 (dois) anos, a contar do dia 25/10/2010 e término em 24/10/2012****, ao* Senhor **CLAUDEMIR DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.834.180-2 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 029.084.241.77, servidor estável no cargo de **TRABALHADOR DE SERVIÇOS GERAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73, Inciso VII, e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2° – Esta Portaria retroage efeito na data de 25 de Outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 03 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 419/2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder **"*LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 03 meses, iniciando-se em 04/11/2010 e término em 01/02/2011****, sem prejuízo de sua remuneração a* servidora **ELIANA SILVA DO AMARAL,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.289.487-7 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 880.803.401.10, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura no cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, de acordo com o Titulo V; Capitulo II; Seção III da Lei nº 740/2009 e 807/2010, e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 420/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **"Licença Paternidade" pelo período de 08 (oito) dias consecutivos, a contar da data de 05 de Novembro de 2010**, sem prejuízo de sua remuneração ao senhor **JOSE GERALDO COUTINHO DE ANDRADE,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 3766972 SSP/PE e inscrito no Cadastro de Pessoa Físicas CPF sob o nº. 683.870.754.34, servidor Contratado no cargo de **PROFESSOR,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 78 e de acordo com a Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 05 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 421/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **VANESSA JECIMAR FERNANDES DA SILVA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 001.00.977.8 SSP/MS e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 923.714.181.53, servidora ESTAVEL no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, **da Classe A – Nível I** para perceber na categoria da **Classe B – Nível I, correspondente ao valor de R$: 589,05 (Quinhentos e Oitenta e Nove Reais e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 740/2009 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 05 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 423/2010.

O Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. *PERCIVAL CARDOSO NOBREGA*, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Tendo em vista a solicitação contida no Requerimento recebido por essa municipalidade em 03 de Novembro de 2010 (cópia em anexo), do Senhor ***CICERO LUIZ DA COSTA*** **de interrupção de sua LICENÇA POR MOTIVOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO, que tinha vencimento para o dia 21/04/2012.**
RESOLVE:

Artigo 1° – RETORNAR para suas atividades normais a partir de 08/11/2010*, o* servidor **CICERO LUIZ DA COSTA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 410.414 SSP/MS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 421.577.491.87, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, no cargo de **MOTORISTA**, de acordo com o Art. 84 § 1º da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 08 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 424/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Art. 1º - **Transferir** o Senhor **CICERO LUIZ DA COSTA,** servidor estável no cargo de **MOTORISTA,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 410.414 SSP/MS e, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 421.577.491.87, cadastrado no RH sob o nº 966, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, ***para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde,*** de acordo com as Leis Municipais nsº. 218/99, 424/2003 *e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 08 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº 426/2010

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Artigo 1 – Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM FAMILIA** por 30 dias com início em 21/10/2010 à 19/11/2010 conforme requerimento em anexo *a* Sra. ***GERALDA ELIAS DA SILVA CORREIA***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.004.496 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 630.276.581.15, servidora estável no cargo de **ZELADORA**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2 – Esta Portaria retroage efeito na data de 21 de outubro de 2010, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 17 de novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 427/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **FRANCISCO CESAR SALVADOR,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 40139370 SSP/PR e, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 561.077.909-00, servidor ESTAVEL no cargo de **FISCAL TRIBUTÁRIO**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, da **Classe 7 – Nível VIII** para perceber na categoria da **Classe 7 – Nível IX, correspondente ao Valor de R$ 745,52 (Setecentos e Quarenta e Cinco Reais, Cinquenta e Dois Centavos),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 424/2003, 649/2007 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 17 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 428/2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **REVOGAR a Portaria nº 337/2010 de 02/08/2010,** referente à **DESIGNAÇÃO PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO, SEM ACRÉSCIMO NA REMUNERAÇÃO**, da Senhora **ADRIANA CARLOS,** servidora estável desta Prefeitura no cargo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 424/2003 e de acordo dom a Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 17 de novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 431/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **AMASSES LEANDRO BEUTLER,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12R-2.855.663 SSP/SC e, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 867.508.959.72, servidor EFETIVO no cargo de **VETERINARIO**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente desta Prefeitura, da **Classe 4 – Nível I** para perceber na categoria da **Classe 4 – Nível II, correspondente ao Valor de R$ 2.052,03 (Dois Mil, Cinquenta e Dois Reais e Três Centavos),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 424/2003, 649/2007 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 25 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 432/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LUCIANA ALANIS CLEMENTE DE LAET**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1097999-9 SJ/MT e, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 697.678.151.04, servidora **EFETIVA** no cargo de **AUDITOR PUBLICO INTERNO**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, **da Classe 7 – Nível I** para perceber na categoria da **Classe 7 – Nível II,** correspondente ao valor de **R$: 2.732,12 (Dois Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais e Doze Centavos),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 424/2003, 649/2007 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 25 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 433/2010

O Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° – Conceder ***Licença Matrimonial*** ***pelo período de 20 (vinte) dias consecutivos, durante o período de 25/11/2010 a 14/12/2010, de acordo com o Edital de Proclamas nº. 04702/10,*** *sem prejuízo de sua remuneração, a* servidora **GISELE DOS SANTOS BARBIERI**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.492.540-1 SSP/SP e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 040.671.339.10, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura no cargo de **NUTRICIONISTA**, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 94 - III e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 25 de novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 434/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MIRACI DALPIAZ DA SILVA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 290 147 SSP/MT e, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 359.603.101.04, servidora **ESTÁVEL** no cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **da Classe 7 – Nível VII** para perceber na categoria da **Classe 4 – Nível VIII,** correspondente ao valor de **R$: 730,90 (Setecentos e Trinta Reais e Noventa Centavos),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 424/2003, 649/2007 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 25 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 436/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **VALDINEIA FERNANDES COUTO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.041.240-9 SJ/MT e, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 936.909.081-91, servidora **ESTÁVEL** no cargo de **AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **da Classe 4 – Nível III** para perceber na categoria da **Classe 4 – Nível IV,** correspondente ao valor de **R$: 510,00 (Quinhentos e Dez Reais),** *de acordo com as Leis Municipais nº. 424/2003, 649/2007 e, de acordo com a Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 25 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA Nº. 439/2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor **BENEDITO ANTONIO FURTADO**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG nº 826.946 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 015.563.639.15, servidor estável no cargo de **VIGIA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, cadastrado no RH sob o nº. 851, FG **V "Função Gratificada"** no valor de 200,00 (Duzentos Reais), **devido o mesmo estar exercendo alem de sua função, também cobrindo férias de outros servidores**, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99 e 424/2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em, 29 de novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

PORTARIA N.º 422/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez à servidora **Leda Maria dos Anjos Amaral**."

O Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso I e 14 da Lei Municipal n.º 482 de 14 de dezembro de 2004, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, anexo IV – Tabela de Vencimentos, da Lei Municipal nº. 800, de 11 de junho de 2010, que dispõe sobre a Recomposição Geral anual da Remuneração e do subsidio do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por invalidez, à Sra. **Leda Maria dos Anjos Amaral**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n°. 1098033-4, SJ/MT e do CPF nº. 790.567.681-15, servidora pública efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura - 30hs, classe "D", nível "I", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com proventos integrais, conforme processo administrativo do n.º **2010.03.0002P**, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em **08.11.2010**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Tabaporã - MT, 08 de novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Interino

DECRETO Nº. 2.205 /2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor **NICODEMOS CORREIA DE SANTANA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.190.769-0 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 878.439.191-04, no cargo em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, de acordo com as Leis Municipais nº.s 218/1999, 423/2003 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto retroage efeito na data de 03 de Novembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 04 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

DECRETO Nº. 2.206/2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - DESIGNAR o Senhor **JULIANO DA SILVA CABRAL**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.989.399-0 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 225.382.708.80, servidor efetivo no cargo de **ENFERMEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, para responder como **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** de acordo com as Leis Municipais nº.s 218/99, 423/03 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto retroage efeito na data de 03 de Novembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, 04 de Novembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

Fundo Municipal de Previdência Social - Previporã
DECRETO 2208/2010

Data 04 de Novembro de 2010.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Exmo. Sr. Senhor **Percival Cardoso Nóbrega**, Prefeito Municipal Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 770/2009, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais) destinado a atender as seguintes despesas.

01.001-PREVIPORA

01.01.09.272.0023.2047.3.3.9.0.03.00.00.00 - PENSOES (RPPS) - R$ 9.600,00
Excesso de Arrecadação
01.01.09.272.0023.2047.3.3.9.0.01.00.00.00- APOSENTADORIAS E REFORMAS (RPPS) R$ 28.000,00
Excesso de Arrecadação
01.01.09.272.0023.2047.3.3.9.0.47.00.00.00 O B R I G A C O E S TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$ 2.200,00
Excesso de Arrecadação

SUB-TOTAL: 39.800,00 *R$*
TOTAL GERAL: **39.800,00 *R$***

Art. 2ª - Para dar cobertura ao Credito Autorizado no artigo anterior dar-se-a arrecadação da própria receita vinculada.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, 04 de Novembro de 2010.
PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal Interino
DECRETO Nº. 2.216/2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Artigo 1º - **REVOGAR** o Decreto nº 2.010/2009 de 31/08/2009, referente à nomeação do **"Conselho Municipal de Alimentação Escolar"**
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 01 de Dezembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO
DECRETO Nº._2.217/2010

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
DECRETA:

Artigo 1º - Decreta a nomeação dos membros para comporem o CAE **"Conselho Municipal de Alimentação Escolar"** de acordo com o Artigo 2º, da Lei Municipal nº. 268/2001, 03/04/2001, conforme segue abaixo:

I – REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

a) Poder Executivo Municipal
TITULAR Magaly Ângela Baesso TreuherzRG nº. 3507154 SSP/SC – CPF: 692.118.761-68
SUPLENTE Maria Aparecida de Almeida SousaRG nº. 1347251-8 SSP/MT – CPF: 993.096.961-68

b) Poder Legislativo Municipal
TITULAR Vanderlei Candido da SilvaRG nº. 702537 SSP/MT – CPF: 489.055.421-15
SUPLENTE Alcides Fernandes de OliveiraRG nº. 047829 SSP/MT– CPF: 181.784.131-91

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES e PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

TITULARES Gislene Gonçalves Vargas Martins de SouzaRG nº. 6.232.312-3 SSP/PR – CPF: 651.324.911-20
Mirian Teixeira Viturião CoelhoRG nº. 109458-2 SJ/MT – CPF: 017.473.361-57

SUPLENTES Agostinha Ferreira CardosoRG nº. 1488003-2 SSP/MT – CPF: 984.658.641-87
Sonia Aparecida Garcia RG nº. 1190729-0 SSP/MT – CPF: 799.269.401-53

III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

a) Creche Arco Íris e Escola Infantil Maria Romana Gava Baesso
TITULAR Adriana Silvério AugustoRG nº. 1.746.615-6 SSP/MT – CPF: 017.253.821-13

SUPLENTE Eliane Aparecida GomesRG nº. 1841343-9 SSP/MT – CPF: 842.355.511-91

b) Escola Municipal Menino Jesus
TITULAR Silvana dos Santos AraújoRG nº. 1437293-2 SSP/MT – CPF: 977.956.901-49
SUPLENTE Roseli Calixto RG nº. 1327887-8 SSP/MT – CPF: 900.352.671-00

IV – REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

Associação de Mulheres de Tabaporã-MT e Associação dos Produtores do Assentamento Pai Herói – Projeto Nossa Terra, Nossa Gente
TITULARES Tereza de Fátima FerreiraRG nº. 0008257-96 SSP/MT – CPF: 390.029.001-63Isael Prisco da Cunha RG nº. 2.597.741 SSP/SP - CPF: 217.988.938-00
Associação de Mulheres de Tabaporã-MT e ACET – Associação Comercial e Empresarial
SUPLENTES Rosineide Neves LauroRG nº. 1.022.504-8 SJ/MT – CPF: 581.039.961-49Naide Gomes NogueiraRG nº. 1437312-2 SSP/MT – CPF: 941.282.191-34

§ 1º - Os membros e o presidente do CAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma única vez.
§ 2º - O exercício do mandato de conselheiro do CAE, é considerado serviço público relevante e, não será remunerado.
Artigo 2º - O presente Decreto terá vigência durante o período de 29/08/2009 à 28/08/2011.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se,
Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 01 de Dezembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO INTERINO

DECRETO Nº 2.218/2010

SUMULA: Dispõe sobre o fechamento do Balanço Geral, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal Interino de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor PERCIVAL CARDOSO NOBREGA no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando que o encerramento do exercício financeiro de 2010, e o conseqüente levantamento do Balanço Geral constituem providencias, prévias e adequadamente ordenadas;

Considerando a necessidade de assegurar a execução orçamentária, equilíbrio entre os dispêndios e as receitas objetivando a estabilidade financeira da Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT), em razão da diminuição da arrecadação de tributos municipais;

Considerando a necessidade de se estabelecer mecanismos de controle dos gastos públicos, e, uma perfeita rotina de trabalho e responsabilidade nos diversos setores da área administrativa e financeira;

Considerando a necessidade de reduzir as atividades municipais para facilitar o trabalho interno dos setores de Contabilidade, Tesouraria e Compras desta Prefeitura.

Considerando a necessidade de executar serviços de encerramento do presente exercício, bem como para preparação e abertura da execução orçamentária para o exercício de 2011.

DECRETA:

Art. 1° - Fica estipulado o não atendimento ao publico, na Prefeitura Municipal e nos demais órgãos da Administração Municipal, no período de 15 de dezembro de 2010 a 14 de janeiro de 2011.

Art. 2° - Este Decreto, não alcançara em sua totalidade os órgãos que exercem atividades essenciais tais como: Hospital Municipal, Serviços de Limpeza, Educação (matriculas 2011), Serviços de Saúde em geral, vigilância e outros.

Parágrafo Único – Os Secretários e/ou chefe de setores de departamentos determinarão por meio de um escala prévia mínima o funcionamento destas atividades, em virtude de alguns servidores estarem em gozo de férias.

Art. 3° - Haverá também escala prévia para Servidores Públicos Municipais que prestam serviços funcionais internos indispensáveis para o cumprimento de suas obrigações, tais como; pagamentos de servidores e fornecedores, recebimento de tributos municipais e ainda para atendimento a participantes de processos licitatórios, que exigem cumprimento de prazo, atestado de visitação de obra e vendas de editais.

Parágrafo Único – Nos dias previstos para julgamento de procedimentos licitatórios será aberto ao público, dentro da transparência insculpida na Constituição Federal e Lei n. 8.666/93.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã - MT, em 13 de dezembro de 2010.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
DIVULGAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO REALIZADO

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Número do Contrato: 157/2010
Data do ajuste: 04/11/2010
Nome do Contratado (a): NILZA GONÇALVES RODRIGUES
Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de **COSTUREIRA PARA CONFECÇÕES DE GUARDANAPOS PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE PINTURA EM TECIDO**, que realizará na Secretaria Municipal de Ação Social.
Valor Bruto: R$ **687,33 (Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Trinta e Três Centavos)**
Vigência: 15/12/2010

Número do Contrato: 158/2010
Data do ajuste: 04/11/2010
Nome do Contratado (a): ROSANGELA ADRIANA DA SILVA BONTEMPO
Objeto: Contrato de Prestação de Serviços como **INSTRUTORA DE CURSO DE BISQUI PARA ATENDER AS FAMILIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA PAIF NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS,** conforme recursos do programa **PAIF/PBF**, na Secretaria Municipal de Ação Social, 08 horas semanal.
Valor Bruto: R$ **488,10 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Dez Centavos)**
Vigência: 14/12/2010

Número do Contrato: 160/2010
Data do ajuste: 12/11/2010
Nome do Contratado (a): GRACIELE NIVA DA SILVA LOPES
Objeto: Contrato de Prestação de Serviços como **INSTRUTORA DE CURSO DE CHINELO EM FITA PARA ATENDER AS FAMILIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA API NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS,** conforme recursos do programa **API – APOIO À PESSOA IDOSA**, na Secretaria Municipal de Ação Social.
Valor Bruto: R$ **404,76 (Quatrocentos e Quatro Reais, Setenta e Seis Centavos)**
Vigência: 15/11/2010.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 002/2010- Registro de Preços, para eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Mão de Obra, para Execução de Varrição de Vias e Logradouros Públicos; Capina (Manual) e Raspagem e Pintura de Meio Fios, bem como a Coleta e Transporte dos resíduos produzidos na execução dos serviços, para suprir necessidade das Secretarias Municipais- O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado dos itens constante do edital, verificou-se que os preços praticados pelo Município estavam abaixo da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 16 de Dezembro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes- Pregoeira.

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 003/2010- Registro de Preços, para eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar, na zona rural, neste Município- O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado dos itens constante do edital, verificou-se que os preços praticados pelo Município estavam abaixo da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 16 de Dezembro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes- Pregoeira.

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 007/2010- Registro de Preços, para eventual Aquisição de Peças Genuínas ou Originais de Reposição e Manutenção, dos Veículos da Frota Municipal - O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado dos itens constante do edital, verificou-se que os descontos praticados pelo Município estavam acima da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 16 de Dezembro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes- Pregoeira.

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 011/2010- Registro de Preços, para eventual Contratação de Empresa Especializada Em Serviços de Transporte Escolar, na zona rural neste Município- O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado dos itens constante do edital, verificou-se que os preços praticados pelo Município estavam abaixo da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 16 de Dezembro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes- Pregoeira.

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 034/2010- Pregão Presencial, do Tipo Menor Taxa de Serviço (D.U), Sob o Sistema de Registro de Preços, para eventual Contratação de Empresa Especializada Em Fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais, neste Município- O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado do item constante do edital, verificou-se que os valores praticados pelo Município na taxa DU estavam abaixo da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 16 de Dezembro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes- Pregoeira.

Prefeitura Municipal de Tapurah

Ata nº 004/2010

Aos quatorze (14) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), às nove horas, na sala de reunião do Conselho Municipal de Saúde, sala-05, sito na Avenida Paraná, 1100, Praça da Juventude – Centro, em Tapurah-MT, reuniram-se para a 4ª Reunião Ordinária os Conselheiros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor – CONDECON a seguir descritos: Fábia Cristina Walter – Coordenadora do Procon Municipal, Ezequiel Gomes Ferreira, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Marciane Dielschneider, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda, Roselaine Fleck, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapurah/MT; Marcus Vinícius Zavanello – Suplente do Rotary Club de Tapurah/MT; Ana Carolina Belleze Silva – OAB e Luiz Gonçalves de Queiroz, Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária). Verificou-se a ausência justificada do seguinte membro: Carlos Alberto Cozer – Sindicato Rural de Tapurah/MT, conforme justificativa constante no ofício nº 052/2010/CONDECON/MT, datado de 09 de dezembro de 2010, em que o mesmo não foi localizado; Claúdio Birck, o qual justificou no ofício nº 055/2010/CONDECON/MT que no mesmo horário estará participando de audiência, desta forma, foi expedido o ofício n 056/ 2010CONDECON/MT, datado de 13 de dezembro de 2010, solicitando a presença de sua suplente Ana Carolina Belleze Silva. Verificou-se a ausência injustificada dos seguintes membros: Altair de Lima – Secretaria Municipal de Educação, Joselito Pinheiro de Almeida, Câmara Municipal de Vereadores; Carlos Vargas e Janete Dall'Olmo – Associação Comercial e Industrial de Tapurah/MT – ACET. Fábia Cristina Walter – Coordenadora do Procon Municipal presidiu a reunião, deu as boas vindas aos Conselheiros presentes e passou a deliberar sobre a pauta do dia: exposta a pauta de deliberação do dia, em relação as eleições foi deliberado que as eleições para os cargos de presidente o Vice-Presidente o Secretário-Executivo e o 2º Secretário-Executivo para a próxima reunião ordinária. Seguindo a pauta de reunião do dia, foi exposta pela presidente a Operação Boas Festas, que é uma operação idealizada pelo Procon Estadual e realizada por todos os Procons Municipais, a qual baseia-se em uma notificação que foi encaminhada entre os dias 09 e 10/12/2010 aos comércios que estão mais ligados ao natal, como lojas que vendem eletrodomésticos e eletrônicos, aparelhos de celular, roupas e calçados em geral, o que resultou em 42 (quarenta e duas) notificações, com as recomendações constantes no CDC tais como: informação clara e precisa sobre os preços nos produtos e nas vitrines, informar de forma clara e precisa as condições de pagamentos aceitas pelas lojas, informar o endereço e telefone do Procon Estadual e Municipal; a disponibilização do Código de Defesa do Consumidor, deverá ser realizada uma fiscalização por parte deste Procon Municipal devendo ser registrado por fotografia o resultado das notificações, os comerciantes que não atenderem às notificações, terão os registros fotográficos encaminhados à Promotoria de Justiça Estadual para a adoção das providência cabíveis. Foi deliberado também que os membros que estão constantemente faltando que será encaminhado ofícios solicitando a sua substituição. Nada mais havendo a tratar eu, Fábia Cristina Walter, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais componentes do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor abaixo relacionados:

Fábia Cristina Walter
Coordenadora do Procon Municipal

Ezequiel Gomes Ferreira
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Marciane Dielschneider
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda

Roselaine Fleck
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapurah/MT

Marcus Vinícius Zavanello
Rotary Club de Tapurah/MT

Ana Carolina Belleze Silva
OAB de Tapurah/MT

Luiz Gonçalves de Queiroz
Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária)

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON

Capítulo I
Da Organização, Sede, Duração, Competências e Atribuições

Art. 1º. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON é órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, não subordinado às hierarquias do Estado de Mato Grosso, competindo-lhe as atribuições da Lei Municipal nº 833, de 25 de maio de 2010, publicada no D. O. E. em 08 de julho de 2010 e no D. O. U. em data de 07 de julho de 2010.

Art. 2º. O CONDECON tem sede e jurisdição na cidade de Tapurah, e para a realização de suas atividade-meio, integra a estrutura da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda, cabendo a esta dotá-lo do suporte administrativo, operacional, financeiro e de pessoal.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, além do que determina o artigo 13 da Lei nº 833/2010 de 25 de maio de 2010:

I – definir, planejar e supervisionar a política municipal de defesa do consumidor;

II – incentivar, prestando o apoio institucional necessário, a criação de órgãos públicos municipais de defesa e proteção do consumidor;

III – colaborar para a criação de entidades privadas voltadas para a defesa e proteção do consumidor;

IV – desenvolver atividades que propiciem condições à educação para o consumo, estimulando o exercício dos direitos do consumidor;

V – exercer a normatização das relações de consumo, na forma da lei;

VI – elaborar e aprovar seu regimento Interno, além de dirimir dúvidas decorrentes de sua interpretação;

VII – auto-convocar-se, por manifestação expressa de 03 (três) de seus Conselheiros;

VIII – aprovar projetos e o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, criado nos termos da Lei Municipal nº 833/2010 de 25 de maio de 2010, zelando para que os mesmos sejam aplicados na consecução das metas e ações previstas na citada Lei.

Capítulo II
Das Deliberações

Art. 4º. Visando cumprir suas atribuições legais e regimentais, o CONDECON delibera em assembléias ordinárias e extraordinárias, mediante a presença de 06 (seis) Conselheiros, sendo admissível uma tolerância de 30 (trinta) minutos para que o quorum seja alcançado.

Art. 5º. O Conselho reunir-se-á pública e mensalmente, em sessões ordinárias, 1 (uma) vez por mês, e em sessão extraordinária sempre que convocado.

§ 1º A sessão ordinária realizar-se-á em dia e hora prefixados pelo Presidente, ficando automaticamente transferida para a mesma hora do primeiro dia útil subseqüente quando aquele em feriado ou ponto facultativo.

Art. 6º. As instituições governamentais e não governamentais integrantes do CONDECON terão direito a apenas um voto cada uma, mesmo que presentes à assembléia os Conselheiros Titular e Suplente.

Art.7º. Os votos serão proferidos publicamente, inadmitida votação secreta.

Art. 8º. As deliberações do Conselho serão fixadas em:

I - Resoluções;
II - Moções;
III - Decisões.

§ 1º Os atos normativos do CONDECON são instrumentalizados por meio de Resoluções.

§ 2º As manifestações do CONDECON, de qualquer natureza, sem conteúdo normativo, aperfeiçoam-se através de Moções.

§ 3º Atuando na aplicação dos recursos do fundo, o CONDECON o faz através de Decisões.

Art. 9º. As Resoluções e as Moções serão identificadas por numerações seqüenciais e contínuas, independentemente do ano civil em que foram expedidas, devendo das mesmas constar a data em que foram elaboradas.

Capítulo III
Da Presidência

Art. 10. A direção do CONDECON é composta pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.

Art. 11. Ao Presidente compete, além do que determina a Lei Municipal nº 833/2010 de 25 de maio de 2010:

I – representar o Conselho, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;

II – dirigir os trabalhos do CONDECON, despachando seu expediente;

III – fixar a periodicidade e o calendário de realização das sessões ordinárias, bem como convocar as extraordinárias, sem prejuízo do inciso VII do art. 3º deste Regimento;

IV – elaborar, assistido pelo Secretário-Executivo, a pauta dos trabalhos das sessões do Conselho;

V – conceder licença aos Conselheiros, bem como convocar os respectivos suplentes nos casos de faltas ou impedimentos;

VI – apreciar a justificação dos Conselheiros com relação à ausência das sessões;

VII – tomar as providências necessárias à decretação da perda de mandato do Conselheiro que: praticar qualquer ato de favorecimento ou uso anti-ético para procrastinar exame e/ou julgamento de processo; faltar injustificadamente a três sessões ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas, no mesmo ano.

VIII – assinar as Decisões juntamente com os demais Conselheiros;

IX – constituir comissões de estudos de matérias vinculadas ao CONDECON, além de designar técnicos ou peritos para a elaboração de pareceres ou perícias;

X – decidir *ad referendum* do Conselho, matérias afeitas a este, quando circunstância grave e urgente assim recomendar na forma do art. 12 deste Regimento.

XI – cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 12. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Capítulo IV

Da Secretaria Executiva

Art. 13. O Secretário-Executivo será designado pelo Presidente, dentre os Conselheiros.

Parágrafo único. Ao Secretário Executivo compete:

I - auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;

II – manter em ordem a documentação do CONDECON, arquivando a correspondência expedida e recebida, elaborando as atas das sessões e providenciando as respectivas assinaturas;

III – manter controle eficiente sobre os processos em trâmite no Conselho, informando ao Presidente sobre o andamento dos mesmos;

IV – Encaminhar a pauta das reuniões aos Conselheiros com a antecedência mínima de dois dias da referida reunião.

Capítulo V

Dos Conselheiros

Art. 14. A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 15. Quando deslocar-se de seu domicílio, atendendo interesses do Conselho, o Conselheiro fará jus a ajuda de custo pelo período de afastamento, de caráter compensatório para as despesas que realizar, de acordo com a Legislação Municipal.

Art. 16. São deveres do Conselheiro:

I – manter reserva com relação aos assuntos tratados no Conselho;

II – ser assíduo e pontual às reuniões do Conselho, justificando as faltas em que eventualmente incorrerem;

III – assinar as atas das sessões que comparecer;

Art. 17. Compete ao Conselheiro:

I – votar e ser votado para os cargos eletivos do Conselho;

II – participar das discussões e das votações das matérias levadas ao Conselho e submetidas a sua apreciação;

III – propor matérias a serem submetidas à deliberação do Conselho;

IV – encaminhar questões de ordem durante as sessões;

V – argüir a suspeição ou impedimento, próprio ou de seus pares, fazendo-o de forma fundamentada e instruída com a documentação pertinente, na primeira oportunidade que tiver para tanto;

VI – solicitar seu afastamento do Conselho quando verificada circunstância de força maior, bem como a ele retornar quando cessado o motivo que determinou o afastamento;

VII – abster-se de votar determinada matéria, por questão de foro íntimo e pessoal.

Capítulo VI

Do Expediente da Sessão

Art. 18. No dia e hora marcada, verificado a existência de "quorum" nos termos do art. 4º deste Regimento, o Presidente declarará aberta a reunião e, em casos em que não seja possível redigir e ler a ata na própria reunião realizada, ordenará ao Secretário que proceda à leitura da Ata da reunião anterior, a qual, depois de discutida e aprovada será assinada pelos que estiverem presentes.

§ 1º As restrições ou retificações à Ata serão manifestadas verbalmente ou por escrito, quando da discussão, sendo a assinatura aposta com restrição. A declaração oferecida constará da ata seguinte.

§ 2º Se não houver número legal, o Presidente após aguardar 30 (trinta) minutos a formação de "quorum", mandará lavrar um termo de presença, ficando transferida para a reunião próxima a matéria a ser debatida e votada.

Art. 19. Assinada a Ata, passar-se-á ao expediente, para comunicações, indicações, regimentos.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais

Art. 20. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas através de resoluções.

Art. 21. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado pela maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tapurah/MT aos 09 dias do mês de dezembro do ano de 2010.

MILTON GELLER
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

ATO Nº. 397/ 2008.

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, NOMEIA **Gilberto Lara da Silva,** no cargo em Comissão de **Chefe de Divisão – DAI 02,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo a partir de 07 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO Nº. 398 / 2008.

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, NOMEIA **VALDENIR RIBEIRO DA SILVA,** no cargo em Comissão de **Diretora de Comunicação e Informação – DAS 02,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 07 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 399 /2008.

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **TEREZA CRISTINA GOUVEA PEREIRA,** do cargo de **PROFESSORA I a IV**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 03 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 400 /2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **RAMILSON BENEDITO FERRAZ DA COSTA,** do cargo de Medico Clinico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 08 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 401 /2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **MARIA AUXILIADORA DA COSTA,** do cargo de Auxiliar de Serviço Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 01 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 402 /2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **LUCILENE FATIMA DA SILVA,** do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 20 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 405/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **GEISA LUIZA DE ARRUDA,** do cargo de **PROFESSOR V a VIII**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 24 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 406/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **RICARDO ALEXANDRE DO NASCIMENTO,** do cargo de **Agente de Segurança e Manutenção**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 20 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 407/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **CLEBER DE SOUZA FERREIRA,** do cargo de **Agente de Segurança e Manutenção**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 01 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 408/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **SIDIONE JOSE DA SILVA,** do cargo em comissão de **Musico – DAI 2**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com efeito retroativo, a partir de 14 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 409/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **JOSE JOILSON PRESTES CARDOSO,** do cargo em comissão de **Secretário Escolar – DAI 2**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 01 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.
Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 410/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **MARCIA BENEDITA RODRIGUES DA SILVA,** do cargo em comissão de **Secretário Escolar – DAI 2**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 10 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 411/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **GEOVANE RENFRO DA SILVA ,** do cargo em comissão de **Diretor de Educação em Saúde – DAS 2**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 04 de Julho de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 412/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **VALDENIR RIBEIRO DA SILVA,** do cargo em comissão de **Diretor de Comunicação e Informação – DAS 2**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 08 de Outubro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO Nº. 413 / 2008.

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, NOMEIA **MARCOS DE CASTRO QUARESMA,** no cargo em Comissão de **Chefe de Divisão – DAI 2,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 03 de Novembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 414/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **FABIO DE MORAES PESSOA,** do cargo de Farmacêutico Bioquímico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 03 de Novembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 415/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **DOMINGOS DE PINHO,** do cargo em comissão de Assessor DAS 2 , lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeito retroativo, a partir de 03 de Novembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 416/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **RONEY ARAUJO RIBEIRO,** do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Transportes DAI 2**, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento - STU, com efeito retroativo, a partir de 07 de Novembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO Nº. 237 / 2008.

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, NOMEIA **RONEY ARAUJO RIBEIRO,** no cargo

em Comissão de **Chefe de Divisão Transporte Especiais– DAÍ 02,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 10 de Setembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de Setembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 417/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **ELIZANGELA P. MOREIRA DA COSTA,** do cargo de **PROFESSOR V a VIII** , lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 10 de Dezembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

ATO N.º 418/2008

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, EXONERA a pedido **EDSON JOSE SANTANA,** do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 01 de Dezembro de 2008.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de Dezembro de 2008.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 713/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT, Sr. **MURILO DOMINGOS**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Lei Complementar nº. 3.453/2010.

RESOLVE:

Art.1º - Enquadrar no cargo de **Fiscal Municipal,** o servidor abaixo relacionado, conforme perfil de competência, nível e classe na carreira:

SERVIDOR (A)	PERFIL	NÍVEL	CLASSE	PROCESSO
Fernando Alves de Pinho	Obras	03	A	201003118

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a **01.06.2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário de Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 714/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 06264/2010,

RESOLVE:

Elevar o Nível da servidora **ERIKA SILVA ALENCAR MEIRELLES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de **Professor (a) V a VIII – Língua Portuguesa,** de acordo com a Lei nº 2361/01, enquadrando-a no **Nível III**, com efeito retroativo, a partir de **14 de outubro de 2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 715/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 07558/2010,

RESOLVE:

Elevar o Nível da servidora **FATIMA PAES SOARES DE BARROS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de **Professor (a) I a IV,** de acordo com a Lei nº 2361/01, enquadrando-a no **Nível III**, com efeito retroativo, a partir de **19 de outubro de 2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 716/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 09102/2010,

RESOLVE:

Elevar o Nível da servidora **INES CHENET,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de **Professor (a) V a VIII – Matemática,** de acordo com a Lei nº 2361/01, enquadrando-a no **Nível III**, com efeito retroativo, a partir de **05 de novembro de 2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 717/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 04055/2010,

RESOLVE:

Elevar o Nível da servidora **SILVIA DE SOUZA COELHO MARTINS GOMES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de **Professor (a) I a IV,** de acordo com a Lei nº 2361/01, enquadrando-a no **Nível III**, com efeito retroativo, a partir de **15 de outubro de 2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 718/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 014963/2010,

RESOLVE:

Elevar o Nível da servidora **LUDEMILA IZABEL SILVA DA MATA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de **Supervisor (a) Escolar,** de acordo com a Lei nº 2361/01, enquadrando-a no **Nível IV**, a vigorar com efeito retroativo, a partir de **01 de outubro de 2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 719/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 04778/2010,

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor **CARLOS ROBERTO MONTANDON**, exercendo o cargo de Agente de Comunicação Social, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda**,** o Tempo de Serviço prestado conforme Certidão expedida pelo INSS, o período compreendido de **10 (dez) meses**, correspondendo a **300 (trezentos) dias** para os efeitos de **Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 720/2010

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 04778/2010,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora **REGINA MALHEIROS MARQUES**, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** o Tempo de Serviço prestado conforme Certidão expedida pelo INSS, o período compreendido de **02** (dois) anos, **02** (dois) meses e **23** (vinte e três) dias, correspondendo a **813** (oitocentos e treze) dias para os **efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 09 de dezembro de 2010.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 618/2010

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo n° 013411/2010,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **ANTONIO BEZERRA,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, exercendo o cargo de Motorista, 02 (dois) anos de Licença para Tratar de Interesse particular sem Ônus, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **01/08/2010 a 01/08/2012.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,19 de novembro de 2010.

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA N° 631/2010

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 004785/2010,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de Interesse Particular sem Ônus concedida à servidora **LIEGE MACHADO DA ROSA**, exercendo o cargo de Farmacêutico (a) Bioquímico (a), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 02 (dois) anos, no período de 02/06/2008 a 02/06/2010 – Portaria nº 260/2008, retornando às atividades normais a partir de **10/05/2010**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de novembro de 2010.

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

PORTARIA Nº 632/2010

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo n° 003522/2010,

RESOLVE:

Conceder à servidora **SHEILA CRISTINA DA COSTA MENESES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de Merendeira, 02 (dois) anos de Licença para Tratar de Interesse particular sem Ônus, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **01/09/2010 a 01/09/2012.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,19 de novembro de 2010.

Marcos José da Silva
Secretário Mun. Administração

M.F.D

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/MT
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N°.: **038/2010**
CONTRATO ADITADO: **018/2009**
CARTA CONVITE Nº: 014/2010
CONTRATADA: CONSGEO – Construção Civil e Georreferênciamento LTDA.
OBJETO:PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR IGUAL E SECESSIVO PERÍODO.
PRAZO: 19/11/2010 A 19/02/2011
VALOR R$: 121.271,00 (Cento e Vinte e um Mil e Duzentos e Setenta um Reais)
Fundamentação Legal: Art. 57 item I, § 4º da Lei 8.666/93, c/ suas alterações.
Dotação: (3) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100-0
Assinatura: 01/12/2010

João Carlos Hauer
Diretor Presidente

Prefeitura Municipal de Vera

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DE PERMANÊNCIA E CONSUMO, MATERIAIS PARA DIABETES, MEDICAMENTOS PARA A REDE BÁSICA, ODONTOLÓGICOS, MATERIAL PARA LABORATÓRIO, MATERIAL PARA RX E MEDICAMENTOS EM GERAL PARA USO NAS UNIDADES DO PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR E PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.

A Prefeitura Municipal de Vera-MT torna público que às 07:00 horas do dia 11/01/2011, estará recebendo propostas para a abertura às 08:00, do Pregão Presencial, para aquisição supra citada. O Edital completo poderá ser retirado com a Comissão Permanente de Licitações, no Departamento de Compras e Licitações, sito à Av. Otawa nº 1651, Prefeitura Municipal de Vera-MT e pelo site: www.vera.mt.gov.br.

Vera-MT, 17 de Dezembro de 2010.

Joedson Amaral de Oliveira -
Pregoeiro

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.° 001/2009

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE VERA,** sito a Av. Otawa, nº 799, Setor Industrial, CEP.: 78.880-000, devidamente cadastrado no C.N.P.J. sob n.º 04.244.981/0001-73, representado neste ato por sua Diretora Executiva Sra. **Maria Oneide Moro,** portadora do CPF nº 301.718.491-91, e pelo RG nº 644472 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Jamaica, 1813 – Centro-Vera-MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado **AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA**., devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º. 00.059.307/0001-68, situada a Avenida Miguel Sutil, 8.751, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. **EDSON JACINTHO DA SILVA**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade n.° 249.906 SSP/MT e do C.P.F. n.° 270.339.291-53, residente e domiciliado na Avenida Filinto Muller, 2.075, Edifício Rio Cuiabá Park, Apto 1.902, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem justo e contratado o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

DO OBJETO
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente **TERMO ADITIVO** é a prorrogação de Contrato de Prestação de Serviços n.° 001/2009, celebrado entre as partes em **03/02/2009**, passando a vigorar de **30/11/2010 a 30/10/2011**.

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor acordado entre as partes consignadas a prestação dos serviços é de **R$ 14.004,78 (quatorze mil e quatro reais e setenta e oito centavos)**, divididos em 1 (doze) parcelas de **R$ 1.273,16(um mil, duzentos e setenta e três reais e dezesseis centavos)** que serão pagos à contratada mensalmente, a vencer no dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o dia 05 (cinco) do mês subseqüente, pelo **CONTRATANTE.**

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
CLÁUSULA TERCEIRA: A presente prorrogação está amparada no inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
CLÁUSULA QUARTA: Os recursos utilizados para concretização do presente TERMO ADITIVO correrão por conta da natureza de despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, sendo R$ 1.273,16 (um mil, duzentos e setenta e três reais e dezesseis centavos) a conta do orçamento para o exercício 2010 sob n.º (09.001.09.272.0037.2051), e R$ 12.731,62 (doze mil e setecentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos) a expensas do orçamento para o exercício financeiro de 2011 a conta ((09.001.09.272.0037.2051).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA QUINTA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA: As partes consignadas de comum acordo elegem o foro da Comarca de Vera/MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento particular, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Vera/MT, 30 de Novembro de 2010.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE VERA
CONTRATANTE

AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

1ª.:_____ 2ª.: _____
CPF.: _____ CPF.: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - ESTADO DE MATO GROSSO
RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA CONCORREREM AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010

codigo	nome	cargo	escolaridade
90	EDIMAR MARQUES POSTIGO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
99	TATIANE DUTRA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
108	TCHARLES SCHNEIDER	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
110	VERA LÚCIA COELHO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
122	GRAZIELA SANCHES DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
154	TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
176	CRISLAYNE AIRES GOMES	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
194	PAULA BEATRIZ HOFFMANN	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
202	LEILA VIEIRA BATISTA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
204	JOSILENE DOS SANTOS PEREIRA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
211	TATIANE ARRUDA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
212	CRISTIANI MARIA PAIM	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
223	RENUSIA FLORENCIO DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	fundamental_completo
50	MARCELO SERPA DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
113	OSCAR FRANCILINO DE MIRANDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
120	SEBASTIÃO MILHOMEN MATIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
128	ANDREIA MARQUES GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
187	SANDRA MARIA RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
193	VALCI RODRIGUES CHAVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
209	ROSILEI ZAKALHUK	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
210	ALEX ZAKALHUK	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
221	EDSON FERREIRA DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	fundamental_incompleto
104	DARIO ALEXANDRE DA SILVA BRANDÃO	CARPINTEIRO	fundamental_incompleto
170	LEONILDO DOS SANTOS	CARPINTEIRO	fundamental_incompleto
181	VALDOMIRO LEMES DA SILVA	CARPINTEIRO	fundamental_incompleto
26	DANIEL FERREIRA DE LIMA	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
31	UZIEL DOS SANTOS LEAL	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - ESTADO DE MATO GROSSO

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA CONCORREREM AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010

65	FABIO ADRIANO CAMILO	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
94	JOSILCO LUIS MOURA	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
102	RIVELINO JOSE MORO	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
121	ANDRÉ FELIPE SILVA GOMES	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
155	PAULO FRANCISCO DE GODOI GENUARIO	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
171	ROBERTO BECKHAUSER	OPERADOR DE MÁQUINAS III	fundamental_incompleto
85	SANDRA REGINA MORO PORFIRIO	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
86	MARIA CONCEICAO DA SILVA	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
103	CLAUDIA BRANDÃO	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
144	MAURICO RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
146	ROZENE FELISBINO DOS ANJOS	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
165	LUCIANA STAHLSCHMIDT	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
195	ROSANA BOAVENTURA	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
206	LAURA PINTO DE CARVALHO	PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO - NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO	nivel_medio_tecnico
22	MÔNICA ROCHA ALBUQUERQUE	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
23	ROSIMEIRE ROSA DA CRUZ	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
30	JUSIENE REGINA PEIXOTO DE AMORIN	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
42	NEUZA MARIA FERNANDES CORREA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
74	TERCILIA RIBEIRO DA COSTA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
81	ORIMAR LOPES DA SILVA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
83	ADEMILSOM DAMA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
84	IVONE ODERDENGE	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
87	MARIA CRIVER DOS SANTOS	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
96	DARLA MATTE FELIZARDA E SILVA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
127	PATRICIA PAULA MATHIAS	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
147	DULCELEI BARDELLA XAVIER	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
151	ANDREIA CRISTINA ALVES	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
152	GERDA ISOLDI GRUEN KLAUCK	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - ESTADO DE MATO GROSSO

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA CONCORREREM AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010

159	GILVANE DE OLIVEIRA DE ARAUJO	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
162	ALEXANDRE PIAS ROMERO	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
164	LINDALVA CAVALCANTE GOMES	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
168	JANE ANASTACIO DA SILVA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
174	JACÉL RICARDO JANKOWSKI	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
175	VALDIRENE APARECIDA CAMILO	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
188	FABIO EDUARDO LEITE	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
192	ZILDA APARECIDA TELES PINTO	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
198	HELLEN CRISTINA DA SILVA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
200	NEUSA APARECIDA SANTOS	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - NÍVEL TÉCNICO + REG. COREN	nivel_medio_tecnico
10	ELISÂNGELA BISPO SEBALHO	TÉCNICO(A) EM RX - NÍVEL TÉCNICO + REG. CRTR	nivel_medio_tecnico
24	SUELEN CARMEM FENILLI	TÉCNICO(A) EM RX - NÍVEL TÉCNICO + REG. CRTR	nivel_medio_tecnico
40	FATIMA PADILHA	TÉCNICO(A) EM RX - NÍVEL TÉCNICO + REG. CRTR	nivel_medio_tecnico
89	JEANE STADNIK CARGNIN	TÉCNICO(A) EM RX - NÍVEL TÉCNICO + REG. CRTR	nivel_medio_tecnico
173	THIAGO DE MELO BERTACCI	TÉCNICO(A) EM RX - NÍVEL TÉCNICO + REG. CRTR	nivel_medio_tecnico
178	FRANCIELI BUENO PEDROZA	TÉCNICO(A) EM RX - NÍVEL TÉCNICO + REG. CRTR	nivel_medio_tecnico
25	FABIO ANDRE FERNANDES DE QUEIROZ	CONTADOR(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRC	nivel_superior
115	SUZETE RUARO	CONTADOR(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRC	nivel_superior
141	JULIANA ERTEL WEBLER	CONTADOR(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRC	nivel_superior
242	CRISTIANO NORBERTO DOS SANTOS	CONTADOR(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRC	nivel_superior
77	PAULA SUTO STUTZ	FONOUDIÓLOGO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRFA	nivel_superior
231	KELLY ALVES DE ALMEIDA FURTADO	FONOUDIÓLOGO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRFA	nivel_superior
28	GEISE LISSIANE LINZMEIER	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
75	RICARDO DIAS PENACHIONI	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
109	RAQUEL TIMM PEDROLLO	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
116	FLAVIO GOMES BARCELOS	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
123	GUILHERME DE OLIVEIRA FERNANDES	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
150	LUCIANA AUXILIADORA VIEBRANTZ DA	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - ESTADO DE MATO GROSSO

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA CONCORREREM AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010

156	LIANA BETTEGA	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
166	JOSIELI LERMENN	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
167	ALINE SASSO MARTINS	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
214	REINALDO KENEDE ALVES	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
228	LETICYA LERNER LOPES	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
239	ROSIELLY GONZAGA MATOS	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
240	GIORGEO JOSE SPAGNOL	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
243	ARLINDO RODRIGO DOMINGOS GARCIA	MÉDICO VETERINÁRIO(A) - NÍVEL SUPERIOR + REG. CRMV	nivel_superior
27	TATIANE DA SILVA PARÁ	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
88	JOEL ELCIO RAUBER	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
125	JOANA KREVE	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
130	MARCOS AMBROSIO DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
160	RINALDO GOMES DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
182	FRANCISCO RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
190	MARCIO ELIZEU BARRABARRA	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
199	ALEX JUNIOR MATTE	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
241	ADEMIR LENTZ	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
244	INARA HEIN WUTZKE	PROFESSOR(A) DE ED. FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR + REG. CREF	nivel_superior
201	CAROLINE VICTORELLI COELHO	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
118	AFONSO DANTOS DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
124	ALEXSSANDRA ANDRÉIA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
145	MARLI ANTUNES DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
180	ILSI ISOLDI MULLER	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
197	ILIETE RODRIGUES GRACINO	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
222	CIRLENE COSTA DE PAULA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
224	ELAINE MARIA CALGARO TIBOLA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
229	VALERIA MONTEIRO	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 20 horas	nivel_superior
17	MARINA FERNANDES DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - ESTADO DE MATO GROSSO

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA CONCORREREM AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010

35	VALTELINA FERNANDA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
39	ADRIANA DIAS DO AMARAL	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
56	LUCINEI MARQUES DE REZENDE	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
60	VANESA DA SILVA COSTA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
63	ROSA HELENA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
64	JOSE APARECIDO DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
67	RAUANY LOPES GOMES	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
70	ELISANGELA MARIA NUNES	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
78	NOEMI FORTUNATO MATHIAS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
82	RENATA DE LIMA DIAS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
92	ROSANE DE ARRUDA WENZEL	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
93	ANDRÉIA KOVALESKI	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
131	ADRIANE GAVLIK	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
132	ILACI OLIFIA SCHMITZ	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
133	LAUDICEIA LOPES MATIAS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
135	CARLOS AUGUSTO RECALDE	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
136	ANGELA MARIA RIBEIRO	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
137	ADIR LUIZ LODI RISSINI	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
143	PATRICIA LORENA C. DOS SANTOS SILVA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
148	ELIANE ALVES DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
149	ANA PAULA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
153	EDER ALVES PEREIRA	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
184	MARIA JOSÉ ALVES DE FREITAS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
205	SOELI RACHELE	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
215	ADRIANA ARAUJO DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior
225	LUCÉLIA DOS SANTOS SOARES	PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA 40 horas	nivel_superior

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA CONCORREREM AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010

Vera MT, 17 de dezembro de 2010

Comissão Organizadora do Concurso Público
Roberto Carlos Dambroz - Presidente